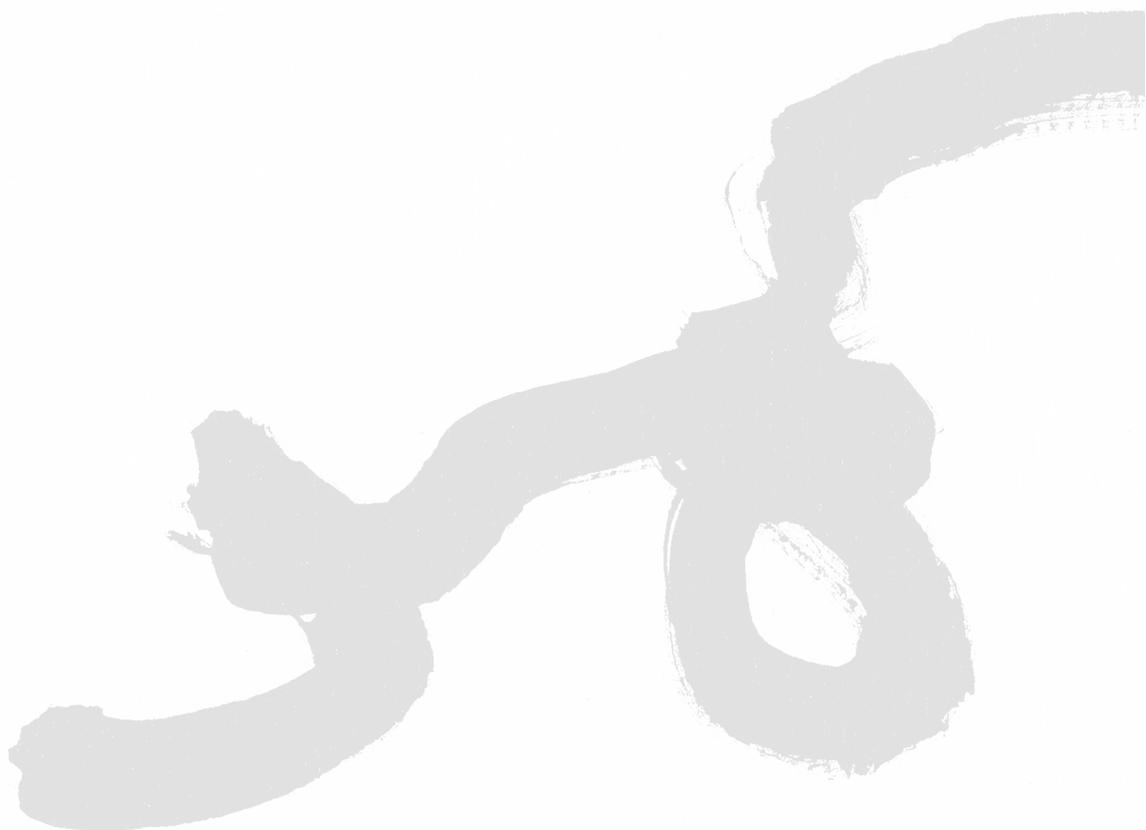


Estudos Japoneses

Nº 48 - 2022 ISSN 2447-7125



ESTUDOS JAPONESES

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-Reitora: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-Diretora: Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani

DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS

Chefe: Prof. Dr. Mamede Mustafa Jarouche

Vice-chefe: Prof. Dr. Antonio José Bezerra de Menezes Jr.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA, LITERATURA E CULTURA JAPONESA

Coordenadora: Profa. Dra. Shirlei Lica Ichisato Hashimoto

Vice-coordenadora: Profa. Dra. Junko Ota

CENTRO DE ESTUDOS JAPONESES

Diretor: Prof. Dr. Wataru Kikuchi

Vice-Diretora: Profa. Dra. Junko Ota

Comissão Editorial:

Eliza Atsuko Tashiro Perez (FFLCH-DLO-USP)

Junko Ota (FFLCH-DLO-USP)

Leiko Matsubara Morales (FFLCH-DLO-USP)

Luiza Nana Yoshida (FFLCH-DLO-USP)

Neide Hissae Nagae (FFLCH-DLO-USP)

Shirlei Lica Ichisato Hashimoto (FFLCH-DLO-USP)

Wataru Kikuchi (FFLCH-DLO-USP)

Conselho Editorial Científico:

Akihito Itoh (Kyoto University of Foreign Studies, Japão)

Alexandre Ratsuo Uehara (ESPM)

Alice Tamie Joko (UnB)

Cacio José Ferreira (UFAM)

Cecilia Onaha (Universidad Nacional de La Plata, Argentina)

Eli Aisaka Yamada (UFRJ)

Elisa Massae Sasaki (ILE-UERJ)

Elza Taeko Doi (Unicamp)

Erica Maria Muramoto (Gunma University, Japão)

Felipe Augusto Soares Motta (Kyoto University of Foreign Studies, Japão)

Hiroyuki Honda (Japan Advanced Institute of Science and Technology, Japão)

Jeffrey Lesser (Emory University, EUA)

Kanae Nakamura (Tamkang University, Taiwan)

Laura Tey Iwakami (UECE)

Lucila Gibo (Sophia University, Japão)

Makiko Matsuda (Kanazawa University, Japão)

Maria Fusako Tomimatsu (UEL)

Márcia Hitomi Namekata (UFPR)

Masato Ninomiya (USP)

Michiko Okano (Unifesp)
Mina Isotani (UFPR)
Pedro Alberto Ganaja Kamisato (Escuela de Posgrado de la Universidad San Ignacio de Loyola, Peru)
Rafael Shoji (PUC, São Paulo)
Sakae Murakami Giroux (Université de Strasbourg, França)
Seth Jacobowitz (Texas State University, EUA)
Shinji Sato (Princeton University, EUA)
Sílvia Barreiros dos Reis (Museu Nacional, UFRJ)
Tae Suzuki (UnB)
Yoshio Watanabe (Kokugakuin University, Japão)
Yuki Mukai (UnB)
Yuko Takano (UnB)
Yumi Garcia dos Santos (FAFICH-UFMG)
Yuriko Sunakawa (University of Tsukuba, Japão)

Editor Responsável:

Junko Ota
Leiko Matsubara Morales

Editores:

Junko Ota
Leiko Matsubara Morales
Mari Sugai

Assistente de edição:

Luísa Yoneko Tayra Teruya

Capa:

Rafael Itsuo Takahashi

Seleção e tradução do poema:

Luiza Nana Yoshida

Organização:

Centro de Estudos Japoneses da Universidade de São Paulo – CEJAP-USP
Curso de Língua e Literatura Japonesa – DLO-FFLCH-USP
Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa – DLO-FFLCH-USP

Toda correspondência deverá ser enviada ao
CENTRO DE ESTUDOS JAPONESES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Av. Prof. Lineu Prestes, 159
Cidade Universitária
05508-900 – São Paulo – Brasil
Fone: (0XX11) 3091-2426/2423
e-mail: estudosjaponeses@usp.br

ISSN 1413-8298

e-ISSN 2447-7125

ESTUDOS JAPONESES

FFLCH / USP

Estudos Japoneses, São Paulo, n. 48, 2022

Copyright © 2022 autores

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Estudos Japoneses / Centro de Estudos Japoneses. Departamento de Letras Orientais.
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- n. 1 (1979) - . - São Paulo: Oficina Editorial, 1979 -

Anual.

Artigos publicados em Português, Inglês, Francês, Espanhol e Japonês.

Descrição baseada em: n. 25 (2005).

ISSN 1413-8298

1. Literatura Japonesa. 2. Língua Japonesa. 3. Estudos Japoneses. 4. Cultura Japonesa.
I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
Departamento de Letras Orientais. Centro de Estudos Japoneses.

CDD 895.63

495.65

306.952

Coordenação Editorial
Junko Ota
Leiko Matsubara Morales

Apoio na edição
Mari Sugai
Luísa Yoneko Tayra Teruya

Diagramação
Simonia Fukue Nakagawa MTb 0010837/PR

Revisão
Autores

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
DOSSIÊ: MEIROKU ZASSHI	
APRESENTAÇÃO DE TEXTOS SOBRE A REVISTA MEIROKU ZASSHI	9
O PROCESSO CIVILIZATÓRIO E A INTRODUÇÃO DE CONCEITOS OCIDENTAIS NO JAPÃO MODERNO.....	10
<i>Gabriel de Oliveira Fernandes, Neide Hissae Nagae</i>	
O DEBATE SOBRE A RELIGIÃO NA MEIROKU ZASSHI.....	27
<i>Antonio Genivaldo Cordeiro de Oliveira, Andréa Gomes Santiago Tomita</i>	
O DEBATE SOBRE ELEIÇÕES DIRETAS NAS PÁGINAS DA MEIROKU ZASSHI	52
<i>João Marcelo Monzani</i>	
FUKUZAWA YUKICHI E O PAPEL DOS INTELECTUAIS DOS ESTUDOS OCIDENTAIS NA SOCIEDADE MEIJI	65
<i>Luis Guilherme Libaneo de Camargo, João Marcelo Monzani</i>	
ANEXO: CRONOGRAMA HISTÓRICO DA PRIMEIRA FASE DA ERA MEIJI (1868-1880)	80
ARTIGOS	
O TRAUMA E O GÊNERO EM CHUVA NEGRA (1965), DE IBUSE MASUJI.....	99
<i>Lilian Yamamoto</i>	
AS HIPÓTESES SOBRE O PROTO-NIPO-COREANO: DESAFIOS NAS CORRESPONDÊNCIAS SONORAS DE PRONOMES E NUMERAIS.....	114
<i>Marcus Tanaka de Lira</i>	
BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION ABOUT JAPAN: PERSPECTIVES FROM THE FIELD OF PSYCHOLOGY	139
<i>Arthur Cambur, Igor de Almeida</i>	
TRADUÇÕES	
HIJIKATA TATSUMI: DUAS ENTREVISTAS SOBRE A DANÇA DAS TREVAS	156
<i>Daniel Aleixo, Lica Hashimoto</i>	
INVISIBLE BEINGS: AN OVERVIEW OF PEOPLE WITH DISABILITIES' CIRCUMSTANCES IN JAPAN	171
<i>Beatriz Kaori Miyakoshi Lopes, Alexandre Uehara</i>	

EDITORIAL

Os anos que foram atingidos pela pandemia foram cruciais para o fortalecimento de grupos de pesquisa, cuja dedicação e frutos podem ser conferidos na publicação de artigos deste número.

Na presente edição, apresentamos um dossiê que resultou do trabalho de grupo de pesquisa intitulado Pensamento Japonês, sob a coordenação de Neide Hissae Nagae e constituído por quatro pesquisadores de diversas instituições. Os textos versam sobre a temática da revista *Meiroku* ou *Meiroku zasshi*, que trazia o debate de ideias do então recém-conhecido Ocidente e do Japão. A revista era um boletim institucional da Associação Meiroku (明六社), nome dado pelo ano da fundação, que foi ano 6 [*roku*] do período Meiji (ano de 1873), e que reunia ideias de importantes pensadores da época como Fukuzawa Yukichi, Mori Arinori e outros. Extinta no ano seguinte à fundação, por conta da censura do governo, a revista registrou o clima de opiniões da época do início do período Meiji (1868–1912), por reunir os debates e palestras dos intelectuais que exerciam um grande poder sobre a opinião pública. Conforme descrito na introdução do dossiê, o conjunto traz à baila um assunto ainda não abordado no Brasil, por meio de leituras feitas diretamente da fonte em bibliografias de língua japonesa. É um trabalho que dá continuidade ao primeiro dossiê publicado na Revista de Letras (UNESP), volume 59, n. 2, 2019.

Além do dossiê, como trabalhos de tema livre, apresentamos o artigo de Lilian Yamamoto, pesquisadora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa da Universidade de São Paulo (USP), *O trauma e o gênero em Chuva Negra (1965) de Ibuse Masuji*. O artigo, com foco na obra de Ibuse Masuji, investiga um gênero literário ainda pouco explorado que é a da literatura de trauma, vítimas de bomba atômica, ou *hibakusha bungaku*, pondo em relevo os traumas de bombas nucleares sofridos pelas vítimas em 6 e 9 de agosto de 1945, respectivamente nas cidades de Hiroshima e Nagasáqui.

Marcus Tanaka de Lira, docente da Universidade de Brasília, por sua vez, discute no artigo *As hipóteses sobre o proto-nipo-coreano: desafios nas correspondências sonoras de pronomes e numerais*, a hipótese de um ancestral linguístico comum para as línguas japonesas e coreanas, pela perspectiva da linguística histórica. O texto apresenta a discussão sobre métodos comparativos através das regras de correspondência fonológica em alguns pronomes interrogativos e numerais cardinais.

No artigo *A produção científica brasileira sobre o Japão: perspectiva na área de Psicologia*, os autores, Arthur Cambur e Igor de Almeida, respectivamente bacharel do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas e docente e pesquisador da Kyoto University, fazem um estudo quantitativo e qualitativo com base em 142 publicações, cuja periodicidade abrangeu 1977 a 2020. Os autores

concluem que, não obstante o Japão possuir influência cultural e econômica, nos estudos relativos ao campo da psicologia todavia prevalecem os europeus, latino-americanos e americanos.

Além das contribuições supracitadas, temos ainda duas traduções que vieram somar a esse número.

Uma é *Hijikata Tatsumi: duas entrevistas sobre a Dança das Trevas*, tradução do original em inglês *Hijikata Tatsumi: two interviews about the Dance of Darkness*, de Daniel Aleixo e Lica Hashimoto, respectivamente mestrando do Programa de Pós-graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa da USP e docente pesquisadora da mesma universidade.

Outra tradução é *Invisible beings: an overview of people with disabilities' circumstances in Japan*, do artigo original *Seres invisíveis: um panorama sobre a condição de portadores de deficiência no Japão*, publicado na edição 44, de 2020 do periódico *Estudos Japoneses*. Assinam a autoria Beatriz Kaori Miyakoshi Lopes e Alexandre Ratsuo Uehara, respectivamente, egressa mestre do Programa de Pós-graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa da USP e docente da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

Desejamos a todos uma ótima leitura e reflexões a partir dos estudos apresentados.

Leiko Matsubara Morales

Junko Ota

APRESENTAÇÃO DE TEXTOS SOBRE A REVISTA *MEIROKU ZASSHI*

Apresentamos a seguir um conjunto de textos resultantes de mais um trabalho coletivo do **Grupo de Pesquisa Pensamento Japonês: princípios e desdobramentos**, grupo pluri-institucional voltado à pesquisa e divulgação dos estudos relativos à área conhecida como pensamento japonês (*nihon shisô*, *Japanese thought*), campo praticamente intocado de forma direta no âmbito acadêmico brasileiro.

Após a publicação de nosso *Dossiê: o pensamento japonês* no volume 59, n. 2, da *Revista de Letras* (UNESP), damos continuidade aos trabalhos do grupo através de uma coletânea de textos que abordam a revista *Meiroku Zasshi*, publicada entre os anos 1874 e 1875, vale dizer, os anos iniciais da era Meiji (1868 – 1912).

Sendo a *Meiroku Zasshi* a primeira publicação periódica de peso da era Meiji que girava em torno de debate de ideias ocidentais e japonesas, o grupo acreditou ser este um objeto relevante de pesquisa e compôs quatro textos que versam sobre temáticas recorrentes daquele periódico que, mesmo agora, possuem proeminência para reflexão no campo dos estudos japoneses.

Os temas abordados nestes nossos textos refletem preocupações atuais de pesquisadores da área: o papel do conceito de ‘civilização’ no encontro, por vezes predatório e colonial, entre culturas; o papel, sempre flutuante na era moderna, da religião na sociedade japonesa; as eleições diretas no Japão e seu reflexo no conceito de democracia (atacada, de fato, décadas mais tarde pelo governo militar) daquele país; a função dos intelectuais (colaboradores, opositores) em sua relação com o Estado japonês, tema que desponta em Meiji e que teve seu auge durante a Segunda Grande Guerra Mundial.

Por fim, apresentamos um quadro cronológico (elaborado por Elisa Massae Sasaki, Luísa Yoneko Tayra Teruya, Rodney Ferreira e Amanda Osti da Silva) de publicações e fatos históricos relevantes aos textos apresentados, na esperança de também fornecer e acumular materiais de referência em língua portuguesa para futuras pesquisas.

O PROCESSO CIVILIZATÓRIO E A INTRODUÇÃO DE CONCEITOS OCIDENTAIS NO JAPÃO MODERNO

THE CIVILIZING PROCESS AND THE INTRODUCTION OF WESTERN CONCEPTS IN MODERN JAPAN

Gabriel de Oliveira FERNANDES¹
Neide Hissae NAGAE²

Resumo: Nascida nos anos iniciais da era Meiji, a Associação Meiroku tomou as rédeas da discussão civilizatória do Japão, procurando oficializar a inserção de conceitos ocidentais no vernáculo do país. Pensadores como Nishimura Shigeki, Mitsukuri Rinshō e Nakamura Masanao fizeram questão de explorar a historiografia de palavras centrais da filosofia europeia, introduzida com a abertura do país após 300 anos de isolacionismo. Seu intuito era discutir como melhor representar essas ideias na língua japonesa, deixando rapidamente de lado a noção reformista de Nishi Amane, outro membro da Associação, que queria que o novo governo adotasse o alfabeto romano e abolisse os ideogramas chineses. Desse modo, o presente artigo tem como objetivo explorar os debates que figuraram nas páginas da revista Meiroku, palco do pensamento japonês da época, focando na busca por equivalência linguística dos termos “civilização”, “liberdade” e “direito”.

Palavras-chave: Pensamento japonês; Associação Meiroku; Civilização; Liberdade; Direito.

Abstract: Born in the early years of the Meiji era, the Meiroku Society took the reins of Japan’s discussion on civilization, seeking to formalize the insertion of Western concepts in the country’s vernacular. Scholars like Nishimura Shigeki, Mitsukuri Rinshō and Nakamura Masanao made a point of exploring the historiography of terms central to European philosophy, introduced with

1 Instituição: Universidade de São Paulo; membro do grupo de pesquisa “Pensamento Japonês: princípios e desdobramentos”, cadastrado no CNPq pela USP; e-mail para contato: gabrielolifern@gmail.com. Número orcid: 0000-0001-6519-537X

2 Instituição: Universidade de São Paulo; membro do grupo de pesquisa “Pensamento Japonês: princípios e desdobramentos”, cadastrado no CNPq pela USP; e-mail para contato: neidenagae@usp.br. Número orcid: 0000-0002-6877-1261.

the opening of the country after 300 years of isolationism. Their intent was to discuss how best to represent these ideas in the Japanese language, quickly setting aside the reformist notion of Nishi Amane, another member of the Association, who wanted the new government to adopt the Roman alphabet and to abolish ideograms. Thus, this article aims to explore the debates that appeared on the pages of Meiroku magazine, the stage of Japanese thought at the time, focusing on the search for linguistic equivalence of the words “civilization”, “liberty” and “right”.

Keywords: Japanese Thought; Meiroku Society; Civilization; Liberty; Right.

1. A Associação Meiroku e a Reforma da Língua

Com a chegada da frota americana de Matthew Perry, em 1853, e a conclusão lógica do processo de abertura do país, que já estava em andamento internamente, o Japão entra na Era Meiji (1868-1911) com a avassaladora introdução de ideias da filosofia, ciência e política ocidental no ambiente japonês. Apesar deste fluxo desregrado de conceitos, foi apenas pelos esforços de pensadores como os da Associação Meiroku³ (明六社, *Meirokeisha*), que essas ideias puderam ser exploradas e assimiladas pela política e pelo pensamento japonês a partir de sua fundação, em 1873, e a criação da revista homônima, em 1874.

Mori Arinori⁴ jovem recém-retornado dos Estados Unidos, teve a ideia de construir uma organização semelhante à associações americanas, reunindo dez membros fundadores: Nishimura Shigeki; Tsuda Mamichi; Nishi Amane; Katô Hiroyuki; Mitsukuri Shūhei; Fukuzawa Yukichī (que declinou a indicação para presidência do grupo); Sugi Kōji; Mitsukuri Rinshō e o próprio Mori Arinori, além da entrada posterior de Kanda Takahira e Tsuda Sen. Muitos deles possuíam formação em holandês e avançaram seus estudos para outras esferas, como inglês, alemão e francês, e para a vivência no mundo ocidental-europeu.

Com exceção de Fukuzawa, todos já tinham seu talento reconhecido pelo governo japonês da época e, depois de Meiji, assumiram papéis burocráticos no desenvolvimento das políticas governamentais de abertura do país aos americanos e europeus. Para Enomoto Takashi, estudioso e historiador literário, apesar de serem considerados os mais progressistas de sua época, os membros da Associação Meiroku não deixam de mostrar suas limitações quanto a alguns direcionamentos para o movimento civilizatório que se tinha em vista (ENOMOTO, 2010, p. 348).

A política japonesa de absorção de novos saberes, intitulada *bunmei kaika* (文明開化), povoou as páginas da revista Meiroku (明六雜誌, *Meiroku Zasshi*), onde

3 O nome Meiroku é a junção de *Mei*, o primeiro ideograma de Meiji, era em que a associação nasceu, com a palavra *roku*, ou “seis”, ano da criação nessa mesma era. Ao mesmo tempo, *mei* significa clareza, alegria e, na combinação com *ji* de organizar,

4 Arimasa Mori (1911-1976), neto de Arinori, foi um japonês que optou por viver na França e desenvolver seus estudos filosóficos sobre Descartes.

os mais variados tipos de questões, de diversas áreas, eram discutidos, desde política, economia, aspectos jurídicos, sociedade, relações exteriores, religião, educação, ciência, história, entre outras. Nela, ideais como “liberdade” e “lógica”, bem como a premissa de “direitos individuais” e até mesmo o próprio conceito de “civilização” tiveram que ser examinados e explorados pelos pensadores japoneses, com o intuito de identificar a melhor forma de aproximar o Japão moderno das grandes nações europeias.

A revista da Associação durou menos de dois anos, de março de 1874 a novembro de 1875, constando de um total de 43 volumes. Ela surge em um contexto de medidas governamentais repressivas à liberdade de expressão, a começar pela lei de 1875, que regulamenta os jornais e que leva à extinção da revista, ao final do mesmo ano. Após esse período, Fukuzawa Yukichi defendeu que, mesmo sem a revista, cada membro da Associação Meiroku deveria continuar a se pronunciar, assumindo suas responsabilidades (ENOMOTO, 2010, p. 350). Apesar de ter tido um curto período de atividades e ter sido a primeira revista acadêmico-científica, ela serviu de base para a formação da Academia de Tóquio⁵ (*Tokyo Gakushikai In*), fundada em 1879.

Os pensadores da revista Meiroku, então, dispõem grande esforço para explorar conceitos basilares dos estudos ocidentais e encontrar formas de os transpor para a língua japonesa. O artigo inaugural da revista, escrito por Nishi Amane, delinea que: “sendo nós indivíduos deste tipo e em um país como o nosso, porque hesitaríamos em adotar as características fortes dos outros, tornando-as nossas?” (NISHI, v.1-1 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 34). Para ele, os seis anos entre o início da Era Meiji e a publicação do primeiro fascículo da revista Meiroku foram o suficiente para que tudo fosse diferente do Japão Antigo, com “homens de talento emergindo em grandes números, e todas as áreas do governo sendo revitalizadas” (NISHI, idem, p. 27).

Apesar disso, ele aponta a confusão e imperfeição da empreitada civilizatória, deixando clara a necessidade de se usar as letras para guiar as artes e o progresso científico do país. O primeiro obstáculo, então, é dar um fim à cisão que existia entre a escrita e a fala japonesas. Para ele, “em nossas letras, no momento, é impróprio escrever como falamos e falar como escrevemos, já que as gramáticas da fala e da escrita são diferentes em nossa língua” (NISHI, idem, p. 31). A partir daí, ele enumera as lacunas que diagnosticava no pensamento japonês de sua época e propõe que o alfabeto romano fosse adotado, para preenchê-las.

Do mesmo modo, Nakamura Masanao, ao se deparar com o estudo do conhecimento conduzido por Francis Bacon (1561-1626) e estabelecer o que é entendido por “lógica”, que traduz como “o princípio da lucidez ou o estudo da inteligência racional” (NAKAMURA v1.16-3 in YAMAMURO e NAKANOME, 2008, p. 89), encontra calço

5 Essa entidade antecedeu a *Teikoku Gakushi In* de 1906 e foi sucedida pela *Nihon Gakushi In*, em 1947 (Britannica). A partir de 1949, ela foi instalada junto ao *Nihon Gakutsu Kaigi* (SCJ, ou *Science Council of Japan*) e foi subdividida em duas áreas pela regulamentação de 1956: Ciências Humanas e Sociais (*Jinmon Shakai Kagaku*) e Ciências Naturais (*Shizen Kagaku*), com 150 membros vitalícios que são indicados e escolhidos em assembleia.

em sua busca pelas palavras certas para transpor os conceitos ocidentais para o discurso japonês nas palavras de John Locke (1632-1704), que diz que o raciocínio é ferido pelo fato de as palavras serem incompletas e usadas de forma indevida. Assim, Nakamura abrevia sua discussão sobre palavras que não podem ser traduzidas, “uma vez que as palavras diferem em essência, no Oriente e no Ocidente” (NAKAMURA, idem, p. 89).

Ao mesmo tempo em que Nishi Amane aponta a necessidade de uma reforma que lide com a inserção de palavras ocidentais na estrutura linguística do japonês, Nishimura Shigeki, cuja primeira contribuição à revista se deu também em seu primeiro fascículo, contesta o uso do alfabeto romano, sugerido por Nishi, e deixa clara sua preocupação quanto à confusão que seria gerada, por exemplo, pelas várias palavras homófonas de “kafa” (*kawa*), distinguidas pelos ideogramas 川 (rio), 革 (couro) e 側 (lado), que passariam a ter apenas o contexto como marcador dessa diferença de sentido.

Entretanto, só se saberia o sucesso ou insucesso da proposta de Nishi se ela tivesse efetivamente sido executada, mas a contestação de Nishimura quanto à adoção do alfabeto romano se torna ainda mais convincente quando ele menciona que isso faria com que os mais de dois mil anos de produção escrita, das artes e da literatura, ficaria ilegível, gerando um problema ainda maior para o letramento. De fato, essa seria uma perda de difícil resgate, considerando a formação da escrita japonesa. Para Nishimura, que teve formação em chinês e estudou holandês e inglês ao perceber a necessidade iminente desses conhecimentos -simplificar seria complicar.

Antes da criação da Meiroku, Nishimura já havia feito traduções de bibliografias europeias, sendo o primeiro um livro de política holandês que recebeu o nome de *Sūgen tsūron* (数限通論), escrito originalmente por um professor de uma escola da província de Delft, na Holanda. Publicada em abril de 1862, a obra foi escolhida por recomendação de Nishi e foi usada para justificar a necessidade de o Japão se tornar rico e forte militarmente. Outra tradução importante foi a da *Bankokushiryaku* (万国史略), a história mundial resumida que concluiu em 1868. Além de seus conhecimentos linguísticos, que incluía o chinês, Nishimura tinha uma excelente formação militar, e era versado tanto na história do Japão, pela obra *Dainihonshi* (大日本史) do clã Mito, e na história estrangeira, por meio do *Nihongaishi* (日本外史) de Rai San'yō (TAKAHASHI, 1987, p. 14-17).

Apesar desses motivos, Nishimura já se mostrava defensor de uma tradição japonesa e chinesa que achava valiosa, discordando das mudanças abruptas que vinham acontecendo no país. Para Enomoto (2010, p. 350), é interessante que Nishimura não tenha hesitado em chamar as pessoas que integravam a Associação Meiroku de “expoentes do Japão” (天下ノ名士, *tenka no meishi*), incluindo a si mesmo, mostrando-se orgulhoso pela grandiosa tarefa posta à sua frente. Assim, interferir na escrita, para ele, seria um reducionismo inaceitável, que prejudicaria a preservação da tradição e da história. Assim, mesmo que no futuro surgissem estudiosos que romanizassem todo o acervo japonês, isso ainda se provaria um trabalho dobrado e desvantajoso. Ele conclui o artigo, então, com as seguintes palavras:

Hoje é o primeiro dia da formação desta associação científica e literária no Japão, cujos integrantes são os expoentes desse império. Nem é preciso mencionar que cada um destes possui um nível de excelência incomparável e, sem dúvida, as teses ainda não exploradas desde os tempos antigos surgirão desta associação, para que, com a inteligência e o conhecimento de todos esses mestres, os olhos tolos sejam despertados, os modelos deste império sejam edificados e as aspirações daqueles que são dotados de consciência não sejam em vão (ENOMOTO, 2010, p. 349-350).

Assim, nesse volume de estreia, que atendia a um dos propósitos da Associação – atuar em prol da educação no seu sentido mais amplo – e tratava da reforma da escrita japonesa (国字改革論, *kokuji kaikakuron*), Nishimura se opõe à proposição de Nishi Amane de grafar a língua japonesa com o alfabeto ocidental⁶, defendendo a tese de trocar a escrita de acordo com o grau de avanço que o Japão fosse alcançando⁷. Seu posicionamento foi pautado na compreensão sobre o momento pelo qual o país passava, que exigia que a população fosse devidamente informada e conscientizada, preparando suas mentes para as novidades. Isso, então, demonstra a capacidade de análise de Nishimura e seu vasto conhecimento nas mais diversas áreas, além de uma aguçada percepção e visão de futuro.

2. Explicando o Pensamento Ocidental

Ao traçar a linha histórica da filosofia ocidental em sua série “Panorama da Cultura Ocidental” (西学一般 *seigaku ippan*), Nakamura Masanao, outro importante pensador da Meiroku, aponta a invenção da imprensa como o “início da iluminação da mente humana”. Antes dela, contudo, ele se depara com as palavras “verdade” e “ciência”, onipresentes nas escrituras sobreviventes da Grécia e Roma antigas. Para ele, as discussões da Antiguidade são as raízes fundamentais da erudição moderna, apesar de “(...) parecerem inúteis à primeira vista, já que geralmente eram baseadas na imaginação” (NAKAMURA, v.26-2 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 341).

Desse modo, como podemos ver, desde sua primeira publicação, Shigeki Nishimura já deixava claro o seu posicionamento de insatisfação quanto à introdução massiva da cultura ocidental, opondo-se, inclusive, ao colega Nishi Amane, com quem fez par no primeiro volume da revista. Nesse contexto, ele aponta, em sua série “Explicando Doze Conceitos Ocidentais”⁸ (西語十二解 *seigo jūnikai*), que até mesmo as crianças do Japão já começavam a usar palavras estrangeiras, sem grandes preocupações com precisões conceituais. Por isso, ele adverte quanto ao inevitável distanciamento de significado

6 Em japonês: 洋字ヲ以テ国語ヲ書スルノ論 (*yōji o motte kokugo o shosuru no ron*).

7 Em japonês: 開花ノ度ニ因テ改文字ヲ発スベキノ論 (*kaika no do ni yotte kaimoji o hoshubeki no ron*).

8 Série iniciada no volume 36 da revista e na qual se programa a fazer uma exposição sobre 12 termos ou expressões ocidentais-europeias.

que ocorreria caso a classe intelectual não tomasse as rédeas da discussão, marcando de forma inequívoca o sentido “real” de tais conceitos. A primeira exploração de Nishimura Shigeki nas páginas da *Meiroku*, então, é feita em cima do conceito central da Era Meiji, a própria *bunmei kaika*, enquanto tradução da palavra inglesa *civilization*.

No volume 43 da *Meiroku*, de 14 de novembro de 1875, Nishimura esclarece as diferenças entre sua acepção de “mudança” e aquela utilizada por seus colegas. Ele defende que a mudança social deve ser feita pelo ser humano e estabelece dois elementos usados para promovê-la no Japão, desde o final do governo militar até os anos iniciais do período Meiji: de um lado, o *sonnōjōi* (尊王攘夷), a instauração de um sistema absoluto em torno do imperador e a rejeição da entrada de estrangeiros no Japão; e, do outro, a *bunmei kaika* (文明開化), o processo civilizatório ocidentalizante. Para que esses dois direcionamentos opostos gerassem uma mudança no poder político, norteando o país rumo ao direito democrático e constitucional, era imprescindível que o povo fosse dotado de conhecimento e entusiasmo.

Assim, Nishimura considera que:

Estando na virada do velho para os novos tempos, e em se tratando de uma mudança sobre o povo ter ou não ter uma vontade própria, independente (*jinmin no jishu*), o momento propício chegará quando esse tempo desfavorável passar, após um pouco de paciência e resistência. Eu acredito que 1867 foi o ano da mudança de poder político e que, não muito tarde, virá o momento de transição do poder para o povo (NISHIMURA v. 43-1 in YAMAMURO e NAKANOME, 2009, p. 406-7).

Para Nishimura, o conceito de civilização estabelece uma busca pelo aprimoramento do caráter humano e o intercâmbio social, ignorando assim dinheiro, talentos e poder. Remontando a etimologia latina da palavra, Nishimura aponta sua derivação da palavra *civis*, que manifesta uma visão inferiorizante dos residentes do campo, em detrimento de uma visão refinada daqueles que moravam nas cidades. O autor traz a conceituação de John Stuart Mill (1806-1873) da “civilização”, enquanto oposto à “selvageria”, e a de François Guizot (1787-1874), enquanto progresso e desenvolvimento, para pedir que entendamos civilização como o avanço das relações grupais e condutas individuais, em direção à perfeição. Desse modo, ele diz que:

Quando se refere à conduta do homem como indivíduo, a civilização inclui a ideia de progresso e desenvolvimento de conhecimento, comportamento, benevolência, amor fraternal, habilidade e gosto. Na visão desses dois estudiosos (Mill e Guizot), a forma da civilização aparece em dois caminhos: um é através do curso das relações grupais e o outro através da conduta do homem como um indivíduo (NISHIMURA, v.36-2 in YAMAMURO e NAKANOME, 2009, p. 215-6).

Assim, se seguirmos os sentidos da palavra “civilização” estipulados por Mill e Guizot, segundo Nishimura, o povo mais “civilizado” seria, sem dúvidas, o Europeu, devido a suas raízes na doutrina cristã e na cultura romana durante seu auge. Seguindo a mesma lógica, Nakamura Masanao aponta, seguindo uma vertente filosófica anglo-saxã, que a sabedoria humana foi avançada por meio de quatro grandes mudanças: a leitura de materiais religiosos impressos, que permitiu o surgimento do Protestantismo; o aparecimento de estudiosos entre o povo comum, à medida em que este obteve a liberdade; a ascensão dos estudos experimentais e empíricos; e os intercâmbios com o restante do mundo (NAKAMURA, v.10-3 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 341-7).

Embora Nishimura tivesse como objetivo impulsionar os ideais civilizatórios da *bunmei kaika*, seu interesse pessoal estava mais na ética e na moral ocidentais, grafadas respectivamente como *shūshin* (修身), ou autodisciplina, e *dōtoku* (道德), ou virtude dogmática, em tradução livre⁹. Contudo, ele acolhe a possibilidade de um tipo de civilização diferente, com base no intercâmbio social de regiões como a Índia, a China e a Arábia, rejeitando o individualismo utilitário da filosofia sem raiz confucionista e, por sua vez, dando vazão ao movimento educacional de lealdade à nação e de restauração simbólica da linhagem imperial.

Desse modo, então, Nishimura defende o processo civilizatório sem estrita conexão com o pensamento ocidental, sendo “a paz e a felicidade conquistadas pelo homem como indivíduo e pela sociedade como um todo, à medida que avançam em dignidade” (NISHIMURA, v.36-2 in YAMAMURO e NAKANOME, 2009, p. 216). Ele defende como melhor ferramenta para o avanço civilizatório, e para a elevação da dignidade humana, a boa educação, por meio da disseminação do conhecimento e da cultivação da boa conduta. Nishimura, então, estabelece duas peças imprescindíveis para que o povo obtenha garantias nesse novo sistema, sendo elas:

(...) instrução, acompanhada de discernimento, e espírito. Sem elas, de nada adiantará o governo outorgar o direito às leis, pois não será possível exercê-las. E sem essas condições, o povo só irá sofrer depois de tantas agitações pelo país inteiro. Por isso, desejo intensamente que o povo adquira instrução e discernimento, cultive a energia, sem se dobrar diante da força bruta, e sem temer as adversidades, e quando tiverem de posse a lei, as desvantagens de outros povos irão derreter como gelo, o povo será dotado de grande força e o país seguirá com um poder igualmente forte. Quando isso acontecer, será possível buscar os conhecimentos pelo mundo e realizar o desejo de se posicionar de igual para igual com todos os países, exercendo, de modo grandioso, os fundamentos das atividades da nação regidas pelo imperador e todos, tanto os que estão em cima quanto os que estão embaixo, poderão alcançar a felicidade. Será uma alegria! (NISHIMURA, v.43-1 in YAMAMURO e NAKANOME, 2009, p. 407-8).

9 Mais tarde, contudo, o conceito de ética seria retraduzido como *rinri* (倫理) ou *rinrigaku* (倫理学).

É possível observar uma visão bastante otimista de Nishimura nesse firme direcionamento da população e dos governantes para o incremento da educação, que deve se desenvolver, de fato, com políticas eficientes. Desde a regulamentação do ensino, em 1872, e a promulgação das leis para o ensino elementar, intermediário, de magistério e universitário, em 1886, os gráficos de manuais japoneses de língua e literatura, como os publicados pela Tôkyô Shoseki (2010, p.177) e Hamashima Shoten (2011, p.198), assim como os dados online disponibilizados pela Universidade de Tsukuba (2006, p.24), mostram números que atestam a crescente organização do sistema escolar.

Kano Masanao (2014) admite o mérito da Restauração Meiji em implantar uma educação eficiente, mas aponta o demérito de ela ter sido liderada por pessoas com tendência análoga ao que viria a ser o fascismo. Assim, é justamente nesse aspecto que as contribuições de Nishimura, que discorre sobre temas e conceitos novos para a formação da mentalidade japonesa da época, são de suma importância, apesar dos tristes rumos que a história tomou em diversos momentos.

Em seguida, Nishimura Shigeki se utiliza da mesma metodologia para examinar outros conceitos, como a ideia de “liberdade”, a partir do volume 37 da revista. Ao trazer o conceito para a língua japonesa, o autor estipula as palavras *jishu* (自主) e *jiyū* (自由) como traduções das palavras inglesas “liberty” e “freedom”. Para explicar esse movimento, ele remonta novamente os percursos histórico e etimológico dessas ideias, começando pela palavra latina *libertas* e a sua raiz na lei romana, que apontava os cidadãos livres como *liberi*, em contraponto aos escravos, ou *servi*. Em seguida, a palavra “liberdade” ganha carga política e descreve o estado de uma nação autônoma, oposta à servidão sob o domínio de um tirano.

Desse modo, Nishimura aponta a criação de dois tipos de liberdade: “o primeiro é a liberdade natural (自然権の自由), enquanto o outro é a liberdade das relações sociais (社会的自由), ou a liberdade política” (NISHIMURA, v.37-1 in YAMAMURO e NAKANOME, 2009, p. 225-6). A primeira seria um direito inato, que descreve a capacidade dos seres humanos de fazerem “qualquer coisa que se julgar apropriado, conforme seus desejos”, mas que é inibido pela vida em sociedade, estipulando-se controles e proibições desenhados para ampliar a liberdade do povo, em detrimento da liberdade individual. Assim,

(...) devemos invariavelmente conduzir nossas vidas por meio de interações e associações. Ao fazermos isso, e considerando que o outro também possui liberdades como as nossas, devemos sacrificar mutuamente uma parte dessas liberdades, para aperfeiçoar os princípios morais nas relações sociais. (NISHIMURA, idem, p. 227).

Além de discussões sobre a liberdade comunitária, Nishimura estabelece a liberdade política enquanto direito à integridade física e à propriedade, traçando a necessidade dessa

preservação de direitos frente à ameaça de uma tirania. Para ele, “mesmo sem ser de forma deliberada, quando são promulgadas leis que restringem os direitos das pessoas sobre si mesmas e sua propriedade, podemos dizer que há uma obstrução da liberdade do povo” (NISHIMURA, *idem*, p. 228). Desse modo, o autor liga a ideia de liberdade à necessidade de mecanismos que a assegure, usando como base a legislação inglesa e as três classes de direitos do povo, sendo elas:

A primeira, o direito dos cidadãos de protegerem seus corpos, descreve a garantia que todo inglês tem contra danos direcionados à sua vida, sua saúde física e sua dignidade. A segunda classe, o direito à liberdade individual, descreve a garantia de que, excetuando casos proibidos por lei, todos podem agir de acordo com seus próprios desejos. A terceira classe, o direito à propriedade privada, descreve a garantia de que um indivíduo pode usar, receber ou vender aquilo que possui (seja a propriedade herdada ou adquirida de outrem), conforme desejar, sem ser restrito pelo governo. Assim, não há dúvida que, se tomarmos essas leis como modelo para a liberdade do povo, evitaremos qualquer grande erro (NISHIMURA, *idem*, p. 229).

Nishimura parte do pressuposto de que, quando um único governante ou um grupo pequeno de governantes detêm o poder em um país (como no caso das autocracias e das oligarquias), seu povo é incapaz de desfrutar da liberdade política. Contudo, conforme a população se iguala aos governantes em termos de conhecimento, é inevitável que o povo se volte contra o soberano, tomando o poder de suas mãos e almejando a liberdade (como no caso das monarquias constitucionais e das repúblicas). Sendo assim, “apenas em um país cujo poder político é distribuído por toda a sociedade, ou para sua maior parte, é que podemos encontrar um modelo com liberdade política” (NISHIMURA, *idem*, p. 231).

Por fim, contudo, o autor estipula que países como a Rússia e a Prússia possuem seus próprios motivos para não conferir liberdade política a seus cidadãos, apontando um nível menor, nesses países, no processo civilizatório. Segundo ele,

Primeiramente, embora o povo já seja iluminado (como é o caso da Prússia), ao se considerar os interesses do país inteiro, a liberdade é negada para que os cidadãos possam desfrutar dos benefícios adquiridos pela nação. A segunda explicação se dá no caso de nações (como a Rússia) cujos povos ainda não são iluminados e, por isso, não deveriam receber essas liberdades. Assim, a liberdade não deve ser concedida ao povo, pois os direitos políticos devem ser distribuídos por toda a nação. Por outro lado, quando o povo ainda não é iluminado, mesmo sendo-lhe fornecidos direitos pelo governo, ele não é capaz de preservá-los ou aplicá-los. Sendo assim, também não devemos culpar severamente esse tipo de política, em um país como esse (NISHIMURA, *idem*, p. 231).

Assim, Nishimura explica que o objetivo de uma sociedade iluminada é garantir a liberdade por meio da lei, mas, mesmo nos Estados Unidos, a liberdade social depende do sistema político e do nível de conhecimento do povo. Nakamura Masanao em sua série “Panorama da Cultura Ocidental”, estabelece a busca por um equivalente tradutório ao termo “liberdade” como o poder dos humanos de fazerem o que desejam, enumerando as traduções de Robert Morrison (primeiro missionário protestante enviado à China, em 1807) e Wilhelm Lobschied (missionário que compartilhou seus tratados médicos com os chineses), como “o princípio da auto-governança” (自主ノ理, *jishu no ri*) e “o poder da ação voluntária” (任意行之權, *nin'ikō no ken*), respectivamente. A partir daí, Nakamura estipula a “liberdade civil”, ou “o poder do povo de não ser oprimido ou controlado”, como base do governo esclarecido, desde que as leis de benefício público sejam honradas. Desta maneira,

Se eles falam do termo “liberdade religiosa”, portanto, eles querem dizer permitir que os homens sigam a religião que acreditam ser boa em seus corações, sem serem pressionados ou roubados de sua convicção por aqueles de cima. (...) Hoje, os europeus adquiriram a “liberdade” e seguem seus desejos, já que, em geral, foram capazes de destruir qualquer costume que menosprezasse as liberdades humanas. Sem que sejam silenciados por restrições inúteis, os indivíduos podem expandir suas aspirações e planejamentos para o benefício público. Os corações dos homens se movem diariamente em direção ao bem, prevalecendo a convenção de que a pena e a espada são iguais (NAKAMURA v.15-2 in YAMAMURO e NAKANOME, 2008, p. 58-9).

A tradução do conceito de liberdade estipulada por Mitsukuri Rinshō, por outro lado, tem como base a ideia de uma concessão, ao povo, do livre exercício de seus direitos (*kenri*), sem restrições por terceiros. Desse modo, ele enxerga a liberdade, seguindo a mesma lógica historiográfica de Nishimura, sob uma perspectiva política, como oposto à escravidão e ao estado déspota das monarquias, estipulando a urgência de que “todas ou, no mínimo, a maioria das pessoas invariavelmente participem do governo do país” (MITSUKURI, v. 9-2 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 310). Suas ideias e seu foco na liberdade do povo dão os primeiros indícios daquilo que levaria à descontinuação da revista em novembro de 1875, um enfrentamento direto para com os valores do governo Meiji.

Ele aponta que a existência dos *éforos*, os cinco oficiais administrativos do governo espartano, e o conselho de 30 representantes do povo, revela que os gregos antigos já possuíam uma certa concepção de liberdade, apesar de os assuntos privados e públicos serem todos determinados pelo governo. Esparta, assim, concedia a liberdade política para seu povo, mas não a liberdade individual, não passando de um Estado tirânico. Segundo ele, o governo espartano:

(...) intervinha nas relações entre pais e filhos, e entre cônjuges, regulando os assuntos familiares; dividia o povo em classes, atribuindo ocupações; censurava a literatura e limitava a educação, para que fosse direcionada ao único objetivo de garantir a força física; e aprovava leis rigorosas de supressão de hábitos de consumo extravagantes (MITSUKURI, v. 14-2 in YAMAMURO e NAKANOME, 2008, p. 33-4).

Desse modo, o Estado intervinha em todos os assuntos de seu povo e impedia que ele desfrutasse de liberdades individuais. Por outro lado, Atenas conferia liberdades individuais para seu povo, permitindo que seus cidadãos participassem nos assuntos governamentais ao mesmo tempo em que administravam “assuntos domésticos, como a escolha de utensílios, vestimentas e comida” (MITSUKURI, idem, p. 34). Para ele, os atenienses, excetuando-se os escravos, alcançaram a liberdade individual pois sua atenção estava voltada para o aprendizado e o conhecimento, desfrutando de um tempo de paz e tranquilidade que deu vazão a um desenvolvimento literário e artístico.

Roma, seguindo essa lógica, suprimiu a liberdade política de seus cidadãos, em troca da expansão de seu poder nacional, sobrevivendo a um período de guerras intermináveis. Em seguida, a elite militarista se apropriou do maquinário governamental e, empregando sua autoridade com pouca consideração para com o povo, transformou o país em um império, destruindo por completo a liberdade da população. Em seguida,

Os bárbaros alemães, que varreram a Europa e destruíram Roma, eram de fato incultos e ignorantes, mas não se deixavam ser limitados ou oprimidos por seus chefes, mesmo quando lutavam e caçavam nas montanhas e pântanos de sua terra natal. Visto que eram dotados pela natureza com a liberdade individual, eles foram gradualmente avançando em direção ao nível de iluminação. Eles foram, assim, capazes de preservar sua liberdade, conforme estabeleciam Estados na França, Itália, Alemanha e Inglaterra (MITSUKURI, idem, p. 36).

Com a queda do Império Romano, os povos hanseáticos se espalharam pela Europa, difundindo o conhecimento da Grécia antiga e os ideais de liberdade. Em seguida, o sistema feudal deu lugar a uma revitalização dos governos absolutistas, culminando com a célebre frase do Rei Louis XIV, da França, que declarou “L’État c’est moi”, ou “O Estado sou eu”. Para Mitsukuri, então, a Revolução Francesa trouxe consigo a proclamação pela liberdade, ecoada pelo povo norte-americano, que se firmou como nação independente da Inglaterra. Contudo, para ele, são poucos os povos europeus realmente livres.

Mesmo assim, e em suma, a partir do momento em que as pessoas experimentam a liberdade por um certo tempo, seus reis não conseguem mais restaurar poderes autocráticos e despóticos. Ao refletirmos sobre as tendências atuais, portanto, já que

várias nações alcançaram, independentemente umas das outras, o ponto de confiar o poder legislativo a representantes do povo, em parlamentos, isso é suficiente para indicar que o poder dos reis está gradualmente diminuindo, enquanto os povos estão se movendo em direção à plenitude da liberdade (MITSUKURI, idem, p. 38-9).

Para expandir essas discussões, então, Nishimura Shigeki inicia o volume 42 da revista, de outubro de 1875, com a palavra “direito” ou *kenri* (権利), iniciando uma discussão extremamente ligada à questão de “liberdade”. Novidade para o povo japonês, o termo necessitou de uma explicação detalhada e um esmiuçar de seus significados, desde o “lado direito” em oposição ao “lado esquerdo”, até o “direito” em oposição ao “dever”, devido à palavra *right* ser, curiosamente, uma das poucas homófonas homógrafas do inglês (contudo, Nishimura não insere comentários sobre o sentido da palavra como “certo” ou “justo”).

Dentro de um contexto de pensamento confucionista, cuja rígida hierarquia prezava pelo respeito e pela obediência aos mais velhos e aos veteranos, a apresentação de *kenri* em justaposição ou contraposição a “dever”, ou *gimu* (義務) representou um choque cultural. Para Nishimura, “o direito e a obrigação estão relacionados entre si. Se uma pessoa tem direitos, ela também tem deveres para com uma pessoa” (NISHIMURA, v. 42-1 in YAMAMURO e NAKANOME, 2009, p. 347). Assim,

Direito (*kenri*) é a tradução de *right* usado na Inglaterra. *Right*, originariamente, diz respeito a *Teutonic* e, do mesmo modo que o *jus* do Latim, é um termo que possui dois significados, de lei e de capacidade, enquanto talento. Atualmente, a palavra *right* da Inglaterra, praticamente perdeu o significado jurídico, transformando-se no significado de potencialidade, ou adquirindo outro sentido. O termo *kenri* (ou seja, *right*) utilizado hoje em dia, significa que se está em conformidade com a lei. Pode também, por meio da ajuda da lei, ou quando não se compreende a razão, ou quando sofrer prejuízo por outrem, é a palavra que designa a compreensão do que deve ser dada ao crime correspondente à sanção imposta pela lei. Os fundamentos do que é o direito, e os meios para se obtê-lo não são iguais; há os que o adquirem naturalmente, ou por contratos, ou ainda por perdão judicial, ou por herança, todos permitidos na definição das leis (NISHIMURA, idem, p. 347-8).

Supõe-se que Nishimura tenha dispensado explicações mais específicas sobre o que seria a “lei” devido à existência das palavras *hō* (法) ou *hōritsu* (法律), que já eram conhecidas como regras e códigos. Por exemplo, a obra histórica chinesa *Shi-ji* (史記), de Si-ma Qian (司馬遷, 145 a.C? - 86 a.C?), diz que só existem três leis, usadas para punir homicídios, danos físicos e roubos. Para além dessas, podemos também considerar as leis budistas, *dharma* ou *hō*, que pregavam seus ensinamentos pautados nos valores do bem e da virtude (美德, *bitoku*), bem como do dever (義務, *gimu*) e da justiça (正義, *seigi*). Em última instância, também, a lei pode ser encarada como as regras impostas para garantir as boas práticas.

Tais considerações devem ter sido alentadoras aos defensores desses direitos, com os quais o povo não era contemplado e pelos quais lutaram os primeiros “socialistas”, em 1880, reunidos sob duas organizações. A primeira, o Partido Social Oriental (東洋社会党, *Tōyōshakaitō*), fundada em 1882 na cidade de Shimabara, em Nagasaki, sob a liderança de Tarui Tōkichi, levantou a bandeira da “igualdade como ideal” e do “compartilhamento dos bens atribuídos pelos céus”, defendendo uma divisão justa de terras aos agricultores (TANAKA, 1930 *apud* KANO, 2014, p.232), enquanto a segunda, a *Tetsudōbashabokumetsu*, mais conhecida apenas como *Shakaitō* (車会党), foi criada em Tóquio por condutores de riquixá (*idem*).

Não queremos, com isso, afirmar que Nishimura foi um agitador. Muito pelo contrário, ele cumpriu sua importante missão de esclarecer o povo japonês sobre a existência dessas noções. Ao apresentar essas palavras, que estavam sendo importadas e que precisavam ser compreendidas e disseminadas pelo povo, o autor era capaz de estabelecer seu posicionamento diante do sistema imperial e governamental que se firmava com base no autoritarismo e na repressão à liberdade de pensamento e de expressão.

Contudo, é aparente que Nishimura também cumpriu o importante papel de formar uma consciência entre os trabalhadores, que, após a primeira guerra sino-japonesa (1894-1895), enfrentaram problemas sociais e criaram vários movimentos trabalhistas e partidos socialistas, como, por exemplo, o então proibido Partido Socialista Democrático (社会民主党, *Shakaiminshutō*) e chegando à Associação do Povo Comum (平民社, *Heiminsha*), que se opôs à guerra contra a Rússia, em 1903.

Kano Masanao acredita que os movimentos sociais dessa época, embora fracos, foram decisivos para gerar, no primeiro pós-guerra, uma duplicação entre uma linha parlamentarista, chamada *gikaishugi* (議会主義) e centrada em Tepei Katayama, e uma linha ativista, liderada por Shūsui Kōtoku, que criticou o imperialismo e deixou três fenômenos de destaque: a negação da sociedade vigente e a primeira apresentação teórica do que seria o socialismo; o desenvolvimento de uma teoria anti-guerra, pela Associação Heimin; e o anarquismo (KANO, 2014, p.234-242). Apesar disso, foi apenas após a Segunda Guerra Mundial que os direitos fundamentais do homem e o direito à vida ganharam garantias legais no Japão, com a Constituição de 3 de maio de 1947.

Contudo, antes de todas essas transformações, em seu “Compreendendo o ‘Direito’”, Nishimura expõe a relação entre o direito e o dever, estabelecendo que o direito ao usufruto de uma riqueza por uma pessoa implica o dever de outra pessoa de não cobiçar essa mesma riqueza. Ligando essas relações com sua base confucionista, também, Nishimura estabelece que o direito de receber respeito de um pai ou uma mãe é equacionado com o dever de seus filhos de oferecer esse respeito.

Na continuidade, ele acrescenta oito tipos de direito: “o direito natural; o direito atribuído; o direito conferido; o direito não conferido (inalienável); o direito suficiente (pleno); o direito insuficiente; o direito individual e o direito geral” (NISHIMURA, *idem*, p. 348-9) e passa a detalhar cada um deles:

O direito natural é o que diz respeito aos seres humanos, o direito sobre a sua vida, seu corpo e sua liberdade. Também há o direito sobre o que foi criado por ele com o seu trabalho. O direito de usar em comum o ar, a água e a luz. Esses são chamados de direitos naturais. Isso porque o ser humano recebeu um corpo que vive sob o céu e por ser um animal que possui uma racionalidade. Para cumprir esse tributo dos céus, não tem direito a possuir sozinho todos esses direitos acima mencionados (NISHIMURA, *idem*, p. 349)

A fim de deixar mais claro o direito atribuído, Nishimura explica o surgimento espontâneo das relações entre um mesmo povo, sobre as quais são acrescentados outros direitos, como “o direito do soberano com relação ao povo; o direito do comandante sobre os soldados, o direito do marido sobre a mulher, dizendo respeito também à riqueza ou ao contrato feito por cada uma das pessoas” (NISHIMURA, *idem*, p. 349).

Ele alega, também, que nos relacionamentos são imprescindíveis “o respeito ao soberano e a submissão dos soldados ao seu comandante, bem como cada um dos cidadãos proteger a sua fortuna e respeitar mutuamente os contratos” (NISHIMURA, *idem*, p. 349), esclarecendo que são os seres humanos que definem esses direitos acrescidos ao direito natural, e que, embora atribuídos ou concedidos, não são distintos do terceiro tipo de direito, ao qual dá o nome de “direito conferido”.

Sobre o quarto tipo de direito, Nishimura discorre sobre “a vida em comum com as demais pessoas” (人間交際上において, *jinkan kōsaijō ni oite*), utilizando-se das ideias recém-criadas de “sociedade” (社中, *shachū*) e de “sujeito” ou “indivíduo” (自己, *jiko*), sob o nome de “pessoa” ou “cidadão” (人民, *jinmin*):

Na situação natural do ser humano, todas as pessoas, com a inteligência e força que lhe foi atribuída pelo *criador* são seres que protegem a sua própria vida, sua liberdade e riqueza. No entanto, quando os cidadãos do céu e da terra ingressam na vida social, cada qual com seu próprio direito, em sua maioria, não o deve entregar a ninguém. A isso damos o nome de direito inalienável (NISHIMURA, *idem*, p. 350, grifos nossos).

Aqui, ele utiliza o termo *zōbutsusha* (造物者) para o que traduzimos como “criador”, muito provavelmente incorporando à palavra o sentido de “Deus”, como criador do céu e da terra na linha do cristianismo, ou tratando-o como equivalente. É possível, contudo, observar uma oscilação no uso dos termos, entre o que já existia dos conceitos confucianos sobre o soberano ou sobre o céu, e o que está acima da terra, como *ten* (天). E essa oscilação acontece também com outras expressões ou palavras que não faziam parte do idioma. Assim, o intelectual pormenoriza a explicação, como se os termos não fossem suficientes para dar conta de seus sentidos e de sua extensão em termos concretos, dizendo:

No caso de entregar (o direito) a alguém, deve fazê-lo perante o poder nacional e das leis. A vida, a liberdade e a riqueza são os direitos mais importantes de um ser humano. Portanto, se for para entregá-los ao poder nacional ou à lei, esses direitos, em vez de ficarem sob o domínio do próprio cidadão, devem ficar seguros e protegidos. Porém, em caso de urgência, ou em alguma situação de crise, em que não haja tempo hábil para a lei interferir, é possível proteger o seu direito com a sua própria força (NISHIMURA, *idem*, p. 350-1).

O autor deixa claro, contudo, que há direitos desenhados para acompanhar o sistema imperial vigente, altamente hierarquizado. Assim, ele acrescenta que, “o direito de um soberano sobre os cidadãos; o direito do marido sobre a mulher; e o direito do chefe sobre seus subalternos são todos iguais no país, sendo eles direitos inalienáveis” (NISHIMURA, *idem*, p. 351).

Dentre os dois tipos seguintes, o direito suficiente, ou pleno, consiste naquele que “o indivíduo consegue manter integralmente, com sua inteligência e força, e sem nenhuma concessão, sendo possível preservar nas relações sociais mediante a força da lei” (NISHIMURA, *idem*, p. 354), enquanto o direito insuficiente consiste naquele que, independentemente de sua inteligência e força ou da força da lei, o indivíduo não consegue manter integralmente. Assim, em geral, a vida, o corpo e as riquezas do ser humano, bem como “o direito da honra de uma mulher (esposa)”, podem ser consideradas seu “direito pleno”, uma vez que o prejuízo ou a invasão destes está sujeita a uma pena, por meio da lei, obrigando o infrator a algum tipo de ressarcimento.

O sétimo e o oitavo direitos descritos por Nishimura Shigeki são aqueles exclusivos a cada indivíduo, independentemente de sua posição hierárquica na sociedade e o direito pertencente à toda a humanidade. Segundo ele, o direito individual “diz respeito ao direito inerente a cada um, do soberano da nação, dos chefes, dos professores, dos cônjuges em seus relacionamentos etc.” (NISHIMURA, *idem*, p. 354), enquanto o direito geral restringe a capacidade de “reduzir o que é comunitário entre as pessoas e que foi atribuído pelo Criador” (*idem*), estabelecendo como imoral, por exemplo, que alguém devaste, por diversão, as terras de cultivo de vegetais, apesar de ser um direito comum aos humanos consumi-los. Assim, Nishimura cita o filósofo inglês William Paley, ao dizer que “de modo geral, aquilo que é de uso público, do povo, não deve ser definido como de uso privado” (NISHIMURA, *idem*, p. 352-4). Ele acrescenta, ainda, que:

Entre os direitos gerais, também se inclui o de não conseguir algo. Isso diz respeito ao direito de preservar seus pertences, destruindo os bens de outrem. Por exemplo, salvar o próprio navio jogando a carga alheia no mar, ou derrubar a casa do vizinho para evitar a chegada do fogo, tudo isso está fora do direito de uma pessoa. No entanto, coisas assim, quando feitas por si mesmos, acarretam impreterivelmente no dever de se pagar pelos danos (NISHIMURA, *idem*, p. 354).

Por fim, após a explicação dessas variedades de direito, o autor direciona seu discurso sobre o direito para o âmbito da moralogia, — para o qual ele utiliza *dōtokugaku* (道徳学), ou seja, acrescenta o sufixo *gaku*, de ciência, à moral¹⁰ — e como tal não é abarcada ou garantida pela lei. Ao escolher as letras 権 e 利 para grafar o conceito de “direito”, Nishimura estabelece uma conformidade entre a lei e a garantia conferida pelo imperador (上帝, *jōtei*), apesar de possuírem bases diferentes. “O ‘direito’, na moralogia, no entanto, em sua abrangência e amplitude, por vezes inclui o ‘direito’ que não é considerado enquanto tal pela lei” (NISHIMURA, idem, p. 354-5).

Em suma, como podemos ver, o período Meiji foi, sem sombra de dúvidas, um momento de efervescência de pesquisas e discussões sobre inúmeras questões, que acompanharam as mudanças ocorridas no país e seu rápido crescimento, sendo indiscutível que ainda restam muitas pesquisas a serem feitas sobre esse período, nas mais diversas áreas e temas. Dentre as grandes disputas daquele momento, pudemos explorar a introdução de conceitos ocidentais no vernáculo japonês, focando aqui nas noções de “civilização”, “liberdade” e “direito”, com base nas discussões protagonizadas por Nishimura Shigeki e seus colegas da revista *Meiroku*, devido à preocupação quanto a equívocos de sentido das palavras que passariam a fazer parte do cotidiano nipônico. Além disso, as discussões tinham como meta um projeto de educação de seu povo, para elevar o nível de relacionamento entre os indivíduos e tornar possível o desenvolvimento civilizatório da *bunmei kaika*.

Referências Bibliográficas

- ENOMOTO, Takashi. **Nihon bungakushi**. (História da literatura japonesa). Tóquio: Minerva shobō, 2010.
- HAMAJIMA SHOTEN HENSHŪBU (org.). **Shintei saishin kokugo binran**. (Mais novo manual prático de língua e literatura japonesa). Tóquio: Hamajima shoten, 2011.
- IKEUCHI, Teruo; MISUMI, Yōichi; YOSHIWARA, Hideo. (orgs.). **Shinsōgo zuzetsu kokugo** (Língua e literatura japonesa ilustrada). Tóquio: Tōkyō shoseki, 2010.
- KANO, Masanao. **Kindai nihon shisō annai**. (Apresentação do pensamento no Japão moderno). Tóquio: Iwanami Shoten, 2014 (1a. ed: 2009) Iwanami Bunko Bessatsu 14.
- MITSUKURI, Rinshō. Riboruchii no setsu. (Compreendendo a “Liberdade”) In: YAMAMURO, Shin’ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (jō)**. (Revista Meiroku I). Tóquio: Iwanami Bunko, 1999.
- MITSUKURI, Rinshō. Riboruchii no setsu - ni (Compreendendo a “Liberdade”: Parte Dois) In: YAMAMURO, Shin’ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (chū)**. (Revista Meiroku

10 *Dōtokugaku* (道徳学) será o tema que continuará sendo desenvolvido por Nishimura, mas é possível entender essa palavra traduzida como moral, enquanto a denominação de um valor geral, um princípio individual interno, instintivo, independente de uma lei coercitiva e exterior, reconhecido e compartilhado por uma comunidade de pessoas como um padrão para se discernir o bem e o mal. Um caminho correto a ser seguido pelas pessoas bem-intencionadas, em um meio social.

- II). Tóquio: Iwanami Bunko, 2008.
- NAKAMURA, Masanao. Seigaku ippan (Panorama da Cultura Ocidental) In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (jō)**. (Revista Meiroku I). Tóquio: Iwanami Bunko, 1999.
- NAKAMURA, Masanao. Seigaku ippan - yon (Panorama da Cultura Ocidental, Parte 4) In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (chû)**. (Revista Meiroku II). Tóquio: Iwanami Bunko, 2008.
- NAKAMURA, Masanao. Seigaku ippan - go (Panorama da Cultura Ocidental, Parte 5) In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (chû)**. (Revista Meiroku II). Tóquio: Iwanami Bunko, 2008.
- NISHI, Amane. Yōji o motte kokugo o shosuru no ron (Tese sobre a grafia da língua japonesa com o alfabeto ocidental) In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (jō)**. (Revista Meiroku I). Tóquio: Iwanami Bunko, 1999.
- NISHIMURA, Shigeki. Kokuji kaikakuron (Tese sobre a reforma da escrita nacional) In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (jō)**. (Revista Meiroku I). Tóquio: Iwanami Bunko, 1999.
- NISHIMURA, Shigeki. Seigo juuni kai - ichi. (Explicando Doze Palavras Ocidentais, Parte 1). In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (ge)**. (Revista Meiroku III). Tóquio: Iwanami Bunko, 2009.
- NISHIMURA, Shigeki. Jishu Jiyuu kai: seigo juuni kai - ni. (Compreendendo a “Liberdade”: Explicando Doze Palavras Ocidentais, Parte 2). In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (ge)**. (Revista Meiroku III). Tóquio: Iwanami Bunko, 2009.
- NISHIMURA, Shigeki. Kenri kai: Seigo juuni kai - san. (Compreendendo o ‘Direito’: Explicando Doze Palavras Ocidentais, Parte 3). In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (ge)**. (Revista Meiroku III). Tóquio: Iwanami Bunko, 2009.
- NISHIMURA, Shigeki. Tenkan setsu. (Sobre a Mudança). In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (ge)**. (Revista Meiroku III). Tóquio: Iwanami Bunko, 2009.
- TAKAHASHI, Masao. **Nishimura Shigeki**: Jinbutsu Soshō 118. (Coletânea personagens 118 Shigeki Nishimura). NIHON REKISHI GAKKAI (org.). Jinbutsu Soshō. Tóquio: Yoshikawa Kobunkan, 1987. Disponível em: <<https://japanknowledge.com/lib/en/display/?lid=91503V118P0185>>. Acesso em: 21/03/2021.
- RYŌIKI (I) NIHON NO GAKKŌ SEIDO NO GAIYŌ (Área I) Visão geral sobre o sistema escolar do Japão). In: **Universidade de Tsukuba**. Disponível em: <<http://e-archives.criced.tsukuba.ac.jp/data/doc/pdf/2006/11/200611011904.pdf>>. Acesso em: 23 /04/2021.
- Encyclopedia Britannica**, 2014. Ex-word dataplus, XD-K6700.

*Recebido em 17 de maio de 2022
Aprovado em 04 de outubro de 2022*

O DEBATE SOBRE A RELIGIÃO NA *MEIROKU ZASSHI* THE DEBATE ON RELIGION ON THE *MEIROKU* *ZASSHI*

*Antonio Genivaldo Cordeiro de OLIVEIRA*¹
*Andréa Gomes Santiago TOMITA*²

Resumo: O artigo apresenta os principais debates em torno do tema da religião no periódico *Meiroku Zasshi*. Partimos de uma análise dos termos utilizados para traduzir o conceito ‘religião’ para a língua japonesa moderna, observando o contexto cultural e político em que tal transferência cultural ocorria. As diferentes posições passavam pela exaltação da religião como parte essencial da civilização pelo impulso moral capaz de gerar coesão social e, portanto, vista necessária para o bom funcionamento do Estado. Apontavam distinção entre religião e superstição que deviam ser desencorajadas pelo Estado por representar ameaças à ordem pública. Outros defendiam a religião como elemento de articulação racional para garantir sustentação do governo. O debate mostra o processo de transferência, apropriação e de ressignificação desta importante categoria do pensamento Ocidental ainda bastante difuso no início da Era Meiji.

Palavras-chaves: *shūkyō*; religião e política; religião e diplomacia; superstição; transferências culturais.

Abstract: The paper presents the main issues debated at the *Meiroku Zasshi* on the theme of religion. Based on the terms used to translate the concept of ‘religion’ to the modern Japanese language, observing the cultural and political context in which that cultural transfer occurred. The different positions included the exaltation of religion as an essential part of civilization given its moral impulse capable of generating social cohesion and, therefore, a necessary view for the good functioning of the State.

1 Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; membro do grupo de pesquisa “Pensamento Japonês: princípios e desdobramentos”, cadastrado no CNPq pela USP; e-mail para contato: genoli73@gmail.com; número orcid: 0000-0002-2076-6973

2 Instituição: Faculdade Messiânica; membro do grupo de pesquisa “Pensamento Japonês: princípios e desdobramentos”, cadastrado no CNPq pela USP; e-mail para contato: andreatomita@hotmail.com; número orcid: 0000-0002-8585-1183

They pointed out a distinction between religion and superstition that should be discouraged by the State for representing threats to public order. Others defended religion as an element of rational articulation to guarantee government support. The debate shows the process of transference, appropriation, and resignification of that important category of Western thought, still diffused at the beginning of the Meiji Era.

Keywords: *shukyō*; religions and politics; religion and diplomacy; superstition; cultural transfers.

1. Introdução

A religião foi um dos tópicos discutidos no breve período de publicação da *Meiropusha*. O debate iniciado em 1874 relaciona-se diretamente à mudança da política de supressão do cristianismo no ano anterior com o fim da proibição e da perseguição aos seus seguidores que podiam ser denunciados por praticarem uma religião má³. No entanto, há vários outros acontecimentos internos e externos que podem ajudar a entender o motivo para o tema em debate.

A discussão sobre a religião se tornou exemplar para entender como o pensamento japonês elaborou o entendimento ocidental sobre a religião a fim de repensar sua realidade, readequá-la às exigências políticas internas e externas de então. Por um lado, a pressão internacional deixava transparecer o perigo do colonialismo já instalado nos países vizinhos; por outro, a situação interna aumentava os riscos de convulsão social em virtude do vácuo moral e espiritual que assegurasse a formação de uma identidade nacional em meio ao crescente processo de ocidentalização, capaz de piorar o cenário social e político.

No cenário externo, entre os esforços da nascente diplomacia japonesa para posicionar o Japão como nação em pé de igualdade com as demais nações ocidentais, destaca-se a Missão Iwakura (1871-1873). Nesta ocasião, os líderes japoneses se impressionaram com a importância dada à religião na Europa e Estados Unidos bem como pela má reputação do Japão em relação ao tema, dada a política de proscrição e perseguição ao cristianismo. Em Paris, a estada da Missão ficou marcada em especial pela conferência de abertura do Congresso Internacional de Orientalistas em 1873, com a participação do diplomata Samejima Naonobu, um dos componentes da referida embaixada. Essa conferência presidida por Léon de Rosny⁴, intitulada “Religiões japonesas”, marca não somente a inauguração da japanologia

3 Após o retorno dos missionários católicos para Nagasaki em 1865, a descoberta de aproximadamente três mil cristãos que viviam secretamente (隠れキリシタン - *kakure kiristan*) levou o governo a impor penosas punições, como o exílio e a morte de muitos deles. Isso foi noticiado na imprensa internacional e visto pelos diplomatas ocidentais como uma evidência da barbárie do Japão.

4 Os relatos dos missionários cristãos serviram de base para os estudos de Léon de Rosny, primeiro professor de japonês na França sem jamais ter ido ao Japão. (FURET, 1860). No mesmo período, também passava por Paris uma delegação budista que contava com a participação de Shimaji Mokurai. Após se encontrarem, Rosny se interessou pelo budismo japonês, que poderia encaixado na categoria de religião, mas desconsiderou o confucionismo e a tradição local *shintō* como ensinamentos religiosos (KRÄMER 2015, p. 140).

na França, mas leva a discussão sobre o papel da religião no Japão e a modernidade para o âmbito internacional.

Tais fatos mostram a atuação de intelectuais e políticos japoneses para a formação do entendimento das religiões japonesas no exterior e sua posterior aplicação no país. Na avaliação de Josephson, “a definição do que contava legalmente como ‘religião’ foi taticamente selecionada para apaziguar as potências ocidentais e ao mesmo tempo estrategicamente imposta aos súditos japoneses” (JOSEPHSON, 2012, p. 195).

No Japão, o termo ‘religião’ precisou ser discutido, em especial, por ser parte dos acordos internacionais impostos ao país pelas potências estrangeiras e, internamente, a nova realidade forçava a pensar sobre a relação entre religião e política e qual seria o papel da religião na sustentação do governo e na formação do Estado-nação moderno.

Os relatos dos missionários cristãos do século XVI serviram de base para a formulação do entendimento da ‘religião’ como algo diverso e distinto do cristianismo comum para os europeus. A utilização do *Kyôhô* (referência aos ensinamentos de Buda ou às doutrinas budistas) ajudou a fortalecer a ideia de que o cristianismo seria um desvio do budismo (idem, p. 69) e o discurso de religião má que deveria ser banida por representar um grande risco à estratégia centralizadora do regime xogunal que contava com o budismo como parte de seu arcabouço de controle.

A chegada do Comodoro Matthew Perry em 1853 marca a era dos Tratados de Amizade e Comércio do Japão com as potências ocidentais. Embora o principal propósito fosse o comércio, os interesses domésticos de muitos que patrocinavam as incursões no país visavam também a propaganda cristã. A pressão internacional para que a liberdade de crença se estendesse também aos japoneses ia além da defesa dos direitos humanos.

Em 1857, os holandeses tinham garantido o direito de liberdade de culto dentro da área sob sua jurisdição. Mas somente com Tratado de Amizade e Comércio Japão-Estados Unidos (*Nichibeï Shūkô tsūshô jōyaku*) de 29 de julho de 1858 é que a ‘religião’ aparece como “categoria diplomática” (idem, p. 71). O artigo 8º. desse tratado estabelecia que “Aos Americanos no Japão deve ser permitido o livre exercício de sua religião e para este propósito devem ter o direito de erigir lugares apropriados para seu culto” (idem, p. 78-79). A essa demanda se juntaram russos, holandeses, britânicos e franceses em intensas negociações para abrirem caminhos aos interesses missionários das diversas denominações protestantes, da Igreja Católica e dos Ortodoxos. Cabe mencionar que isso exigia a formulação de novos termos em japonês.

A palavra eventualmente apropriada foi *shūkyō*, significando literalmente, os ‘ensinamentos’ (教) de uma ‘seita’ (宗). Esta palavra tinha sido utilizada anteriormente em escritos técnicos budistas, mas não era parte do vernáculo. Muitos termos pré-modernos expressavam a ideia de fé ou designavam grupos praticantes de diferentes estilos de culto. Porém, o Japão pré-Meiji não concebia religião como um fenômeno geral do qual pode se destacar variações locais como Budismo, Judaísmo, Cristianismo etc. (HARDACRE, 2011, p. 3).

Nos tratados, o entendimento do termo era resultante de formulações teológicas e reflexo do cristianismo, codificado nos textos de leis internacionais justificando a liberdade de culto como um direito. No entanto, também no Ocidente, as nuances desse entendimento dependiam dos diferentes contextos e dos diferentes arranjos políticos locais. A tradução para o japonês era problemática, pois ao lado das agendas militares, também existiam interesses econômicos e políticos conflitantes e para os quais, a religião aparecia com importante papel nos procedimentos diplomáticos. Os negociadores japoneses, por sua vez, se dispunham a garantir os privilégios desejados, desde que fosse encontrado um meio para manter distante do país o ópio e o cristianismo (JOSEPHSON, 2012, p. 84), ambos vistos como grandes riscos que demonstravam o forte medo de ‘poluição estrangeira’ (grifo nosso).

2. Antecedentes ao debate

Além dos diplomatas, também os intelectuais entraram nas discussões sobre a religião. Dentre estes, destaca-se Fukuzawa Yukichi (1834-1901) por fomentar o avanço do conhecimento ocidental como contraponto ao neoconfucionismo e ao budismo.

Em *Condições no Ocidente - Seiyô jijô* de 1866, ao tratar da ‘liberdade’ no contexto dos direitos políticos, Fukuzawa se refere a religião usando o termo *shinkyô* (信教) para defender a liberdade de crença. Embora não defendesse o cristianismo propriamente, tendia a depreciar a religião popular do Japão considerando-a como baseada na ignorância. Para ele e outros membros da elite, a lealdade à nação era o mais alto valor visto que significava o compromisso com o enriquecimento do país e seu fortalecimento militar (*fukoku kyohei*). Porém, também se preocupavam com a falta de sustentação da autoridade capaz de gerar a necessária lealdade sem a qual o projeto de nação poderia ruir.

É extremamente difícil manter a moralidade sem religião. Os grandes pensadores do Ocidente constantemente sofreram com esse problema. Também... no Japão... nosso samurai tem conseguido manter uma alta moralidade pessoal enquanto ignora a religião... uma razão... é que estes são ajudados pelo confucionismo. (idem, p. 5).

Por outro lado, com base na história dos conflitos na Europa, Fukuzawa apontava o risco potencial da religião em causar distúrbios, defendendo que esta precisa ser regulada a fim de garantir o funcionamento apropriado de um Estado moderno. De modo prático, recomendava que o governo adestrasse a piedade autóctone, pois à medida que as massas se tornassem mais racionais poderiam se desfazer tanto da superstição quanto da religião, por meio do cultivo da lealdade, assim como fazia a elite (idem, p. 6).

A obra *Gakumon no Susume* (1872-1876) reflete as mudanças já ocorridas no país e contribuiu para a popularização do termo *shûkyô* que logo seria consagrado com a publicação da *Bunmeiron no Gairyaku*. Nesta última, Fukuzawa examina o papel da religião

no desenvolvimento da civilização no Japão tratando-a como algo estritamente interior, uma espécie de consciência interna que não pode ser forçada de maneira alguma e ao mesmo tempo a considera como vetor necessário para a moral. Em seu entendimento, as práticas nativas eram obsoletas para cumprirem esse papel. Em sua leitura, baseado no princípio ocidental da separação entre Igreja e Estado, o budismo, para ser considerado uma religião, precisava ser expurgado do excesso de política que o envolvia, enquanto o confucionismo ficaria restrito à uma filosofia e a tradição *shintô* ainda não teria se estabelecido como religião. Por isso concluiu que não havia religião no Japão (JOSEPHSON, 2012, p. 202).

Em 1875, Fukuzawa afirmava que a tradição “*shintô* ainda não estabelecera um corpo doutrinal [...], sempre fora o fantoche do budismo [...], sendo somente um movimento insignificante que tenta avançar tirando vantagem da Casa Imperial em um momento de mudança política” (in HARDACRE, 2011, p. 7). Embora tenha trabalhado nesta diferenciação, igualava religião à superstição e não se declarava adepto de nenhuma delas (*shikyô fushin*)⁵.

Nesse período, o governo promovia a Grande Campanha de Promulgação (*Taikyô senpu undô* 1870-1884), embasada em um grupo de especialistas nativistas e ativistas para compor e propagar um credo nacional vagamente embasado na tradição *shintô*⁶. Por outro lado, eruditos como os membros da Meirokusha fomentavam os debates sobre como levar a ‘civilização e as luzes’ (*bunmei kaika*) para a formação do Japão moderno, com uma forte crítica à ‘superstição’ e aos esforços do governo para doutrinar o povo na ideologia formulada pelo Estado.

Nas décadas seguintes, inúmeros ajustes ao cenário religioso foram sendo feitos. A partir de 1890, merece destaque a campanha antisuperstição que vigorou até as duas décadas do século XX. A educação sistemática encampou a mobilização para erradicar as superstições através dos livros didáticos sobre pedagogia moral que tinham por base as lições de Inoue Enryō (1858-1919) sob os títulos: *Meishin ni ochiru na* (Não caia em superstição!) e *Meishin wo sakeyo* (Evite a superstição!) (HARDACRE, 2011, p. 9).

Ao mesmo tempo, a reação defensiva contra o Imperialismo Ocidental foi alimentando o nacionalismo japonês e rapidamente levou à formação de um fenômeno ideológico e semirreligioso próprio, denominado posteriormente de Xintoísmo de Estado⁷, essencial para

5 A atitude de Fukuzawa para com a religião em geral e para com o cristianismo em particular era contraditória e evoluiu ao longo de sua vida. Ainda jovem expressou sua repugnância pelo cristianismo. Mais tarde, após seu filho Ichitarô expressar o desejo de ser batizado em 1884, sua atitude ficou mais branda e se retratou de sua oposição à propagação do cristianismo no Japão. (HARDACRE, 2011, p. 17).

6 O credo oficial foi composto de modo burocrático por um pequeno número de nativistas (*kokugakusha*), principalmente da facção de Hirata Atsutane que ocuparam cargos no início do governo Meiji.

7 O debate em torno dessa formulação é bastante denso e está distante de apresentar um consenso. A denominação Xintoísmo de Estado foi dada pelas Forças de Ocupação em suas Diretivas pós rendição do Japão que pós fim a Segunda Guerra Mundial (DDSS, 1993). Josephson adota a expressão *shintô* secular definindo-a como “uma ideologia híbrida articulada em relação à pessoa do imperador, distinto da religião, para resultar uma subjetividade japonesa unificada” (JOSEPHSON, 2012, p. 19) na tentativa de assegurar a formação de uma nação-estado.

a sustentação do governo Meiji. Além de ser usado para suprimir as religiões consideradas heterodoxas do período, tal instrumento adequou a Casa Imperial que finalmente emergia como fonte transcendental da moralidade projetada na estrutura ou política nacional (*kokutai*), para assim moldar a desejada fidelidade dos súditos.

Além das ações oficiais orquestradas por um órgão central, Hardacre destaca o papel da mídia que surge em meio a essas transformações como agente não governamental na busca de estreitar a esfera das religiões toleradas e ajudar a suprimir as associações religiosas, fomentando a desaprovação pública generalizada (idem, p. 11). A autora afirma que “o projeto de secularização do Japão alinhou as instituições sociais, forçando as religiões a responderem a isso e permitindo a mídia criar um papel lucrativo policiando a religião” (idem, p. 14). Em virtude do delicado período de transição, o governo logo buscou realçar os limites sobre a liberdade de expressão e de imprensa, reforçando a propagação de sua base ideológica por meio do sistema educacional. Apesar do curto período de publicação, a *Meiroku Zasshi* registrou um intenso debate sobre o processo de elaboração do entendimento da religião no Japão.

3. O debate na *Meiroku Zasshi*

A *Meiroku Zasshi* é apontada como um marco no aprofundamento da discussão sobre as possíveis traduções para o termo religião e a popularização do equivalente *shūkyō* em meio ao debate sobre a liberdade de crença. Tal debate preparou o caminho para o que seria estabelecido posteriormente na Constituição de 1889, onde religião foi estabelecida como um tipo particular de crença interior assegurada pelo Estado. Deste modo, se apaziguavam os ânimos e interesses internacionais e ao mesmo tempo permitia-se um rigoroso controle interno das manifestações exteriores que pudessem pôr em risco a construção da desejada identidade nacional uniforme (JOSEPHSON, 2012, p. 21). As discussões envolviam a crítica iluminista⁸ e científica sobre o que poderia ser considerado superstição e o que seria religião e revelam que não havia um consenso sobre quais práticas japonesas poderiam ser classificadas como religião.

O debate da religião, conectado ao tema da civilização e do progresso, além de seu papel e limites em uma nação-Estado moderno, buscava tanto conciliar os fundamentos da tradição *shintō* (tal como defendidos inicialmente pelo governo) quanto adequar-se às exigências das potências internacionais de garantia de liberdade de propaganda cristã. Quatro foram as posições principais:

8 Thomas Havens em sua análise sobre o pensamento de Nishi destaca que “por ‘iluminação’, os japoneses não entendiam simplesmente a filosofia do iluminismo europeu, mas buscavam alcançar um processo de desenvolvimento semicientífico no qual a ignorância fosse progressivamente transformada em um entendimento cosmopolita do mundo por meio da investigação racional e empírica” (apud DENECKERE, 2016, p. 221).

Um defendia um tipo de modernidade cristã, outro defendia a religião como algo fundamentalmente além do conhecimento humano, o terceiro argumentava que a religião seria a soma do conhecimento humano e a posição final focava na religião como verdadeiramente limitada e como um estado interior para o qual era essencial a liberdade. [...]. Em resumo, os escritores mapearam os diferentes contornos dos possíveis significados para religião, demonstrando que estava longe de ser um processo de transferência fixo ou uma imposição ocidental hegemônica. Os intelectuais japoneses tiveram um papel tático significante para intervir no significado do termo no tocante ao Japão (idem, p. 206).

O debate sobre a religião na Meiroku Zasshi				
Parte	Vol	Ano/mês	japonês	inglês
Tsuda Mamichi - Métodos para avançar no Iluminismo				
			- <i>Kaika wo susumuru hōhō wo ronzu</i>	<i>Methods for Advancing Enlightenment</i>
Única	3	1874/?	p. 117-121	p. 38-43
Nishi Amane - Sobre a religião				
			- <i>Kyōmonron</i>	<i>On Religion</i>
1	4	1874/04	p. 155-160	p. 50-52
2	5	1874/04	p. 176-183	p. 59-62
3	6	1874/04	p. 209-212	p. 73-75
5*	8	1874/05	p. 288-291	p. 109-111
6	9	1874/06	p. 312-319	p. 119-122
7	12	1874/07	p. 383-388	p. 152-155
Mori Arinori - Religião				
			- <i>shūkyō</i>	Religion
Única	6	1874/04	p. 220-230	p.78-82
Shibata (Masakichi*) - Comentários sobre o Direito Internacional				
			- <i>Phillimore Bankoku kōhō no uchi shūkyō wo kanzuru shō</i>	<i>Discussions Relating to Religion from Phillimore's "International Law"</i>
Única	6	1874/04	p. 230-237	p. 83-86

Kato Hiroyuki - A Igreja e o Estado nos Estados Unidos				
			- <i>Beikoku seikyō</i>	<i>Church and State in America</i>
1	5	1874/05	p. 195-201	p. 67-70
2	6	1874/04	p. 213-219	p. 75-78
3	13	1874/06	p. 409-415	p. 164-166
Tsuda Mamichi – Os três sábios				
			<i>Sanseiron</i>	The Three Sages
Única	21	1874/11	p. 217-219	p. 266-267
Kashiwabara Takaaki - Dúvidas sobre a teoria da religião				
			- <i>Kyōmonron Gimon</i>	<i>Doubts on Nishi's Discussion on Religion</i>
1	29	1875/02	p. 39-46	p. 359-363
2	30	1875/03	p. 62-65	p. 370-372
3	31	1875/03	p. 89-93	p. 383-385
Nishi Amane – Os três tesouros do ser humano e do mundo				
			- <i>Jinsei Sanbōsetsu</i>	The Three Human Treasures
1	38	1875/06	p. 179-181	p. 462-467
2	39	1875/06	p. 273-280	p. 475-479
3	40	1875/08	p. 297-307	p. 486-491
4	42	1875/10	p. 356-363	p. 513-516

As páginas fazem referência à YAMAMURO e NAKANOME (1999, 2008 e 2009) e BRAISTED (1976).

4. Autores e síntese de suas ideias

Tsuda Mamichi (1829-1903), um dos primeiros estudantes enviados para estudar fora do país, em seu ensaio sobre os “Métodos para avançar no Iluminismo” (開花を進むる方法を論ず *kaika wo susumuru hōhō wo ronzu*), busca conectar a religião com a moralidade para assim alcançar o progresso da população. Usa o termo *hōkyō* 法教, que literalmente significa os ensinamentos da lei ou do *Dharma*. Em suas abordagens, considera que no Japão havia duas religiões: *shintō* e budismo. Por considerar a religião como essencial para alcançar a civilização, defende que o governo deveria escolher a melhor. Na sua visão, o cristianismo

era considerado uma “invasão que não podia ser evitada tal como uma torrente impetuosa” (TSUDA, v.3-5 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 120).

Esta posição chegou a ser defendida por oficiais do governo tendo em vista os benefícios que resultariam para as relações diplomáticas. De fato, o cristianismo experimentou considerável crescimento acompanhado do entusiasmo pelos costumes ocidentais e favorecido por uma nova rodada de negociações para a revisão dos ‘Tratados Desiguais’.

A conversão para o Cristianismo, parecia para alguns membros da administração ser o caminho para o governo japonês transformar o status da nação aos olhos do ocidente. Isso parece que não estava enraizada em uma adesão pessoal ao cristianismo, uma vez que estes altos funcionários não se converteram pessoalmente à fé crista. (JOSEPHSON 2012, p. 209).

No entanto, a oposição a tal ideia era forte não apenas entre os membros da sociedade como por parte da população em geral que temia um efeito destrutivo do cristianismo à cultura japonesa e até uma guerra civil. Para justificar tal posição lembravam, a história das guerras religiosas na Europa (BALLHATCHET, 2011, p. 357). Em resposta a esses questionamentos, outros japoneses convertidos buscavam conciliar o cristianismo com as virtudes ditas características do ‘espírito japonês’ (*nihondamashi*) na busca de um cristianismo próprio para o Japão⁹.

Para tanto, ao invés de defender o modelo americano de separação entre Estado e Igreja, o papel da religião poderia ser enfatizado para fortalecer a lealdade ao trono como nas monarquias europeias (idem, p. 368). Consequentemente, também o cristianismo seria apropriado pelo nacionalismo que se fazia cada vez mais crescente na busca da adequação entre religião e governo.

Em outro pequeno ensaio intitulado “Os três sábios” (三聖論 *sanseiron*), Tsuda faz uma comparação entre os ensinamentos de Buda, Cristo e Confúcio para reforçar que embora profundos e os ensinamentos dos três tenham se tornando bases da moralidade, também são “por vezes hipotéticos e imperfeitos” (TSUDA, v.21-2 in YAMAMURO e NAKANOME, 2008, p. 218). Os ensinamentos dos três apontam igualmente para a centralidade do ser humano como o único que deve ser venerado em todo o universo. Após defender que todos os seres humanos seriam ‘irmãos’, e caso essa consciência fosse alcançada por todos, Tsuda ‘prediz’ que se realizariam concomitantemente os princípios religiosos de todos os que acreditam em um Deus Criador, nos ensinamentos do Cristo, de Buda ou de Confúcio. Este entendimento, foi seguido por vários líderes religiosos do Japão na formulação dos princípios de seus novos movimentos religiosos que se formaram buscando uma síntese dos demais sistemas religiosos já firmados e primando sempre pela moralidade como base da ação humana.

9 Uma análise desses movimentos cristãos autóctones surgidos com essa inspiração é apresentada por Mark Mullins em sua obra **Christianity Made in Japan** (1998).

Nishi Amane (1829-1897), grande conhecedor e posteriormente crítico do pensamento confuciano, foi também enviado à Holanda onde centrou seus estudos em economia, direito e ciência política. Na maioria dos textos publicados na *Meiokusha* trata de questões religiosas e filosóficas.

No geral, sua visão é fortemente marcada pela mescla entre as tradições orientais e ocidentais. Por um lado, a teoria confucionista do ‘bem, beleza, capacidade e refinamento’ (*shan mei liang ueng*) e, por outro, a teoria grega da ‘bondade e beleza’ (*kalosk’ agathos*). Essa realidade fica evidente, sobretudo, na abordagem contida em diversos conceitos tratados por ele no Japão do período Meiji.

Após anos de estudo no exterior, Nishi viveu os desafios da tradução de culturas. Traduziu ‘estética’ por *zenbigaku*, ou seja, ‘ciência do bem e da beleza’. Segundo Marra (1999), a premissa dessa opção tradutória era sua convicção na estreita relação entre ética e estética. Para ele, o indivíduo versado em belas artes é bom; e somente quem é eticamente bom, compreende a beleza.

O termo *oshie* (em japonês 教, também lido por *kyô* em outras palavras) que aparece no início da *Hyakuichi Shinron* (101 Novas Teorias) é explicado por Nishi como um processo de cultivo que, a rigor, conjuga regulação da família, ordem do Estado e paz do mundo. Tal conteúdo é visto originariamente na obra clássica chinesa “O Grande Estudo” (大学 da hsüe): “Si uno no se reeduca a si mismo, no puede ordenar la familia; si no ordena la familia, no puede ordenar el reino; si no gobierna el reino, no habrá paz em el mundo.” (BORAO, 2012, p.45)¹⁰

Entre os números 4 e 12 da *Meioku Zasshi*, Nishi publicou uma série de artigos intitulados “Sobre a religião” (教門論 *kyômonron*), dividido em 6 partes, em que ele inicia uma reflexão sobre a escolha da religião, a partir de seu ponto de vista:

Ao ser questionado sobre minha opção religiosa, digo que escolho a que for verdadeira. No entanto, diante da impossibilidade de conhecer de antemão qual religião é verdadeira, devem optar por aquelas que se aproximam da verdade. Quando me perguntam o método para tal escolha, explico-lhes que não devem se ater aos costumes, se importar com as tradições familiares ou levar em conta as críticas ou elogios por parte das pessoas em geral. Também não devem depender das recomendações alheias ou discutir sobre os prós e contras. Digo-lhes que escolham a verdade do seu coração; optem pelo se aproxima da verdade. (NISHI, v.9-3 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 312)

Posteriormente à reflexão sobre fé e suas implicações com o mundo público e privado, Nishi publicou uma série de 5 artigos sobre “Conhecimento” (知説 *chisetsu*) em que tratou sobre sabedoria, verdade, dentre outros pontos.

10 Para não fazer tradução da tradução, deixaremos o texto na língua original da fonte citada.

Nishi rejeita o termo utilizado por Tsuda e opta pelo termo *kyōmon* também ligado ao budismo que significa literalmente os portões para o ensinamento. Conforme a nota da versão japonesa aqui utilizada, Nishi usa por vezes o termo *kyōhō* 教法, outras vezes opta apenas pelo primeiro ideograma *kyōhō* 教 (NISHI, v.4-4 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 155)

O entendimento de Nishi sobre a religião seria resultado de quatro fontes de inspiração: O Clássico das poesias da China Antiga, as ideias de Ogyu Sorai sobre o Céu, a doutrina do Zhu Xi e o evolucionismo de Comte (SAITÔ, 2006, p. 16). Também é possível destacar a influência Rousseau do *Contrato Social* sobre a necessidade de alcançar uma sustentação para o governo.

Seu ponto de partida é a afirmação sobre um tipo particular de fé em algo que é desconhecido.

A religião é embasada na fé (*shin* 信); esta é enraizada em algo que não pode alcançado pelo conhecimento humano. [...]. Os princípios (*Ri*理)¹¹ [que governam o campo da fé], portanto, não estão ao alcance humano. De fato, quando as pessoas comuns que consideram árvores, pedras, insetos e animais como uma divindade (*kami* 神), bem como o erudito que acredita no Céu (*Ten*天), na Princípio (*Ri*), ou em um Soberano Supremo (*Jōtei*上帝)¹², todos acreditam sem conhecer. Não obstante suas crenças serem diferentes, seu ato de fé é o mesmo” (idem, p. 155-6).

Posteriormente, a discussão avança para a esfera do indivíduo apontando os limites da escolha individual, algo impossível de ser manipulado ou impostos por argumentos mesmo que oficiais. Por isso, “*os governantes devem permitir a liberdade de crença e não podem*

11 *Ri* era uma noção fundamental para a tradição Neo-Confuciana da dinastia Song, e mais precisamente na Escola Zhu Xi, que era a doutrina oficial durante o período de formação intelectual de Nishi (SAITÔ, 2006, p. 6).

12 Nishi refere-se ao Soberano Supremo (上帝 *Jōtei*) no qual acredita ser distinto das tradicionais acepções asiáticas de Céu (*Ten*) e Razão ou Princípio (*Ri*). Este termo tinha conotação política acentuada (ÔNO 1997, p. 118-122). O termo chinês *shangdi* aparece com frequência Livro da Poesia (詩經 Ch. *Shi jing*, Jap. *Shikyō*) um dos textos canônicos confucianos. Nestes poemas “Senhor do Alto” é visto como a personificação divina do Todo-Poderoso que expressa e impõe seus desejos e se mostra capaz de propiciar por um lado a felicidade aos governantes virtuosos da terra (senhores terrenos), e por outro, levar os desastres naturais para os maus (SAITÔ, 2006, p. 12). A emergência desta divindade coincide com a supremacia dos Shang e a unificação da China pelo primeiro imperador Qin em 221 a.C. que punha fim a pluralidade dos reinos combatentes. Os últimos soberanos desta dinastia se atribuíam o título *di* 帝 (上帝 *shangdi*) habitualmente traduzida nas línguas ocidentais pelo título de imperador (CHENG 1997, p. 54). Com a decadência da dinastia Shang e a ascensão da dinastia Zhou (aproximadamente entre o século XI a 256 a.C.) se instaurou uma nova ordem política com uma base claramente religiosa. Nessa, o *Soberano do alto* foi substituído pela divindade suprema própria dos Zhou, o *Céu*. Os registros da época mostram uma sistemática mudança do vocabulário, o *di* (帝 divindade suprema) passa a ser substituído por *tian* (天 *céu*) tendo-a como divindade suprema seria o “Senhor dos céus” (天主). Essa diferença de terminologia para se referir entendimento ocidental de Ser Supremo ou “Deus” aparecerá nas diferentes traduções de textos cristãos missionários protestantes e católicos (SUZUKI, 2006, p. 154).

nunca levar as pessoas a crerem nisto ou descrer daquilo” (grifo nosso) (idem, p. 156). Nishi desenvolve um diálogo, com questionamentos que poderiam surgir a seu posicionamento. O primeiro dos quais é se ‘o abandono de um deus em favor de outro’ implicaria na perda da fé. Sua resposta assume a posição de que o conhecimento permitiria chegar a superação de tudo o que na crença religiosa fosse falso:

O ser humano acredita apenas naquilo que assume como sendo verdadeiro uma vez que a fé não tem substância. Quando as pessoas comuns têm fé nas árvores, pedras, insetos e animais, também, acreditam no que pensam ser verdade. Elas irão abandonar sua fé quando perceberem minimamente sua falsidade (idem, p. 157).

Embora defenda a total liberdade de crença, Nishi defende que o Estado deveria controlar as expressões exteriores na esfera pública da fé. Para Josephson, isso implicaria uma “radical interiorização daquilo que seja permitido crer” (JOSEPHSON 2012, p. 212), uma vez que as crenças poderiam representar também eventuais riscos na construção da desejada unidade nacional.

E se uma religião interferir na estrutura nacional (*kokutai*¹³)?” Deve querer saber se a religião pode eventualmente prejudicar a estrutura nacional se, como previamente afirmado, o governo deixa a religião para as preferências individuais na suposição de que este não tem poder para afirmar ou negar a fé. ... responderia que os poderes do Governo não estão na mesma esfera que os rumos da religião. Portanto, os homens seguem as leis seculares desde seu nascimento até a morte na terra e o governo somente pedem a eles para obedecerem sua legislação sem inquirir suas consciências. O que o governo deve reforçar é a preservação de um governo tranquilo pela união do povo, formando um Estado e evitando que o injusto comprometa o justo. (NISHI, v.4-4 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 157-8).

Para finalizar a primeira parte, reafirma que áreas do governo e da religião são inteiramente separadas, menciona brevemente as relações entre os diferentes Estados, para apontar as teocracias, como um exemplo dos males que a religião pode causar ao Estado (idem, p. 159-160).

Na segunda parte, Nishi continua expondo os perigos da ligação entre religião e Estado com base na experiência da Europa medieval. Apresenta os casos da França e Inglaterra, bem como a institucionalização da excomunhão e da inquisição e apresenta os católicos

13 O termo era associado a uma ininterrupta linhagem dos soberanos que se diziam descendentes da deusa do Sol. Nishi aparentemente, teria retirado o aspecto místico do termo estabelecendo o estado estritamente em fundações seculares.

como um grupo indiferente a separação entre Igreja e Estado alcançado na modernidade. Após esses exemplos, apresenta o possível questionamento sobre quais seriam os meios para garantir a separação entre Estado e religião. Os oficiais do governo deveriam executar a supervisão das religiões (*shikyô no gamon* - 司教ノ衙門 cf. NISHI, v.5-2 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 177).

Estamos interessados apenas em prevenir os danos da religião ao governante temporal, protegendo este princípio estritamente e punindo quem o transgride [...]. Se quisermos que o governo controle minimamente questões internas ao coração, enviar ordens para cada lar se mostrarão inevitavelmente inadequadas. Mesmo com tortura, como poderá alcançar algo contra pessoas que agem externamente sem seguir seus princípios internos. Existe uma antiga obviedade que os comandantes dos grandes exércitos podem ser capturados, mas as pessoas mais humildes não podem ser privadas de suas resoluções. É suficiente, portanto, se os departamentos de governo para a supervisão das religiões proibirem somente as contradições externas com as leis temporais da nação sem se preocupar com o que as pessoas acreditam em seus corações (idem, p. 178).

Para evitar os possíveis riscos, caberia aos oficiais do governo supervisionar somente os aspectos externos das manifestações religiosas. Isso seria feito metodicamente por meio de proibições dos seguintes pontos: disputas entre as seitas religiosas que possam causar conflitos; credos que perturbem os ritos estabelecidos, a moral e os costumes; proibição das doações monetárias compulsórias para todos os habitantes de uma vila, da construção de santuários e templos sem autorização e da realização de cultos religiosos fora dos templos autorizados pelo governo; os ritos fúnebres de diferentes religiões devem ser restritos também aos seus cemitérios bem como uma lista pormenorizada de expressões religiosas exteriores. Para assegurar a liberdade de crença, Nishi defende que seria passível de punição qualquer tentativa de impedir a mudança de religião, assim deve se permitir a liberdade também para os agnósticos, bem como para os que possuem uma fé pluralista. Todas essas determinações deveriam fazer parte de “código legal para a supervisão das religiões” (idem, p. 180).

Nishi trata também da delicada questão do respeito ao imperador e seu poder de liderança defendendo a obrigação absoluta de respeitar sua autoridade mesmo com pena de morte ou exílio para quem infringir tal princípio. Porém, não deixa de fazer sua crítica a ideia de que o rei ou imperador fosse considerado como ‘aparição de deus’ defendido ferrenhamente nas décadas seguintes. Para reforçar a sua posição, descreve as atividades dos monarcas europeus sem que estes precisem levar seus súditos a “venerá-lo como um *Buda Vivente* do Tibet (西藏の生仏)” (idem, p. 180).

Ainda assim, se o governo quer que o povo acredite no rei ou imperador como um Deus (Amatsu-Kami 天神) como fonte da verdade, ou como criador, por que a nação deveria fazer o mesmo? Reis e imperadores são inegavelmente humanos, mesmo que possam ser altamente honrados. [...] mais ainda, quem irá acreditar na falsidade do governante

se ele tenta se comparar com os chamados deuses e igualar seu poder com o Criador ou com o Suprassumo de todas as coisas. (idem, p. 179).

Tal posição punha em xeque o entendimento de religião e o sistema criado em torno da tradição *shintô* em conexão com a Casa Imperial. Por fim, retoma a separação entre o temporal e espiritual ao afirmar que seria ‘estranho’ para o Estado interferir na concessão de títulos e status próprios de cada religião. Deste modo, evitar-se-ia adotar uma religião pelo Estado.

A terceira parte começa com a enfática defesa da absoluta separação entre governo e religião (NISHI, v.6-2 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 209). Para tanto, fazia-se necessária clarificar as bases sobre as quais o governo seria estabelecido. Defende a dinastia japonesa, fazendo as devidas diferenciações com as nomenclaturas chinesas, ao mesmo tempo tenta enquadrá-la no panorama internacional.

Que o Japão deve ser governado por uma dinastia é a glória de nosso sistema nacional que absolutamente não permite compromisso. Não obstante, devemos refletir sobre o fato de algo que possa depender de uma divina permissão do deus sol lembra com proximidade a antiga dinastia do Peru. Mais ainda, se os plenos poderes para governar forem exercidos pelo soberano sobre o povo pelo poder da Graça dos Céus (*Tenshoku* - 天職), esses direitos serão os mesmos que aqueles que os governantes de todos os países detêm. Pois é artificial tentar agora elevar o soberano a nível de um deus e como a tradicional terminologia chinesa nas relações estrangeiras é contrária ao fato, deveríamos nos adequar ao uso internacional [de atribuir o poder de governar do soberano à Graça dos Céus] (idem, p. 209-210).

Segue seu posicionamento destacando o papel do governo em expandir a educação como meio para que a fé pudesse ser elevada naturalmente sem interferência oficial. A diferenciação entre religião e educação por ele proposta, é exemplar do entendimento em voga de que as crenças consideradas vulgares seriam superadas ‘pelo intelecto civilizado e iluminado’.

Estão tão separadas como o céu e a terra, pois as inúmeras artes e ciências civilizam e iluminam os intelectos, enquanto a religião está enraizada em uma área que não alcança o intelecto e surge da fé. A fé, por sua vez, se tornará mais elevada à medida que a educação avance. De fato, a crença em raposas, serpentes, duendes (*tengu*) e similares se mostrarão falsas se avançarmos nos estudos de zoologia. Conhecimentos sobre a eletricidade, tempo e meteorologia) irão esclarecer as dúvidas relativas às crenças nos deuses do trovão, relâmpagos, ventos e chuvas. Crenças em um lago de sangue e montanhas de espadas serão destruídos pelo estudo da geologia. A falsidade das crenças em antigas lendas será naturalmente revelada pelo estudo da ‘paleontologia’ e pela familiarização com as ‘mitologias’ de todos os países” (idem, p. 211).

A quarta parte foi suprimida por um erro de numeração sendo apresentada na versão original como quinta. Seguindo sua crítica às superstições, deixa escapar sua formação confuciana reafirmando que o governo, à exemplo da responsabilidade dos pais para com os filhos, deve cuidar para que o povo se inclinasse para uma boa religião e evitasse a superstição. Apesar de reforçar seu entendimento do ato comum para a fé, faz uma diferenciação entre as pessoas com extensivo conhecimento que podem ser elevadas na fé em um Ser Supremo (*Jôtei Shusai* - 上帝主宰), e as pessoas comuns que acreditam em raposas, texugos, serpentes e insetos (NISHI, v.8-5 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 289).

Nishi usa os adjetivos ‘autêntico’, ‘simples’ e ‘puro’ para definir o objeto de crença de uma pessoa letrada, e os adjetivos ‘inepto’, ‘grosso’, ‘vulgar’ e ‘desordenado’ para descrever os objetos de crença dos sem educação. A partir dessa classificação, pode-se constatar sua visão evolutiva sobre a crença (SAITÔ, 2006, p. 12). Para ele, seria o exemplo dos sábios, e não por imposição que as pessoas comuns superariam esse tipo de crença visto como inferior: “O sábio irá exercer plenamente seu poder de indulgência e persuasão pelo aclaramento de sua fé. Assim, o fanatismo e as superstições das pessoas comuns serão também inteiramente reformados por meio de um gradual processo de mudança” (NISHI, v.8-5 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 290). Nesse desejado processo de purificação das crenças, destaca a proeminência das regras éticas e de propriedade para a organização social em detrimento das diferentes formas de culto que variam de acordo com as diferentes seitas e seriam deixadas para as preferências individuais (idem, p. 291).

A sexta parte do ensaio parte da escolha individual da fé, como resultado de uma opção por aquilo que seja verdade, ou o que pareça mais aproximado, resultante de uma seleção metódica:

Devemos escolher aquilo que em nossos corações parece ser verdadeiro sem que seja resultante de costume, ligado a tradição familiar ou influenciado pela opinião pública. [...] Ninguém, seja o monarca ou pai não seria capaz de conhecer a mentalidade de cada um, de modo que a escolha seria resultado de uma ‘consciência individual’ (*sei*性) que é de foro íntimo de cada indivíduo. (NISHI, v.9-3 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 312).

Quanto à questão das escolhas individuais, vale lembrar que durante o período Tokugawa (1600-1868), toda a população deveria ser registrada em um templo budista sem exceções. Deste modo, o sentido de pertença religiosa era passado por gerações independente das crenças pessoais. Para falar dessa escolha individual, Nishi usa o termo *dokuchi* 獨知, ou “o conhecimento que apenas a pessoa mesma pode ter” (SAITÔ, 2006, p. 12; cf. NISHI, v.9-3 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 314). A partir dessa reflexão da escolha individual, traduz também o termo consciência para expressar que somente o indivíduo e não um senhor seria capaz de julgar se sua ação é boa ou má.

Percebe-se aqui o caráter inovador de suas ideias dada o passado histórico das determinações dos senhores. Ao entrar em questões mais filosóficas, reconhece mais adiante que isto é possível para as pessoas letradas com certo nível de conhecimento e não para as pessoas comuns.

Ao introduzir as questões filosóficas, Nishi retoma a noção chinesa de Céu e na qual tenta assimilar “os termos ocidentais ‘razão’, ‘princípio’, ‘lei natural’ e ‘ideia’ em seu sentido platônico” (SAITÔ, 2006, p. 5). Assim seria possível entender melhor sua posição sobre a relação entre conhecimento e a fé, uma vez que a situa além dos limites do conhecimento e pode ser apontada como um dom dos céus (天賦 *tenpu*) (NISHI, v.9-3 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 315). Este dom é ‘distribuído’ ou ‘partilhado’ (*fusu* 賦ス) para todas as pessoas. Caberia a cada indivíduo se adequar à vontade dos céus (天意 Jap. *ten’i*, Ch. *tianyi*), pois aquele que respeita os princípios dados pelos Céus¹⁴, se beneficia da eterna felicidade, tanto neste mundo como além deste. Por outro lado, aquele que não o observa é condenado a sofrer neste mundo e mesmo após a morte. Isso revelaria, o sentido absolutamente espiritual dado ao termo (SAITÔ, 2006, p. 2 e 13).

O Céu é, portanto, o garantidor da universalidade no critério de bom e mal e de como esse critério é atribuído para cada pessoa. Tais ordenações estariam acima do governante terreno. Por isso, esse princípio de todo poder pode ser chamado de *Jôtei*, Governante Supremo ou mesmo *Kami* e as pessoas conscientes dessa “causa de sua existência, deveriam seguir a Deus com respeito, amor e temor” (NISHI, v.9-3 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 318-319).

A última parte começa com os possíveis questionamentos sobre a necessidade de crer em um ser supremo (上帝にある信じ), uma vez que os princípios éticos e morais estiverem firmados em bases sólidas. Tal ideia é o princípio da discussão do Contrato Social de Rousseau. Sua resposta reafirma a ‘fé’ como base para a virtude humana e a base de toda sua conduta (NISHI, v.12-1 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 384). Em seguida faz algumas digressões para enfatizar uma vez mais o ato de crença de pessoas simples e suas supostas superstições, para chegar ao ato de fé dos sábios pelo mais alto grau de esforço em entender a mente e a natureza como fazem os filósofos.

Para finalizar, questiona os líderes e intelectuais que querem promover a lealdade e patriotismo, a civilização e as luzes, o enriquecimento do país e o fortalecimento bélico no país. Segundo Nishi, eles não alcançarão tais objetivos se não tiverem uma moral clara e princípios bem fundados. Em seguida faz uma defesa da necessidade de ter fé para assegurar a desejada independência do país:

14 Embora a ideia de respeito aos Céus fosse defendida amplamente por muitos intelectuais influenciados por textos confucianos, será posteriormente descartada. Inoue Kowashi considerado o principal articulador do Rescrito Imperial sobre a Educação, deliberadamente evitou a expressão “respeito pelo Céu e veneração pelos espíritos divinos” (*keiten sonshin* 敬天尊神), para se distanciar das claras conotações chinesas e reforçar a imagem de um imperador completamente japonês. A única utilização é na expressão *tenjō mukyū no kōun* 天誦無窮ノ皇運, o eterno destino imperial enviado dos céus (SAITÔ, 2006, p. 19).

Fé, é, portanto, a base de toda conduta e das virtudes humanas como fundamento para o ato de governar os outros e controlar a si mesmo. Somente depois de termos estabelecido os grandes princípios da fé poderemos gozar de saúde e segurança do corpo bem como da paz e força do país. No entanto, as fundações para nossa segurança nacional ainda não estão estabelecidas, nosso povo ainda não alcançou totalmente as luzes e ainda sofremos os insultos dos países estrangeiros. Ainda mais, a real verdadeira riqueza de nosso país vem diminuindo diariamente enquanto os costumes do nosso povo vêm se tornando cada vez mais frívolos. Tendo já desperdiçado muitos anos de nossas vidas, quais serão as consequências disso nos anos vindouros se continuarmos a agir dessa maneira? Como poderemos falar de independência se esta frivolidade permanecer? (idem, p. 387-8).

Feito tal exaltação da fé em conexão com o real risco que o país enfrentava de perder sua independência e sua cultura, retoma ao seu ponto seguro de afirmação da fé e da moralidade - o 'céu'. Finaliza destacando como os reinos podem emergir e serem destruídos se as pessoas não ouvirem os apelos de 'arrepentimento' já apresentados por profetas e sacerdotes como fora o caso do antigo reino bíblico de Israel.

No âmbito da política nacional, a aplicação do pensamento tradicional confuciano sobre Céu se deu com a junção das ideias do filósofo holandês Cornelis Willem Opzoomer para reforçar sua crítica de que “o Confucionismo nunca faz uma clara distinção entre política e moralidade. [...] Criticava ainda que em virtude da alegação antiguidade, o confucionismo permanecia estático e incapaz de inovação” (SAITÔ, 2006, p. 4). No âmbito internacional, Nishi acreditava que a moral ocidental poderia permitir uma base ética satisfatória para a sociedade reforçando a ideia da *Paz Eterna* de Kant. Porém, reconhecia as limitações do Direito Internacional¹⁵ exaltando o uso do poder como meio para alcançar a paz desejada. Embora exaltasse os tratados de amizade e comércio, defendia que para o Japão, proteger os seus direitos e evitar os insultos de outros países, o fortalecimento militar era o primeiro requisito (HACKETT 1959, p. 220).

Entre junho e outubro de 1875, Nishi publicou 4 artigos intitulados “Teoria dos três tesouros do ser humano e do mundo” (人世三宝説 *jinsei sanpô setsu*). Nos números 38 e 39, ele discorre sobre qual regra deve ser respeitada no geral para que o indivíduo se aproprie de seus ‘três tesouros’ em meio às relações interpessoais. Para ele, os três tesouros são: 1) saúde (*mame* ou *kenko* 健康), 2) sabedoria / conhecimento (*chie* ou 知識), e 3) riqueza (*tomi* ou 富有). Sua intenção é apresentar os princípios para que os indivíduos avancem em termos morais e cultivem virtudes.

15 As notas de Nishi sobre Direito Internacional foram publicadas em 1866 em quatro volumes intitulados *Bankoku kōhō* 萬國公法, o primeiro estudo japonês sobre o tema. Também supervisionou a edição do primeiro dicionário em japonês de terminologia militar publicado em 1881 e apontado como uma obra essencial para o desenvolvimento das normas e regulações do exército japonês (HACKETT, 1959, 215 e 217).

Ele esclarece que a ordem social (社会秩序) nasce a partir da regra que respeita e valoriza os ‘três tesouros’. E ainda que os direitos e deveres (法律的な権利・義務) nascem do aspecto negativo que não viola os ‘três tesouros’ do outro indivíduo. Prossegue explicitando que o princípio ético (倫理的道義) a partir do aspecto positivo é que promove os ‘três tesouros’ do outro.

A certa altura, Nishi afirma que prejudicar a saúde, o conhecimento e a riqueza “de outro homem é como enganá-lo, abafá-lo, caluniá-lo, mentir para ele e coisas semelhantes”. Portanto, honrar os três tesouros humanos e compartilhá-los com os outros, ou seja com o mundo, é a base da moral defendida por Nishi. É a partir daí que nasce a compaixão humana (*jin* 仁) e o realização da justiça (*gi* 義). (NISHI, v.39-1 in YAMAMURO e NAKANOME, 2009, p. 475)

Kashiwabara Takaaki (1835-1910), sua formação médica o levou a traduzir várias obras ocidentais sobre a questão. Em discordância direta com a posição de Nishi, Kashiwabara publica suas “Dúvidas sobre a teoria da religião” (教門論疑問 *kyōmonron gimon*), onde rejeita a ideia de que a fé seja embasada na falta de conhecimento, mas sim a partir da solução da dúvida. Ao contrário de Nishi, defendia que o governo não poderia permitir falsas crenças em nome da liberdade de religião e teria a obrigação de cuidar para que saíssem dessa dependência. Uma vez que que “algumas pessoas adquiram a fé por meio das virtudes, outros vendem a fé por meio de trapaceas” (KASHIWABARA, v.29-3 in YAMAMURO e NAKANOME, 2009, p. 40). Em sua visão, a religião não teria nada a temer diante da ciência, da qual não deve estar separada nem se distanciar da educação. Após mencionar a crença dos ocidentais, marcadas pelo esclarecimento acadêmico que lhes permitiu superar as piores expressões resultantes da religião, contrapõe a realidade do Japão, onde muitos homens e mulheres “são dependentes e confusos pelas religiões selvagens (*hiya no Kyōmon* - 鄙野ノ教門)” (idem, p. 42) por acreditarem em árvores, pedras, insetos e animais.

Sua preocupação principal em relação a fé era de que esta fosse a base de sustentação para o governo.

Primeiro conquistamos a confiança (信) de um homem antes de expandir uma religião e assumir o governo. Tendo conquistado sua a confiança, a ordem do governo será cumprida e a religião será estabelecida. Se a fé ainda não existe, as ordens do governo não serão cumpridas e as admoestações não serão observadas. [...] Em resumo, a dificuldade não está em acreditar, mas em levar outros a acreditar. (idem, p. 40).

Mais adiante enfatiza sua posição:

A lei não poderá funcionar se o governo não tiver princípios e o povo não irá se submeter ao governo se não tiver religião. *As pessoas não devem nunca ficar sem religião* (grifo nosso), mesmo por um dia. Viver luxuriosamente sem religião é semelhante (ao nível) dos animais. Religião tem o mesmo objetivo que o governo. (idem, p. 45).

Novamente em uma comparação com os cerimoniais oficiais no Ocidente, marcados pelo ofício religioso, Kashiwabara reitera sua convicção de que “às pessoas não se deve permitir acreditarem segundo suas vontades. Se a religião for reta e verdadeira, a fé irá crescer e se aprofundar à medida que se tornarem ‘esclarecidas’ e sua fé irá se tornar cada vez mais essencial para o governo” (idem, p. 45-6). Kashiwabara finaliza se opondo a teocracia, pois esta seria apenas um truque para enganar as pessoas insensatas.

Na segunda parte, após apresentar o papel que a religião teve na restauração e na destruição de Roma, afirma que a fonte dos males estaria nos homens e não na religião. A religião deveria funcionar então como “apelo ao coração humano, para se manter reto em sua moralidade e no ordenamento familiar” (KASHIWABARA, v.30-3 in YAMAMURO e NAKANOME, 2009, p. 63). Defende ainda a necessidade da motivação virtuosa como a resultante da religião ao invés de uma punição como vistas ao sucesso do governo.

Na terceira parte, apresenta as antigas lendas bíblicas como a de Noé, para então questionar a “ininterrupta linhagem imperial” apontada como “extremamente duvidosa” (疑うべき) (KASHIWABARA, v.31-4 in YAMAMURO e NAKANOME, 2009, p. 90). Traça um paralelo com a linhagem dos reis ancestrais do Peru também ditos descendentes do deus do Sol. Isso seria prova de que um dos príncipes da linhagem imperial do Japão teria chegado à deriva até estabelecer a dinastia usando símbolos e linguagens semelhantes às do império japonês.

Após reafirmar a necessidade de que todos tenham uma religião, se opõe a ideia de que a religião tenha uma natureza celestial (*Tennen* 天然). Se assim o fosse seria “inadequada para corrigir o mal” (idem, p. 92). Apresenta ainda sua oposição aos ensinamentos confucianos e budistas, vistos como inadequados para mover as pessoas da ignorância. A fusão destes com “cultos supersticiosos de insetos, animais, árvores e pedras, resultou em confusão” (idem, p. 92). Portanto, seria urgente para o governo escolher e promover uma ‘nova religião’ que fosse apropriada para remediar tais males.

Kashiwabara finaliza apresentando um questionamento que fica em aberto sobre o poder da linguagem e da religião na persuasão das pessoas.

Tem sido dito que a nação deve escolher a melhor religião, ou deixar que o povo venere como queira ou ainda que escolha ecleticamente das várias religiões que formam os costumes nacionais. Essas propostas são todas simplificações. Eloquentes oradores não podem penetrar nos ouvidos humildes e ensinamentos superiores são inadequados para guiar homens medíocres. O que um homem superior pensa é dúvida para o inferior e o que satisfaz um idoso é ridicularizado pelo jovem. As pessoas que se deleitam no novo detestam o antigo e aqueles que admiram o antigo suspeitam do estranho. [...] Se não houver líderes sólidos, uma religião não será praticada mesmo que seja verdadeira em princípio e as teorias não serão acreditadas, não obstante sua razoabilidade. De fato, a dificuldade real na fé é a dificuldade de fazer os outros acreditarem. Não seria oportuno pensar o caminho da religião para além do poder da linguagem? (idem, p. 93).

Mori Arinori (1848-1889), fundador da Meirokusha, em sua estadia nos Estados Unidos viveu em uma comunidade religiosa onde escreve em inglês sobre religião. Em 1871 publica *Life and resources in America* e no ano seguinte *Religious freedom in Japan*. Este foi “provavelmente preparado com propósito diplomático para demonstrar o potencial comprometimento do Japão com a liberdade religiosa e extinguir os obstáculos de importação do cristianismo no Japão” (JOSEPHSON, 2012, p. 214-215). Para ele, a religião é um direito individual que não estaria sujeito à interferência religiosa ou pressão de lideranças.

Mori, em “Religião” (宗教 *shūkyō*) faz um apanhado das posições até então apresentadas, para defender que o Estado não deveria se ocupar de educação religiosa. Deveria se preocupar apenas em prevenir os possíveis abusos especialmente quanto à vida humana e a propriedade.

Enquanto Tsuda sustenta que a melhor diretriz é escolher a melhor religião no mundo e estabelecê-la como Igreja nacional, Nishi sustenta que o plano meritório seria estabelecer permanentemente a liberdade religiosa e a completa separação entre igreja e estado de acordo com os respectivos princípios de religião e governo. Sinto que matérias religiosas devem ser deixadas à preferência individual das pessoas, pois a responsabilidade do governo é somente proteger a vida humana e a propriedade. (MORI, v.6-4 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 220).

Retomando o entendimento Ocidental de religião desde Cícero, Mori defende que esta seja algo naturalmente parte de todo ser humano. Em seguida apresenta as principais ideias da Sessão sobre Religião da obra *Direito das Gentes* de Emmer de Vattel. Após apresenta sua posição reforçando-a com os argumentos de Robert Phillimore para apontar os males que a religião poderia trazer aos direitos individuais, à desejada soberania das nações e às relações internacionais. Pois, “a soberania total de um país só poderia atestada com a total liberdade e independência também em assuntos religiosos” (idem, p. 226). A retomada dos questionamentos apresentados à interferência papal na Europa servia para reforçar sua oposição à propaganda católica que ia sendo retomada no país.

Seu pequeno ensaio termina reforçando a ideia de que a religião é um direito de escolha do indivíduo, mesmo que suas crenças sejam distintas da religião de Estado e em caso do governo não permitir a prática de suas crenças devem ter o direito de deixar o país (idem, p. 228-9).

Além dessas discussões mais densas, outros autores participam do debate com pequenos trechos sempre destacando a conexão da religião com a esfera política.

Katō Hiroyuki (1836-1916), um dos fundadores da revista, também participou da discussão apresentando um ensaio sobre “A Igreja e o Estado nos Estados Unidos” (米國

政教 *beikoku seikyō*)¹⁶ no qual optou por traduzir religião com o termo *shintō*. Após expor as determinações constitucionais sobre o lugar da religião, expõe as particularidades de alguns Estados para falar dos limites de tolerância em termos de crença e prática religiosa. Ao reforçar a “liberdade de consciência”, destaca “importância de nunca usar a religião para encobrir crimes” (KATÔ, v.13-1 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 409). Na sequência, exalta a família no modelo cristão ocidental como base do Estado e esclarece sobre as formas de celebração civil e religiosa do matrimônio. Conclui sua argumentação afirmando que “embora seja importante para o governo sempre reconhecer o direito de liberdade religiosa, não deve tolerar imoralidades e erros entre seus súditos” (idem, p. 415). A continuação prometida do texto não se concretizou. Nota-se aqui o destaque do aspecto moral de sua posição.

Shibata Masakichi (1842-1901) no volume três apresenta uma pequena discussão com base no sumário da Obra **Commentaries Upon International Law** (1854) de Robert Phillimore. Traduz um trecho para mostrar que “o Estado tem o direito de suprimir outras religiões quando seu objetivo não seja a tranquilidade nacional” (SHIBATA, v.6-3 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 231). Retomando a posição de George Friedrich von Martens, descreve como as guerras resultantes de religiões nem sempre apresentavam uma razão totalmente religiosa, geralmente há uma disputa entre governo e religião. Afirma ainda que as questões religiosas tomam um aspecto secundário às questões políticas e finalmente diz que os fatores políticos terminam por induzir ações contrárias aos interesses religiosos (idem, p. 234-5).

Conclusão

O debate exposto mostra como eram utilizados vários termos para expressar o conceito de religião revelando um entendimento ainda bastante difuso no início do Período Meiji. Embora não fosse novidade para os japoneses lidar com a importação de ideias de cunho religioso, pois tanto “o Japão, quanto a China, tinham uma longa tradição de manipulação da religião” (BALLHATCHET, 2011, p. 353), a realidade do final do século XIX exigiu um esforço intenso de apropriação do entendimento de religião que também passava por transformações próprias da modernidade no ocidente.

Mais ainda, a dimensão política se estendia para a nascente diplomacia japonesa. As ambiguidades nos termos utilizados revelam como os tradutores oficiais tiveram dificuldade em interpretar o termo ‘religião’ nos tratados impostos ao Japão a partir de 1858. No entanto, as inconsistências nas traduções em japonês seriam parte dos esforços táticos dos diplomatas japoneses para tentar conter as atividades missionárias e prevenir o cristianismo (JOSEPHSON, 2012, p. 19). Josephson chega a defender que o entendimento moderno de religião se deve mais às disputas de poder na diplomacia internacional do século XIX do que ao discurso acadêmico iluminista (idem, p. 73).

16 O artigo é uma tradução da obra de Joseph Parrish Thompson, **Kirche und Staat in den Vereinigten Staaten** (1873).

Os diversos termos propostos em japonês revelam a efetiva participação dos intelectuais locais na definição do que seria religião para o pensamento japonês. As posições iam desde a exaltação da religião como parte essencial da civilização pelo impulso moral capaz de gerar coesão social e, portanto, vista necessária para o bom funcionamento do Estado; passavam pela distinção entre religião e superstição que deviam ser desencorajadas pelo Estado por representar ameaças à ordem pública e até havia aqueles que defendiam uma articulação racional para garantir sustentação do governo Meiji.

Os defensores dessa última posição almejavam o ajuste burocrático da figura imperial com base na matriz *shintô* e ao mesmo tempo garantir espaço para o budismo e o cristianismo (idem, p. 218). A formulação burocrática e ideológica acabou sendo propagada pelo Estado e terminou subordinando todas as expressões de crença religiosa como instrumento de propaganda estatal tanto no Japão como nas áreas de expansão do império japonês.

Como apresentado, os membros da *Meiokusha* teceram uma forte crítica não somente as chamadas ‘superstições’ da população em geral, mas também ajudaram a rejeitar a ideia de uma religião de Estado para o Japão. Dada a firmeza de suas ações, ajudaram a moldar a visão da sociedade preparando o fracasso da campanha oficial, levando o governo à aceitação da liberdade religiosa limitada, tal como defendia Fukuzawa e demais membros da sociedade. Este princípio foi incluído na Constituição Meiji de 1889. No entanto e apesar da oposição, não conseguiram fazer avançar suas críticas à ideia da divinização da figura do imperador que até então podia ser discutida.

Além desse aspecto negativo do uso ideológico da religião, podemos destacar também a preocupação com as questões da moralidade e dos valores éticos, bem como uma tentativa de síntese a partir das grandes tradições religiosas e preservando o que era considerado característico da cultura japonesa. Este aspecto levou ao surgimento de novas expressões da religião que posteriormente ganharam espaço no Ocidente.

Fugiria ao escopo deste artigo, mas cabe ressaltar que grande parte das Novas Religiões Japonesas (NRJ) comporta aspectos morais e éticos em suas doutrinas. Um exemplo delas é a atual religião Perfect Liberty que, em seus primórdios, chamava-se Hito-no Michi e tem sido classificada por estudiosos como Susumu Shimazono como NRJ de cunho ético-moral. Mesmo outras NRJ, derivadas das pioneiras Oomoto ou Tenrikyo, que se caracterizam pela integração de crenças nativas e aspectos teórico-religiosos, de alguma forma, trazem diversos elementos próprios de uma ética peculiar permeada por elementos confucionistas, a exemplo do que brevemente tratamos, sobretudo, nas propostas de Nishi Amane sobre religião.

Em conclusão, podemos apontar que o processo de apropriação do conceito de religião, mostra-se distante da ideia de ser mera imposição de uma categoria de pensamento importada do Ocidente. O caso aqui apresentado se revela emblemático para entendermos os processos de transferências culturais tal como proposto por Espagne e Werner (1988).

Essas transferências culturais implicam a criação de relações entre dois sistemas autônomos e assimétricos, sem que se ponha em risco a identidade nacional, mas sim reafirmando a identidade da cultura receptora (ESPAGNE e WARNER 1988, p. 193). São as necessidades específicas do sistema de acolhimento que operam uma seleção retendo as

ideias e textos que lhes possibilitem novas conjecturas e formulações (ESPAGNE, 1999, p. 286). Ou seja, são as realidades políticas, econômicas ou religiosas do contexto anfitrião que determinarão as reações de apoio ou resistência a novas implantações.

ROCHER (1993) aplicou esse entendimento aos processos de transferências de noções e ideias religiosas no contexto sino-japonês. Ele considera que a transferência de conceitos está além da problemática do erro, e se coloca sob o imperativo das transformações” (1993, p. 12). Os conceitos ‘estrangeiros’ são raramente percebidos como uma alteridade ameaçadora no momento de suas importações. O que se constata é um processo estrategicamente complexo de seleção e assimilação para finalmente alcançar a maturidade com novos sistemas de pensamento que resultarão em reapropriações ou mesmo inversão de sentidos do conceito importado. Ou seja, uma cultura que empresta termos exógenos, após dominá-los poderá dar-lhe uma valoração diferente e até mesmo inversa da existente no contexto de origem do termo.

Como vimos, as realidades política, econômica e religiosa do Japão no início da era Meiji propiciaram ou mesmo forçaram a transferência do entendimento de religião que se encontrava em franca negociação também no Ocidente. Em termos linguísticos, o debate aqui apresentado, foi essencial para a consolidação do vocábulo *shūkyō* (宗教) que terminou por influenciar o termo chinês (*zhongjiao* 宗教) e o coreano (*chonggyo* 종교). Além disso, esse debate desencadeou um longo processo de absorção, resistência e negociações até alcançar um certo consenso. Isso se constata no sentido de pertença e participação religiosa muito próprios do Japão e, por isso, apontado como ambíguo se analisado simplesmente pelos critérios ocidentais. Igualmente, é possível destacar como essas discussões foram o embrião para a formação das ‘novas religiões japonesas’ que se firmaram no país e se lançaram nos processos de expansão pelo Ocidente e, concomitantemente, apresentam contribuições marcantes para o estudo das particularidades do fenômeno religioso no Japão.

Referências

- BALLHATCHET, Helen. Confucianism and Christianity in Meiji Japan: the case of Kozaki Hiromichi. **Journal of the Royal Asiatic Society**, 120, p. 349-369. Published online: 15 March 2011.
- BORAO, José Eugenio. La “Escuela de traductores de Manila”: Traducciones y traductores em la frontera cultural del Mar de China (Siglos XVI y XVII). In: JIMÉNEZ, Isaac Donoso (ed.) **Historia cultural de la lengua española em Filipinas: ayer y hoy**. Madrid: Editorial Verbum, 2012.
- BRAISTED, William Reynolds (tr). **Meiroku Zasshi**. journal of the Japanese enlightenment. Tokyo : University of Tokyo Press, 1976.
- CHENG, Anne. **Histoire de la pensée chinoise**. Paris: Éditions du Seuil, 1997.

- DDSS - Directives for the Disestablishment of State Shinto. In MULLINS, SHIMAZONO e SWANSON (Eds.). **Religions and Society in Modern Japan**. Nagoya, Asian Humanities Press, 1993. p. 97-102.
- DENECKERE, Mick. The Japanese enlightenment: a re-examination of its alleged secular character. In **Global Intellectual History**. Vol. 1, N° 3, 2016. p. 219-240.
- ESPAGNE, Michel e WERNER, Michel. Présentation. **Revue de synthèse: IVe S.** No. 2, avril-juin 1988.
- ESPAGNE, Michel. **Les transferts culturels franco-allemands**. Paris. PUF. 1999.
- FURET, L. T. **Lettres à M. Léon de Rosny sur l'Archipel Japonais et la Tartarie Orientale**. Paris: Maisonneuve, 1860. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6580334f>>. Acesso em: 06/07/2021.
- HACKETT, Roger F. Nishi Amane-A Tokugawa-Meiji Bureaucrat. **The Journal of Asian Studies**, Vol. 18, No. 2 (Feb., 1959), p. 213-225. Association for Asian Studies. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2941683>>. Último acesso: 06 jul 2021.
- HARDACRE, Helen. The formation of secularity in Japan. **Paper presented at Secularism beyond the West, Onati, Spain**. Disponível em: <<http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:8843159>>. Último acesso: 10/07/ 2021.
- KASHIWABARA Takaaki. Kyômoron Gimôn. [Dúvidas sobre a teoria da religião] In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (ge)**. (Revista Meiroku III). Tóquio: Iwanami Bunko, 2009.
- KATO, Hiroyuki. Beikoku seikyô. [A Igreja e o Estado nos Estados Unidos] In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (jô)**. (Revista Meiroku I). Tóquio: Iwanami Bunko, 1999.
- KRÄMER, Hans Martin. **Shimaji Mokurai and the Reconception of Religion and the Secular in Modern Japan**. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2015.
- MARRA, Michele. **Modern Japanese aesthetics: a reader**. Honolulu: University of Hawai'i Press, 1999.
- MORI, Arinori. Shukyô [Religião]. In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (jô)**. (Revista Meiroku I). Tóquio: Iwanami Bunko, 1999.
- NISHI, Amane. Kyômoron. [Sobre a religião] In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (jô)**. (Revista Meiroku I). Tóquio: Iwanami Bunko, 1999.
- NISHI, Amane. Jinsei Sanbôsetsu. [Teoria dos três tesouros do ser humano e do mundo] In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (ge)**. (Revista Meiroku III). Tóquio: Iwanami Bunko, 2009.
- ÔNO, Susumu. **Nihonjin no kami** [Os deuses dos japoneses]. Tóquio: Shinchô bunko, 1997.
- ROCHER, Alain. La trahison crétarice: anatomie du transfert notionnel en Asie. In **Revue TTR: traduction, terminologie, rédaction**. Vol VI n°2, Montréal. 1993. p. 11-37. Disponível em: <<https://www.erudit.org/fr/revues/ttr/1993-v6-n2-ttr1479/037149ar/>>. Último acesso:

20/07/2021.

SAITÔ, Takako. The Meaning of Heaven according to Nishi Amane. In HEISIG, James (ed.). **Frontiers of Japanese Philosophy** Vol.1. Nagoya: Nanzan Institute for Religion & Culture, 2006.

SHIBATA, Masakichi. *Phillimore Bankoku kôhō no uchi shukyō wo kanzuru shō*. [Discussões sobre a religião em 'Lei internacional' de Phillimore] In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (jō)**. (Revista Meiroku I). Tóquio: Iwanami Bunko, 1999.

SUZUKI, Norihisa. **Seisho no nihongo**: hon'yaku no rekishi [A Bíblia em japonês: história da tradução]. Tóquio: Iwanami Shoten, 2006.

TSUDA, Mamichi (a). Kaika wo susumuru hôhō wo ronzu. [Métodos para avançar no Iluminismo] In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (jō)**. (Revista Meiroku I). Tóquio: Iwanami Bunko, 1999.

TSUDA, Mamichi (b). Sanseiron. [Os três sábios] In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (chū)**. (Revista Meiroku II). Tóquio: Iwanami Bunko, 2008.

Recebido em 17 de maio de 2022
Aprovado em 03 de junho de 2022

O DEBATE SOBRE ELEIÇÕES DIRETAS NAS PÁGINAS DA *MEIROKU ZASSHI*

THE DEBATE OVER DIRECT ELECTION ON THE PAGES OF THE *MEIROKU ZASSHI*

João Marcelo MONZANI¹

Resumo: A década de 1870 no Japão foi marcada pela agitação política. Estimulados pelo *Memorial pelo estabelecimento de assembleia popularmente eleita*, documento público de 1874, muitos grupos organizaram-se por todo o país para promover os direitos da população como um todo e, muito especialmente, o estabelecimento do voto direto e da participação política direta. Esse tema foi especialmente discutido pelos intelectuais que regularmente contribuíram para a Revista Meiroku, sendo um dos assuntos mais debatidos em suas páginas. Neste trabalho, apresentaremos esse debate, bem como as posições principais elencadas. Demonstraremos que, apesar de um tom cauteloso geral, cada escritor posicionou-se frente ao tema de acordo com suas convicções políticas.

Palavras-chave: Pensamento japonês; Associação Meiroku; Civilização; Eleições; Política.

Abstract: The 1870s in Japan were a decade one of political unrest. Spurred on by the *Memorial on the establishment of a popular elected assembly*, a public document dating from 1874, many groups organized themselves throughout the country to promote the rights of the population as a whole and, most especially, the establishment of direct voting and direct political participation. This topic was particularly discussed by intellectuals who regularly contributed to *Meiroku Magazine*, being one of the most debated subjects in its pages. In this paper, we will present this debate, as well as the main positions taken. We will demonstrate that, despite a general cautious tone, each writer took a stand on the topic according to their political convictions.

Keywords: Japanese Thought; Meiroku Society; Civilization; Elections; Politics.

1 Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro; membro do grupo de pesquisa “Pensamento Japonês: princípios e desdobramentos”, cadastrado no CNPq pela USP; e-mail para contato: joamarcelo.monzani@gmail.com; número orcid: 0000-0003-4985-2442

1. Introdução

Um dos debates que mais ocupou as páginas da revista *Meiroke Zasshi* (明六雜誌) foi aquele que se deu em torno da possibilidade de estabelecimento de uma Assembleia Nacional legitimada por eleições diretas populares. Nenhum outro assunto atraiu comentários de tantos colaboradores da revista. Sobre esse tema escreveram Mori Arinori, Katô Hiroyuki, Kanda Kôhei, Tsuda Mamichi, Nakamura Masanao, Nishimura Shigeki, Sakatani Shiroshi e Nishi Amane. O assunto foi tratado durante um longo período na revista, sendo a primeira menção ao tema já no número 3 e a última no número 30. O contexto político, social e de ideias da década de 1870 no Japão, uma década de agitação política vasta e generalizada, auxilia a compreender a proeminência e a importância desse debate, tanto para os pensadores da revista em pauta, como para o público em geral. Abaixo, apresentaremos o contexto social da discussão em torno de eleições diretas e as posições individuais de alguns escritores ligados ao grupo Meiroku que se dedicaram mais diretamente ao tema.

Não é possível discutir a década de 1870 japonesa sem mencionar o dito *Movimento pela liberdade e pelos direitos populares* (自由民権運動, Jiyû minken undô) e o contexto da criação de organizações da sociedade civil em que ele se insere. Para entender esse movimento é preciso ter em mente que ele foi gestado aos poucos, de um conjunto de iniciativas dispersas por todo o Japão que, a longo prazo, se uniram para formar um todo mais coerente e politizado. Podemos detectar os impulsos iniciais do chamado *Movimento pela liberdade e pelos direitos populares* na formação de associações locais estabelecidas com o intuito de discutir algumas questões de natureza prática e política que a nova situação pós-Restauração Meiji colocava urgentemente em pauta: como seria a nova estrutura política? quem poderia votar e participar? qual seria o papel do Imperador? qual o teor da constituição vindoura? quais são os direitos do povo? Tais associações foram criadas tanto no campo como nos centros urbanos e eram frequentadas por agricultores, comerciantes, professores, jornalistas e estudantes. A participação feminina também era expressiva (cf. SIEVERS, 1983, p. 26). É bastante impressionante que apenas alguns anos após a abertura dos portos, a sociedade japonesa já tenha se organizado nessas pequenas unidades de discussão de temas políticos, pois pode-se identificar aí as sementes da sociedade civil e da consciência social que estavam então nascendo.

As várias associações, espalhadas por todo o país e em sua múltipla variedade, lançaram mão de recursos muito atraentes para a divulgação das ideias libertárias e antielitista que compunham as suas cartilhas. Um deles era a utilização de bonecos do tradicional teatro *bunraku* 文楽 em peças de cunho didático que tratavam das noções de liberdade e de direitos (cf. GORDON, 2003, p. 82, para a fotografia de um desses bonecos). Outro era o recurso a músicas de cunho popular, acompanhadas de *shamisen* 三味線, com letras que didaticamente expunham as ideias de liberdade popular. Um exemplo pode ser encontrado na canção 民権田舎歌 (Canção rural da liberdade

popular), da autoria de Ueki Emori 植木枝盛、 tal como registrada em seu texto “Teoria da liberdade e dos direitos populares” (民権自由論 minken jiyû no ron) de 1880:

自由じゃ自由じゃ人間は自由
行くも自由よ止まるも自由...
骸は動き足や走る
視たり聞いたり皆自由
自由にするのが我が権利...
権利張れよや国の人
自由は天の賜じゃ²

Livre, libre, o ser humano é livre / livre para ir ou para ficar (...) O corpo mexe e as pernas correm / Ver, ouvir, tudo é livre / Ser livre é nosso direito (...) / reivindicuem desse direito, compatriotas / A liberdade é uma dádiva do céu (UEKI, 1880³)

Entre 1874 e 1884, essas questões que logo captaram a imaginação do incipiente corpo civil do Japão moderno forneceram material para a fomentação de sociedades no campo e na cidade que, gradualmente, foram se organizando e criando estruturas semelhantes a partidos políticos, com publicações de jornais e panfletos, debates públicos, manifestações e coleta de assinaturas para as mais variadas petições. Na década de 1880, esses grupos haviam se reunido em torno e dois grandes partidos, o Jiyûtô 自由党 e o Kaishintô 改進黨, estruturas de molde partidárias, mas com a óbvia deficiência de que não participavam (por explícita proibição legal) de eleições. Em 1884, os líderes do Jiyûtô, convencidos de que não seriam capazes de controlar as facções mais radicais de seus filiados, dissolveram o partido - este é considerado o fim do *Movimento pela liberdade e pelos direitos populares*.

2. O contexto da questão

A faísca inicial para a explosão dessas organizações civis que, em conjunto, são chamados de *Movimento pela liberdade e pelos direitos populares* foi um documento clamando pelo estabelecimento de uma assembleia legitimada pelo voto popular. O texto veio à público em 18 de janeiro de 1974 sob o título de 民選議員設立建白書⁴ (*Petição pelo estabelecimento de assembleia popularmente*

2 Disponível em: <https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/783715?contentNo=42>

3 Não há paginação no volume.

4 https://www.ndl.go.jp/modern/img_1/S004/S004-0011.html

eleita), e era assinado destacadamente por Itagaki Taisuke 板垣退助, Soejima Taneomi 副島種臣 e Etô Shinpei 江藤新平, ex-samurais de alta extração social que se encontravam (naquele momento) fora das esferas de decisão do governo. Muitas outras causas para o fenômeno ainda poderiam ser apontadas (MIURA, 2015, p. 10), mas nos delimitaremos aqui ao *Memorial*, comumente visto como o fator detonador principal.

O *Memorial pelo estabelecimento de assembleia popularmente eleita* traz críticas bastante diretas e acusações duras ao autoproclamado governo dos anos iniciais da era Meiji, composto por um círculo deveras restrito de ex-samurais que haviam tido um papel central no final do xogunato e promulgação da Restauração. Em linguagem polida, porém em nada sutil, o texto afirma que no momento ‘o poder de governo não está nem com a Coroa nem com o povo, mas nas mãos dos oficiais apenas’ (方今政權の歸する所を察するに、上帝室に在らず、下人民に在らず、而独有司に皈す), que estes ‘administram arbitrariamente’ (政情実に成り), ‘distribuem prêmios e punições de forma parcial’ (賞罰愛憎に出つ) e que o ‘caminho para o povo expressar seus problemas está bloqueado’ (言路壅蔽困苦告るなし). Como é possível notar, o vocabulário utilizado (arbitrariamente, parcial) não deixa dúvida quanto ao conteúdo das acusações e a quem elas se dirigem.

Argumentando (ocidentalmente?) que a contrapartida da obrigação de pagar impostos está no direito de participação em afazeres governamentais (夫人民政府に対して租税を払ふの義務ある者は、乃其政府の事を与知可否するの権理を有す), o texto acrescenta que a melhor maneira de criar cidadãos conscientes e esclarecidos (esclarecimento sendo a palavra-chave do período) é a criação de uma assembleia de voto popular direto, pois assim tais cidadãos serão ‘induzidos a proteger seus direitos, a se respeitar e se valorizar e serão inspirados por um espírito de simpatia pelas tristezas e alegrias do Império’ (先其通義権理を保護せしめ、之をして自尊自重、天下と憂楽を共にするの氣象を起さしめんとする). O texto, portanto, apresenta um programa de ação – a criação de sujeitos ativamente políticos - baseado no ideal central da época, o esclarecimento.

Já se levantou a questão que Itagaki Taisuke, sem dúvida a figura mais destacada do *Memorial pelo estabelecimento de assembleia popularmente eleita*, era quiçá um oportunista que abandonaria suas ideias liberais assim que fosse reintegrado ao governo Meiji (Gordon, 2003, p. 81). Independentemente dessa questão, é importante lembrar, contudo, que se o *Memorial* de fato ecoou fortemente entre a população em geral e acendeu a necessária chama do debate político público, isso talvez possa ser atribuído ao fato de ele ressoar e aprofundar, criando propostas concretas e diretas, para aquele que fora, alguns anos antes, o documento fundador da nova era e dos ideais de Meiji, o 五箇条の御誓文 (Carta de juramento em cinco artigos), principalmente em seus dois primeiros itens:

1. Assembleias deliberativas serão amplamente estabelecidas e todos os assuntos serão decididos por discussão pública(廣ク會議ヲ興シ萬機公論ニ決スヘシ)
2. Todos, de classe alta e baixa, se unirão na condução vigorosa da governança do Estado (上下心ヲ一ニシテ盛ニ經綸ヲ行フヘシ)

O governo Meiji da década de 1870 era exclusivista, uma vez que era completamente dominado por uma facção de um pequeno número de ex-samurais, especialmente provenientes dos antigos *han* 藩 (domínios feudais) de Satsuma 薩摩 e de Chôshû 長州 (e alguns de Tosa 土佐 e Hizen 肥前), o que levou à criação da alcunha de ‘governo Sat-chô’ para a claqué governista da época. É nesse contexto – a exclusão seja do povo, seja de ex-samurais de outros grupos – de impossibilidade de atuação política e de início de medidas repressivas, que se inserem o manifesto de Itagaki e a explosão das várias manifestações globalmente chamadas de *Movimento pela liberdade e direitos populares*.

Além disso, o tópico da eleição direta se tornou emblemático da própria questão do momento, qual seja, da *bunmei kaika* (文明開化, civilização e esclarecimento), entendido como um processo necessário para ‘elevar’ o povo japonês ao mesmo grau de civilização alcançado pelos povos ocidentais ditos avançados da época. Do ponto de vista dos intelectuais pertencente ao grupo Meiroku, o cerne do assunto, para formular da maneira mais direta possível, era: ‘o povo japonês já estaria em um estágio civilizacional compatível com a possibilidade de eleições diretas?’ – o que era um jeito polido de colocar a arrogante pergunta de se o povo é capaz de opinar e escolher.

A arrogância da questão pode chocar, mas era moeda corrente na forma de pensar da elite administrativa e intelectual da época em relação à população em geral. Trata-se possivelmente de uma mentalidade social herdada da era anterior, o período Tokugawa, que não via o cidadão comum como um agente político de nenhuma maneira:

A grande maioria do povo no Reino são pessoas estúpidas. Homens superiores são muito poucos em número. Uma vez que os corações e as mentes das pessoas estúpidas estiverem capturados, nós perderemos o controle do Reino ... A religião dos bárbaros [cristianismo] infiltrou Kyûshû uma vez e se alastrou como uma praga entre o povo estúpido.(GORDON, 2003, p. 77, tradução nossa)

O texto acima é de 1825, mas ele retrata bem a visão da elite de samurai da era Tokugawa em relação ao povo, visto como incapaz de se governar, se gerir e fazer suas escolhas. Como bem coloca Gordon (idem), ‘No Japão da era Tokugawa 徳川, a ideia de que o povo comum poderia possuir um papel politicamente legítimo dificilmente

existia. O povo era objeto da ação política, não ator em seu próprio direito'. Essa mentalidade foi herdada pela elite intelectual e burocrática de Meiji, como é visível em duas observações de grandes figuras do alto escalão do governo. Primeiramente, podemos detectá-la na pessoa de Yamagata Aritomo 山縣有朋 (primeiro-ministro duas vezes) em carta para Ito Hirobumi 伊藤博文 datada de 1879, reagindo ao *Movimento*: 'Cada dia que esperamos, o veneno ruim do movimento popular se espalhará mais e mais nas províncias, penetrando nas mentes dos jovens e inevitavelmente produzirá males inimagináveis' (GORDON, 2003, p. 84). Ou ainda, Inoue Kowashi 井上毅 (um dos elaboradores da constituição, em altos cargos de 1877 até sua morte em 1895), que transmite a mesma preocupação com a perda de autoridade governamental, caso a população em geral passasse a acreditar em sua própria voz e em seu próprio poder de influência política:

Se nós perdemos esta oportunidade e vacilarmos, em dois ou três anos o povo vai ficar confiante de que ele terá sucesso, não importa quanta oratória nós empreguemos. A opinião pública rejeitará o esboço de constituição apresentado pelo governo e esboços privados para a constituição ganharam no fim. (Gordon, 2003, p. 85)

Tal obstrução por parte desses burocratas a qualquer intervenção e atuação popular no processo político decisório era flagrante nesses anos iniciais do governo Meiji e o *Memorial* de Itagaki menciona abertamente este fato, em linguagem assaz direta e ácida:

O pior argumento que fornecem é o de que estabelecer uma assembleia popularmente eleita seria como reunir todos os imbecis do Império. Que orgulho espantoso, que desprezo arrogante pelo povo...entre as decisões arbitrárias de alguns oficiais e a opinião geral do povo, como estabelecida pela discussão pública, onde estará o equilíbrio entre sabedoria e estupidez? (甚しきは則今遽かに議院を立るは、是れ天下の愚を集むるに過さる耳と謂に至る、噫何自傲の太甚しく、而して其人民を視るの蔑如たるや... 僅々有司の専裁と人民の輿論公議を張ると、其賢愚不肖果して如何そや)

O *Memorial* aponta para a solução do conflito ao afirmar que o povo japonês está pronto para a criação de eleições diretas e que esta é, inclusive, a melhor maneira de 'cultivar um sentimento de comunidade entre governo e povo' (則政府人民の間に、情実融通). Os escritores da *Meiroku Zasshi*, um grupo heterogêneo em sua formação, responderam a essa movimentação de maneiras variadas. Selecionamos aqui quatro respostas de pensadores ligados à *Meiroku Zasshi* sobre o tema, uma vez que as atitudes deste quatro representativos escritores ilustram temas e ideias centrais à revista.

3. Respostas radicais: Mori e Tsuda

Mori Arinori, um dos fundadores da revista, reagiu com ambiguidade e fúria ao *Memorial*. Em um curto texto dividido em três partes, chamado “Avaliação do *Memorial* pelo estabelecimento de assembleia popularmente eleita” (民選議員設立建白書之評 *minsên giinsetsuritsu kenpakusho no hyô*), ele astutamente nota, primeiramente, que os mesmos autores do *Memorial*, agora clamando por participação popular, não tiveram pudores em aprovar leis que limitavam a liberdade de expressão quando estavam no governo. Em seguida, Mori cita, estarecido, a frase mais ousada do texto e prefere atribuir tal desatino a algum erro:

Os memorialistas afirmam: ‘O que é promulgado de manhã pode ser alterado à tarde, administram arbitrariamente, distribuem prêmios e punições de forma parcial’. Isto provavelmente foi inserido por erro. É impensável que essas palavras possam ter vindo de pessoas de inteligência como os memorialistas. (MORI, v.3-1 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 107)

E, por fim, alega não saber, concretamente, em que constituiria uma assembleia advinda da eleição popular, o que talvez fosse uma maneira sua de fugir da questão, uma vez que nenhum dos outros colaboradores da revista que escreveu sobre o tema sequer coloca em dúvida a natureza e o funcionamento de uma assembleia: ‘É um corpo estabelecido por ordem governamental? É uma assembleia livremente formada pelo povo, depois de ter se reportado ao governo? É um órgão fundado após permissão do governo?’ No todo, é a resposta mais negativa e regressiva que se tem na revista, pois não aponta para a possibilidade de atuação política por parte da população.

Katô Hiroyuki também respondeu de maneira negativa ao apelo do *Memorial*, porém suas manifestações se deram principalmente em outros veículos (BRAISTED, 1976, p. xxxv) e, assim, não as abordaremos aqui.

A resposta mais entusiástica ao pedido pelo estabelecimento de eleições diretas parece ter sido a de Tsuda Mamichi, talvez por sua maior familiaridade com os sistemas legais e políticos das nações ocidentais, uma vez que este era seu tema de estudos. Em seu “Sobre Governos, parte 3” (政論の三 *seiron no san*), já no volume 12 do periódico, Tsuda claramente elenca os quais seriam os benefícios da participação popular como uma maneira para frear o inegável autoritarismo governamental:

Os representantes também deveriam possuir o direito de supervisionar os assuntos de estado, a começar pela arrecadação e dispêndio. Só assim o povo controlará a autocracia do governo, obrigará o governo a administrar-se de forma razoável, e impedirá que o governo obstrua o curso natural do esclarecimento. Como tais benefícios poderiam ser chamados de triviais? Além do mais uma vez que nosso povo tem sido desde muito sujeito a

autoridade opressiva, o espírito de liberdade acabou por ruir-se. (TSUDA, v. 12-2, in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 396)

Tsuda, porém, vê a necessidade de colocar limites na composição do eleitorado, De fato, em nenhum dos autores aqui tratados, fala-se de sufrágio universal, nem mesmo de sufrágio universal masculino. Tsuda, certamente o pensador mais inclinado à participação popular no processo decisório governamental, tem, não obstante seu entusiasmo e abertura, grandes escrúpulos em estabelecer quem poderia votar:

Desde o passado os ex-samurais têm sido alfabetizados, enquanto poucos civis, com exceção dos ricos, sabiam ler. O eleitorado agora deveria ser criado de forma a incluir os nobres e ex-samurais, assim como os maiores contribuintes de imposto entre os civis. Destes, eleitores nas cidades deveriam estar limitados a pessoas que possuam de sua propriedade terras no valor de ao menos de 200 a 1000 yens. Claro, excluir-se-á mulheres, crianças e incompetentes, assim como os que foram sentenciados judicialmente com os crimes mais graves. (TSUDA, idem, p. 394)

Assim como se preocupa em delimitar quem serão os eleitores, Tsuda adentra o debate da época, qual seja, a questão do nível de esclarecimento do povo japonês, quando discute a possibilidade de civis participarem do governo. Para Tsuda, o problema não está na classe social, mas sim na posse ou não de conhecimento (uma palavra-chave da época em geral e desta discussão em particular) para bem desempenhar suas atividades públicas. Assim, ele descarta a classe nobre como possível governante e postula que aqueles com preparo devem ser os representantes do povo:

Os nobres são em geral antigos governadores de domínios feudais. Apesar de darem ouvidos a admoestações e serem virtuosos para além de outros homens, falta-lhes conhecimento /discernimento, uma vez que foram criados nos seus palácios, e continuam ignorantes das condições atuais.... Aqueles eleitos da maneira delineada acima devem entender completamente que eles trabalham enquanto representantes do povo japonês no sentido real e apropriado da palavra. Como podemos duvidar de que há homens de entendimento adequado para fornecer de 60 a 120 legisladores, numa população de 30 milhões? Afinal, essa é a Razão para reafirmar que o significado profundo da Carta de juramento em cinco artigos, que afirma que assuntos importantes serão determinados através de discussão popular. (TSUDA, idem, p. 390)

Seja em relação ao eleitorado, seja em relação ao papel dos eleitos, Tsuda é o mais progressivo no sentido da abertura de todos os processos políticos à participação popular livre, acreditando ser esse o funcionamento normal de uma nação ‘avançada’.

Sua preocupação, contudo, parece ser de que esses processos só poderão ter sucesso quando sujeitos devidamente formados e instruídos ocuparem as posições de eleitor e eleito.

4. Respostas moderadas: Nakamura e Nishimura

Nakamura Masanao, cuja preocupação em seus textos na revista *Meiroke Zasshi* parece ter sido, constantemente, a renovação do caráter do povo como um todo através da atividade da educação, apresenta em seu artigo de 1875, “Sobre como mudar o caráter do povo” (人民の性質を改造する説 *jinminno seishitsu wo kaizô suru setsu*), a convicção de que o estabelecimento de uma assembleia popularmente eleita seria o melhor caminho para poder cultivar um espírito de independência na população. Contudo, seu texto pode surpreender bastante, pois alguns poucos parágrafos antes de louvar e incentivar a participação da população no processo eleitoral, ele delineia uma caracterização assombrosa de qual seria sua (e, podemos acreditar, da elite em geral) visão de povo. Imediatamente, somos lembrados do caráter elitista dos articuladores da revista. Para Nakamura, mesmo que instituições políticas mudassem, a população em geral continuaria igual àquela da era feudal – em suas palavras, o recipiente (ou seja, a forma de governo) havia mudado, porém a água (quer dizer, o povo) continuava exatamente a mesma. Apenas através da expansão da educação, tal população poderia ser elevada ao dito nível ‘civilizado’, completando o caminho rumo a um país avançado:

Eles são o povo enraizado na solicitude, um povo arrogante para com os inferiores e bajulador para com os superiores. São ignorantes e sem educação, um povo que ama bebida e lascívia, um povo que não gosta de ler, um povo que não pensa sobre os seus deveres e sobre as leis do céu, um povo de conhecimento raso e de capacidade limitada, um povo que evita o trabalho... Devemos dar boas-vindas como um bom presságio ao clamor público recente por uma assembleia popularmente eleita. Ele certamente contribuirá para a renovação da mentalidade pública, uma vez que desenvolverá o desejo de possuir e defender o país no povo mesmo. Mudará a atitude daqueles que dependem dos oficiais do governo, reduzirá diariamente o espírito de subserviência, criará homens talentosos que surgirão de todos os cantos em grandes números e gradualmente, pondo um fim ao mau costume de selecionar líderes apenas de uma fonte única. (NAKAMURA, v. 30-4 in YAMAMURO e NAKANOME, 2009, p. 67)

O texto impressiona pela mistura *sui generis* de desprezo pelo povo, com a enumeração (excessiva até) daqueles que seriam seus defeitos, com o movimento seguinte de esperança na renovação deste mesmo povo através da educação, da instrução nas artes, da religião e da participação política. Apesar do caráter regressivo na sua caracterização do povo, o texto de Nakamura aponta para a necessidade e para

as vantagens da participação popular no processo político, o que o coloca em campo avançado para a época.

Por fim, Nishimura Shigeki, funcionário no recém-criado Ministério da Educação e tradutor de obras de história e geografia (BRAISTED, 1976, p. xxxi), apresenta o debate em termos históricos e filosóficos, tendendo a uma posição que poderia ser chamada de gradualista, em que instituições derivadas da eleição direta deveriam surgir no momento apropriado, o que em sua retórica (e na de muitos pensadores da época), equivalia a dizer, quando a população em geral houvesse atingido um certo nível de esclarecimento.

Em “Teoria de três tipos de sistema político” (政体三種説 *seitai san shu setsu*), texto dividido em duas partes, ambas publicadas no volume 28, Nishimura desenvolve seu argumento dentro de uma moldura progressista da evolução das instituições, traçando um vasto panorama daquilo que ele considera terem sido os três tipos de governo ao longo da história mundial: o governo tradicional (因襲政治), o governo tradicional misturado com a Razão (因襲道理混合政治) e o governo da Razão (道理政治):

Primeiramente, o governo tradicional. O governo tradicional, seja lá qual for a forma de sistema político, geralmente aceita o sistema político quando da fundação da nação como o melhor. E é conduzido exclusivamente tendo em vista a tradição sem considerar minimamente se isto é bom ou ruim... Em segundo lugar, governança tradicional misturada com a Razão. Países que hoje em dia estão nessa situação foram todos antes governados por governos tradicionais. Quando o povo se tornou esclarecido, contudo, perceberam que a governança tradicional não era vantajosa para o país e usaram da força ou da persuasão para reformar o sistema político. O povo criou seu sistema político em parte de acordo com a tradição e em parte de acordo com a Razão, em conformidade com o nível de seu esclarecimento e a virtude de seus costumes... Em terceiro lugar, governado pela Razão. Uma vez que os países onde esse governo impera foram fundados recentemente, seu povo já era esclarecido. (NISHIMURA, v. 28-2, in YAMAMURO e NAKANOME, 2008, p. 384)

Há de se notar o movimento argumentativo deste trecho inicial do texto. Primeiramente, chama a atenção o fato de a discussão dar-se no molde da história mundial e não apenas da história local japonesa. Em segundo lugar, sua classificação de governos é baseada no princípio da Razão, e não da legitimidade hereditária, o que constitui novidade para a época. O governo chamado tradicional caracteriza-se, para Nishimura, sobretudo pela sua irracionalidade (‘sem considerar minimamente se isto é bom ou ruim’), o que estabelecerá padrão de avaliação para as outras duas modalidades de governo. O governo do segundo tipo, misto, está localizado historicamente no momento em que a Razão começa a questionar os costumes, colocando em dúvida certas práticas antigas, que passam a ser encaradas como irracionais. Trata-se do debate, já mencionado, das etapas de evolução do esclarecimento de um povo – a moldura histórica fundamental de muitos pensadores ligados à *Meiroke Zasshi*.

Nishimura não se estende sobre o terceiro e último tipo de governo, o da Razão. É apenas mencionada como aquele dos povos mais avançados, e, de forma tautológica, argumenta que são aqueles governados pela ‘Razão pura’, sem chegar a definir o que seria essa Razão ou como ela se manifestaria no mundo concreto.

Uma vez estabelecida esta moldura conceitual em grande escala, Nishimura Shigeki argumenta que, em teoria, o chamado governo pela Razão seria o ideal para todos os povos. Porém, na prática, a realidade é diferente: as três formas de governo devem se ajustar ao ‘nível de esclarecimento do povo’, pois só assim serão adequadas à situação real vivida por governantes e pela população em dado momento histórico: ‘O sistema político de um país será bem conduzido se estiver de acordo com o nível de esclarecimento do povo’. Nishimura, portanto, dissocia o que é válido na teoria daquilo que é válido na prática e aposta que, ao final das contas, a hora da verdade da eficácia de um dado sistema político estará em sua compatibilidade com o momento histórico do desenvolvimento de um povo (ou seja, com seu nível civilizacional – nos termos dos pensadores da Meirokusha):

Quando a forma de governo misto traz prosperidade à nação, seu povo já em muito desenvolveu seu conhecimento e assim está ajustado a essa forma de governo. Se governo pela Razão não traz mais felicidade ao povo do que a forma mista, então o povo ainda não está ajustado ao governo pela Razão, mesmo que sua sabedoria já esteja muito avançada. (NISHIMURA, v. 28-3, in YAMAMURO e NAKANOME, 2008, p. 389-90)

Seu argumento é finalmente expandido, no seu movimento final, através do recurso a metáforas que equacionam os diferentes tipos de nação (= estágios de esclarecimento) com diferentes tipos de pessoas. Ao governo tradicional, equivalem pessoas que são de fato de constituição fraca, mas que vivem em paz devido à sua subserviência. Ao governo Razão, correspondem aqueles indivíduos totalmente governados pelas virtudes mais elevadas. Enquanto o primeiro caso seria o do Japão, o último, para Nishimura, ainda estaria na verdade para ser alcançado em qualquer lugar do mundo:

Governo pela Razão é o melhor sistema político, e aqueles ajustados a ele devem invariavelmente ser as pessoas melhores. Se perguntarem que pessoas são as mais excelentes, responderia que as pessoas mais excelentes são aquelas que, sendo profundamente patrióticas, aceitam completamente suas responsabilidades e que, sem inveja nem arrogância, lealmente ajudam umas às outras e se unem no espírito da justiça. Pode de fato haver um vasto número de pessoas desse tipo na Europa e na América, mas eu não diria que todas as pessoas são completamente desse caráter. Uma vez que esses países não são inteiramente compostos de pessoas desse nível elevado, eles não estão ajustados ao governo pela Razão. Assim, creio que o governo pela Razão é o governo para gerações futuras, não para hoje.

Países em paz sob a forma de governo tradicional são análogos a pessoas fracas. Na medida que não receba ataques de fora ou sofram envenenamento por dentro, elas se creem saudáveis simplesmente porque não estão doentes. Contudo, ao compará-los com aqueles realmente saudáveis, será possível ver que são adoentados apenas por sua compleição pálida de corpos frágeis. Mesmo sem sofrer doenças específicas, não funcionam como pessoas saudáveis. Quantos escapam da morte por exaustão ou por prostração uma vez que enfrentam doenças internas ou externas? Afinal, o motivo pelo qual os povos ajustados ao governo tradicional aparecem fracos é o de que geralmente eles não possuem espírito de independência e são placidamente subservientes a governos autocráticos. (NISHIMURA, idem, p. 390-1)

A conclusão a que Nishimura chega é gradualista: uma vez que o melhor tipo de governo, na prática, é aquele ajustado ao nível civilizacional de determinado povo, o melhor a ser feito é ir gradualmente alterando a forma de governo conforme a população vá se tornando mais esclarecida/civilizada. A participação popular, aqui, não é vista como uma forma de elevar o nível de instrução e conhecimento da população, mas sim como sua consequência. Contudo, os direitos populares ainda são vistos por Nishimura como concessões de cima para baixo, arbitradas pelos governantes que de fato detêm a capacidade de sustar o processo.

Conclusão

As respostas dos contribuintes da *Meiroku Zasshi* para o debate sobre o estabelecimento de eleições diretas, estimulado pelo aparecimento do *Memorial pelo estabelecimento de assembleia popularmente eleita*, foram bastante variadas, refletindo a personalidade de cada um. Como mencionado no início do texto, foi um dos temas mais comentados pelos contribuidores da revista e não sem razão. Eles eram identificados pelo governo da época, alguns tendo postos oficiais e, assim, dificilmente eles poderiam fugir da questão da legitimidade de poder ali posta.

Aqueles de mentalidade mais progressista, como Tsuda Mamichi, prontamente acolheram a proposta e elencaram as vantagens do estabelecimento da instituição do voto direto. Contudo, vale lembrar que o mesmo Tsuda cita em seu texto restrições várias em relação a quem poderia eleger ou ser eleito. Outros, receosos de mudanças bruscas, optaram por uma solução gradualista que propunha a adequação das intuições políticas ao chamado ‘nível civilizacional’ de cada povo. Apesar desta atitude cautelosa, sua visão aponta, no horizonte, para a certeza de que em algum momento o Japão atingirá o alto nível civilizacional almejado.

Em comum, todas as atitudes compartilham um indubitável sentimento de superioridade em relação ao povo, desconfiando abertamente da capacidade deste em autogovernar-se. Igualmente, parece haver entre os autores certa confusão entre causas e consequências na relação entre a abertura do campo político (eleições abertas) e o processo civilizacional em geral (avanço do ‘esclarecimento’). Enquanto uns postulam

que eleições são o meio para fazer avançar o grau civilizacional do povo japonês (Tsuda, Nakamura e Itagaki, em seu *Memorial*), outros argumentam que, por estar ainda em baixo grau de ‘avanço’, o povo não pode votar diretamente em seus representantes políticos (Nishimura, Katô). Essa dualidade (causa ou consequência) é, talvez, o ponto de discórdia entre aqueles entusiastas e aqueles reticentes pela adoção de eleições diretas.

Referências

- BRAISTED, William. **Meiroku Zasshi**: Journal of the Japanese Enlightenment. Tóquio: University of Tokyo Press, 1976.
- GORDON, Andrew. **A modern history of Japan**: from Tokugawa times to the present. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- MIURA, Susumu. **Meiji no kakumei**: jiyû minken undô (Revolução em Meiji: o movimento pela liberdade e pelos direitos civis). Tóquio: Dôjidaisha, 2015.
- MORI, Arinori. Minsen giinsetsuritsu kenpakusho no hyô (Avaliação do *Memorial pelo estabelecimento de assembleia popularmente eleita*). In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (jô)**. (Revista Meiroku I). Tóquio: Iwanami Bunko, 1999.
- NAKAMURA, Masanao. Jinminno seishitsu wo kazô suru setsu (Sobre como mudar o caráter do povo). In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (ge)**. (Revista Meiroku III). Tóquio: Iwanami Bunko, 2009.
- NISHIMURA, Shigeki. Seitai sanshu setsu ichi. (Sobre três tipos de sistema político, parte 1). In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (chû)**. (Revista Meiroku II). Tóquio: Iwanami Bunko, 2008.
- NISHIMURA, Shigeki. Seitai sanshu setsu ni. (Sobre três tipos de sistema político, parte 2). In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (chû)**. (Revista Meiroku II). Tóquio: Iwanami Bunko, 2008.
- SIEVERS, Sharon. **Flowers insalt**: the beginnings of feminist consciousness in modern Japan. Stanford: Stanford University Press, 1983.
- TSUDA, Mamichi. Seiron no san (Sobre Governos, parte 3). In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (jô)**. (Revista Meiroku I). Tóquio: Iwanami Bunko, 1999.
- UEKI, Emori. **Minken Jiyû ron**. Tóquio: Shun'undo, 1980. Disponível em: <<https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/783715?contentNo=42>>. Acesso em: 20/03/2021.

Recebido em 17 de maio de 2022
Aprovado em 09 de maio de 2023

FUKUZAWA YUKICHI E O PAPEL DOS INTELECTUAIS DOS ESTUDOS OCIDENTAIS NA SOCIEDADE MEIJI FUKUZAWA YUKICHI AND THE ROLE OF WESTERN STUDIES INTELLECTUALS IN MEIJI SOCIETY

*Luis Guilherme Libaneo de CAMARGO¹
João Marcelo MONZANI²*

Resumo: *Gakumon no susume* é uma das principais obras de Fukuzawa Yukichi (1834-1901) e uma das mais importantes sobre educação na sociedade japonesa. Um compêndio de escritos sobre educação e individualidade, em seu quarto volume, Fukuzawa postula que os intelectuais de estudos ocidentais deveriam focar seus esforços na modernização do Japão fora dos âmbitos oficiais do governo Meiji, dedicando-se ao campo privado. Katô Hiroyuki, Mori Arinori, Tsuda Mamichi e Nishi Amane, no entanto, defendem que tais indivíduos devem dedicar-se ao avanço civilizatório da posição que preferirem. Neste artigo, pretendemos mostrar como o este volume da obra serviu de base para as discussões figuradas nos artigos do segundo volume da *Revista Meiroku* em relação à postura dos intelectuais japoneses dos estudos ocidentais diante das afirmações de Fukuzawa e como estes textos apresentam certa discrepância de pensamentos e ideias.

Palavras-chave: Associação Meiroku, Fukuzawa Yukichi, Gakumon no Susume, Educação, Pensamento japonês.

Abstract: *Gakumon no susume* is one of the main works by Fukuzawa Yukichi (1834-1901) and one of the most important on education in Japanese society. A compendium of writings on education and individuality, in its fourth volume, Fukuzawa Yukichi posits that Western studies

1 Instituição: Universidade de São Paulo; membro do grupo de pesquisa “Pensamento Japonês: princípios e desdobramentos”, cadastrado no CNPq pela USP; e-mail para contato: luislibaneo@gmail.com; número orcid: 0000-0001-5579-458X.

2 Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro; membro do grupo de pesquisa “Pensamento Japonês: princípios e desdobramentos”, cadastrado no CNPq pela USP; e-mail para contato: joaomarclo.monzani@gmail.com; número orcid: 0000-0003-4985-2442.

intellectuals should focus their efforts on the modernization of Japan outside the official realms of the Meiji government, devoting themselves to the private field. Katô Hiroyuki, Mori Arinori, Tsuda Mamichi and Nishi Amane, however, defend that such individuals should dedicate themselves to the civilizational advancement at the position they prefer. In this article, we intend to show how the fourth volume of the work served as the basis for the discussions figured in the articles of the second volume of *Meiroku magazine* in relation to the posture of Japanese scholars of Western studies regarding Fukuzawa Yukichi's statements and how these five texts present certain divergences of thoughts and ideas among the five intellectuals of the Meiroku Society.

Keywords: Meiroku Society, Fukuzawa Yukichi, *Gakumon no Susume*, Education, Japanese Thought.

O segundo volume da *Revista Meiroku*, publicado em 8 de abril de 1874, trata exclusivamente da discussão do quarto ensaio de *Gakumon no Susume* (Incentivos ao Estudo), de Fukuzawa Yukichi, membro fundador da Meirokusha, feita pelos seus colegas Kato Hiroyuki, Mori Arinori, Tsuda Mamichi e Nishi Amane. O ensaio faz parte de um compêndio de 17 ensaios escritos por Fukuzawa entre 1872 e 1876, sobre os méritos da educação na formação do indivíduo, e publicados por Fukuzawa através de sua instituição privada de ensino, a *Keio Gijuku* - fundada em 1858, ainda no período Edo, e ativa até hoje, sob o nome *Keio Gijuku Daigaku* ou *Keidai*.

Este quarto ensaio, publicado originalmente em 1874, intitulado de *Gakusha no shokubun wo ronzu* (Discussão sobre o papel dos acadêmicos), traz as visões de Fukuzawa sobre a importância da educação privada na independência do Japão, criticando os intelectuais dos estudos ocidentais que tomaram posições no governo Meiji, como muitos de seus colegas do grupo Meiroku. Primeiramente, vamos fazer um levantamento dos principais pontos de *Gakusha no shokubun wo ronzu* através de excertos do texto original, por nós traduzidos. Então, prosseguiremos para os artigos figurados na *revista Meiroku* sobre os pontos levantados por Fukuzawa. O argumento do autor é o de que os preceitos da civilização seriam mais bem difundidos para as classes mais baixas da sociedade através de esforços privados dos intelectuais dos estudos ocidentais e não por ações governamentais. Mostraremos aqui como Katô Hiroyuki, Mori Arinori, Tsuda Mamichi e Nishi Amane enxergavam essa linha de pensamento de seu colega, o professor Fukuzawa Yukichi.

Abordaremos a questão através de uma leitura cerrada das respostas dos autores acima mencionados ao texto de Fukuzawa, respostas essas publicadas no segundo volume da revista *Meiroku Zasshi*. Traduzidos aqui pela primeira vez ao português, esses textos formam um primeiro conjunto de reflexões a cerca da função do intelectual na sociedade japonesa moderna. As relações entre pensadores e Estado foram muitas vezes tensas no Japão: lembremos por exemplo das figuras de Mori Ôgai e Natsume Sôseki no final da era Meiji. A questão tornou-se particularmente pungente no período do governo militar que antecedeu e acompanhou a Segunda Guerra Mundial, tendo como um dos seus estopins o assassinato pela polícia do intelectual e escritor marxista Kobayashi Takiji. Dada a importância do tema, faz-se aqui um estudo detalhado desta primeira configuração do debate.

Fukuzawa abre *Gakusha no shokubun wo ronzu* afirmando que o Japão corre o risco de perder sua independência e liberdade pois as três esferas que seriam baluartes da civilização e garantias da independência nacional - Economia, Ciência e Lei - ainda não se desenvolveram no Japão da Restauração Meiji. O autor nos explica a razão:

Desde a Restauração Meiji, talentosos homens em cargos oficiais dedicaram todas suas habilidades aos problemas da nação. Mas por causa de certos obstáculos inevitáveis em seus caminhos, o progresso foi mais lento do que o esperado. Os obstáculos principais são a ignorância e analfabetismo do povo. O governo entende muito bem o que são esses obstáculos e estão a promover o aprendizado, os esclarecimentos da lei e incentivando novas empresas e negócios. Ele se ocupa tanto em instruir o povo quanto em tomar a iniciativa em várias dessas empresas. E no entanto, os resultados não obtiveram sucesso até agora, por mais que tente-se várias formas possíveis. Na realidade, o governo é ainda tão despótico quanto antes, e o povo continua ignorante e fraco de corpo e de espírito. O pequeno progresso feito é totalmente desproporcional às quantias de dinheiro e energia empregadas. E por que isso? Em última análise, é porque o processo de civilização de uma nação não pode se dar somente através do poder do governo. (FUKUZAWA, 1872³)

Depois da Restauração Meiji, em 1868, o antigo governo do xogunato Tokugawa deu espaço para uma nova forma de governo, centralizada na figura do Imperador Meiji. Seguindo princípios encontrados em civilizações europeias, com as quais o Japão estava voltando a ter contato depois de anos de semi-isolamento oficial, o novo governo era composto por indivíduos que deveriam buscar novas formas de administrar o país. Uma das principais críticas tecidas por Fukuzawa é o trato do povo pelo corpo governamental; o xogunato era um sistema autoritário, onde a classe samurai segurava o poder político e tratava as classes abaixo - aqueles a quem Fukuzawa chama de povo - com rigidez. Para o autor, medo e opressão eram algo comum no governo samurai. Com o novo governo Meiji, então, Fukuzawa nutria a esperança de que as coisas seriam diferentes, com a liberdade e dignidade sendo entregues às grandes massas através de novas ideias promovidas não só pelo governo, mas também pelas pessoas “iluminadas” dessa nova geração da História do Japão. No entanto, para o autor, isso não se dá pois o governo Meiji ainda emula o comportamento do antigo xogunato.

Fukuzawa afirma que o xogunato Tokugawa, através de práticas despóticas e autoritárias, criou no povo japonês um espírito desonesto e corrupto:

Enganadores e ladrões da paz, escapando de punições contando mentiras. A fraude e os subterfúgios tornaram-se ferramentas do viver, injustiça e desonestidade tornaram-se rotina. Ninguém sentia vergonha e ninguém questionava nada. Toda a honra desfez-se e sumiu com o vento. Como homens assim poderiam ter tempo para amar sua nação? (FUKUZAWA, 1872)

3 Recurso eletrônico sem paginação.

Na visão do autor, o novo governo Meiji revisou suas falhas autoritárias externamente, mas por dentro, ele continua o mesmo desde os dias do xogunato e, obviamente, o povo continua agindo da mesma forma. Pois mesmo com vários direitos garantidos com a entrada das Reformas Meiji, o espírito desonesto “resiste a mudanças abruptas”.

Para Fukuzawa, essa dicotomia do governo autoritário/povo desonesto permeia a sociedade japonesa por um todo e impede que a civilização seja alcançada. O caminho para o progresso estaria nas mãos dos intelectuais, acadêmicos dos estudos ocidentais. Entretanto:

Eles não estão completamente à altura desta tarefa. A quantidade de acadêmicos aumentou ultimamente e eles lecionam sobre textos ocidentais ou leem traduções. Eles parecem exercer muito esforço, mas na verdade existem alguns cujas atitudes me incomodam. Muitos estão meramente lendo palavras sem compreendê-las, ou, mesmo com a compreensão, eles não têm a honestidade de colocar seus significados em prática. Tenho mais algumas dúvidas sobre seus comportamentos: tais intelectuais e cavaleiros estão cientes da existência de seus cargos públicos, mas não têm noção de suas existências privadas - eles sabem ficar acima do governo, mas não abaixo dele. No final das contas, eles não conseguiram livrar-se dos maus hábitos dos intelectuais dos estudos chineses. Eles possuem corpos chineses, mas vestem roupas ocidentais.

Darei uma prova disso: atualmente, a maior parte desse tipo de acadêmico dos estudos ocidentais faz parte do governo. Posso contar nos dedos os poucos envolvidos no setor privado. A razão para esta tendência é que aqueles possuem ganância de lucros e desejam saciar suas longevas ambições pela fama. Mas a razão disso não pode ser somente atribuída à ganância pelo lucro. Por causa de sua arraigada educação, eles possuem o desejo único de tornarem-se oficiais do governo, obcecados com a noção de que nada pode ser alcançado sem ser através do governo. Mesmo pessoas de alta autoridade e reputação são enquadradas nesta categoria de acadêmicos-oficiais. Suas condutas são como de escravos, mas suas intenções não são sempre ruins - acontece que eles acabam intoxicados com o espírito da sociedade, ficando sem a noção de como suas condutas são desprezíveis. Isso é verdade até mesmo para os acadêmicos de grande reputação. Como as pessoas não gostariam de imitá-los assim?

Se um jovem estudante lê alguns livros, ele já começa a aspirar por um cargo no governo. Mercadores jovens e ambiciosos desejam fazer seus negócios em nome do governo assim que juntam um pequeno capital. As escolas são licenciadas pelo governo, assim como palestrantes, pecuária e sericultura. Quase 70% ou 80% das empresas privadas possuem conexões com o governo. Assim, a mente das pessoas é retorcida seguindo os meios governamentais. Ninguém tem a honestidade de ser independente. Esta conduta desgraçada é insuportável. (FUKUZAWA, 1872)

Os acadêmicos dos estudos ocidentais são menos eficientes para exercer suas funções no governo do que seriam na iniciativa privada. Fukuzawa acredita que esses indivíduos se iludem com a noção de que através do governo o progresso da civilização poderá ser alcançado. O ponto de Fukuzawa é justamente o contrário. Para ele, somente a iniciativa privada teria os meios necessários para avançar a nação; contudo, os homens que deveriam agir nos meios privados, preferem tomar o caminho ineficiente do serviço público. Para Fukuzawa, essa ilusão vem de uma longa tradição que não é facilmente quebrada, algo que o autor chama de “espírito da sociedade”. Uma mentalidade servil e retrógrada, herança do período samurai. Com isso, qualquer distanciamento do governo torna-se praticamente impossível, o que gera um círculo vicioso em que mais e mais jovens se veem encantados com as possibilidades de uma carreira pública através dos estudos ocidentais, fomentando continuamente as ações do governo em cima da sociedade. Fukuzawa encara isso de forma negativa, afirmando que a mente das pessoas fica cativa do modo de fazer do governo, não ocorrendo, portanto, nenhuma mudança significativa.

Fukuzawa ainda aponta a subserviência dos editores de jornais que publicam editais que endossam o governo. Desonestos em suas atitudes pouco críticas, beirando a loucura ao ferir sem vergonha nenhuma os direitos humanos básicos com elogios ao governo, como se fosse uma entidade divina, tais homens eram quase todos intelectuais dos assuntos ocidentais. O autor afirma: “No Japão, é correto dizer que só existe governo, mas não existe povo. Concluo que esta leva atual de acadêmicos dos estudos ocidentais não são capazes de eliminar o espírito antigo do povo, guiando a nação japonesa rumo ao avanço.”

Portanto, qual a saída rumo à civilização? Se os intelectuais e o governo, que deveriam estar cumprindo essa tarefa não o fazem, quem poderia fazer? Fukuzawa afirma que ele mesmo estaria apto para o serviço, ser um exemplo de acadêmico ligado à instituição privada e por isso, livre e independente:

O governo não pode ser o único agente de promoção da civilização e de manutenção da independência nacional. Também não podemos contar com os acadêmicos dos estudos ocidentais. Por isso, sinto que posso liderar o caminho tanto para a massa inculta do Japão quanto para tais acadêmicos. Meu próprio aprendizado é inadequado, obviamente, mas estou há tempos envolvido com os estudos ocidentais e encontro-me acima da média das pessoas, atualmente. Se eu não encabecei pessoalmente as mais recentes reformas da sociedade, acredito ter tido uma influência indireta sobre elas. Mesmo que tal influência seja mínima, fico satisfeito com as reformas e tenho certeza que o povo irá considerar-me um reformista. Como já possuo o nome de um reformista e ocupo um cargo acima da média, pode haver algumas pessoas que irão tomar-me como um modelo. Caso assim seja, deverá ser minha a responsabilidade de guiar o povo.

Para ser possível conquistar algo, é melhor persuadir do que comandar. E melhor que persuadir, é dar um exemplo pessoal. Isso sendo verdade, o governo possui somente o poder de comandar; a persuasão e o exemplo pertencem ao setor privado. Por isso, deixem-me tocar minha empresa privada e lecionar sobre as artes do aprendizado, dos negócios, da discussão das leis, da escrita e da publicação. Deixem-me fazer tudo isso segundo os limites de minhas capacidades e sem ofender a ninguém. Deixem-me cuidar corretamente de meus assuntos dentro dos confins da lei. Caso eu sofra injustiças devido a decretos governamentais, eu deveria poder repreender o governo sem subserviência. Pois é de extrema urgência atual que o governo desperte para a necessidade de acabar com antigos abusos e revitalizar os direitos do povo.

(...)

Mas um exemplo concreto é melhor do que cem argumentos. Por isso uso de exemplo meu próprio trabalho privado. O ponto que pretendo defender é que os assuntos humanos não devem estar meramente sob controle do governo. O governo e o povo são o que são: o governo japonês e o povo japonês. Por isso, deve ser mostrado ao povo que ele pode contatar o governo sem nenhum medo e suspeita. Assim que ambos forem entendendo seus objetivos, os espíritos enraizados do despotismo governamental e da subserviência popular irão gradualmente desaparecer. Nascerá um povo japonês que servirá de estímulo ao governo em vez de mero juguete, pela primeira vez na história. Academia, negócios e leis irão voltar a seus donos de direito. Haverá o equilíbrio de poder entre governo e povo, através do qual conseguiremos preservar a independência nacional. (FUKUZAWA, 1872)

Podem parecer arrogância de sua parte, mas considerando suas visões acerca dos padrões sociais e educacionais do Japão, é natural que o autor pensasse de tal forma. A educação japonesa, centralizada nos sistemas de *hangaku* e *terakoya*⁴, era muito influenciada pelo pensamento Confucionista chinês, que inevitavelmente gerava uma relação de subserviência entre o povo e o soberano. Basicamente, o confucionismo postula a harmonia entre todas as pessoas, a natureza e o mundo, e tal harmonia acaba tomando forma nas relações interpessoais. Das cinco grandes relações interpessoais, temos a relação soberano-povo, marido-mulher, pai-filho, irmão mais velho-irmão mais novo e amigo-amigo. Essas relações muito pautadas na noção de família espelham-se umas nas outras, de forma que o soberano assumia uma identidade paterna. Em um sistema que coloca tremenda importância em conceitos como piedade filial e lealdade e existindo paralelos claros entre estado e família, uma grande onda de tradição e dependência acaba surgindo. Para Fukuzawa, tradição e dependência eram termos que deveriam ser antagonizados, visto que o cerne de seu pensamento pode ser interpretado

4 *Terakoya* eram pequenas instituições privadas educacionais do período Edo (1600-1868), organizadas em templos budistas. Localizadas com predominâncias nos grandes centros urbanos como Edo e Osaka, eram destinadas aos filhos da classe samurai e, mais tardiamente no período, aos filhos da classe mercantil, que entrou em ascensão no século XVII. *Hangaku*, por sua vez, eram escolas voltadas para os samurais cujos clãs localizavam-se nas regiões mais provinciais e, ao contrário do *terakoya*, eram organizadas pelos próprios clãs.

como a busca pela independência, que vem somente com a busca pela educação. Fukuzawa acreditava que a única barreira que causava diferença entre as pessoas vinha da educação, mas ao longo dos anos, os vários governos do Japão impediram sua proliferação. (Nishikawa, 1993, p. 5)

Entretanto, Fukuzawa sentia que seu trabalho na rede privada poderia difundir o conhecimento de forma mais incisiva, transformando a forma de pensar e agir do povo, garantindo assim, a independência e a civilização. A *Keio Gijuku* foi fundada por Fukuzawa em 1858, para ensinar a língua holandesa para os clãs samurai da província de Nakatsu, em especial os membros do clã Okudaira, do qual provinha a família de Fukuzawa. Durante os conflitos finais do Bakumatsu⁵, Fukuzawa recusou fechar os portões da instituição, por mais que o número de alunos minguasse devido ao alistamento militar. (Keiogijuku University, p. 12). Após a Restauração Meiji, a Keio Gijuku não aceitou o título de universidade pública - de fato, o título “Universidade” só seria concedido à instituição décadas depois, em 1920.

Podemos perceber em Fukuzawa uma grande resistência em associar-se ao governo Meiji, sua insistência na iniciativa privada é sentida até mesmo em como o homem administrava sua escola. Essa aparente desconfiança com o poder público explica-se pela predileção e busca da independência e autorrespeito, os preceitos base da filosofia de Fukuzawa, que, aos seus olhos, não eram cultivados pelo governo Meiji.

Essas são as linhas gerais que Fukuzawa apresenta em *Gakusha no shokubun wo ronzu*: a exaltação da independência e da individualidade do acadêmico dos estudos ocidentais, que deve cumprir seus deveres sociais como educador e pensador, completamente desassociado do governo. Os contribuidores seus colegas da Meirokusha, portanto, constroem suas respostas em cima dessas afirmações. Katō Hiroyuki, o membro que provavelmente tinha o perfil mais próximo ao de Fukuzawa, (Hiroyuki fora um educador, agindo como instrutor do imperador Meiji sobre legislação internacional), aponta no discurso de Fukuzawa a aparente tendência liberal.

Ainda que meu caro amigo considere deplorável a presença de acadêmicos de estudos ocidentais no governo, sinto que é particularmente urgente ter o cultivo interno (no governo), não obstante a importância do estímulo externo (do povo) e do cultivo interno (no governo). Portanto, é sempre apropriado que os acadêmicos dos estudos ocidentais sirvam ao governo se estiverem inclinados para tal. A discussão do meu amigo é *liberal*, e o *liberalismo* nunca será inapropriado. O progresso dos vários países europeus no mundo moderno é naturalmente um triunfo do *liberalismo*. E, no entanto, o poder do Estado acaba sendo enfraquecido se houver grande excesso de *liberalismo*. Uma

5 O chamado *Bakumatsu* é o termo que designa os anos finais do xogunato Tokugawa, de 1853 a 1868, quando uma confluência de forças externas e internas trouxe o fim do xogunato e a ascensão da Revolução Meiji.

nação jamais sobreviverá caso o poder estatal seja minado. Um cavaleiro de nome Frantz afirma em sua *Physiologie van Staaten*⁶:

Ainda que os partidos *Libera*” e *Comunista* sejam completamente opostos, ambos estão errados. Pois ambos fracassam em perceber a razão dos poderes estatais e privados serem separados. Já que o partido *liberal* deseja energicamente expandir o poder popular e reduzir o poder do Estado, ele assume que serviços públicos como educação, comunicação e correios podem ser controlados pela iniciativa privada, sem interferência do governo. O partido *comunista*, por sua vez, afirma que o Estado deve gerir toda a agricultura, indústria e comércio, expandindo vigorosamente o poder estatal e diminuindo o poder privado. Devemos temer a possibilidade de cometermos um erro voltado às visões do partido *liberal* caso enfatizarmos o estímulo externo (pelo povo) enquanto não levamos a sério as maquinações internas (o governo). Portanto, sendo ambos os assuntos, privado e governamental, importantes, sinto que seria melhor se os acadêmicos dos estudos ocidentais evitassem seguir apenas um curso, de forma que alguns rumem para o governo e outros, para a iniciativa privada, de acordo com seus talentos e treinamentos. (KATÔ, v. 2-1 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 66-7)

Katô adota uma postura que procura suavizar o posicionamento de Fukuzawa, tentando resgatar os pontos do colega a partir da harmonização entre as tendências comunistas e liberais. Ao fazer uso das palavras do filósofo alemão Constantin Frantz, um nome contemporâneo da Meirokusha, relativamente polêmico e obscuro da filosofia política alemã, Katô demonstra ser um conhecedor do pensamento político e da língua alemã, sendo um dos primeiros japoneses a estudar e dominar o idioma. O autor admite que embora a postura liberal de Fukuzawa seja bem-intencionada, diminuir o poder do Estado com o aumento da iniciativa privada pode ser um equívoco, advogando que os acadêmicos tomem o rumo que mais acharem apropriado para seus trabalhos.

Katô usa os termos “estímulos externos” e “maquinações internas” fazendo alusão a um paralelo feito por Fukuzawa no início de *Gakusha no shokubun wo ronzu*, para explicar a relação ideal entre os setores público e privado, ou melhor, sobre como o povo e o governo deveriam relacionar-se:

“(…) Claramente, a administração pública é o dever do governo, mas existem várias áreas das relações humanas em que o governo não deve se envolver. Assim, um país só pode ser organizado com sucesso se o governo e o povo estiverem lado a lado. Devemos cumprir nossos deveres como povo e o governo deverá cumprir seus deveres como governo, um auxiliando ao outro para manter o equilíbrio da independência nacional.

6 Gustav Adolph Constantin Frantz (1817-1891), filósofo político alemão. O título completo da obra citada por Katô é *Vorschule zur Physiologie der Staaten*, de 1857.

Deve haver equilíbrios de poder na manutenção de qualquer sistema. Por exemplo, para que mantenhamos nossa saúde física, é necessário comida, ar e luz do sol. Respondemos internamente a estímulos externos como frio, calor, dores, coceiras, de forma a criar uma harmonia de nossos movimentos corporais, maquinações. Se os estímulos externos repentinamente cessassem, deixando o corpo apenas com suas maquinações, nossa saúde não aguentaria nem ao menos um dia. Com uma nação, isso ocorre da mesma forma. O governo são essas maquinações. Para a manutenção da independência de uma nação em harmonia, é necessário equilíbrio entre o poder governamental interno e o estímulo externo da população. O governo é o corpo e o povo são os estímulos externos. A nossa independência também não duraria um dia se os estímulos externos cessassem, restando apenas as maquinações do governo. (FUKUZAWA, 1872)

Fukuzawa descreve um cenário em que as esferas do público e do privado, representadas respectivamente pelo governo e pelo povo, devem atuar em parceria e harmonia, “lado a lado”, gerando um equilíbrio entre poderes. Este equilíbrio é descrito pelo esquema dos estímulos externos alterando as maquinações internas do corpo humano. O poder privado seria uma fonte de estímulos externos ao corpo e suas maquinações, sendo necessário para a manutenção da vida. Ou seja, se o corpo humano deixasse de receber calor, ele morreria. Assim, Fukuzawa afirma que a nação não deve existir apenas com o poder público, a iniciativa privada é fundamental para estimular o governo a sair de suas posturas autoritárias.

Tsuda Mamichi, que fora notável membro do governo Meiji, atuando como senador e emprestando seus saberes sobre legislações ocidentais, refere-se à passagem de Fukuzawa da seguinte forma:

Uma nação pode ser comparada a uma pessoa. Referir-se ao governo como uma força vital e ao povo como um estímulo externo – como o faz Fukuzawa – parece ser, no entanto, uma metáfora errada. Se o povo for igualado a um estímulo externo, ele será comparado a uma entidade exterior ao país. Todavia, o povo é um fator do interior do país. Um estímulo externo deve ser comparado com relações estrangeiras. Sinto que o governo é como o espírito e o povo é o corpo. Assim como uma pessoa é formada juntando o corpo e o espírito, uma nação é criada juntando povo e governo. Um corpo sem espírito é um cadáver e um espírito desencarnado não é um ser humano. Da mesma forma, pode haver povo, mas sem um governo, ele não forma um país. Um governo sem povo também não é um país. Além do mais, ainda que seja pensado que o corpo deva seguir as direções do espírito, nem sempre isso é o caso. Existe a lei natural que controla o corpo. Se ele for forçado artificialmente para além de sua lei natural, o espírito também irá se desgastar e a pessoa ficará fraca e acabará morrendo. O corpo ficará cada vez mais forte se nutrido conforme as leis naturais. No entanto, é deplorável o fato de que, sob condições existentes em nosso país atualmente, existem poucas pessoas independentes de espírito. Não só poucas. Praticamente inexistentes. (TSUDA, v.2-3 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p 73-4)

Tsuda remove a analogia fisiológica de Fukuzawa, transpondo-a para alusões metafísicas, de corpo e alma. O pensamento de Tsuda Mamichi aponta para as noções da essência de um país jazerem na junção de corpo e espírito, ou seja, governo e povo, negando a ideia de Fukuzawa de que o povo é como um estímulo externo. Ele ainda coloca a noção da “lei natural”, que rege o corpo e por extensão, tem influência no espírito. Se a lei natural se exceder no corpo, o espírito padecerá. Numa linha semelhante, Nishi Amane também traça um comentário sobre o esquema fisiológico de Fukuzawa:

Fukuzawa comparou o governo com a força vital no corpo humano e o povo a um estímulo externo. Embora essa discussão seja o cerne lógico de suas ideias, sou obrigado a me posicionar quanto a isso. Não haveria problemas, afinal, se o estímulo externo fosse aplicado de forma correta. Entretanto, pode-se temer que uma doença mais grave venha a se desenvolver se a força vital básica seja estimulada em excesso. Por exemplo, um homem de olhos fracos pode machucá-los ainda mais ao expô-los a um forte estímulo de luz. Tudo ficará bem se o estímulo externo for aplicado aos poucos, conforme o povo caminha em direção à iluminação. Mas devemos evitar excessos no caso de um estímulo artificial. No geral, ele não poderá ser aplicado através de artifícios humanos e nada poderá ser feito quando os resultados deste estímulo tiverem surgido.

(...)

Assumindo, então, que o governo é o espírito vital, é necessário que os acadêmicos sirvam no governo, já que para causar a pulsação do espírito, deve-se administrar a quinina. Se aceitarmos o povo como estímulo, é essencial que os acadêmicos operem em vida privada, já que o estímulo deve ser invariavelmente moderado. Entretanto, uma ênfase unilateral em academicismo privado sem nutrir tal espírito é como uma pessoa de saúde frágil pegar uma gripe e ter febre após ficar exposta ao relento. Essa gripe não se desenvolverá para uma doença fatal? (TSUDA, idem, p. 80-1)

Nishi retoma a analogia do estímulo externo e das maquinações (ou força vital) do corpo humano. No entanto, ele adiciona uma nova linha de interpretação, afirmando que um estímulo externo que seja artificial e muito forte, poderia causar danos ao corpo. A ideia de que o povo não está apto para a modernidade e, portanto, deve ser guiado rumo à civilização ecoa as ideias que Fukuzawa apresenta, no entanto, Nishi defende que os acadêmicos devem participar tanto do governo, quanto da vida privada, evitando ênfases unilaterais. Este é o último dos seis pontos levantados por Nishi ao longo de seu artigo sobre os argumentos de Fukuzawa em *Gakusha no shokubun wo ronzu*. O autor considera uma espécie de alarde dúbio a afirmação de Fukuzawa de que os acadêmicos dos estudos ocidentais devam abandonar o governo e atuar somente na iniciativa privada, para a melhor preservação da independência nacional. Para Nishi, a ideia é fruto de generalizações que não se embasam fatos. Entretanto, o filósofo concorda com Fukuzawa quanto ao autoritarismo do governo Meiji ser uma continuação do xogunato:

Eu afirmaria como totalmente apropriadas aos nossos tempos as referências que Fukuzawa faz em relação à tradição contínua do governo autocrático do Japão e ao nosso povo ignorante que, agora como no passado, está sem poder e sem espírito. No entanto, mesmo com o desejo de reforma, provavelmente não conseguiremos alcançar sucesso com um único golpe, pois esses males não surgiram da noite para o dia. Em um país como nosso, em que o clã teocrático original foi seguido pelo sistema imperial chinês e depois pelo domínio militar, opressão e servidão foram questões diárias por 2500 anos. Mesmo que a Restauração tenha afirmado com força instituições ocidentais, isso foi há sete anos. Além disso, a Restauração, que surgiu através do *sonno joi*⁷, foi tocada com opressão e servidão, aos quais a nação se adaptou de forma natural, tal qual a arroz e pickles *takuan*. Ainda que queiramos alcançar um sucesso rápido em um dia, isso não é um esquema para assar aves antes delas serem capturadas? Essa condição não é uma peculiaridade do nosso país. Na região ao nordeste dos Himalaias e Pamires, ainda encontramos povo e governos que não abrem mão dessas tradições de despotismo e servidão. (NISHI, v.2- 4 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 77)

Refletindo sobre a História do Japão, Nishi enxerga que a Restauração se deu através de meios violentos e autoritários, um reflexo de todo o processo histórico nacional e que o povo aceitou a opressão porque ele já estava acostumado com isso, evocando a imagem da refeição frugal e popular do arroz branco com os pickles *takuan*. Isso causa um atraso natural no processo de civilização, sendo necessárias medidas que aos poucos tragam o espírito da nação para longe de noções de despotismo e servidão. Outro ponto de concordância entre os dois autores está na situação da academia japonesa em relação à ocidental, assim como os setores econômicos e o âmbito legislativo japonês:

Fukuzawa afirma que o Japão ainda não está no mesmo nível que terras estrangeiras no aprendizado, comércio e legislação, e que nosso país irá perder sua independência se não se exceder nesses três campos — até mesmo um leigo pode perceber isso — e é verdade. Todavia, é fútil voltar-se violentamente para essa questão sem enxergar sua origem. Até sete ou oito anos atrás, a suposta academia limitava-se a esfera dos Quatro Livros e dos Cinco Clássicos⁸. Até mesmo esses clássicos chineses eram meros brinquedos. Quando rebaixados, tais estudos são pareados com a cerimônia do chá e arranjos florais, e quando exaltados, eram comparados, no máximo, com as artes da arquearia, do hipismo, espada e lança. Elevamos nossa academia rapidamente para competir frente a frente com a academia ocidental não seria algo de pouco cunho prático? Nesse sentido, acredito que não podemos afirmar que mesmo nossos melhores pensadores conseguiram adentrar nos mistérios da chamada academia ocidental. A elevação da academia é algo que levará gerações, o mesmo vale para as áreas legislativas

7 Sonnô Joi é o lema do grupo que se opôs à abertura do Japão a partir de 1853, com a chegada da frota negra do Comodoro Perry em 1853. Significa “reverência ao Imperador, expulsão dos bárbaros”.

8 Os cânones confucionistas que formavam a base de toda a educação formal chinesa e japonesa.

e financeiras. Nós ainda seguimos tradições Tang e Ming em assuntos legais, adotando meras interpretações ocidentais. Quando nossos juizes e advogados abandonarão os costumes ultrapassados do *kujikata tomeyaku*⁹ e do *kujiyado*¹⁰? Como compará-los aos níveis ocidentais da lei? (NISHI, idem, p.78-9)

O cerne do pensamento de Nishi Amane é que o Japão está tão atrelado a séculos de costumes chineses a ponto de inúmeros aspectos de sua cultura não poderem ser rapidamente pareados aos do ocidente, principalmente as áreas acadêmica, financeira e legislativa. Nishi cita exemplos da predileção dos grandes acadêmicos pelos clássicos do cânone confucionista e que, em questões legais, eram seguidos costumes das dinastias Tang (618 – 907) e Ming (1368 – 1644). Nishi faz uma defesa aos estudantes e acadêmicos dos estudos ocidentais ao responder o argumento de Fukuzawa de que os jovens leem alguns poucos livros e já almejam tornar-se oficiais. Para Nishi isso é uma injustiça com os estudantes, pois sabe-se que o governo criou uma grande demanda por pessoas que consigam ler livros ocidentais, portanto, qual seria o mal em almejar uma posição oficial fazendo uso de suas habilidades? O autor também lembra que no período Edo, os homens do governo samurai eram em sua maioria militares; logo, essa mudança do corpo oficial ser constituído por intelectuais e estudantes pode ser visto como um pequeno avanço rumo à civilização. Nishi também considera injusto e inapropriado Fukuzawa afirmar que os estudiosos ocidentais bajulam o governo e são subservientes a ele nas publicações de jornais e revistas. Para Nishi, essa característica pertence a acadêmicos e políticos ligados ao xintoísmo. (idem, p. 79-80). Nishi conclui seu texto afirmando, como seus colegas, que os acadêmicos devem seguir o curso que melhor apeteçê-los individualmente:

Em suma, é de minha opinião que, já que os indivíduos se diferem tanto em suas habilidades, como em suas intenções, é igualmente apropriado, até mesmo para aqueles envolvidos com estudos ocidentais, que sirvam ao governo ou que permaneçam em suas vidas privadas. Estou perfeitamente ciente que sou uma pessoa sem importância que contribuí apenas com algumas pequenas traduções ao governo, e tenho, a muito, respeito ao espírito exaltado de meu honrado amigo. Sinto que eventualmente seguirei seus passos, embora ainda não tenha encontrado a resolução e o entusiasmo para tal. (NISHI, idem, p. 82)

Mori Arinori, o membro fundador da *Meirokeisha* e polêmico pensador das reformas Meiji tece duas grandes críticas a pontos específicos de *Gakusha no shokubun wo ronzu*: as afirmações “Um país só pode ser organizado com sucesso se o governo e o povo estiverem

9 *Kujikata* é uma compilação de decretos e precedentes legais datada de 1742, para uso dos oficiais da lei (*tomeyaku*).

10 *Kujiyado* eram estadias licenciadas onde litigantes eram hospedados durante um processo, no período Edo (1600-1868).

lado a lado” e “o progresso da civilização na sociedade não deve depender somente do poder dos governos”. Mori discorda da visão sobre o povo que Fukuzawa parece ter e estabelece uma definição própria:

O povo possui obrigações militares e civis que não podem ser ignoradas e que são vitais à nação. Não pode haver dúvidas de que o povo deve honrar essas obrigações com a melhor de suas capacidades. Perguntando-se quem o povo é, o termo diz respeito às pessoas que possuem direitos associados a obrigações e a deveres que envolvem responsabilidades. Oficiais, aristocratas e pessoas comuns são, portanto, todos inclusos no povo. Ninguém listado nos *hanseki*¹¹ pode evitar a classificação como um cidadão japonês que deve assumir as responsabilidades. Além do mais, o governo, que é o governo de todas as pessoas, é estabelecido pelo povo e para o povo. Existiram monarcas absolutos na Europa que governavam como bem queriam, pois a autoridade real era ilimitada e os direitos políticos eram mantidos por uma família. A partir disso, surgiram discórdias e distúrbios entre o povo despojado de forma que monarquias ou repúblicas limitadas geralmente eram estabelecidas restringindo o poder absoluto e compartilhando amplamente o poder político. Entretanto, nunca ouvi dizer de um exemplo ou teoria em que governo e povo, lado a lado, estimulem e conciliem um ou outro. (MORI, v.2-2 in YAMAMURO e NAKANOME, 1999, p. 69-70)

Mori Arinori reitera a ideia de que tanto o governo, quanto a nobreza e as classes populares são formados por pessoas. A ideia de Fukuzawa de que “governo e povo devem andar lado a lado” soa absurda para Mori. Para o autor, por princípio, um governo que não é absoluto possui poder popular. Ele aponta como exemplo as monarquias absolutistas europeias, derrubadas por levantes populares, dando a criação a repúblicas ou monarquias moderadas, onde o poder político era compartilhado. O ponto, portanto, é que não existe uma situação em que o povo e o governo em um Estado não absoluto sejam entidades distintas, conforme afirma Fukuzawa.

Talvez a crítica mais severa de Mori Arinori às visões de Fukuzawa seja sobre a participação do governo no avanço da nação.

É impossível considerar o progresso da civilização em uma sociedade como responsabilidade governamental. Afinal, essa responsabilidade está com o povo que compreende e promove a civilização. Pessoas que promovem a civilização devem avançar o interesse público na sociedade e exercer suas responsabilidades como um povo em conformidade com suas respectivas visões pois elas compreendem bem suas posições e têm sucesso nas questões públicas. Não faz diferença se promovem a civilização no privado ou como oficiais. A intenção de Fukuzawa em apontar um rumo para os homens da nação através de seus afazeres privados deve ser encarada como

11 Os registros de população e terras que compunham os *han*, os domínios feudais controlados pelos antigos daimios.

seu propósito. É uma intenção gratificante para os tipos de homens que conseguem honrá-la. No entanto, sua intenção não deixa de ser tendenciosa ao discutir o interesse público, comparando serviços públicos com privados. Assumindo que os proveitos públicos provindos do serviço oficial não igualam aos ganhos sociais provindos do serviço privado, então a sociedade só teria a ganhar se os acadêmicos se afastarem da vida oficial, deixando o governo para os iletrados. Creio que essa não é bem a ideia do professor. (MORI, idem, p. 71-2)

Mori chama atenção para as responsabilidades do povo para com a nação, em relação ao avanço da sociedade. Para ele, assim como todos seus colegas do volume, não importa o âmbito onde o indivíduo cumpre suas responsabilidades, seja ele público ou privado. Apesar de Mori reconhecer em Fukuzawa a boa intenção de clamar o poder público, afirmando que o “ensaio sobre o estabelecimento do poder popular é suficiente para comover o leitor, com seu sentido claro e sua lógica bem desenvolvida”, o autor reconhece nos argumentos de Fukuzawa uma visão problemática. Para Mori, quando Fukuzawa aponta a iniciativa privada como o meio correto para os acadêmicos dos estudos ocidentais trabalharem em prol da nação, ele está sendo tendencioso. Mori ironiza Fukuzawa ao visionar uma situação em que o governo acabaria ficando na mão de pessoas iletradas, quando todos os acadêmicos partirem da vida pública, focando-se na iniciativa privada.

Em linhas gerais, esses são os posicionamentos dos quatro autores do segundo volume da *Revista Meiroku*. O cerne de toda a discussão está na disputa entre as ações do poder privado e do poder estatal. Fukuzawa constrói uma argumentação pautada na defesa do indivíduo “iluminado”, independente, cujas ações seriam capazes de moldar a nação, sendo distintas do poder do Estado. A relação entre governo e povo japonês é algo que paira por toda a discussão. Mori Arinori, por exemplo, defende que faz parte do povo todo indivíduo que seria considerado um “cidadão japonês” e que todos possuem deveres e responsabilidades para o desenvolvimento da nação. Tsuda Mamichi afirma que mesmo que exista uma questão histórica que envolva a opressão popular pelo Estado japonês, é possível que o espírito oprimido do povo possa ser liberado através dos conceitos de independência e liberdade; não é um posicionamento tão diferente ao de Fukuzawa ao longo do que nos é apresentado em *Gakusha no shokubun wo ronzu*, mas Tsuda não corrobora com a postulação da exclusividade das atividades intelectuais privadas (v. 2, p. 65). Nishi Amane envereda pelo mesmo caminho, afirmando que o Estado age de forma opressora, mas também não defende a “ênfase unilateral no academicismo privado” (v.2, p. 82). Katô Hiroyuki é o único membro a definir a postura de Fukuzawa como liberal, mas alerta que é necessário um equilíbrio entre as forças liberais, ligadas à iniciativa privada, e ao poder do Estado.

Concluimos que é natural nestas discussões os homens terem adotado posturas menos radicais que Fukuzawa, pois todos ali eram intelectuais e oficiais do governo. Os autores concordam com Fukuzawa em muitos pontos, em especial, na noção de que o povo japonês, em termos gerais, não estaria devidamente pronto para a nova etapa de civilização que a Restauração Meiji traria, o grande cerne do argumento de Fukuzawa em *Gakusha*

no shokubun wo ronzu, de que a propagação de modelos modernos de civilização deveria ser encabeçada por intelectuais e acadêmicos dos estudos ocidentais agindo de forma completamente desassociada do Estado japonês, permanece o maior ponto de contenda entre os cinco senhores do Grupo Meiroku que participaram dessas discussões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- NISHIKAWA, Shunsaku. Fukuzawa Yukichi. In: **Prospects: the quarterly review of comparative education** (UNESCO: International Bureau of Education), vol. XXIII, no. 3/4, 1993, p. 493–506. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20150924032632/http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user_upload/archive/publications/ThinkersPdf/fukuzawe.pdf>. Acesso em: 06/03/2021.
- Keiogijuku University. **The Keiogijuku University a brief account of its history, aims and equipment**. 1912. Disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_Qg1KAAAIAAJ/page/n33/mode/2up Acesso em 5/03/2021.
- FUKUZAWA, Yukichi. **Gakumon no susume** (Incentivos ao Estudo). Tóquio: Keiogijuku University, 1872. Disponível em: <https://www.aozora.gr.jp/cards/000296/files/47061_29420.html#midashi450>. Acesso em: 05/03/2021.
- MORI, Arinori. Gakusha shokubun-ron no hyō [Comentários acerca de Discussão sobre o Papel dos Acadêmicos] In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (jô)** (Revista Meiroku I). Tóquio: Iwanami Bunko, 1999.
- TSUDA, Mamichi. Gakusha shokubun-ron no hyō [Comentários acerca de Discussão sobre o Papel dos Acadêmicos] In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (jô)** (Revista Meiroku I). Tóquio: Iwanami Bunko, 1999.
- KATÔ, Hiroyuki. Fukuzawa sensei no ron ni kotaeru [Em resposta à Discussão do Professor Fukuzawa] In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (jô)** (Revista Meiroku I). Tóquio: Iwanami Bunko, 1999.
- NISHI, Amane. Hi gakusha shokubun-ron [Críticas a Discussão sobre o Papel dos Acadêmicos.] In: YAMAMURO, Shin'ichi, NAKANOME, Tetsu. **Meiroku Zasshi (jô)** (Revista Meiroku I). Tóquio: Iwanami Bunko, 1999.
- Keio University History. In: **Keio.ac.jp**. Disponível em: <<https://www.keio.ac.jp/en/about/history/>> Acesso em: 07/03/2021.
- Introduction to Confucian Thought. In: **Columbia University, Asia for Educators**. Disponível em: <http://afe.easia.columbia.edu/special/china_1000bce_confucius_intro.htm> Acesso em: 15/06/2021.

*Recebido em 17 de maio de 2022
Aprovado em 07 de dezembro de 2022*

ANEXO

CRONOGRAMA HISTÓRICO DA PRIMEIRA FASE DA ERA MEIJI (1868-1880)

Elisa Massae Sasaki
Luísa Yoneko Tayra Teruya
Rodney Ferreira
Amanda Osti da Silva

Ano do calendário ocidental / Ano da Era Meiji	Fatos históricos, políticos e sociais	Publicações
1868 M.1	<ul style="list-style-type: none"> ● 戊辰戦争 / <i>Boshin sensō</i> / Guerra de Boshin / Guerra civil no Japão, entre as forças imperiais e as do Xogunato Tokugawa, até 1869 ● 鳥羽・伏見の戦い / <i>Toba - Fushimi no tataikai</i> / Batalhas de Toba e Fushimi / Luta de quatro dias entre as forças pró-imperiais e o Xogunato Tokugawa durante a Guerra Boshin, no Japão, terminando com uma derrota decisiva de Tokugawa ● 江戸城無血開城 / <i>Edojō muketsu kaijō</i> / Rendição do Castelo de Edo ● 明治維新 / <i>Meiji ishin</i> / Restauração Meiji ● 五箇条の御誓文発布 / <i>Gokajōno Goseimon happu</i> / Promulgação da Carta de Juramento em cinco artigos / Primeira Constituição do Japão moderno ● 一世一元の制 / <i>Issei ichigen nosei</i> / Sistema de periodização por eras do calendário japonês de acordo com o mandato do imperador vigente 	<ul style="list-style-type: none"> ● 「中外新聞」創刊 / “<i>Chūgai Shimbun</i>” <i>sōkan</i> / Primeira edição do jornal “Chūgai Shimbun” ● 訓蒙窮理図解 (福澤諭吉) / <i>Kunmō kyūri zukai</i> / Diagrama introdutório e explicativo do estudo das leis naturais / de FUKUZAWA Yukichi (1835-1901) / Edição digitalizada disponível em: https://dcollections.lib.keio.ac.jp/ja/fukuzawa/a08/21 / Título em inglês: “Illustrated book of physical sciences”, mencionado na descrição da edição digitalizada ● 四英獄窓唱和集 (頼三樹ほか) / <i>Shiei gokusō shōwa shū</i> / Quatro valentes cantando na janelada prisão – coletânea de poemas / de RAI Sanju <i>et al.</i> / Edição digitalizada: https://www2.dhii.jp/nijl_o_pendata/searchlist.php?md=idl&bib=200013293

Ano	Fatos históricos, políticos e sociais	Publicações
Cont. 1868 M.1	<ul style="list-style-type: none"> ● 神仏分離令 / <i>Shimbutsu bunri rei</i> / Lei de separação do xintoísmo do budismo / Fez parte do movimento antibudista no início da era Meiji ● 廃仏毀釈運動 / <i>Haibutsu kishaku undō</i> / Movimento de expulsão do budismo no Japão / Durante a restauração Meiji, templos, imagens e textos budistas foram destruídos ● 浦上事件・浦上四番崩れ / <i>Urakami jiken - Urakami yoban kuzure</i> / Incidente de Urakami / A última e maior das repressões contra os cristãos na vila de Urakami, na província de Nagasaki, ao sul do Japão 	
1869 M.2	<ul style="list-style-type: none"> ● 東京奠都 / <i>Tōkyō tento</i> / Transferência de capital do Japão para Tokyo e mudança do nome da capital de Edo para Tokyo ● 版籍奉還 / <i>Hanseki hōkan</i> / Devolução das terras feudais ao Imperador ● 箱館五稜郭の戦い / <i>Hakodate Goryōkaku no tatakai</i> / Goryōkaku é um forte de cinco pontas construído pelo xogunato Tokugawa na cidade de Hakodate para proteger o Estreito de Tsugaru contra uma possível invasão da frota russa / Ficou famoso como o local da última batalha da Guerra Boshin 	<ul style="list-style-type: none"> ● 殉難全集(城 兼文・馬場 文英) / <i>Junnan zenshū</i> / Uma vida pela pátria: um compêndio / de JŌ Kembun e BABA Bun'ei / Coletânea de poemas / Edição digitalizada: http://school.nijl.ac.jp/kindai/OWND/OWND-00049.html ● 頭書大全世界国尽(福澤諭吉) / <i>Tōsho taizen sekaikunizukushi</i> / Enumeração de todos os nomes dos países do mundo: enciclopédia e notas / de FUKUZAWA Yukichi (1835-1901) / Edição digitalizada: http://dc.lib.hiroshima-u.ac.jp/text/detail/42420141210102205

Ano	Fatos históricos, políticos e sociais	Publicações
Cont. 1869 M.2	<ul style="list-style-type: none"> 蝦夷を北海道に改称 / <i>Ezo o Hokkaidō ni kaishō</i> / Ezo foi renomeado para Hokkaidō 新聞紙印行条例 / <i>Shimbunshi inkō jōrei</i> / Regulamentação da publicação em jornal impresso 	
1870 M.3	<ul style="list-style-type: none"> 大教宣布 / <i>Taikyō sempu</i> / Édito imperial emitido em nome do imperador Meiji, que passou a ser considerado uma divindade / O xintoísmo é adotado como religião nacional e assim apresentou uma política teocrática, na qual foram unificados a religião e o Estado 平民苗字許可令 / <i>Heimin myōjikyōka rei</i> / Lei de permissão aos plebeus para utilização de sobrenome 御兵規則発布 / <i>Chōhei kisoku happu</i> / Promulgação das regras relacionadas ao serviço militar 郵便制度創設建議 / <i>Yūbin seido sōsetsu kengi</i> / Proposição para o estabelecimento do sistema postal 	<ul style="list-style-type: none"> 真政大意 (加藤 弘之) / <i>Shinsei Taii</i> / A essência do governo legítimo / de KATO Hiroyuki (1836-1916) / Edição digitalizada: https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/993217 万国航海西洋道中膝栗毛 (仮名垣 魯文) / <i>Bankoku kōkai - Seiyō dōchū hizakurige</i> / Viagem a pé ao Ocidente: navegando por todos os países / de KANAGAKI Robun (1829-1894) / Edição digitalizada: https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/882593
1871 M.4	<ul style="list-style-type: none"> 斬髮廃刀令 / <i>Zampatsu haitō rei</i> / Proibição oficial do porte de espada e do uso de coque samurai (penteado) 廃藩置県 / <i>Haihan chiken</i> / Extinção do sistema feudal e instituição da divisão administrativa em províncias 	<ul style="list-style-type: none"> 「新聞雑誌」創刊 / “<i>Shimbun Zasshi</i>” <i>Sōkan</i> / Primeira edição do jornal “<i>Shimbun Zasshi</i>” / Em 1875 tem seu nome mudado para <i>Tōkyō Akebono Shimbun</i> 東京曙新聞 / Pouco tempo depois, houve a promulgação da regulamentação dos jornais

Ano	Fatos históricos, políticos e sociais	Publicações
Cont. 1871 M.4	<ul style="list-style-type: none"> ● 戸籍法 / <i>Koseki hō</i> / Lei de Registro civil ● 文部省設置 / <i>Mombushō setchi</i> / Instituição do Ministério da Educação ● 日清修好条規 / <i>Nisshin shūkō jōki</i> / Tratado Sino-Japonês de Comércio e Amizade ● 岩倉使節団派遣 / <i>Iwakura shisetsudan haken</i> / Expedição da missão Iwakura / Viagem aos países ocidentais, com retorno ao Japão em 1873 ● 新貨条例 / <i>Shinka jōrei</i> / Promulgação da lei monetária japonesa, quando o “<i>En</i>” (iene) foi oficialmente adotado como a unidade monetária do Japão / Grafias da moeda “<i>En</i>”: 圓 (escrita antiga) e 円 (atual) ● 郵便開業 / <i>Yūbin kaigyō</i> / Implantação do sistema postal / Criação das primeiras agências postais (no sistema moderno) em Tokyo, Kyoto e Osaka 	<p>(<i>Shimbunshi jōrei</i> 新聞紙 条例 1875), e SUEHIRO Tetchō 末広 鐵腸 (1849-1896) tornou-se o primeiro caso de condenação à liberdade de expressão por sua crítica à regulamentação</p> <ul style="list-style-type: none"> ● 牛店相談 安愚楽鍋 (仮名垣 魯文) / <i>Ushiya sōdan aguranabe</i> / Aguranabe – Conversas descontraídas em torno de <p>um prato de carne / de KANAGAKI Robun (1829-1894) / Romance cômico que retrata clientes que frequentavam um restaurante onde serviam pratos com carne bovina (<i>gyūnabe</i> 牛鍋), que se tornou muito popular no início da era Meiji e que era uma forma de apresentar a culinária ocidental.</p> <p>Descreve as pessoas de diferentes condições sociais que se sentavam em torno da comida enquanto conversavam informalmente sobre o que elas pensavam a respeito da mudança repentina de vida dessa época, revelando muitas contradições nessa fase de transição e de adaptação precipitada ao modo ocidental de se viver no Japão / Edição digitalizada: https://dglb01.ninjal.ac.jp/n_injaldl/bunken.php?title=aguranabe</p>

Ano	Fatos históricos, políticos e sociais	Publicações
Cont. 1871 M.4		<ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="744 196 1041 331">● 自由之理(中村 正直訳)/ <i>Jiyū no ri</i> / O princípio da Liberdade / Tradutor: NAKAMURA Masanao (1832-1891) / Tradução de “On Liberty” (1859), de John Stuart MILL (1806-1873) / Edição digitalizada: https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/783201 <li data-bbox="744 583 1041 999">● 西国立志編(中村 正直訳)/ <i>Saikoku risshi hen</i> / Súmula das motivações do Ocidente / Tradutor: NAKAMURA Masanao (1832-1891) / Tradução de “Self help” (1859), de Samuel SMILES (1812-1904), considerado “a bíblia do liberalismo vitoriano” / Edição digitalizada: http://www.let.osaka-u.ac.jp/~okajima/saikoku/kaisei/00.pdf <li data-bbox="744 1130 1041 1494">● 学問ノススメ(福澤 諭吉)/ <i>Gakumon no susume</i> / Incentivo aos estudos / de FUKUZAWA Yukichi (1835-1901) / Edição digitalizada: https://www.aozora.gr.jp/cards/000296/files/47061_29_420.html / Tradução de David DILWORTH (1934-) para o inglês: “Anencouragement of learning”(2013)

Ano	Fatos históricos, políticos e sociais	Publicações
1872	<ul style="list-style-type: none"> ● 三条の教憲発布 / <i>Sanjō no kyōken happu</i> / Promulgação da Constituição educacional de três artigos 	<ul style="list-style-type: none"> ● 「東京日日新聞」創刊 / “<i>Tōkyō Nichinichi Shimbun</i>” <i>sōkan</i> / Primeira edição do jornal “<i>Tōkyō Nichinichi Shimbun</i>”
M.5	<ul style="list-style-type: none"> ● 学制発布 / <i>Gakusei happu</i> / Promulgação do sistema educacional ● 陸・海軍省設置 / <i>Riku·Kaigunshō setchi</i> / Estabelecimento do Ministério do Exército e da Marinha ● 田畑永代売買禁止令の廃止 / <i>Dempata eitai baibai kinshirei no haishi</i> / Revogação da lei que proibia a compra e a venda de terra de campos cultiváveis ● 国立銀行条例 / <i>Kokuritsu ginkōjōrei</i> / Lei do banco nacional ● 太陽曆採用 / <i>Taiyō reki saiyō</i> / Adoção do calendário solar (ocidental) ● 新橋・横浜間鉄道開通 / <i>Shinbashi - Yokohama kan</i> <i>tetsudō kaitsū</i> / Inauguração da linha ferroviária entre Shinbashi(Tokyo) e Yokohama / Primeiro trecho da ferrovia do Japão ● 琉球藩 / <i>Ryūkyū han</i> / Criação do Domínio de Ryūkyū, que existiu enquanto tal até 1879 / Atual província de Okinawa 	<ul style="list-style-type: none"> ● 「郵便報知新聞」創刊 / “<i>Yūbin Hōchi Shimbun</i>” <i>sōkan</i> / Primeira edição do jornal “<i>Yūbin Hōchi Shimbun</i>” ● 寓言 かたわ娘(福澤諭吉) / <i>Gūgen katawa musume</i> / Alegoria da menina imperfeita / de FUKUZAWA Yukichi (1835-1901) / Aborda questões relacionadas a pessoas com deficiência / Edição digitalizada: https://www.wul.waseda.ac.jp/kotenseki/html/bunko11/bunko11_a1460/index.html ● 童蒙をしへ草(福澤諭吉) / <i>Dōmō oshie-gusa</i> / Ensinaamentos basilares para os de tenra idade / de FUKUZAWA Yukichi (1835-1901) / Edição digitalizada: https://dcollections.lib.keio.ac.jp/en/fukuzawa/a16/61

Ano	Fatos históricos, políticos e sociais	Publicações
Cont. 1872 M.5	<ul style="list-style-type: none"> 群馬県富岡製糸工場設立 / <i>Gunmaken Tomioka seishi kōjō setsuritsu</i> / Fundação da fábrica de fição de seda de Tomioka, na província de Gunma 	<ul style="list-style-type: none"> 世界都路(仮名垣 魯文) / <i>Sekai miyakoji</i> / As ruas das capitais do mundo / de KANAGAKI Robun (1829-1894) / Edição digitalizada: https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/761315 著作道書キ上ゲ(仮名垣魯文、条野 採菊) / <i>Chosakudō kakiage</i> / Escritos sobre o caminho da escrita / de KANAGAKI Robun (1829-1894) e JŌNO Saigiku (1832-1902) / Relatório sobre a organização de diversas artes cênicas que foi feito para o Ministério da Educação do governo Meiji, que focou na religião, artes cênicas e artes literárias para educar as pessoas com base na Constituição educacional de três artigos (三条の教憲 <i>Sanjō no Kyōken</i> - 1872)
1873 M.6	<ul style="list-style-type: none"> 明治六年政変・征韓論敗れ / <i>Meiji rokunen seihen - Seikanronyabure</i> / Mudança política no ano 6 da era Meiji, quando houve um debate acerca do envio de uma expedição punitiva para a Coreia, em que SAIGŌ Takamori 西郷隆盛 (1828-1877) e outros foram derrotados e se retiraram da vida pública 	<ul style="list-style-type: none"> 「東京仮名書新聞」創刊 / “<i>Tōkyō Kanagaki Shimbun</i>” sōkan / Primeira edição do jornal “<i>Tōkyō Kanagaki Shimbun</i>” 「まいにちひらがなぶん」創刊 / “<i>Mainichi Hiragana Shimbun</i>” sōkan / Primeira edição do jornal “<i>Mainichi Hiragana Shimbun</i>”

Ano	Fatos históricos, políticos e sociais	Publicações
Cont. 1873 M.6	<ul style="list-style-type: none"> ● 地租改正条例 / <i>Chiso kaisei jōrei</i> / Regulamentação da revisão do imposto territorial / <p>Obrigatoriedade tributária sobre os proprietários de terra</p> ● 徴兵令発布 / <i>Chōheirei happu</i> / Promulgação das normas de alistamento militar ● キリスト教禁教解禁 / <i>Kirisutokyō kinkyō kaikin</i> / Revogação da proibição do cristianismo ● 明六社設立 / <i>Meirokusha setsuritsu</i> / Fundação de <i>Meirokusha</i> / Sociedade intelectual 	
1874 M.7	<ul style="list-style-type: none"> ● 佐賀の乱 / <i>Saga no ran</i> / Rebelião de Saga / Insurreição samurai contra o governo Meiji ● 台湾出兵 / <i>Taiwan shuppei</i> / Expedição punitiva japonesa a Taiwan ● 民選議院設立建白書の上呈 / <i>Minsen giin setsuritsu kenpakusho no jōtei</i> / Apresentação da petição do estabelecimento do parlamento eleito por voto popular, o que deu início ao movimento por liberdade e direitos civis 	<ul style="list-style-type: none"> ● 「明六雑誌」創刊 / “<i>Meiroku Zasshi</i>” <i>sōkan</i> / Primeira publicação do periódico “<i>Meiroku Zasshi</i>” por <i>Meirokusha</i> 明六社 ● 「朝野新聞」創刊 / “<i>Asano Shimbun</i>” <i>sōkan</i> / Primeira publicação do jornal “<i>Asano Shimbun</i>” ● 「読売新聞」創刊 / “<i>Yomiuri Shimbun</i>” <i>sōkan</i> / Primeira publicação do jornal “<i>Yomiuri Shimbun</i>”

Ano	Fatos históricos, políticos e sociais	Publicações
Cont. 1874 M.7	<ul style="list-style-type: none"> ● 立志社設立 / <i>Risshisha setsuritsu</i> / Fundação de Risshisha / Associação política do domínio de Tosa (atual província de Kōchi) que defendia o movimento pela liberdade e direitos civis. ● 愛国公党設立 / <i>Aikoku Kōtō setsuritsu</i> / Fundação do Partido Público de Patriotas por ITAGAKI Taisuke 板垣退助 (1832-1919) 	<ul style="list-style-type: none"> ● 柳橋新誌 (成島 柳北) / <i>Ryūkyō Shinshi</i> / Compilação de ensaios sobre o distrito dos prazeres de Yanagibashi / de NARUSHIMA Ryūhoku (1837-1884) / Retrata a transição da população e dos costumes entre a era Edo e Meiji / Edição digitalizada: https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/764456 ● 洋字ヲ以テ国語ヲ書スルノ論 (西周) / <i>Yōji o motte kokugo o shosuru noron</i> / Discussão sobre a escrita da língua japonesa com caracteres ocidentais / de NISHI Amane (1829- 1897) ● 東京新繁昌記 (服部 誠一) / <i>Tōkyō shin hanjōki</i> / Relato da nova prosperidade de Tokyo / de HATTORI Seiichi (1842-1908) / Edição digitalizada: https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/764133 ● 佐賀電信録 (仮名垣 魯文) / <i>Saga denshin roku</i> / Registro telegráfico de Saga / de KANAGAKI Robun (1829-1894) / <p>Edição digitalizada: https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/773337</p>

Ano	Fatos históricos, políticos e sociais	Publicações
Cont. 1874 M.7		<ul style="list-style-type: none"> ● 国体新論(加藤 弘之) / <i>Kokutai shin ron</i> / Novo tratado sobre a estrutura política nacional / de KATŌ Hiroyuki (1836- 1916) / Ensaio político sobre a teoria dos direitos humanos naturais – afirma o respeito pela liberdade do povo e prega a triade nação, governo e povo / Edição digitalizada: https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/759337
1875 M.8	<ul style="list-style-type: none"> ● 立憲政体樹立の詔書 / <i>Rikken seitai juritsu no shōsho</i> / Decreto imperial de estabelecimento do sistema de governo constitucional ● 元老院・大審院設置 / <i>Genrōin・Daishin'in setchi</i> / Instituição do Senado e da Suprema Corte do Judiciário (do Japão) ● 民選議院設立をめぐる賛否の論争 / <i>Minsen giin setsuritsu o megutte sampi no ronwaku</i> / Intensificação do debate sobre o estabelecimento de um parlamento eleito democraticamente ● 新聞紙条例・讒謗律公布 / <i>Shimbunshi jōrei・Zambōritsu kōfū</i> / Regulamentação dos jornais – referente à liberdade da imprensa – e a promulgação da lei de difamação, calúnia 	<ul style="list-style-type: none"> ● 百一新論(西周) / <i>Hyakuichi Shinron</i> / Cento e um novos debates / de NISHI Amane (1829-1897) / Edição digitalizada: https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/753010 ● 文明論之概略(福澤 諭吉) / <i>Bunmeiron no gaiyaku</i> / Esboço de uma teoria da civilização / de FUKUZAWA Yukichi (1835-1901) / Edição digitalizada: https://dcollections.lib.keio.ac.jp/ja/fukuzawa/a23/77 ● 代議政体(永峯秀樹訳) / <i>Daigi seitai</i> / O governo representativo / Tradutor: NAGAMINE Hideki (1848-1927) / Tradução do inglês “Considerations on representative government” (1861), de John Stuart MILL (1806-1873) / Edição digitalizada: https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/783436

Ano	Fatos históricos, políticos e sociais	Publicações
Cont. 1875 M.8	<ul style="list-style-type: none"> ● 平民苗字必称義務令 / <i>Heimin myōji hisshō gimurei</i> / Lei que estabeleceu a obrigatoriedade de o plebeu adotar sobrenome ● 樺太・千島交換条約 / <i>Karafuto・Chishima kōkan jōyaku</i> / Tratado de São Petersburgo que é um acordo russo-japonês no qual Japão trocou Sacalinas por Ilhas Curilas ● 江華島事件 / <i>Kōkatō jiken</i> / Incidente na Ilha Gangwa ou Batalha Japonesa de Ganghwa / Confronto armado entre o Japão e a dinastia Joseon (1392-1910) da Coreia ● 愛国社設立 / <i>Aikokusha setsuritsu</i> / Fundação de Aikokusha (Sociedade dos Patriotas) / Por ITAGAKI Taisuke 板垣退助 (1832-1919) e outros ● 同志社創立 / <i>Dōshisha sōritsu</i> / Fundação de Dōshisha / Uma das mais antigas instituições privadas de ensino superior cristã do Japão, em Kyoto 	
1876 M.9	<ul style="list-style-type: none"> ● 廃刀令・帯刀禁止令公布 / <i>Haitōrei・Taitō kinshirei kōfu</i> / Promulgação da lei que proíbe o porte da espada 	

Ano	Fatos históricos, políticos e sociais	Publicações
Cont. 1876 M.9	<ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="334 196 683 407">● 秩禄処分 / <i>Chitsuroku shobun</i> /Abolição do pagamento de estipêndio hereditário a famílias de samurais de classe alta e de honorários aos que compuseram o quadro da restauração Meiji / Foi uma medida que a classe dominante perdeu seus direitos adquiridos <li data-bbox="334 494 716 876">● 熊本神風連の乱、秋月の乱、 萩の乱などあいつぐ / <i>Kumamoto Jinpūren no ran,</i> <i>Akizuki no ran, Hagi no ran nado</i> <i>aitsugu</i> / Rebelião Jinpūren de Kumamoto, Rebelião de Akizuki, Rebelião Hagi, seguidas de várias outras / Eram contra o governo Meiji, à ocidentalização e à perda de privilégios da classe guerreira dos samurais / <i>Jinpūren</i> 神風連 era uma organização de ex-samurais de Kumamoto <li data-bbox="334 911 680 1102">● 伊勢暴動・三重県など農民一 揆 / <i>Ise Bōdō・Mieken nado</i> <i>nōmin ikki</i> / Insurreição de Ise – revolta dos agricultores contra a revisão de impostos fundiários nas províncias como a de Mie <li data-bbox="334 1145 692 1293">● 日朝修好条規締結 / <i>Nitchō</i> <i>shūkō jōki teiketsu</i> / Conclusão do Tratado de Ganghwa, também conhecido como Tratado de Amizade Japão-Coreia <li data-bbox="334 1319 668 1449">● 日曜を休日と定める / <i>Nichiyō</i> <i>o kyūjitsu to sadameru</i> / Domingo é estabelecido como dia de folga 	

Ano	Fatos históricos, políticos e sociais	Publicações
Cont. 1876 M.9	<ul style="list-style-type: none"> 札幌農学校創立 / <i>Sapporo Nōgakkō sōritsu</i> / Fundação da Escola Agrícola de Sapporo / Atual Universidade de Hokkaidō 	
1877 M.10	<ul style="list-style-type: none"> 西南の役・西南戦争 / <i>Seinan no eki Seinan sensō</i> / Rebelião de Satsuma - Guerra do Sudoeste / Última revolta de ex- samurais do domínio de Satsuma, situado no sudoeste do Japão / Encabeçada por SAIGŌ Takamori 西郷 隆盛 (1828-1877), contra o novo governo Meiji 立志社建白 / <i>Risshisha kenpaku</i> / É uma declaração escrita ao imperador propondo o estabelecimento de um governo constitucional feita por <i>Risshisha</i>, a favor do movimento pela liberdade e direitos civis 東京大学設立 / <i>Tōkyō daigaku setsuritsu</i> / Fundação da Universidade de Tokyo 実録物流行 / <i>Jitsurokumono ryūkō</i> / Popularização do gênero “Jitsurokumono” / Literalmente “acontecimentos reais”, também chamados de “registros verdadeiros”, eram manuscritos de julgamentos, debates, registros históricos etc. de Edo que serviram como material para romances modernos 	<ul style="list-style-type: none"> 「花月新誌」創刊 / “<i>Kagetsu shinshi</i>” <i>sōkan</i> / Primeira publicação de “<i>Kagetsu shinshi</i>” / Revista literária centrada principalmente em poesia / Faz parte do gênero <i>Jitsurokumono</i> 実録物 「穎才新誌」創刊 / “<i>Eisai shinshi</i>” <i>sōkan</i> / Primeira publicação de “<i>Eisai shinshi</i>” / Inicialmente esta revista publicava cartas de leitores, mas depois se voltou para literatura / Mais um exemplo do gênero <i>Jitsurokumono</i> 実録物 鹿児島戦争記(篠田 仙果) / <i>Kagoshima sensōki</i> / Crônicas da Guerra de Kagoshima / de SHINODASenka (? -1884) / Edição digitalizada: https://www.wul.waseda.ac.jp/kotenseki/html/bunko11/bunko11_a0430/index.html 西南鎮靜録(沼尻 桂一郎) / <i>Seinan Chinsei roku</i> / Registros da paz no sudoeste / de NUMAJIRI Kaiichirō

Ano	Fatos históricos, políticos e sociais	Publicações
<p>1878</p> <p>M.11</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● 大久保利通暗殺 / <i>Ōkubo Toshimichi ansatsu</i> / Assassinato de Ōkubo Toshimichi (1830- 1878) / Um dos grandes defensores da restauração Meiji / Este evento também ficou conhecido como <i>Kioizaka no hen</i> 紀尾井坂の変 ou <i>Kioichō jiken</i> 紀尾井町事件, que se referem como incidente ocorrido no local, Kioizaka ou então Kioichō ● 参謀本部設置 / <i>Sambō hombu setchi</i> / Estabelecimento do Gabinete do Estado-Maior do Exército Imperial do Japão ● 地方三新法制定 / <i>Chihō sanshimpō seitei</i> / Instituição de três novos sistemas de leis que regem a divisão política-administrativa regional ● 東京証券取引所開設 / <i>Tōkyō shōken torihikijo kaisetsu</i> / Inauguração da Bolsa de Valores de Tokyo ● 新富座開場 / <i>Shintomiza kaijō</i> / Abertura do teatro <i>Shintomiza</i> / Em Tokyo ● 翻訳文学流行 / <i>Honyaku bungaku ryūkō</i> / Popularização da tradução literária / Por exemplo: <ul style="list-style-type: none"> a) 通俗 伊蘇普物語 (渡辺 温 訳) / <i>Tsuzoku Isoppu monogatari</i> / Tradução das “Fábulas de Esopo” / Tradutor: WATANABE On (1837-1898) 	

Ano	Fatos históricos, políticos e sociais	Publicações
Cont. 1878 M.11	<p>b) 暴夜物語：開卷驚奇 (永峯秀樹 訳) / <i>Arabiya monogatari: Kaikan kyōki</i> / Narrativas árabes: abertura surpreendente / Tradutor:</p> <p>NAGAMINE Hideki (1848-1927) / Tradução da versão em inglês de “As mil e uma noites”, por Edward William LANE (1801-1876) / Edição</p> <p>digitalizada: http://school.nijl.ac.jp/kindai/SUMI/SUMI-01197.html#2</p> <p>c) 八十日間世界一周：新説</p> <p>(川島 忠之助 訳) / <i>Hachijūnichikan sekai isshū: shinsetsu</i> / Uma volta ao mundo em oitenta dias: nova teoria / Tradutor: KAWASHIMA Chūnosuke (1853-1938) / Tradução de “Uma volta ao mundo em oitenta dias” (1872), do original em francês, de Jules VERNE (1828-1905) /</p> <p>Edição digitalizada: https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/873181</p>	
1879 M.12	<ul style="list-style-type: none"> ● 集会条例 / <i>Shūkai jōrei</i> / Leis e regulamentos promulgados pelo <i>Daijōkan</i> 太政官, que era o Grande Conselho do Estado do início da era Meiji ● 教育令制定 / <i>Kyōikurei seitei</i> / Promulgação dos regulamentos relativos à educação 	<ul style="list-style-type: none"> ● 「大阪朝日新聞」創刊 / “<i>Ōsaka Asahi Shimbun</i>” <i>sōkan</i> / Primeira publicação do jornal “<i>Ōsaka Asahi Shimbun</i>”

Ano	Fatos históricos, políticos e sociais	Publicações
Cont. 1879 M.12	<ul style="list-style-type: none"> 工場打下概則 / <i>Kōjō haraisage gaisoku</i> / Lei que fez o governo a passar as minas e fábricas de propriedade estatal para o setor privado 自由民権論盛行 / <i>Jiyū minkenron seikō</i> / Popularização da ideologia de direitos civis 国会期成同盟 / <i>Kokka Kisei Dōmei</i> / Associação política que desempenhou um papel central no movimento pela abertura da Dieta / Serviu de base para a posterior formação do Partido Liberal (<i>Jiyūtō</i> 自由党) 琉球処分 / <i>Ryūkyū shobun</i> / Disposição de Ryūkyū / Incorporação do Domínio Ryūkyū ao Império do Japão como província de Okinawa 	<ul style="list-style-type: none"> 民権自由論(植木 枝盛) / <i>Minken jiyūron</i> / Sobre os direitos civis e liberdade / de UEKI Emori (1857-1892) / Definido como <i>Seiji sōshi sho</i> 政治思想書 – escritos sobre pensamento político / Edição digitalizada: https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/783715?contentNo=38 民権田舎歌(植木 枝盛) / <i>Minken inaka uta</i> / Canções rurais sobre direitos civis / de UEKI Emori (1857–1892) / Música disponível online: https://youtu.be/TNbPwY_3USE
1880 M.13	<ul style="list-style-type: none"> 国会開設の請願 / <i>Kokkai kaisetsu no seigan</i> / Petição para estabelecer uma assembleia nacional 	<ul style="list-style-type: none"> 「東京自由新聞」創刊 / “<i>Tōkyō Jiyū Shimbun</i>” <i>sōkan</i> / Primeira publicação do “<i>Tōkyō Jiyū Shimbun</i>” (Jornal Liberdade de Tokyo)

Ano	Fatos históricos, políticos e sociais	Publicações
<p>Cont. 1880 M.13</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● 教育令改正 / <i>Kyōikurei kaisei</i> / Revisão dos regulamentos relativos à educação ● 政治小説台頭 / <i>Seiji shōsetsu taitō</i> / Ascensão dos romances políticos / Obras literárias de cunho político que surgiram no início do período Meiji e que abordam, por exemplo, instruções políticas ao povo, encorajamento ao nacionalismo e sobre a questão da liberdade e direitos civis 	<ul style="list-style-type: none"> ● 情海波瀾：民権演義 (戸田 欽堂) / <i>Jōkai Haran: Minken engi</i> / Ondas tempestuosas de um mar de paixões: uma história sobre direitos civis / de TODA Kindō (1850-1890) / Considerado primeiro romance político (<i>Seiji shōsetsu</i> 政治小説) Edição digitalizada: https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/886719 ● 言論自由論 (植木枝盛) / <i>Genron jiyū ron</i> / Sobre a liberdade de expressão / de UEKI Emori (1857-1892) / Edição digitalizada: https://dl.ndl.go.jp/info:ndljp/pid/783053

Bibliografia

- ENOMOTO, Takashi 榎本隆司. *Hajimete manabu Nihon bungaku shi* 「はじめて学ぶ日本文学史」(Aprendendo a história da literatura japonesa pela primeira vez). Kyoto: Minerva Shobō, 2010.
- NIHON SHI SHIRYŌ SHITSU 日本史資料室 (Sala de material de história do Japão). *Meiji jidai nenpyō* 「明治時代年表」(Cronograma do período Meiji). Disponível online: <https://history.gontawan.com/nenpyo-meiji.html> (acessado dia 01.10.2020)
- SASAYAMA Haruo 笹山晴生 *et al.* (12 autores). *Shōsetsu Nihonshi kaiteiban* 「詳説日本史改訂版」(História do Japão em detalhes. Edição revisada). Tokyo: Yamakawa shuppan: 2019.

O TRAUMA E O GÊNERO EM *CHUVA NEGRA* (1965), DE IBUSE MASUJI

TRAUMA AND GENDER IN IBUSE MASUJI'S *BLACK RAIN* (1965)

*Lilian YAMAMOTO*¹

Resumo: Hiroshima e Nagasáqui foram destruídas pelas bombas nucleares em 6 e 9 de agosto de 1945, respectivamente. Ambas as cidades e as suas vítimas sofreram com o trauma físico e emocional retratados em obras literárias, da chamada literatura *hibakusha* (vítimas das bombas atômicas). Este artigo pretende analisar a obra de Ibuse Masuji e suas características, em especial, a obra *Chuva Negra* (*Kuroi Ame*, 1965), uma das mais famosas obras desse gênero literário, com o objetivo de discutir as particularidades do trauma sofrido pela personagem Yasuko. Também se pretende examinar o desenvolvimento da literatura de trauma e da literatura *hibakusha*, bem como expor uma breve biografia do autor Ibuse Masuji.

Palavras-chave: literatura de trauma, literatura *hibakusha*, gênero, *Chuva Negra*, Ibuse Masuji

Abstract: Hiroshima and Nagasaki were destroyed by the atomic bombs in August 6 and 9, respectively. In both cities, the victims have suffered from physical and emotional trauma depicted in literary works, denominated as *hibakusha* literature (victims of atomic bombs). This article intends to examine the work of Ibuse Masuji and its characteristics, in special, the novel *Black Rain* (*Kuroi Ame*, 1965), one of the most famous works in this literary genre, with the objective to discuss the trauma suffered by the character Yasuko. It will also examine the development of trauma literature and *hibakusha* literature, as well as to provide a brief biography of Ibuse Masuji.

Keywords: trauma literature, *hibakusha* literature, gender, *Black Rain*, Ibuse Masuji

1 Lilian Yamamoto, professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa da Universidade de São Paulo (USP), doutora em direito internacional (Universidade Kanagawa, Japão).Orcid 000-0002-8304-9509. lilian.yamamoto@usp.br

1. Introdução

Hiroshima foi completamente destruída em uma combinação demoníaca de calor, explosão e incêndios posteriores no dia 6 de agosto de 1945. Com uma população de 343 mil pessoas, a bomba vitimou fatalmente 78 mil pessoas, além de resultar em 51 mil feridos e desaparecidos. Além das perdas humanas, do total de 76 mil edifícios, apenas 48 mil resistiram, deixando 180 mil desalojados (REPORTS..., 1994, p. 706). Nagasáqui, por sua vez, foi atingida pela bomba de plutônio “*Fat Man*” por obra do destino, uma vez que o alvo inicial era Kokura e as péssimas condições de visibilidade sobre essa cidade, em 9 de agosto, fizeram com que o piloto recebesse a ordem de lançar a segunda bomba em Nagasáqui, resultando em cerca de 21.762 a 73.884 mortos (BODGER, 2007, p. 2). A própria imprecisão numérica sugere como os registros demográficos da cidade foram completamente aniquilados, condenando grande parte de seus habitantes ao esquecimento completo.

A destruição de ambas as cidades impeliu a resolução da Segunda Guerra Mundial, sendo que o nível e a velocidade de destruição material, até então, jamais havia sido testemunhada na história da humanidade. Aos sobreviventes e aos seus descendentes restaram as feridas físicas e emocionais e a busca incessante por tratamentos médicos e psicológicos. Os *hibakusha* (vítimas das bombas) sofreram consequências que não foram calculadas pelos cientistas ou previstas pelos responsáveis pela sua criação. Em vista disso, as bombas foram um experimento com alto poder de destruição que não foi apenas instantânea, mas que difere no tempo, condenando gerações futuras a sofrerem danos à saúde e ao bem-estar. O vocábulo *hibakusha* não surgiu tão logo as bombas foram atiradas em Hiroshima e Nagasáqui, em 1945. A princípio, esse termo foi utilizado em pesquisas médicas e se referia aos indivíduos expostos diretamente pela explosão das bombas, excluindo àqueles que entraram na cidade posteriormente. (NAONO, 2019, p. 333).

Além dos efeitos psicológicos, como o estresse pós-traumático e depressão, há também diversas sequelas físicas da radioatividade. Em um estudo, Tomonaga indica os três estágios de progressão da radioatividade nos *hibakusha*: o aparecimento da leucemia, a primeira doença maligna em 1949; uma fase intermediária, que inclui o desenvolvimento de diversos tipos de câncer; e uma fase final de cânceres de longa duração, daqueles que enfrentaram as bombas na sua infância, assim como uma segunda onda de leucemia para os *hibakusha* mais velhos. Dessa maneira, é provável que, em muitos casos, a morte seja dolorosa (TOMONAGA, 2019).

Como método de vitória militar, além dos *hibakusha*, inúmeras vítimas de atrocidades multiplicaram-se em países ocupados pelo Japão e pela Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial. As bombas atômicas e o Holocausto, promovido pela Alemanha nazista, são as maiores representações do absurdo tecnológico que, ao invés de promover o progresso da humanidade, funcionou como um instrumento do extermínio em massa, provocando um sofrimento humano sem precedentes (BODGER, 2007, p. 1).

O aniquilamento de vidas e os efeitos físicos e mentais sobre os *hibakusha* geraram a necessidade da realização de pesquisas em diferentes áreas de conhecimento. Assim, de modo geral, os estudos dos *hibakusha* podem ser classificados em: 1) pesquisa sociológica empírica desenvolvida junto ao movimento de assistência e auxílio aos *hibakusha*; 2) pesquisa na seara de política internacional que abrange as questões nucleares contemporâneas, incluindo o vazamento radioativo de Fukushima, em uma abordagem histórica; 3) pesquisa sobre a literatura que traga como tema principal os *hibakusha*, com análise do discurso ou dos símbolos em textos literários, filmes, arte e cultura popular (KAWAGUCHI, 2018, p. 14).

Este artigo pretende contribuir para a área de literatura, pois analisará a obra *Chuva Negra*, publicada duas décadas após o lançamento das bombas, em 1965. Ao se distanciar temporalmente do evento, foi possível ao autor observar o impacto das bombas em gerações seguintes e fazer uma pesquisa sobre diários dos sobreviventes. Nessa década e na subsequente, a França realizou testes nucleares no Pacífico Sul, o que trouxe novamente à tona a lembrança sobre o uso da bomba atômica (AUESTAD, 2017, p. 108).

Chuva Negra é uma obra canônica da literatura *hibakusha* e já foi tratada sob a perspectiva de literatura de trauma no artigo *O que os sobreviventes estão dizendo: trauma nuclear e narrativas de toxicidade no Japão (What the survivors are telling: nuclear trauma and narratives of toxicity in Japan)*, de autoria de Aseel K. Dar-Khalil e Mahmoud Al-Shetawi, publicado em 2020. Segundo os autores, o termo romance de trauma se refere a um trabalho de ficção que demonstra uma perda profunda ou um temor intenso em nível individual ou coletivo (DAR-KHALIL e AL-SHETAWI, 2020, p. 42). O relato e os efeitos das bombas atômicas ultrapassam gerações, uma vez que mesmo que os eventos geradores de tal sofrimento tenham ocorrido há décadas, a situação testemunhal permite que o passado seja lido no tempo presente, além do trauma ser caracterizado “por ser uma memória de um passado que não passa” (SELIGMANN, 2008, p. 69).

Chuva Negra é um romance de trauma em dois níveis. Primeiro, em um nível individual em que narra as experiências traumáticas de diversos personagens. Em segundo, na base histórica, uma vez que é produto cultural dos conflitos japoneses com a sua traumática história de guerra. (DAR-KHALIL e AL-SHETAWI, 2020, p. 42). A partir desse arcabouço, pretende-se tratar do trauma no primeiro nível, analisando a relação entre o trauma sob a perspectiva de gênero na personagem Yasuko. Para tanto, o artigo será dividido em seções que tratarão da censura após o lançamento das bombas; o desenvolvimento do gênero de literatura de trauma; o surgimento da literatura *hibakusha*; uma breve biografia de Masuji Ibuse e; por fim, a análise da obra *Chuva Negra*, com a perspectiva de gênero baseada na personagem Yasuko.

2. Censura após o Lançamento das Bombas

Após o lançamento das bombas, o então presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman fez um pronunciamento no dia 9 de agosto de 1945 em que dizia “que o mundo notará que a primeira bomba atômica fora lançada em Hiroshima, uma base militar. Essa ação foi realizada a fim de, neste primeiro ataque, evitar, ao máximo, o massacre de civis” (PBS, 2003). Essa declaração, contudo, pode ser considerada ardilosa em duas instâncias. Embora Hiroshima abrigasse algumas instalações industriais relacionadas aos militares, uma base militar e tropas, a cidade de mais de 300 mil habitantes dificilmente poderia ser considerada como uma “base militar”. Menos de 10% dos indivíduos mortos em 6 de agosto de 1945 eram militares japoneses. Em segundo lugar, os agentes que planejaram o ataque não tentaram evitar ao máximo o massacre de civis. Pelo contrário, nele, eles almejavam matar o maior número possível de pessoas (McKINNEY, SAGAN e WEINER, 2020, p. 157). A bomba atômica foi detonada propositalmente sobre áreas residenciais e comerciais da cidade, e não diretamente nos alvos militares, uma vez que a intenção era chocar o público japonês e o seu governo (McKINNEY, SAGAN e WEINER, 2020, p. 157).

No mês seguinte ao lançamento das bombas nas cidades de Hiroshima e Nagasáqui, no dia 19 de setembro de 1945, o Comando Supremo das Potências Aliadas estabeleceu um Código de Imprensa que tinha como objetivo censurar qualquer material sobre as bombas atômicas que fosse considerado como sedicioso, incluindo veto a discursos, fotografias, música, filmes e livros infantis sem autorização (BODGER, 2007, p. 117). Segundo Brodie, a censura teria sido instituída pelos norte-americanos como uma tentativa de encobrirem a falta de conhecimento sobre a então nova tecnologia, além de desejarem que a bomba atômica fosse considerada como uma arma de combate tradicional, ainda que mais poderosa que as outras, de maneira a vender a ideia de uma guerra justa. (BRODIE, 2015, p. 851). Somado a esses fatores, havia a preocupação de manter segredo sobre a tecnologia contra os seus rivais soviéticos durante a nascente Guerra Fria e a preservação da imagem dos Estados Unidos como um bastião da democracia e um país benevolente aos *hibakusha*. (GOODWIN, 2010, p. 15)

O primeiro relato *hibakusha* foi publicado em 30 de agosto de 1945 no jornal *Asahi*, sendo um ensaio de autoria de Ōta Yōko, escritora de Hiroshima. No ensaio *Luz como se estivesse no fundo do oceano (Kaitei no yōna hikari)*, a autora descreve a explosão da bomba atômica (SHIBATA, 2018, p. 82). A publicação foi possível, uma vez que ocorreu antes da aceitação de derrota por parte do imperador japonês, em 2 de setembro de 1945 (SHIBATA, 2018, p. 82) e, portanto, antes da censura das Forças Aliadas entrar em vigor.

Conforme se aproximava o final da Ocupação em 1952, a fiscalização pelas Forças de Ocupação tornou-se menos severa. Alguns textos escaparam à censura, como *As Flores de Verão (Natsu no hana)* de Hara Tamiki, publicado em 1947 em um jornal literário de circulação limitada (BODGER apud Treat Writing Ground Zero 90),

considerada como uma das obras mais representativas da literatura *hibakusha* assim como *Cidade dos Cadáveres* (*Shikabane no machi*) de Ōta Yōko. A censura temporária das Forças de Ocupação atrasou a publicação de *Os sinos de Nagasáqui* (*Nagasaki no kane*), de autoria de Nagai Takashi, que havia sido finalizada em 1946 e publicada apenas em 1949. (KONO e SHERIFF, 2015, p. 726).

3. O Trauma na Literatura

O trauma referia-se, originalmente, a um ferimento físico que requeria tratamento médico. Ele é derivado da palavra em grego *traumatós* (furar) tendo o significado de ferida com efração (KURTZ, 2018, p. I). Entretanto, desde o século XIX, o termo denota primordialmente feridas emocionais, deixadas na mente por eventos catastróficos (DAVIS e MERETOJA, 2020, p. 1), que passam a ter maior divulgação pelo desenvolvimento dos meios de comunicação em massa. No século XX, o mundo testemunhou calamidades como as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasáqui, o Holocausto, genocídios em Ruanda e Camboja, Guerra do Vietnã dentre outros. Ao se referir às causas do trauma, Herman afirma que:

O trauma psicológico é uma aflição daqueles destituídos de poder. No momento do trauma, a vítima se torna desamparada por uma força descomunal. Quando a força é proveniente da natureza, se fala em desastres. Quando a força provém de outros seres humanos, se fala em atrocidades. (tradução nossa) (Herman apud STAHL, 2018, p. 1)

O trauma, quando tratado na literatura, levanta questões de ordem moral, como a crueldade no extermínio de civis, ao mesmo tempo em que promove a produção historiográfica por meio de memórias individuais e coletivas. Além disso, a literatura de trauma pode ser vista como um meio para coibir novas atrocidades. Ela se desenvolve a partir do pressuposto de que as pessoas, ao tomarem conhecimento do evento traumático, pressionariam as autoridades a caminharem para relações pacíficas entre os países, evitando o futuro massacre de inocentes.

Os estudos sobre literatura de trauma têm ressaltado catástrofes históricas, analisando o seu impacto em indivíduos e comunidades, ou seja, exploram as relações entre a subjetividade e cultura ao narrar experiências traumáticas. (DAVIS e MERETOJA, 2020, p. 4). Uma considerável parte desses estudos foi desenvolvida para abordar os desafios de compreensão e representação sobre o Holocausto. O trauma em Hiroshima é relacionado à nova realidade de uma guerra também invisível, pois se amplia além do dano imediato para um futuro muito distante. As ondas da radiação que se infiltram nos corpos dos sobreviventes continuam indefinidamente a atingir os corpos dos sobreviventes e seus descendentes (SCHWAB, 2020, p. 442).

4. A Literatura *Hibakusha*

O Japão localiza-se no Círculo de Fogo do Pacífico sendo suscetível a diversas catástrofes naturais. Além de ter uma frequente atividade sísmica, é propenso a erupções vulcânicas, tsunamis e ciclones que passam pelo país todos os anos. A partir dessa realidade climática e geológica, a visão da natureza e das catástrofes na cultura japonesa tem uma marcante presença em obras literárias. Desde a Idade Média, as catástrofes são abordadas frequentemente como temas da literatura japonesa. Cunha (2020, p. 5) classifica a sua presença no cenário literário japonês como: a) catástrofes humanas, como as guerras; b) catástrofes híbridas, sendo humanas e naturais; c) catástrofes naturais como tsunami, enchentes e as erupções vulcânicas; d) catástrofes humanas modernas, que incluem as mudanças climáticas, o desmatamento, a poluição e os acidentes nucleares.

A literatura *hibakusha* seria, dessa forma, uma representação da catástrofe humana moderna, encontrando reflexão em obras literárias japonesas e norte-americanas. Treat observa que “as narrativas sobre as bombas atômicas são compostas por dois temas: a violência em si e o ato de escrever sobre essa violência” (TREAT apud GREY, 2010, p. 10). A escrita desse flagelo configura-se como a literatura de teor testemunhal, que nos faz questionar a concepção entre a literatura e o real, valorizando a memória, em alternativa à tradicional referência linear da história (MASCARO, 2020, p. 31). Foi no século XX que ocorre o surgimento de uma literatura com esse forte teor, fruto das inúmeras tragédias realizadas pelos homens, uma vez que, nesse século, 140 milhões de pessoas aproximadamente convalesceram como resultado de guerras, genocídios e perseguições (SELIGMANN-SILVA, 2009, p. 133).

A obra *Hiroshima*, relato de seis *hibakusha*, de John Hersey foi escrita para o New Yorker, publicada pela primeira vez em 31 de agosto de 1946 (GREY, 2010, p. 2), tornando-se conhecida como a primeira narrativa da experiência da bomba atômica. Moldou a imagem da bomba atômica para os ocidentais e até mesmo no discurso do ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, realizado em sua visita em 2016, o padrão de sua narrativa foi adotado (SHIBATA, 2018, p. 10). Apesar de ter influência sobre a perspectiva ocidental sobre as bombas atômicas, *Hiroshima* é uma obra pouco lida e comentada no Japão. Talvez tenha sido ofuscada pelo número de narrativas atômicas japonesas publicadas após o final da ocupação norte-americana. (SHIBATA, 2018, p. 11). Segundo Shibata, *Hiroshima* teria criado um modelo narrativo sobre as bombas atômicas que fora replicado em obras subsequentes (SHIBATA, 2018, p. 11).

Em contrapartida, a literatura *hibakusha* tem a função de trazer o testemunho das vítimas da bomba atômica. As vítimas podem se sentir obrigadas a gravar e repetir o seu trauma nas tentativas de localização e documentação do seu fato gerador, narrando suas histórias detalhadamente, revivendo o trauma de maneira que pudessem compreendê-lo (GOODWIN, 2010, p. 20).

A literatura *hibakusha* foi classificada por Tan (2014, p. 2-3) em 4 categorias: 1) trabalhos de autores que testemunharam pessoalmente os eventos, escrevendo sobre a explosão das bombas em detalhes (Hara Tamiki, Ōta Yōko); 2) trabalhos de autores que testemunharam os eventos quando crianças, cuja narrativa autobiográfica se refere às doenças causadas pela radiação (Hayashi Kyōko, Nakazawa Keiji e Ōba Minako); 3) trabalhos de autores que desenvolveram as narrativas de acordo com entrevistas e outras fontes bibliográficas (Nakayama Shirō e Ibuse Masuji); 4) trabalhos de autores que têm o desenvolvimento no cenário de Hiroshima (Tsuji Hitonari, Murakami Ryū).

No caso dos trabalhos das categorias três e quatro, em que os autores não estiveram presentes em Hiroshima no momento da explosão das bombas, o teor testemunhal pode ser considerado duvidoso. Como exemplo, Mascaro (2020, p. 33) trata da legitimidade testemunhal de Marguerite Duras, que apesar de não estar presente na explosão da bomba em Hiroshima, elaborou o roteiro do filme francês *Hiroshima Mon Amour* (1959). Ela resolve o questionamento apontando que o testemunho seria “composto por uma indecidibilidade enunciativa que comporta em si a posição de terceiro espectador, ou seja, um certo deslocamento do eu”. Nesse sentido, *Chuva Negra* possui uma força testemunhal como um terceiro espectador, além de ser um trabalho desenvolvido de acordo com entrevistas e outras fontes bibliográficas.

5. Ibuse Masuji (1898-1993)

O nome Ibuse Masuji, assim como a sua obra, é composta por aspectos estáticos e dinâmicos, como observado por Brown (1979, p. 7). Os caracteres 鱒二 (*Masuji*) significam duas trutas (truta, 鱒 e dois 二). Assim, o seu nome completo 井伏 鱒二 equivale à imagem de duas trutas nadando no fundo de um poço coberto *Ibuse* (井, poço e 伏 coberto), ou seja, elementos dinâmicos combinados ao elemento estático. O seu trabalho pode ser interpretado de maneira semelhante, uma vez que muitas narrativas iniciam-se com um cotidiano monótono que por um evento repentino transforma todo o entorno comunitário.

Ibuse Masuji nasceu em Kamo, no distrito de Fukayasu, na província de Hiroshima, em 15 de fevereiro de 1898, e durante a infância teve de lidar com a perda de seu pai e irmão. Passou temporadas em uma ilha no Mar Interno de Seto (Setonaikai) junto ao seu avô. Em 1912, Ibuse iniciou seus estudos na Escola Média de Fukuyama, próxima a Hiroshima, onde permaneceu por 5 anos. Aos 16 anos, começou a se interessar pelas artes plásticas e realizou viagens por todo o Japão, fazendo alguns esboços, após ter ingressado no Departamento de Literatura da Universidade de Waseda, em Tóquio, especializando-se em literatura francesa. Mas, acaba por abandonar o curso para iniciar a sua carreira literária. (BROWN, 1979, p. 4-5).

Seu primeiro trabalho, publicado em julho de 1923, foi o conto *Confinamento* (*Yuhei*) mas foi *Carpa* (*Koi*), publicado inicialmente em setembro de 1926, e em uma versão revisada em fevereiro de 1928 na revista *Mita Bungaku* o seu trabalho mais conhecido dessa fase inicial (SCRUGGS, 2017, p. 376).

Durante a Segunda Guerra Mundial, Ibuse serviu às Forças Armadas e trabalhou como correspondente de guerra na Tailândia e Cingapura. Teria, então, promovido o respeito pela cultura japonesa, trabalhando para um jornal e para uma escola em que a população local aprendia a língua japonesa. (KEENE, 1984, p. 947)

Após o fim da guerra, ele escreveu narrativas relacionadas ao transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), incluindo *Tenente Continência* (*Yōhai taichō*, 1950), um conto que descreve a culpa de um oficial repatriado da Malásia após a guerra. (SCRUGGS, 2017, p. 376). *Íris* (*Kakitsubata*), publicado na revista *Chuō Kōron*, em 1951 revela os horrores da bomba atômica, em uma narrativa em que a íris floresce fora da estação, revelando uma mutação causada pela bomba atômica. (SCRUGGS, 2017, p. 377).

Ibuse Masuji trata em suas obras sobre o tema da guerra e desastres naturais. Obras como *Registro militar de pequenas ondas* (*Sazanami gunki*, 1938) e *Tenente Continência* (*Yōhai taichō*) tratam de guerras, mas há uma série de obras que são relacionadas a desastres, escritas ao longo de sua carreira. A obra *Salamandra* (*Sanshōuo*, 1930) é relacionada a um redemoinho de água poderoso. Ibuse também escreveu sobre diversas calamidades como erupções vulcânicas em *O Registro provável de Aogashima* (*Aogashima taigaiki*, 1934), enchentes em *A árvore de caqui de Nakajima* (*Nakajima no kaki no ki*, 1938), incêndio e erupção vulcânica em *O fogo sagrado* (*Gojinka*, 1943), vulcão, deslizamento de terra e submersão de uma ilha em *Camélia* (*Wabisuke*, 1946) e o desastre atômico em *Íris* (1953) (BROWN, 1979, p. 69).

Sendo assim, na literatura de Ibuse, os personagens se deparam com uma mudança drástica da ordem estável das coisas. Elas levam uma vida confortável e sofrem, repentinamente, um forte impacto externo, como desastres naturais, guerras, conflitos que lhes obriga a assimilar a nova realidade, permeada por conflitos humanos. Dessa maneira, após algum evento extremo, o equilíbrio e estabilidade são destruídos e as personagens são forçadas a se adaptar à nova realidade (MAEDA, 1992, p. 101). Assim, na maior parte das vezes, suas obras não retratam personagens que, por meio de uma necessidade interna, desejam operar mudanças no seu meio circundante. (MAEDA, 1992, p. 101). Seguindo esse padrão, *Chuva Negra* também retrata a transformação da vida de moradores de Hiroshima após o impacto da bomba atômica.

6. *Chuva Negra* (1965)

A obra *Chuva Negra* foi finalizada quando Ibuse tinha quase 70 anos, resultando em uma obra de um escritor maduro e vigoroso (BROWN, 1979, p. 74). Com ela, Ibuse recebeu o Prêmio Literário Noma em 1966 e a Ordem ao Mérito Cultural da Dieta Japonesa no mesmo ano (SCRUGGS, 2017, p. 378). Vários trechos do trabalho foram incluídos em materiais didáticos, sendo assim, um texto canônico em se tratando da temática *hibakusha* (AUESTAD, 2017, p. 106). Publicado inicialmente no formato seriado no jornal literário *Shinchō* de janeiro de 1965 a setembro de 1966, recebeu uma

versão como livro em 1966, ganhando versões cinematográfica e televisiva. (DAR-KHALIL e AL-SHETAWI, 2020, p. 45). No Brasil, foi publicada em 2011 pela Estação Liberdade, com a tradução de Jefferson José Teixeira.

O título da obra se refere à chuva radioativa provocada pela bomba atômica. A narrativa trata da vida de Shizuma Shigematsu, sua esposa e a sobrinha Yasuko. Como a sobrinha se encontra em idade para contrair matrimônio, Shigematsu se encarrega de arranjar-lhe pretendentes, mas acaba se frustrando com as fracassadas tentativas. O insucesso da empreitada se deve às suspeitas de que Yasuko estava em Hiroshima no momento em que a bomba explodiu. Para garantir aos pretendentes que Yasuko não esteve presente no momento fatídico, ele decide fazer uma cópia do diário da sobrinha. Ele também escreve o seu próprio diário em que descreve o estado caótico do pós-bomba atômica. Por fim, sintomas de radiação afetam Yasuko e ela tenta mantê-los em segredo, mas ao ser hospitalizada, sua condição de saúde se agrava. Shigematsu ainda tem esperanças que Yasuko se restabeleça, o que nunca acontece e ela morre em um curto espaço de tempo.

O relato de Shigematsu é embasado em um diário real de um *hibakusha*, gerando questionamentos se a obra poderia ser classificada como ficcional (AUESTAD, 2017, p. 110). Contudo, essa categorização adquire tons indefinidos, uma vez que inevitavelmente há um certo nível de interferência criativa do autor. Tal entendimento é compartilhado por Ken Hirano, que afirma que, em se tratando de literatura *hibakusha*, “até então, a realidade do estilo do romance do eu era presumido”, por ter um teor confessional, mas *Chuva Negra* poderia ser considerada como uma obra ficcional (NAKAYA, 2015, p. 138). Também pode ser considerada como uma obra em que o autor enfrenta o luto, pois Ibuse também utilizou cartas de seus amigos como fonte de inspiração (GONÇALVES, 2011, p. 18). A descrição dos fatos é feita de maneira sóbria e a polifonia se apresenta com a exposição de diários de diferentes personagens.

Na obra, o contraste entre o elemento estático e dinâmico é traduzido pelos dois momentos vividos pela família de Shigematsu: o primeiro seria no ano de 1949 e o segundo em 1945. Naquele, Shigematsu passa a limpo o seu diário de 1945, que descreve suas experiências logo após a explosão da bomba atômica. A obra apresenta uma estrutura miscelânea, de um mosaico, com múltiplas vozes não sentimentais que lembram um estilo de documentário (AUESTAD, 2017, p. 109). Predomina, assim, a descrição crua das cenas tenebrosas vivenciadas pelos sobreviventes das bombas, como quando se descreve os sintomas da radiação:

Los síntomas de la enfermedad de la radiación empezaban normalmente con una sensación de adormecimiento y pesadez de los miembros, cuyo origen era desconocido. Al cabo de unos días, el pelo se caía a puñados y los dientes se aflojaban y terminaban por caerse también. Por último, se declaraba un paro respiratorio y el paciente moría. Cuando se sentía el adormecimiento en los primeros estadios de la enfermedad, lo primero que había que hacer era descansar y comer bien... (IBUSE, 2007, p. 26)

Não há um enfoque dramático para as vozes interiores dos *hibakusha*, priorizando-se as impressões e testemunhos de fatos vividos pelas personagens. Configura-se também o contraste entre os tempos de paz, em 1949, com os tempos de guerra, em 1945, a vida cotidiana comum, desenhando-se um elemento estático, com a vida permeada pelo anormal, em realidades contrastantes e o dinamismo presente na transição brusca de realidades. (ISHIDA e YAMAMOTO, 1985, p. 943).

Shigematsu também passa a escrever suas reminiscências sobre o evento, retratando as experiências de diversas pessoas e é nisso que reside mais um elemento para que a obra se tornasse icônica dentro do gênero *hibakusha*. A estigmatização dos *hibakusha* como pessoas impuras e contaminadas é derivada da ênfase na pureza do corpo, uma herança xintoísta. Uma vez que faltavam informações relacionadas à bomba atômica, a doença era vista como contagiosa (GOODWIN, 2010, p. 7). O próprio Ibuse, ao se referir à obra, disse que

trata-se de uma reportagem. Esse tipo de evento sem precedentes, não é passível de ser escrito como uma fantasia. O que escrevi não passa de uma pequena parte daquele evento. Cada uma das pessoas que passaram pela experiência têm visões diferentes. Por esse motivo, seria ótimo se fosse feito um registro unificado sobre o evento, em que vários escritores pegassem a maior quantidade de material de várias pessoas. Falo isso, uma vez que na minha obra, mostrei a visão do acontecimento na perspectiva de 3 pessoas, principalmente. Para as pessoas locais, que enfrentaram as bombas, é um número insuficiente. É um evento muito mais gigantesco. (tradução nossa) (IBUSE apud UCHIDA, 1998, p. 4)

Além disso, defende que “esta obra não se trata de um romance, configura-se como um documento. O diário de Shigematsu Shizuma e as notas sobre as suas refeições feitas pela sua esposa, bem como diário do médico Iwatake e de sua esposa em que relata os cuidados realizados no hospital...deveríamos registrar o maior número possível desses diários” (IBUSE apud UCHIDA, 1998, p. 5). Dessa maneira, Ibuse nega o caráter original do seu trabalho, ressaltando que ele se trata de um registro a ser realizado sobre a experiência dos *hibakusha*.

7. O Trauma e o Gênero em *Chuva Negra*

No início das pesquisas sobre as discussões de gênero no trauma, na década de 1980, no contexto do Holocausto, surgiram dúvidas sobre a relevância sobre a temática, uma vez que a máquina nazista tratava a todos como judeus “não-humanos”, independentemente de serem homens, mulheres ou crianças e a discussão de gênero poderia ser considerada como inoportuna. Mais tarde, reconheceu-se que

as discussões acerca do Holocausto consideravam a memória masculina como a geral e a feminina como sendo complementar às discussões (MARQUART, 2020, p. 164). De maneira semelhante, a bomba atômica indiscriminadamente destruiu a vida dos sobreviventes, independentemente de seu gênero.

Contudo, o gênero teve um papel fundamental na vida pós-bomba atômica, uma vez que a sociedade japonesa se caracteriza pela crença em pureza e impureza e os corpos das mulheres sofreram inúmeras deformações. Muitas mulheres e suas famílias, até então, acreditavam que as suas desfigurações eram reflexos de características familiares, ao invés de representarem os efeitos da bomba atômica (ALEXIS-MARTIN, 2018). Kyōko Hayashi, representante da literatura *hibakusha* de Nagasáqui, que teve um maior número de autoras *hibakusha* do que Hiroshima, escreveu sobre o temor de ter o sangue contaminado, e ter efeitos da radiação na sua fertilidade (MOLES, 2021, p. 15). No seu trabalho, ela expõe a preocupação sobre aquilo que seria a única fonte de feminilidade da mulher: geração de novas vidas. A própria autora não se casou e tampouco teve filhos. (MOLES, 2021, p. 15).

Em *Chuva Negra*, Yasuko sofre, uma vez que, como mulher, ela reuniria as impurezas da morte representada pela radiação e que afeta sua função reprodutiva, representada pelo sangue. Ela representaria um perigo para a comunidade, transmitindo sua impureza não tão somente pelo contato corporal, mas também por meio de seus possíveis filhos. Sendo assim, ela não passaria de um mero corpo abjeto e inaceitável socialmente. (TODESCHINI apud MILLER, 2018, p. 382)

No Holocausto nuclear, vivido pelas populações de Hiroshima e Nagasáqui, os efeitos da radiação se diferenciam biológica e socialmente para as mulheres. Uma grande parte dos efeitos da bomba foi instantânea pela explosão e calor, mas também tiveram efeitos em longo prazo, como o clarão, que pode causar cegueira ou danos à vista e radiação por ionização. Dependendo da altura da detonação da arma nuclear, as partículas contaminadas pela radioatividade têm efeitos que colocariam riscos à saúde em longo prazo. As mulheres são mais vulneráveis que os homens nos efeitos de radiação ionizante, não há ainda certeza sobre a razão para tal, mas foi sugerido que isso ocorre por que as mulheres têm mais de 50% de tecido com alta sensibilidade, em comparação aos homens, incluindo tecidos reprodutivos, além de terem diferenças metabólicas com relação aos homens. (ILPI e UNIDIR, 2016, p. 11).

Em um estudo realizado com *hibakusha* constatou que as mulheres tiveram o dobro de risco em desenvolver e morrer de câncer causado pela exposição à radiação ionizante. As mulheres grávidas expostas a altos níveis de radiação ionizante têm o risco de causar retardamento mental e má formação em seus filhos (OLSON, 2014, p. 34). No Japão, a crença popular e a imaginação acerca dos perigos da radiação e o “sangue contaminado” das sobreviventes contribuíram para a discriminação das mulheres. (DIMMEN, 2014, p. 5)

Conclusões

A censura relacionada à temática *hibakusha* foi instituída em setembro de 1945, mas não foi capaz de eliminar os registros das bombas de Hiroshima e Nagasáqui. Após quase 15 anos do fim da censura, a obra *Chuva Negra* é publicada e se torna um dos livros mais representativos desse gênero literário. A obra foi adotada amplamente em textos didáticos e conferiu a Ibuse Masuji reconhecimento por seu trabalho. Foi escrita durante a fase madura do autor, que se embasou em diários de sobreviventes, gerando dúvidas sobre a originalidade do trabalho.

A obra é dividida em dois períodos da vida das personagens. No primeiro período, em 1945, quando a bomba atômica atingiu Hiroshima e as personagens se recordam dos acontecimentos da época e 1949, quando descrevem a discriminação e desafios encontrados na retomada da vida cotidiana. Os dois tempos mesclam elementos dinâmicos e estáticos, próprios de Ibuse. O elemento estático é representado pelo período de 1949, quando a vida cotidiana retoma os ares de aparente normalidade e é interrompida repentinamente pela manifestação da doença radioativa de Yasuko, resultando em sua morte rápida. O dinamismo, em contrapartida, é retratado pela mudança drástica causada pela explosão das bombas em 1945. A literatura de trauma acolhe e reflete ambos os elementos em *Chuva Negra* na medida em que inclui as memórias das personagens tanto na consequência imediata das explosões quanto nos danos físicos, mentais e sociais que se prolongam por gerações.

Este artigo analisou também como os efeitos da radiação são distintos para homens e mulheres. A personagem Yasuko sofre uma vez que a sua função reprodutiva, comprometida pela radiação, é vista como uma desventura a ser evitada, pois nenhum pretendente deseja transmitir a deformidade e morte prematura aos seus descendentes.

Bibliografia

- ALEXIS-MARTIN, Becky. Saving face: death, necropolitics and the Hiroshima Maidens. **Death and the maiden**, 2018. Disponível em: <https://deadmaidens.com/2018/03/27/saving-face-death-necropolitics-and-the-hiroshima-maidens/#_ftnref2> Acesso em: 1 ago. 2022.
- AUESTAD, Reiko Abe. Ibuse Masuji's Kuroi Ame (1965) and Imamura Shōhei's Film Adaptation (1989), **Bunron**, Heidelberg, v. 4, p.106-124, 2017.
- BODGER, Gwyneth. **Critical Comparative Approaches to Testimonial Literature Emergent from the Holocaust and the Atomic Bombings**. Thesis (PhD in English Literature Department), University of Sheffield, Sheffield, 2007.
- BRODIE, Janet Farrell. Radiation Secrecy and Censorship after Hiroshima and *Nagasaki*. **Journal of Social History**, Fairfax, v. 48 n. 4, 2015, p. 842–864.
- BROWN, Janice. **The static and the dynamic: a study of the hidden world of Ibuse Masuji**. Thesis (Master Department of Asian Studies)-The Faculty of Graduate Studies, the University of British Columbia, Vancouver, 1979.

- CUNHA, Andrei de Santos. A cultura japonesa e a imaginação da catástrofe. Fundação Japão em São Paulo, 2020. Disponível em: < <https://fjisp.org.br/estudos-japoneses/wp-content/uploads/sites/3/2020/08/texto-andrei-cunha-v4-laranja.pdf>>. Acesso em: 9 ago.2022.
- DAR-KHALIL, Aseel. K. e ALSHETAWI, Mahmoud. F. What the Survivors are Telling: Nuclear Trauma and Narratives of Toxicity in Japan. **International Journal of Liberal Arts and Social Science**, South Shields, v.8, n.11, p. 41-50, 2020.
- DAVIS, Colin e MERETOJA, Hanna (eds). **The Routledge Companion to Literature and Trauma**. 1ª.ed. Abingdon: Routledge, 2020.
- DIMMEN, Anne G. Gendered impacts-the humanitarian impacts of nuclear weapons from a gender perspective. Paper nº 5, 2014, ILPI-UNIDIR Vienna Conference Series
- GREY, Stephanie Houston. Writing redemption: Trauma and the authentication of the moral order in *Hibakusha* literature, **Text and Performance Quarterly**, Oxfordshire, v. 22, n.1, p.1-23, novembro, 2010.
- GONÇALVES, Ana Cristina. **Representações de Hiroshima**: a problemática da representação a partir de Gen Pés Descalços. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8157/tde-29052012-153648/>>. Acesso em: 11 ago. 2022.
- GOODWIN, Robert, C. **The experience of the excluded: Hiroshima, Nagasaki and Minamata 1945-1975**. 2010. Thesis (Master) Asian Studies College of the Humanities, The University of Utah, Salt Lake City, 2010.
- IBUSE, Masuji. **Lluvia Negra**, Tradução de Pedro Tena. Espanha: Libros del Asteroide, 2007.
- INTERNATIONAL LAW AND POLICY INSTITUTE(ILPI) e UNITED NATIONS INSTITUTE FOR DISARMAMENT RESEARCH (UNIDIR). **Gender, development and nuclear weapons- shared goals, shared concerns**, 2016. Disponível em: < <https://unidir.org/publication/gender-development-and-nuclear-weapons-shared-goals-shared-concerns>>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- ISHIDA, Tadashi e YAMAMOTO, Kazuhira. *Ibuse Masuji “Kuroi ame” wo yomu* (Ler *Chuva Negra* de Ibuse Masuji). **Ikkyo Ronsô**, Tóquio, v.94, n.6, p.942-956, 1985.
- KAWAGUCHI, Takayuki. *Genbaku bungaku kenkyu no genjô to kadai- Higashi Ajia to iu shiza kara* (As condições atuais e o tema de pesquisa da literatura das vítimas da bomba atômica- A perspectiva do Leste Asiático) In: *Tokushû 1: Kokusai wa-kushoppu “Higashi Ajia kara Genbaku bungaku wo yominaosu* (Relendo a Literatura das vítimas das bombas atômicas sob a perspectiva do Leste Asiático, Edição especial), 2017, Gyeongsangbuk. **Anais** p.13-18. Disponível em: < https://ir.library.osaka-u.ac.jp/repo/ouka/all/68042/gjisc_001_sf1.pdf>. Acesso em: 21 jul.2022.
- KEENE, Donald. **Dawn to the West- Japanese Literature of the Modern Era**, 1ª.ed. New York City: Holt Paperbacks, 1984.
- KONO, Kensuke e SHERIFF, Ann. Trends in postwar literature, 1945–1970. In: SHIRANE, Haruo; SUZUKI, Tomi; LURIE, David (eds). **The Cambridge History of Japanese**

- literature**, 1ª.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, Capítulo 75, p.719-736.
- KURTZ, J. Roger. **Trauma and literature**. 1ª.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- MAEDA, Sadaaki. *Ibuse Masuji niokeru bungakuteki jiko teii: Bungaku seinen “watashi”, Puroretaria bungaku* (A orientação literária própria de Masuji Ibuse: Jovem literário, Eu e Literatura Proletária, **Kindai Bungaku Shiron**, Hiroshima, v. 30, dezembro, 1992. Disponível em: <https://ir.lib.hiroshima-u.ac.jp/ja/list/HU_journals/AN00065309/--/30/item/15823>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- MARQUART, Sharon. Gender In: DAVIS, Colin e MERETOJA, Hanna (eds). **The Routledge Companion to Literature and Trauma**. 1ª.ed. Abingdon: Routledge, 2020, Capítulo 15, p.162-172.
- MASCARO, Laura Degaspere Monte. O testemunho da catástrofe em Hiroshima Mon Amour, **Literatura e Sociedade**, São Paulo, v.25, nº31, p. 29-40, novembro, 2020.
- MC KINNEY, Katherine E., SAGAN, Scott D.e WEINER, Allen S. Why the atomic bombing of Hiroshima would be illegal today, **Bulletin of the Atomic Scientists**, Oxfordshire, v.76, n. 4,157-165, July, 2020.
- MILLER, Alyson. Reopening the Grave: Reading Trauma and Abjection in *Hibakusha* Poetry, **Arcadia**, Munique, v. 53, n.2, p. 379–396, 2018.
- MOLES, Taylor Channing. **In the shadow of the bomb: Nagasaki’s place in atomic memory**. Thesis (Master of Arts)-Texas State University, San Marcos, 2021. Disponível em: <<https://digital.library.txstate.edu/bitstream/handle/10877/14041/MOLES-THESIS-2021.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> . Acesso em: 11 ago.2022.
- NAKAYA, Izumi. *Senyu sareta “Sensô no kioku”- Ibuse Masuji “Kuroi ame” niokeru “shômin”, “tennô”, “hibakusha”* (As memórias da Guerra monopolizadas- povo, imperador, vítimas das bombas em Chuva Negra de Masuji Ibuse) **Nihonkindaibungaku**, Tóquio, v. 93, p.137-151, 2015.
- NAONO, Akiko. The Origins of ‘*Hibakusha*’ as a Scientific and Political Classification of the Survivor. **Japanese Studies**, v.39, n.3, p.333-352, September, 2019.
- OLSON, Mary. Nuclear: War of Human Consequences. In: VIENNA CONFERENCE ON HUMANITARIAN IMPACTS OF NUCLEAR WEAPONS, 2014, Vienna. Anais, 2014, p. 24-25. Disponível em: <<http://www.nirs.org/international/olsontalkvienna12414.pdf>>. Acesso em 1 jul.2022.
- PBS. The Perilous Fight-America’s World War II in Color, 2003. Disponível em: <https://www.pbs.org/perilousfight/psychology/the_atomic_option/letters/#:~:text=%22The%20world%20will%20note%20that,warning%20of%20things%20to%20come%20>. Acesso em: 3 ago.2022.
- REPORTS of General MacArthur. The Campaigns of MacArthur in the Pacific, vol.I, 1994. Disponível em: <<https://history.army.mil/books/wwii/macarthur%20reports/macarthur%20v1/index.htm>>. Acesso em: 9 ago. 2022.
- SCRUGGS, Bert. Preliminary Thoughts on Feixu Taiwan (Wasteland Taiwan) and Kuroi Ame

- (*Black Rain*). In: HONG, S and HUANG, M.(eds) **Wenhualitudong yu zhishichuanbo**, 1ª.ed. Taipei: National Taiwan University Press, p. 375-395, 2017.
- SCHWAB, Gabriele. Transgenerational nuclear trauma. In: DAVIS, Colin e MERETOJA, Hanna (eds). **The Routledge Companion to Literature and Trauma**. 1ª.ed. Abingdon: Routledge, 2020, Capítulo 40, p.438-451.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma- a questão dos testemunhos de catástrofes históricas, **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20,n.1, 65-82, 2008.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Grande sertão: veredas como gesto testemunhal e confessional. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 130-147, junho, 2009.
- SHIBATA, Yûko. **Producing Hiroshima and Nagasaki: Literature, Film, and Transnational Politics**. 1ª.ed. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2018.
- STAHL, David. **Trauma, Dissociation and Re-enactment in Japanese Literature and Film**, 1ª.ed. Abingdon:Routledge, 2018.
- TAN, Daniela. Literature and the Trauma of Hiroshima and Nagasaki. **The Asia-Pacific Journal**, v.12, n.3, p.1-8, outubro, 2014.
- TOMONAGA, Masao. The Atomic Bombings of Hiroshima and Nagasaki: A Summary of the Human Consequences, 1945-2018, and Lessons for *Homo sapiens* to End the Nuclear Weapon Age, **Journal for Peace and Nuclear Disarmament**, v. 2, n.2, p. 491-517, dezembro,2019.
- UCHIDA, Tomoko. *Kuroi ame no ichi- taiken no keishô to iu yakuwari ni tsuite* (A posição de *Chuva Negra*- o papel da herança da experiência), **Hikaku Shakai Bunka Kenkyu**, Fukuoka, n.3, p.1-9, 1998.

Recebido em 15 de agosto de 2023
Aprovado em 31 de agosto de 2023

AS HIPÓTESES SOBRE O PROTO-NIPO-COREANO: DESAFIOS NAS CORRESPONDÊNCIAS SONORAS DE PRONOMES E NUMERAIS THE HYPOTHESES ABOUT PROTO-JAPANESE- KOREAN: CHALLENGES IN SOUND CORRESPONDENCES OF PRONOUNS AND NUMERALS

Marcus TANAKA DE LIRA¹

Resumo: Desde Arai (1717), diversos pesquisadores têm levantado a possibilidade de que a família Japônica e a família Coreânica possam compartilhar uma origem comum. Nestes mais de trezentos anos de pesquisa, houve avanços com o uso de técnicas do método comparativo em linguística histórica, como Martin (1966), porém um argumento mais robusto para a confirmação de uma origem comum a essas línguas, uma protolíngua cujos reflexos possam ser previstos através de regras de correspondência fonológica, permanece como um desafio. Como exemplo de como uma protolíngua é formulada e quais passos ainda são necessários para fortalecer a hipótese de um ancestral comum entre a língua japonesa e a língua coreana, alguns pronomes interrogativos e numerais cardinais baixos, de 1 a 10, foram escolhidos sistematicamente. Apesar de haver pelo menos duas correspondências sonoras promissoras nos pronomes, não parece haver cognatos nos sistemas numéricos, o que sugeriria ou um conjunto de inovações completas, eliminando quaisquer cognatos dentro dessas palavras, ou uma origem para ambas as línguas que pode não ser mais detectada com base nas ferramentas atualmente disponíveis na linguística histórica.

Palavras-chave: Família Japônica; Família Coreânica; Linguística Histórica; Proto-Nipo-Coreano; Nordeste Asiático

Abstract: Ever since Arai (1717), several researchers have put forth the possibility that the Japonic family and the Koreanic family may share a common origin. In these three hundred

1 Instituição: Universidade de Brasília; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1750-8727>; e-mail: tanakadelira@unb.br

plus years of research, there have been breakthroughs with the use of techniques from the comparative method in historical linguistics, such as Martin (1966) , but a stronger argument for the confirmation of a common origin to these languages, a protolanguage whose reflexes can be predicted through sound correspondence rules, remains a challenge. As a sample of how a protolanguage is formulated and which steps remain necessary to strengthen the hypothesis of a common ancestor between the Japanese language and the Korean language, some interrogative pronouns and low cardinal numerals, from 1 to 10, have been systematically chosen. Despite having at least two promising sound correspondences in the pronouns, there do not seem to be any cognates in the numeral system, which would either suggest a wholesale set of innovations, eliminating any cognates within these words, or an origin for both languages that may no longer be detected based on the tools currently at the disposal of historical linguistics.”.

Keywords: Japonic Family; Koreanic Family; Historical Linguistics; Proto-Japanese-Korean; Northeast Asia

Qual é a relação entre a língua japonesa e as outras línguas do mundo? Embora essa pergunta pareça razoavelmente simples, a língua japonesa apresenta uma situação bastante peculiar entre as vinte línguas mais faladas no mundo, por ser a única para a qual não temos uma resposta bem aceita até os dias de hoje (SHIBATANI, 1990, p. 94; IWASAKI, 2006, p. 3-4). Apesar de existir uma vasta e extensa literatura em língua inglesa, que desempenha atualmente o papel de língua franca na ciência, por exemplo, não há muita informação disponível em português que permita um entendimento mais amplo do estado da arte contemporâneo sobre a origem da língua japonesa. A escassez de material, de certa forma, reflete a falta de consenso sobre o quanto de fato se sabe (ou não) sobre os estágios anteriores ao chamado japonês clássico. Como era a situação linguística no arquipélago nipônico antes da introdução da escrita, e qual seria a sua relação com a região do nordeste asiático como um todo?

Essa situação de desconhecimento sobre as origens e relações da língua japonesa é extremamente incomum entre as línguas mais faladas do mundo. Isso não significa que as línguas isoladas, que têm relações com outras famílias linguísticas, sejam completamente desconhecidas. No próprio Japão, há o caso da língua Ainu, que hoje está praticamente restrita à ilha de Hokkaido, e que se enquadra exatamente nesse status (DOUGHERTY, 2018, p. 100; BUGAEVA, 2012, p. 461). No entanto, essas línguas isoladas representam uma minoria atualmente, com apenas 159 línguas desse tipo em um universo de aproximadamente 7 mil línguas, e elas não fazem parte de nenhuma das 248 famílias linguísticas já identificadas (CAMPBELL, 2018, p. 1; MORAVCSIK, 2013, p. 17)². Vale ressaltar também que a grande maioria dessas línguas isoladas são minoritárias, enquanto as línguas nacionais geralmente têm suas histórias mais bem compreendidas.

2 Não se consideram tradicionalmente como isoladas línguas pertencentes a famílias cujos outros membros estão atualmente extintos, mas cuja existência foi documentada, como a língua Ket na família Ienisseiana (GEORG, 2018, p. 140).

Nós sabemos que o português, a língua na qual este trabalho está escrito, deriva do latim vulgar e tem como línguas irmãs o espanhol, o italiano e o romeno (algumas das chamadas línguas românicas). Por sua vez, é sabido que o latim descende do que chamamos de Proto-Indo-Europeu, e suas línguas irmãs vão desde o grego antigo até o sânscrito (CLACKSON, 2007, p. 1). A definição de protolíngua, como ancestral comum de diferentes línguas, e a explicação de que como ela pode ser identificada e reconstruída será aprofundada na seção metodológica.

Por ora, podemos adiantar que é conhecido que o português, assim como a maioria das línguas que se estendem desde a Islândia e Portugal, no Noroeste, até Bangladesh e Nepal, no Sudeste, pertence ao tronco Indo-Europeu, contando hoje com aproximadamente três bilhões de falantes (KAPOVIĆ, 2017, p. 1). O alcance das principais famílias linguísticas é tão amplo que apenas cerca de 1 em cada 8 pessoas no mundo, aproximadamente, fala uma língua que não pertence a um dos cinco principais troncos linguísticos: Indo-Europeu, Sino-Tibetano, Niger-Congo, Afro-Asiático e Austronésio (EBERHARD, SIMONS e FENNIG, 2022).

Por um lado, existe um programa de pesquisa bastante produtivo que agrupa as línguas do mundo de forma a entender o desenvolvimento e a dispersão delas, conhecido como linguística histórica (CAMPBELL, 1998; CROWLEY e BOWERN, 2010; BOWERN e EVANS, 2015). Esse programa tem tido sucesso em classificar a grande maioria das línguas contemporâneas. Por outro lado, a posição da língua japonesa na(s) grande(s) árvore(s) de descrição da história das línguas naturais ainda é amplamente debatida. Portanto, é necessário adquirir um conhecimento mais aprofundado sobre o assunto.

A situação se torna ainda mais peculiar quando consideramos que entre as línguas com mais de 50 milhões de falantes, há apenas duas cujas origens e relações ainda são pouco conhecidas: a língua japonesa, foco principal neste trabalho, e a língua coreana (WHITMAN, 2012, p. 24), que enfrenta desafios similares. Devido à proximidade geográfica e tipológica, além desse mistério comum, não é surpreendente que haja comparações entre as duas línguas há pelo menos 300 anos (LEE e RAMSEY, 2011, p. 26; SHIBATANI, 1990, p. 94). Isso levou à criação de uma extensa literatura com reconstruções de uma língua ancestral comum às duas línguas, principalmente a partir de Martin (1966). Embora possa ter ocorrido um declínio no interesse a partir da década seguinte no Japão, com a visão de que a língua japonesa pode ter se formado em um período anterior ao que pode ser analisado pelas ferramentas atuais (HASEGAWA, 2015, p. 7), com o papel central do questionamento dentro da linguística japonesa e da identidade japonesa ressurgindo quando se encontram novas pistas sobre a origem e difusão da língua japonesa (LEE e HASEGAWA, 2011; WADE, 2011). No exterior, no entanto, a origem e a classificação da língua japonesa tem sido temas perenes na linguística histórica (ROBBEETS, 2008, p. 337), o que reforça a importância da pesquisa apresentada aqui.

Em síntese, as próximas páginas têm o propósito principal de proporcionar um panorama breve do atual estado das pesquisas sobre a origem da língua japonesa e, particularmente, das especulações acerca da sua possível relação com a língua coreana. Além disso, busca-se apresentar os desafios que impedem de afirmar não apenas que essas línguas possuem parentesco, mas também, como frequentemente discutido na literatura, que ambas fazem parte de um tronco linguístico mais amplo. Para isso, abordaremos de maneira mais específica a dificuldade em realizar uma tarefa que seria simples se a relação entre as duas famílias linguísticas fosse mais clara: estabelecer regras de mudanças sonoras regulares entre as línguas, por meio da análise de partes dos sistemas pronominal e numérico das famílias. Essa análise deveria permitir, de alguma forma, a reconstrução de um ancestral comum. Conforme veremos, tal empreendimento se mostra altamente problemático.

Para uma melhor compreensão da discussão e dos desafios na reconstrução de um possível ancestral das duas línguas, será apresentada primeiramente uma revisão bibliográfica na próxima seção. Em seguida, será oferecida uma breve explicação sobre linguística histórica e sobre como funciona o método comparativo, que será amplamente utilizado aqui para a comparação das línguas e a reconstrução de um ancestral comum. Posteriormente, serão apresentados os dados das línguas consideradas neste estudo e, conseqüentemente, será realizada a análise desses dados. Na conclusão, será oferecido um resumo da discussão presente neste trabalho, bem como possíveis direções para futuras pesquisas sobre o tema.

1. Revisão Bibliográfica

Toda língua está sujeita a mudanças e, como tal, a língua japonesa também não tem estado imune às transformações ao longo do tempo. Para ilustrar esse ponto, podemos utilizar a seguinte frase do Man'yōshū, que demonstra o quanto a língua japonesa evoluiu ao longo de pouco mais de uma dúzia de séculos:

I. 咲くべくなりにてあらずや³ (5/0829)

Saku	be-ku	nari-nite	ara-zu	ya
florescer. CONCL	NEC-ACOP.INF	tornar-PERF.GER		
existir-NEG.FINQ				

“Não deveriam ter começado a florescer?” (FRELLESVIG, 2010, p. 71)

3 Originalmente escrito em caracteres chineses como “鳥梅能波奈 佐企弓知理奈波 佐久良<婆那> 都伎弓佐久倍久 奈利尔弓阿良受也”. Uma vez que se trata de uma análise da língua falada, e não do meio utilizado para sua transcrição, a história da escrita da língua japonesa não será aqui analisada ou comentada, com a utilização da escrita contemporânea acima feita de forma anacrônica apenas para conveniência dos leitores.

Ainda que o exemplo acima possa ser compreendido pelos falantes do japonês contemporâneo, uma vez que as raízes verbais escolhidas no trecho são similares às atuais, muitas das estruturas gramaticais presentes no exemplo acima, transcritas de um texto do século VII, não existem mais na língua contemporânea ou mudaram significativamente. Não é difícil visualizar que, após milênios, as mudanças acumulam-se ainda mais na história de uma língua.

E toda língua muda de forma irregular. Naturalmente, há fatores como classe social (KERSWILL, 2007), gênero (COATES, 2007) e idade (LLAMAS, 2007) mas também há diferenças regionais, que ao longo do tempo podem ser consideradas como diferentes dialetos ou, dependendo dos critérios de classificação escolhidos (geralmente, a falta de inteligibilidade mútua), até mesmo diferentes línguas (WARDHAUGH, 2006, p. 25-31).

Uma aparente vantagem presente no caso das línguas japonesa e coreana é o fato de que, assim como mostrado no exemplo retirado do Man'yōshū, há um longo histórico de registros de formas antigas dessas línguas, datando do século VII e XI, respectivamente (MIYAKE, 2020, p. 9), fornecendo aproximadamente um milênio de história. Esses documentos, tratados com devido cuidado, podem nos dar um vislumbre de como eram as línguas em um período mais próximo de sua separação, caso realmente sejam oriundas de um ancestral comum. Se for o caso, cálculos de análise bayesiana, datam o início de uma suposta divergência entre as famílias coreânica e japônica em torno de 4500 anos atrás, supondo que a separação dessas das outras línguas consideradas altaicas tenha ocorrido há 7000 anos (ROBBEETS, 2020, p. 38). Entretanto, apesar de termos uma parte razoável dessas línguas registrada em documentos históricos, algo raramente disponível para as línguas do mundo, a história começa muito depois de uma possível separação, tornando o trabalho de reconstrução ainda mais desafiador.

Para entender como essa história se desenrolou no nordeste asiático, é necessário compreender melhor o que de fato é uma língua e como as famílias japônica e coreana são constituídas.

1.1 Dialetos, Línguas e a Família Japônica

Como mencionado na subseção anterior, as línguas tendem a ser faladas de maneiras diferentes em vastos territórios. E para entender como isso ocorre, é preciso definir alguns termos e compreender como a língua japonesa se relaciona com eles.

Cada falante dentro de um grupo determinado tem seu modo próprio de falar, com características específicas, chamado de idioleto (BARBER e RAMIREZ, 2021). Esses idioletos individuais formam redes maiores de idioletos mutuamente inteligíveis, chamados de dialetos ou línguas (FRANÇOIS, 2015, p. 168) Há várias dificuldades na diferenciação entre dialetos e línguas, às vezes de natureza linguística, às vezes de natureza política, mas, seguindo a definição de sistemas mutuamente inteligíveis, serão considerados aqui como dialetos aqueles em que

a comunicação entre os falantes é possível. Caso contrário, considerar-se-á que os falantes utilizam diferentes línguas. Com base nessa definição, é necessário analisar como ela se aplica à língua japonesa.

As diferentes respostas começam já aqui. Não é incomum que a língua japonesa seja vista como uma língua isolada, ou seja, uma língua sem parentes conhecidos (CAMPBELL, 1998, p. 165). O problema é que, com base em fatores linguísticos, tal classificação não é inteiramente adequada.

Antigamente, nos casos em que a língua japonesa era considerada isolada, como em Shibatani (1990, p. 189-196), e aqui mencionada apenas para fins de ilustração, isso se devia à visão desses autores de que as línguas das ilhas de Okinawa eram consideradas dialetos, definição essa oriunda de sua ligação política e afinidades gramaticais com a língua japonesa. Entretanto, o reconhecimento de que esses ditos “dialetos” não são mutuamente inteligíveis com a língua japonesa é hoje ponto pacífico nos estudos sobre a família japônica, considerando-se, portanto, de que se tratam de línguas independentes (GRIMES, 1992, p. 648-650; SHIMOJI, 2012, p. 351; LAWRENCE, 2012, p. 381).

É importante observar que o fato de a língua japonesa não ser considerada uma língua isolada não se deve à impossibilidade deste tipo de língua, ou ao fato de que elas sejam raras. Muito pelo contrário, tal status não é exatamente uma situação excepcional no nordeste asiático, um exemplo clássico sendo a já mencionada língua Ainu, cujo grupo étnico no passado se estendia do Japão até o sul da península de Kamchatka e o longo das Ilhas Curilas (JANHUNEN, 2022, p. 58), assim como boa parte do agrupamento de línguas ao norte do Japão conhecidas como línguas paleossiberianas (COMRIE, 1981, p. 239).

1.1.2 Definindo a Família Japônica

Como mencionado acima, o que impede a classificação dos falares de Okinawa como “dialetos” da língua japonesa, e a sua consequente classificação como uma língua isolada é o fato de que, devido à falta de inteligibilidade mútua, também é possível considerar que as diferentes línguas no arquipélago Ryūkyū se tratam de línguas aparentadas, e não de variações de uma mesma língua (CAMPBELL, 2018, p. 3). Essas línguas, como o okinawano, por sua vez formariam junto com o japonês a família japônica, ou Japonesa-Ryukyana (IWASAKI, 2006, p. 2-3; WHITMAN, 2012, p. 24), dentro da qual as línguas de Okinawa teriam uma relação distante com os dialetos do sul de Kyūshū, sendo sua língua-mãe, o Kyūshū-Ryūkyū, irmã – e não descendente – do japonês antigo (DE BOER, 2020, p. 55-57). A estrutura mais frequentemente aceita da família japônica ficaria, portanto, da seguinte forma (HEINRICH, MIYARA e SHIMOJI, 2015, p. 1; SHIMOJI, 2012, p. 351; LAWRENCE, 2012, p. 381; DE BOER, 2020, p. 46):

- Família Japônica
 - **Línguas Japonesas:**
 - Nihongo (Língua Japonesa)
 - Hachijô
- Línguas Ryukyuanas
 - **Línguas Ryukyuanas Setentrionais**
 - Amami
 - Okinawano;
 - **Línguas Ryukyuanas Meridionais**
 - Miyako
 - Yaeyama
 - Yonaguni / Dunan

Geralmente as línguas do arquipélago de Ryûkyû são vistas como fazendo parte de um contínuo e se encontram atualmente em diferentes graus de riscos de extinção (SHIMOJI, 2012, p. 351), motivo pelo qual nem mesmo a estrutura tende a ser unânime em descrições da família japônica.

Como um adendo, é necessário enfatizar que a língua japonesa não é falada de forma homogênea em todo o país. Há uma rica variedade dialetal que se encaixa em dois grupos: dialetos japoneses orientais e ocidentais (MATSUMORI e ONISHI, 2012; IWASAKI, 2006, p. 1; SHIBATANI, 1990, p. 187, 197; TANAKA DE LIRA e TANAKA DE LIRA, 2016). Estes são delimitados por diferentes isoglossas que atravessam a região de Chûbu na ilha de Honshu, convergindo aproximadamente na divisa das atuais prefeituras⁴ de Gifu e Nagano. Da mesma forma que há essa variação dialetal na língua japonesa contemporânea, é razoável supor que etapas anteriores também deveriam ter algum grau de variação interna, já que essa diversificação linguística é uma etapa essencial no processo. Mas quais línguas fora do arquipélago japonês podem compartilhar ancestrais comuns por meio desse processo de diversificação? A candidata mais próxima, tanto geográfica quanto tipologicamente, seria a língua coreana, o que levanta os problemas discutidos na próxima subseção.

1.2 A Família Coreânica e Relações com a Família Japônica

4 Em respeito à terminologia adotada tanto pelo governo japonês em traduções para línguas indo-europeias, como o inglês, quanto à mantida pelo governo americano durante a ocupação japonesa de 1945 a 1952, as divisões administrativas do Japão, representadas por 都 (to), 道 (dô), 府 (fu) e 県 (ken) serão aqui chamadas coletivamente de prefeituras (TÔKEIKYOKU, 2023; JAPANESE GAZETEER, 1946; HENSHALL, 2004, p. 155; COUNCIL OF LOCAL AUTHORITIES FOR INTERNATIONAL RELATIONS, 2004), cognato do francês “prefecture”, com o entendimento de ter sido a França um dos países cuja configuração organizacional foi adotada pelo governo Meiji (WESTNEY, 1998, p. 130-132) reservando o termo províncias para as divisões relevantes anteriores à Restauração Meiji.

A península coreana apresenta uma situação semelhante ao arquipélago japonês, onde a língua principal da região é frequentemente vista como isolada. A correta identificação de uma família coreânica ocorre somente considerarmos as línguas de Yukjin e Jeju como de fato línguas independentes, e não como dialetos (uma visão tradicional encontrada em Yeon (2012) e Sohn (1999)) (CHO e WHITMAN, 2020, p. 13; LEE e RAMSEY, 2011, p. 3; GEORG, 2018, p. 151). Outro ponto de semelhança é o iminente risco de extinção dessas línguas, com a língua de Jeju limitada a cerca de 5 a 10 mil falantes, cuja fluência pode não ser suficiente para manter uma conversa (YANG, YANG e O'GRADY, 2020, p. 11). Quanto à língua de Yukjin, parece não haver levantamentos sobre o número de falantes, com os dados sendo omitidos em descrições recentes (KIM, 2003; KWAK, 2012; PIAO, 2019).

Em resumo, assim como no Japão, as línguas de Okinawa são frequentemente consideradas dialetos, mesmo sendo ininteligíveis para outros falantes da língua japonesa. Situação semelhante ocorre no continente.

As similaridades e diferenças entre as formações linguísticas do arquipélago japonês e da península coreana foram explicadas em detalhes em Tanaka de Lira (No Prelo), mas os detalhes estão omitidos aqui devido às limitações de espaço. Em resumo, os motivos explicados no artigo acima para as frequentes comparações entre as famílias coreânica e japônica são os seguintes:

Desconhecimento das relações genéticas: como já mencionado, embora haja várias hipóteses que conectam as famílias coreânica e japônica, especialmente em conjunto com as línguas do centro-oeste asiático do tronco dito altaico, ainda há muitas incertezas (GEORG, 2018, p. 151), e não sabemos com certeza quais são as relações dessas línguas com outras línguas do mundo – uma situação que não é incomum na região do nordeste asiático (COMRIE, 1981).

Migrações entre continente e o arquipélago: sabe-se que, ao menos duas das três grandes migrações formadoras do povo japonês (as migrações Yayoi e Kofun), se não foram originárias da península coreana, ao certo passaram por ela para chegar ao Japão. E, no sentido contrário, há a presença de genoma Jômon, tradicionalmente ligado ao Japão, em territórios da antiga Confederação de Gaia, cuja relação com o Japão é mencionada até mesmo no Nihon Shoki. Apesar de ser tratada no registro como uma possível colônia, e haver referência a uma invasão de Silla pela lendária imperatriz Jingû, há presença de DNA Jômon nesta região da península remetendo ao período (HENSHALL, 2004, p. 17; GELABERT, BLAZYTE, *et al.*, 2022).

Possível presença de Línguas Japônicas no Continente: Remetendo ao Período dos Três Reinos, do século IV ao século VI registrado do Samguk Sagi (SETH, 2011), há registros de possíveis cognatos japônicos no extrato lexical do reino coreano de Goguryeo, o mais distante do arquipélago japonês. Entre os possíveis candidatos estão as palavras “3” *mil; “5” *wucha; “7” *nanun; “10” *tek; “vale” *tan, *twon e *thon; “coelho” *wosaham e “chumbo” *namwul (LEE e

RAMSEY, 2011, p. 41-43), e o texto inscrito na Estela de Gwanggaeto, atualmente na China, é uma das fontes preservadas da língua do reino. Obras como Beckwith (2004), apresentam um extenso vocabulário de possíveis palavras cognatas com o japonês no reino de Goguryeo.

Convergências gramaticais: como mencionado em Tanaka de Lira (2021), tanto o arquipélago japonês quanto a península coreana fazem parte de uma zona de convergência linguística, apresentando características tipológicas bastante similares, algumas das quais são bastante particulares à região, como a ênfase no uso de sujeito e tópico (LI e THOMPSON, 1976), enquanto outras são mais comuns, como classes de adjetivos que compartilham morfologia verbal (DIXON, 2010, p. 77-83; TANAKA DE LIRA, 2020). Ainda que essas semelhanças não indiquem uma origem comum, o histórico de contato tende a tornar as comparações entre as famílias linguísticas mais frequentes.

Número de possíveis cognatos: há séculos são feitas comparações entre as principais línguas das duas famílias, com Arai (1717) sendo um dos exemplos mais antigos conhecidos de análise preliminar de prováveis cognatos compartilhados pelas famílias coreânica e japônica. A primeira grande análise sistemática, presente em Martin (1966), sugeria 320 pares de cognatos, com diferentes graus de probabilidade, baseados em correspondências fonêmicas conforme a metodologia descrita na seção seguinte.

Devido à frequente suposição de uma língua proto-Nipo-Coreana, que seria ancestral das famílias coreânica e japônica (muitas vezes inserida em um tronco maior, como hipotetizado por Robbeets, Bouckaert, et al. (2021)), é necessário apresentar, em língua portuguesa, uma descrição mais detalhada dos argumentos que apoiam a existência dessa protolíngua, bem como os desafios relacionados à aceitação das reconstruções propostas. Para isso, será primeiro fornecido um resumo introdutório dos conceitos básicos em linguística histórica. Em seguida, serão listadas as mudanças fonéticas propostas para sugerir a existência do proto-Nipo-Coreano. Por fim, será realizada uma análise dos problemas associados a essas mudanças genéticas, seguida de uma conclusão com possíveis alternativas para os desafios apresentados.

2. Metodologia

A ferramenta mais amplamente aceita na linguística histórica, que tem como objetivo formular hipóteses de maneira científica e reconstruir o inventário segmental e suprasssegmental, incluindo fonologia, morfologia, sintaxe e léxico, de uma língua ancestral e seus reflexos em suas descendentes, com base nos dados fornecidos por estas últimas, é o Método Comparativo (KIPARSKY, 2015, p. 65; WEISS, 2015, p. 127; HALE, 2015, p. 146; RANKIN, 2003). Isso significa que a metodologia utilizada aqui baseia-se na análise dos dados das línguas documentadas e, com base nesses dados, formula hipóteses e reconstrói como seria

a língua ancestral. A língua da qual as línguas descendentes surgiram é chamada de protolíngua (CROWLEY e BOWERN, 2010, p. 6; CAMPBELL, 1998, p. 108-9), e os cognatos encontrados nas línguas atuais, reflexos.

Isso implica que algumas precauções devem ser tomadas.

A primeira delas refere-se aos empréstimos linguísticos que são conhecidos por serem recentes nessas línguas. Apesar de serem tipologicamente mais próximas das línguas siberianas do Norte do que das línguas siníticas do Sul, a China tem sido, nos últimos milênios, uma fonte de conceitos culturais e palavras para a região, introduzindo práticas agrícolas e a escrita (HENSHALL, 2004, p. 10; SETH, 2011, p. 4). Por sua vez presença de povos cujas culturas deu origem às sociedades atuais na península e no arquipélago pré-datam esse contato em pelo menos três outros milênios no continente (SETH, 2011, p. 11), se tomarmos a cultura Jeulmun como ponto de partida, ou até mesmo outros dez milênios se tomarmos como ponto de partida a chegada do povo Jômon (HENSHALL, 2004, p. 9).

Isso significa que existem vários empréstimos de origem chinesa nas línguas desses povos, e a reconstrução desses reflexos é perfeitamente possível devido à recente adoção desses vocábulos, como demonstrado no quadro abaixo:⁵:

Significado	Mandarim	Wu	Coreano	Japonês	CN Med
País	/guó/	/koʔ/	/kuk/	/koku/	*kwək̚
Pessoa	/rén/	/nyin/	/in/	/nin/	*ŋim
Um	/yī/	/iʔ/	/il/	/iti/	*ʔit̚
Dois	–	/nyi/	/i/	/ni/	*ŋi
Três	/sān/	/se/	/sam/	/san/	*sam

Quadro 1. Comparação de palavras em línguas mandarim e wu e seus empréstimos em coreano e japonês, com uma reconstrução de chinês medieval para fins de demonstração. Os dados das línguas chinesas são retirados de Norman (2003), Zhengzhang e Zheng (2015) e Sun (2006). O fato de serem palavras independentes nas línguas de origem não implica independência fonológica ou semântica nas línguas que as adotaram.

Com base no quadro acima, é possível tirarmos algumas mudanças regulares que poderiam erroneamente ser tomadas como argumento para origem comum das línguas:

5 O quadro é oferecido com algumas simplificações por questões de espaço: a palavra dois em mandarim, /èr/, se trata de uma inovação e está sendo desconsiderada por não ser cognata com as outras formas presentes no quadro, e no caso da língua japonesa, quando a língua apresenta de forma produtiva tanto uma forma kan-on, de origem do mandarim, e uma origem go-on, de origem da língua Wu (MIYAKE, 2003, p. 104), apenas a última foi selecionada.

Significado	Mandarim	Wu	Coreano	Japonês
*k-	/g/	/k/	/k/	/k/
*-k	∅	/ʔ/	/k/	/ku/
*n-	/r/	/n/	∅	/n/
*-n	/n/	/n/	/n/	/N/
*s-	/s/	/s/	/s/	/s/
*-m	/n/	∅	/m/	/N/
*-t	∅	/ʔ/	/l/	/ti/

Quadro 2. Regras de mudança fonética entre as línguas mandarim, wu, coreana e japonesa com base no Quadro 1.

Ainda que o quadro acima seja insuficiente mesmo se de fatos as quatro línguas tivessem a mesma origem, ele é suficiente para mostrar algumas regularidades. Focando apenas nas consoantes, como a língua japonesa não permite oclusivas (/k/ e /t/), houve a inserção de uma vogal epentética, assim como a distinção entre /n/ e /m/ finais foi perdida, havendo apenas uma nasal em posição de coda /N/. No caso da língua coreana, a diferença foi que houve o apagamento de *n no início de sílaba, levando às formas atuais de pessoa (/in/) e dois (/i/). Além de, é claro, ser possível constatar que as línguas chinesas não continuaram inertes, com o número 2 sendo sequer cognato em mandarim e wu.

Se, de forma mais apropriada para análise de origem genética, utilizarmos não os empréstimos, mas as palavras nativas originais das línguas japonesa e coreana para os termos do Quadro 1, a improbabilidade se haver uma origem comum se torna mais aparente:

Significado	Mandarim	Wu	Coreano Antigo	Japonês Antigo
País	/guó/	/koʔ/	/nalak/	/kuni/
Pessoa	/rén/	/nyin/	/salɒm/	/pitə/
Um	/yī/	/iʔ/	/hɒnah/	
Dois	/əɾ/	/nyi/	/dulh/	/puta/
Três	/sān/	/se/	/seyh/	/mit/

Quadro 3. Reformulação do com as palavras originais do coreano e do japonês antigo, retirados de Frellesvig (2010), Lee e Ramsey (2011) e Vovin (2020).

A prima facie, não há uma correspondência sequer entre as línguas. É possível supor que /salɒm/ e /pitə/ sejam cognatos se supormos algumas mudanças fonêmicas, por exemplo, mas essas mudanças não podem ser feitas de maneira *ad hoc*. Por exemplo, se (1) supormos que /pitə/ originalmente se referiria a pessoa em proto-nipo-coreano, é perfeitamente possível que formulemos a hipótese de que *-t- se manteve /-t-/ em

japonês antigo, mas se tornou /-l-/ em coreano: isso explicaria o porquê de termos /t/ em japonês e /l/ em coreano nas palavras “pessoa” e “dois”. Entretanto, precisaríamos explicar o porquê de as palavras possuírem a mesma consoante inicial nas línguas do arquipélago (/p-/) mas não na península (/s-/ e /d-/ respectivamente).

Isso não quer dizer que o cuidado com empréstimos se limite às línguas de fora da região. Obras como Vovin (2010) e Whitman (2012), que visam, dentre outros objetivos, sugerir correspondências fonêmicas para reconstrução da língua proto-nipo-coreana, têm como mérito o fato de corrigirem o que foi percebido posteriormente como sendo algumas falhas metodológicas de Martin (1966).

Um exemplo de refinamento metodológico foi considerar que, se um cognato está disponível apenas no Japonês Antigo Ocidental, ou seja, nos dialetos mais próximos da península coreana naquela época, então as chances de esse termo ser um empréstimo resultante de uma inovação na língua coreana são maiores do que a probabilidade de ser um vocábulo de origem comum às duas famílias. Além disso, muitas vezes foram usadas formas contemporâneas das línguas, quando o ideal seria terem sido utilizadas as formas mais antigas das quais temos registros.

Feitas essas ressalvas em relação à metodologia, é possível entender as dificuldades com os dados das línguas: a falta de regras de mudança fonêmica consistentes para reconstrução de um proto-nipo-coreano.

3. Dados e Análise

Tendo em mente as devidas precauções mencionadas na seção anterior, o primeiro passo ao coletar os dados foi procurar por um conjunto sistemático de cognatos que pudessem ser comparados como parte de um sistema. Certos termos tendem a ser mais resistentes a empréstimos, como numerais baixos, partes do corpo e termos geográficos (CAMPBELL, 1998, p. 112). Portanto, a primeira decisão foi buscar por cognatos entre numerais e pronomes interrogativos: ambos os grupos podem ser vistos como parte de um sistema e são resistentes a empréstimos – mesmo no caso das línguas da região, em que houve um empréstimo de números sinóticos, os sistemas numéricos nativos continuam a ser usados simultaneamente.

No entanto, antes de apresentar os dados, é necessário fazer algumas observações sobre a escrita e a fonologia reconstruída do japonês clássico e do proto-japonês devido à sua importância na família japônica. Seguindo as reconstruções do japonês antigo e do proto-japonês por Bentley (2012), Frellesvig (2010), Miyake (2003) e Vovin (2020), é possível estabelecer com certo grau de confiança que, ao contrário da língua contemporânea, a língua antiga possuía cerca de seis a oito fonemas vocálicos, com alguma variação na identificação de quais seriam monotongos e quais seriam ditongos. Essas discrepâncias surgem porque as reconstruções são baseadas no uso de diferentes ideogramas em documentos como o *Man'yōshū* e o *Kojiki*, e na comparação com as leituras desses ideogramas em japonês e em outras línguas contemporâneas, como as

línguas chinesas, coreano e vietnamita. O modelo mais comum entre as obras citadas, com sete monotongos e um ditongo, apresenta um quadro semelhante ao exposto abaixo:

	i /i/		i ₂ /i̥/		u /u/
e ₁ /e/		e ₂ /əj/		o ₁ /ə/	
				a /a/	

Quadro 4. Inventário de fonemas vocálicos da língua japonesa antiga, com grafemas tradicionais e valor fonêmico (aqui utilizado).

Em relação às consoantes, o inventário apresentado pelas obras é mais consistente, com o seguinte quadro sendo amplamente aceito para reconstrução do japonês antigo:

	Bilabial	Alveolar/Dental		Palatal	Velar
Obstr. Surdos	/p/ [p]	/t/ [t]	/s/ [s]		/k/ [k]
Pré-Nasalizadas	/b/ [ᵐb]	/d/ [ᵐd]	/z/ [ᵐz]		/g/ [ᵑg]
Nasais	/m/ [m]	/n/ [n]			
Glide e Vibrante	/w/ [w]	/r/ [ɹ]		/y/ [y]	

Quadro 5. Inventário de fonemas consonantais da língua japonesa antiga, com valor fonêmico e valores fonéticos reconstruídos.

A maior divergência se refere à produção fonética das consoantes surdas, com Frellesvig (2010, p. 35) propondo espirantização das consoantes (exceto /t/) em variação livre, além de sonorização em meio de palavra, com /p/, para citar um exemplo, podendo ser realizado como [p~ɸ] em início de palavra e [b~β] em meio de palavra. Como esse fator não parece ter impacto na reconstrução de etapas anteriores da língua, não será considerado relevante aqui.

A situação para reconstrução do coreano antigo não é muito diferente, com os mesmos métodos sendo utilizados para se supor qual seria o inventário da língua. Obras como Lee e Ramsey (2011) e Nam (2012) reconstróem um sistema com sete vogais, havendo um consenso neste particular. No caso da vogal /ʌ/, não há confirmação se a vogal era labializada ou não, ou se ela era centralizada motivo pelo qual por vezes também é representada como /ɔ/ (LEE e RAMSEY, 2011, p. 67) ou /ɐ/ (NAM, 2012, p. 64), mas independentemente de seu valor fonético, o inventário fonêmico se assemelha ao seguinte:

/i/ [i]	/i/ [i]	/u/ [u]
	/ə/ [ə]	/o/ [o]
	/a/ [a]	/ʌ/ [ɐ~ʌ~ɔ]

Quadro 6. Inventário de fonemas vocálicos da língua coreana antiga, com valor fonêmico e valores fonéticos reconstruídos.

As consoantes apresentam um quadro um pouco mais claro, excetuando-se pela omissão de possíveis glides na língua que, por não haver pesquisas conclusivas confirmando sua existência, não podem por ora serem incluídas no inventário consonantal (LEE e RAMSEY, 2011, p. 68). Mesmo desconsiderando essa lacuna, é possível reconstruir um quadro como o abaixo:

	Bilabial	Alveolar/Dental	Palatal	Velar / Glotal
Ocl.	/b/ [p]	/d/ [t]	/j/ [ɟ]	/g/ [k]
Ocl. Aspiradas	/p/ [p ^h]	/t/ [t ^h]	/c/ [tʃ ^h]	/k/ [k ^h]
Nasais	/m/ [m]	/n/ [n]		/ŋ/ [ŋ]
Fricativas		/s/ [s]	/z/ [z]	/h/ [h]
Líquidas		/l/ [l]	/r/ [r]	

Quadro 7. Inventário de morfemas consonantais da língua coreana antiga, com valor fonêmico e valores fonéticos reconstruídos.

A prima facie, a maior diferença na fonologia de ambas as línguas seria a presença de consoantes aspiradas em coreano, o que apontaria para uma incompatibilidade comparativa com as línguas do arquipélago japonês, e a existência de um contraste de sonoridade no japonês, inexistente na península coreana.

Entretanto, assim como no caso da língua japonesa se sabe que as consoantes sonorizadas surgiram de processos de pré-nasalização, também é sabido que isso se deveu a casos em que ou houve síncope de vogais entre /h/ e a consoante seguinte, ou a aspiração se encontrava em posição de coda na sílaba e passou por um processo de metátese. Como exemplo de cada processo, a palavra para grande, [k^hi-], veio de originalmente de [hiki], enquanto [koh], nariz, resultou em [k^ho] (LEE e RAMSEY, 2011, p. 64-65). Pelo lado da língua japonesa, a presença do contraste entre consoantes surdas e sonoras também é conhecidamente o resultado de assimilação de um processo de pré-nasalização, e que ainda é claro nas mudanças de paradigma verbal do japonês antigo para o japonês moderno, como na queda de contraste entre [yomite] (ler.CONJ) e [ywo^{mb}bite] (chamar.CONJ) para [yonde] (FRELLESVIG, 2010, p. 35).

Além disso, com alguma frequência é (corretamente) levado em consideração o acento tonal nas duas línguas ao se fazer reconstruções e identificações de empréstimos, dado o longo contato. Para fins de simplicidade, essa variável será ignorada nas próximas páginas.

Uma vez explicadas as características fonológicas das antigas línguas japonesa e coreana, bem como os valores representados por cada um dos símbolos utilizados a seguir, é possível avançar para a comparação lexical, buscando por cognatos e correspondências entre famílias.

Para melhor compreensão dos processos evolutivos dentro da família japônica e da língua coreânica, foram consultados dados antigos de outras línguas da família. Como nem sempre foram encontradas fontes sobre versões antigas das línguas Ryûkyû, os dados da língua okinawana foram obtidos a partir de Loveless (1963, p. 102), sem referência às outras línguas do ramo. Para a língua japonesa, foram utilizados os dados disponíveis Vovin (2020) e Frellesvig (2010), originalmente retirados de fontes escritas em Man'yougana (UNIVERSITY OF VIRGINIA LIBRARY ELECTRONIC TEXT CENTER, 759; Ô, 2014). Os dados da língua coreana, da mesma forma, são originários de Kim (1145) e Samguk Yusa e cruzados com Lee e Ramsey (2011) e Vovin (2010), com referência exclusiva às últimas obras quando não foi possível obtenção de outra forma. No caso da família coreânica, nem sempre foram obtidos dados confiáveis das outras línguas da família, não tendo, portanto, sido referenciados nas comparações abaixo.

Em resumo, temos o seguinte quadro ao se comparar as famílias coreânica e japônica:

Família Coreânica	Família Japônica		
Coreano Clássico	Japonês Clássico	Okinawano Atual	Tradução
/misik/	/nani/	/nu:/	Que
/nu/	/tare/	/ta:/	Quem
/əntuj/	/idu(ku)/	/ma:/	Onde
/əntʃej/	/itu/	/iʃi/	Quando
/ənu/	/indu(re)/	/jiru/	Qual?

Quadro 8. Pronomes interrogativos em coreano e japonês clássico e em okinawano contemporâneo.

O primeiro cuidado que deve ser observado ao analisar o quadro acima é reconhecer que existem algumas inovações no okinawano, como a palavra para “onde”, que se acredita ter sua origem em *idu- “onde” e *-ma “lugar”, ainda sendo usada nas duas partes remanescentes no dialeto de Tonoshiro da ilha de Ishigaki (VOVIN, 2020, p. 306). No caso das palavras “quando” e “quem”, não há motivo para acreditar que as palavras não sejam cognatas.

Um possível paralelo que pode sugerir uma origem comum entre os pronomes interrogativos das duas línguas está relacionado à constância com que outras palavras interrogativas em coreano começam com *ən-, enquanto as mesmas palavras em japonês apresentam *id- e *it-. Levando em consideração que a vocalização de consoantes em japonês ocorreu após um fenômeno de pré-nasalização em sua história e supondo que nesses ambientes de fato havia uma consoante nasal no proto-japonês, a hipótese de que *ən- em proto-coreano e *in- em proto-japonês seriam reflexos de uma mesma palavra interrogativa caso a hipótese do proto-nipo-coreano seja verdadeira. No entanto, geralmente a nasal não é considerada parte da morfologia original (THORPE, 1983; VOVIN, 2020; WHITMAN, 2012), o que dificulta essa hipótese. Também existe a possibilidade de que essa seja uma característica areal, visto que pronomes interrogativos de línguas vizinhas, como a língua tungúsica manchu, frequentemente começam com e- ou ai- (GORELOVA, 2002, p. 219-220), mas tal hipótese ainda precisaria de melhor embasamento.

Mesmo se excluirmos o papel do contato e nos concentramos apenas na possibilidade de uma origem comum, enfrentaríamos duas dificuldades. A primeira seria estender essa regra para outros contextos e vocábulos. Como demonstrado anteriormente, o método comparativo não restringe a busca por mudanças fonêmicas apenas a uma classe lexical. Seguindo essa linha de raciocínio, Whitman (2012, p. 30-31) apresenta alguns pares de reflexos nas línguas proto-coreana e proto-japonesa, como *jə e *i, respectivamente, para palavras como *hjə- e *sir- (“branco”) e *mjəʃ- e *mit- para “três/alguns”. No entanto, seria necessário explicar a presença do glide inicial nesses contextos e sua ausência nas palavras interrogativas. Além disso, se esse for o caso, precisaríamos explicar por que a nasalização desapareceu na palavra “quando” em proto-japonês, caso seja realmente uma palavra bimorfêmica, como defendido por Thorpe (1983, p. 223). Caso contrário, apenas teríamos *ə- e *i- como morfema inicial nessas línguas para as outras palavras, seguindo Vovin (2020, p. 304, 310).

Também poderia ser verossímil, através de processos de deriva semântica, que *misik em coreano clássico e *mosi em japonês tivessem uma origem comum, como proposto por Whitman. No entanto, como já apontado por Vovin (2010, p. 199), essa palavra não é encontrada em textos produzidos mais a leste do arquipélago japonês (o que poderia indicar um possível empréstimo) e também nunca é usada para formular perguntas. Dada a persistência ao longo de diferentes famílias linguísticas dos pronomes interrogativos (como é o caso de “que” em português, “ke” em nepali e “chto” em russo, que correspondem às regras de correspondência fonêmica entre essas línguas e o proto-indo-europeu), essa hipótese ainda carece de argumentos mais sólidos.

O quadro com os numerais apresenta uma situação ainda mais complexa:

Família Coreânica	Família Japônica		
Coreano Clássico	Japonês Clássico	Okinawano Atual	Tradução
/hʌnah/	/pitə/	/ti:/	1
/dulh/	/puta/	/ta:/	2
/seh/	/mi/	/mi:/	3
/neh/	/yə/	/yu:/	4
/dasʌs/	/itu/	/ʔitʃi/	5
/jəsis/	/mu/	/mu:/	6
/nilgob/	/nana/	/nana/	7
/jədilb/	/ya/	/ya:/	8
/ahob/	/kəkənə/	/kukunu/	9
/jəlh/	/təwo/	/tu:/	10

Quadro 9. Numerais de 1 a 10 em coreano e japonês clássicos e em okinawano contemporâneo.

Em um primeiro olhar, é perfeitamente possível identificar as correspondências entre o japonês clássico e o okinawano. Com exceção dos dois primeiros numerais, onde é evidente que ocorreu um processo de haplologia que reduziu o número de sílabas (ainda que não de moras), é viável traçar correspondências entre as consoantes: JP: OK, m:m, t:t, y:y, n:n, k:k, Ø:ʔ e w_ø:Ø_u.

No que diz respeito às vogais, *a em japonês clássico sempre corresponde a /a/ em oki-nawano. Houve uma elevação das vogais médias *ə e *o do japonês clássico, que atualmente correspondem ao fonema /o/ no japonês contemporâneo, em okinawano, resultando em /kukunu/ e /tu:/, em comparação a /kokono/ e /to:/ no japonês contemporâneo. Também é notável algumas inovações no okinawano, como o alongamento vocálico para tornar todos os numerais, ao menos, bimoráicos. Por isso, os dois primeiros numerais no okinawano, mesmo após o processo de haplologia, possuem o mesmo número de moras. Além disso, *tu, em posição final de palavra, regularmente resultou em /ʃi/ em okinawano, como se pode observar não apenas no numeral 5, mas também na palavra “quando”, disponível para referência no Quadro 8.

Enquanto é possível reconhecer os cognatos dentro da família japônica, não há aparente correspondência entre os vocábulos do coreano clássico e do japonês clássico em nenhum dos numerais. Essa falta aparente de correspondência não é algo novo, uma vez que essa dificuldade, especialmente quando combinada com comparações com as línguas consideradas altaicas, tem sido amplamente discutida por Ramer e Sidwell (1997), os quais consideram a ausência de cognatos como irrelevante. Ainda assim, há várias explicações para as diferenças entre os defensores de uma origem comum entre

as duas línguas e/ou as línguas consideradas altaicas, desde as abordagens de Miller (1969), Hamp (1970) e Blažek (1999).

No caso da língua japonesa, há muito tempo se sabe que os números são dispostos em pares (1 e 2, 3 e 6, 4 e 8), com mudanças regulares nas vogais, como de /o/ para /a/ (ELLIS, 1873, p. 50). Tem sido comum as comparações partirem dos seguintes pressupostos: que houve um processo de inovação que levou à divergência das línguas, comparando *pitə “um” do proto-japonês com *piris “primeiramente, começar” em coreano medieval e *puta “dois” do proto-japonês com *pfak “par” em coreano medieval (WHITMAN, 2012, p. 33; BLAŽEK, 1999, p. 57), apesar de Miller (1969) estabelecer cognatos divergentes usando o ablaut já mencionado. Acima do número quatro, simplesmente não há suposições conhecidas de pares entre as famílias coreânica e japônica até o momento. A comparação de *p para proto-japonês e proto-coreano, baseada apenas nesses dois pares, não seria convincente para estabelecer uma relação entre as duas línguas (e, de fato, nenhum dos autores das obras anteriores limitou-se a esses exemplos, sendo que os outros vocábulos utilizados estão fora do escopo da comparação aqui empregada). Embora o número 7 comece com o mesmo fonema tanto no coreano quanto no japonês, não há razão aparente para considerá-lo um par de cognatos, e é difícil elaborar regras de correspondência que justifiquem a associação entre /nilgob/ e /nana/ como reflexos de um ancestral comum.

É possível que as línguas tenham uma origem comum sem que haja cognatos em seus numerais e pronomes, embora, como mencionado anteriormente, essas palavras sejam mais resistentes a empréstimos (CAMPBELL, 1998, p. 112). Com base somente nessas palavras, no entanto, teríamos as seguintes correspondências:

Proto-Coreano	Proto-Japonês	Proto-Nipo-Coreano
*ə-	*i-	*e-
*p-	*p-	*p-

Quadro 10. Reconstruções de correspondências fonêmicas em proto-nipo-coreano com base apenas nos numerais cardinais e pronomes interrogativos das línguas das famílias coreânica e japônica

Como mencionado anteriormente, as correspondências acima, deduzidas dos dados exibidos anteriormente, apresentam suas complexidades. No primeiro caso, ao considerarmos um alçamento da vogal em japonês e sua centralização em coreano, surge a necessidade de compreender o comportamento da nasal seguinte, que está presente em todos os dados, exceto *itu (quando) em proto-japonês. A correspondência entre as línguas de uma vogal de origem comum nos pronomes interrogativos poderia ser um argumento favorável à existência de um ancestral comum entre as duas línguas.

Se aceitarmos o argumento anterior de que pode haver parentesco linguístico com base na possível presença de cognatos no sistema pronominal, a falta aparente de cognatos nos numerais, no entanto, embora não seja uma evidência conclusiva de uma não-relação entre as línguas, poderia, no mínimo, levar a pelo menos uma das duas possibilidades seguintes:

- (a) A separação entre os falantes ocorreu em um período distante o suficiente para que, desde então, ocorressem inovações no sistema numérico de pelo menos uma das famílias;
- (b) Houve uma influência do substrato no arquipélago japonês ou na península coreana, que pode ter sido a fonte dos numerais, mas não dos pronomes;

Argumentos podem ser apresentados para ambas as possibilidades.

Na possibilidade (a), a separação, conforme cálculos de inferência bayesiana presentes em Robbeets (2020, p. 38), ocorreu em torno de 2000 a 3000 AC, o que significa que não temos registros da história das famílias por um período de aproximadamente três a quatro mil anos, se tomarmos como ponto de partida os primeiros documentos ainda existentes das línguas mais faladas. Apesar de existirem ferramentas para o cálculo da reposição de palavras, como a glotocronologia, muitas das premissas dessa abordagem já foram rejeitadas ou contestadas pela linguística contemporânea (CAMPBELL, 1998, p. 314), não havendo meios exatos para definir a probabilidade de uma mudança completa do sistema numérico dessas línguas no período disponível. Por esse motivo, como mencionado anteriormente, foi proposta a hipótese de uma série de inovações no sistema numérico dessas famílias (BLAŽEK, 1999; HAMP, 1970; MILLER, 1969).

De qualquer forma, considerando a proximidade geográfica e o contato frequente entre os falantes das duas línguas, caso haja uma origem comum, seria necessário explicar como essas inovações ocorreram de forma independente, ou seja, sem evidências claras de empréstimo linguístico de uma língua para outra, e por que tem sido tão desafiador estabelecer pares confiáveis de cognatos ao longo dos últimos quase 80 anos (VOVIN, 2010, p. 3).

Na possibilidade (b), o histórico de diferentes migrações no arquipélago japonês, como a Jômon, a Yayoi e a Kofun (HENSHALL, 2004; COOKE, MATTIANGELI, *et al.*, 2021), e a possibilidade dos três reinos formadores da península coreana falarem diferentes línguas ou serem multiétnicos com vastas partes da população falando dialetos de uma mesma língua (BECKWITH, 2005; JANHUNEN, 2005; UNGER, 2005), poderiam explicar a divergência nos numerais nas línguas. A presença de numerais cognatos aos japoneses na península coreana, como mencionado a respeito da Estela de Gwanggaeto, sugere que em um período não muito distante à chegada da escrita na península coreana, ainda havia o uso de um sistema numérico similar ao presente hoje na família japônica.

Conclusão

Devido às restrições de espaço e à complexidade da atividade proposta, não é possível aprofundar ainda mais nos desafios relacionados à busca de correspondências fonêmicas entre as famílias coreânica e japonesa para estabelecer a existência de uma protolíngua comum às duas famílias, aqui chamada tentativamente de proto-nipo-coreano.

Essa discussão serve como uma amostra das dificuldades envolvidas na identificação de cognatos e no estabelecimento de regras de correspondência que permitam reconhecer como possíveis reflexos em ambas as línguas teriam surgido de um ancestral comum. Esse desafio em si torna as hipóteses sobre a existência de troncos linguísticos mais abrangentes, que englobariam ambas as famílias, ainda mais incertas.

Apesar das dificuldades em identificar cognatos para estabelecer correspondências entre as famílias linguísticas, é necessário buscar uma explicação para as semelhanças quando essas não podem ser atribuídas apenas ao contato linguístico.

A busca pelas origens das línguas na região é de extrema importância, não apenas para a linguística histórica, a fim de tentar preencher as lacunas mencionadas ao longo do texto, mas também para um melhor entendimento da formação do nordeste asiático e das relações e histórias dos povos coreano e japonês nesse contexto global que chamamos de lar.

Bibliografia

- ARAI, H. Tōga. **Internet Archive**, 1717. Disponível em: <<https://archive.org/details/JAPAF.1219.1/page/n7/mode/2up>>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- BARBER, A.; RAMIREZ, E. G. **Idiolects. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2021 Edition)**, 2021. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2021/entries/idiolects/>>. Acesso em: 28 out. 2022.
- BECKWITH, C. I. **Koguryo: The Language of Japan's Continental Relatives**. Leiden, NL: Brill, 2004.
- BECKWITH, C. I. The Ethnolinguistic History of the Early Korean Peninsula Region: Japanese-Koguryōic and other Languages in the Koguryō, Paekche, and Silla kingdoms. **Journal of Inner and East Asian Studies**, Seoul, v. 2, n. 2, p. 33-64, December 2005.
- BENTLEY, J. R. Old Japanese. In: TRANTER, N. **The Languages of Japan and Korea (Routledge Language Family Series)**. Oxon, UK: Routledge, 2012. p. 189-211.
- BLAŽEK, V. Altaic Numerals. In: BLAŽEK, V. **Numerals: Comparative-Etymological Analyses of Numeral Systems and Their Implications (Saharan, Nubian, Egyptian, Berber, Kartvelian, Uralic, Altaic and Indo-European Languages)**. Brno: Masarykova Univerzita, 1999. p. 102-140.
- BOWERN, C.; EVANS, B. **The Routledge Handbook of Historical Linguistics**. New York, NY: Routledge, 2015.
- BUGAEVA, A. Southern Hokkaido Ainu. In: TRANTER, N. **The Languages of Japan and Korea (Routledge Language Family Series)**. Oxon, UK: Routledge, 2012. p. 461-509.

- CAMPBELL, L. **Historical Linguistics: An Introduction**. Cambridge, MA: The MIT Press, 1998.
- CAMPBELL, L. Language Isolates and Their History. In: CAMPBELL, L. **Language Isolates (Routledge Language Family Series)**. Oxon, UK: Routledge, 2018. p. 1-18.
- CHO, S.; WHITMAN, J. **Korean: A Linguistic Introduction**. New York, NY: Cambridge University Press, 2020.
- CLACKSON, J. **Indo-European Linguistics**. New York, NY: Cambridge University Press, 2007.
- COATES, J. Gender. In: LLAMAS, C.; MULLANY, L.; STOCKWELL, P. **The Routledge Companion to Sociolinguistics**. New York, NY: Routledge, 2007. p. 62-68.
- COMRIE, B. **The Languages of the Soviet Union**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1981.
- COOKE, N. P. et al. Ancient Genomics Reveals Tripartite Origins of Japanese Populations. **Science Advances**, Washington, DC, v. 7, n. 38, p. 1-15, September 2021.
- COUNCIL OF LOCAL AUTHORITIES FOR INTERNATIONAL RELATIONS. **Local Government in Japan**. Tokyo, JP: Council of Local Authorities for International Relations (CLAIR), 2004.
- CROWLEY, T.; BOWERN, C. **Historical Linguistics**. New York, NY: Oxford University Press, 2010.
- DE BOER, E. The Classification of the Japonic Languages. In: ROBBEETS, M.; SAVELYEV, A. **The Oxford Guide to the Transeurasian Languages**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2020. p. 40-58.
- DIXON, R. M. W. **Basic Linguistic Theory: Volume 2 - Grammatical Topics**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2010.
- DOUGHERTY, T. Ainu. In: CAMPBELL, L. **Language Isolates (Routledge Language Family Series)**. Oxon, UK: Routledge, 2018. p. 100-116.
- EBERHARD, D. M.; SIMONS, G. F.; FENNIG, C. D. What are the largest language families? **Ethnologue: Languages of the World**, 2022. Disponível em: <<https://www.ethnologue.com/guides/largest-families>>. Acesso em: 25 out. 2022.
- ELLIS, R. **On Numerals: As Signs of Primeval Unity Among Mankind**. London, UK: Trübner & Co., 1873.
- FRANÇOIS, A. Trees, Waves and Linkages: Models of Language Diversification. In: BOWERN, C.; EVANS, B. **The Routledge Handbook of Historical Linguistics**. New York, NY: Routledge, 2015. p. 161-189.
- FRELLESVIG, B. **A History of the Japanese Language**. Cambridge, UK: [s.n.], 2010.
- GELABERT, P. et al. Northeastern Asian and Jomon-related genetic structure in the Three Kingdoms period of Gimhae, Korea. **Current Biology**, Maryland Heights, MO, v. 32, p. 1-13, August 2022.

- GEORG, S. Other Isolated Languages of Asia. In: CAMPBELL, L. **Language Isolates (Routledge Language Family Series)**. Oxon, UK: Routledge, 2018. p. 139-161.
- GEORG, S. Other Isolated Languages of Asia. In: CAMPBELL, L. **Language Isolates (Routledge Language Family Series)**. Oxon, UK: Routledge, 2018. p. 139-161.
- GORELOVA, L. M. **Manchu Grammar**. Leiden, NL: Koninklijke Brill, 2002.
- GRIMES, B. F. **Ethnologue: Languages of the World**. 12th. ed. Dallas, TX: Summer Institute of Linguistics, 1992.
- HALE, M. The Comparative Method: Theoretical Issues. In: BOWERN, C.; EVANS, B. **The Routledge Handbook of Historical Linguistics**. New York, NY: [s.n.], 2015. p. 146-160.
- HAMP, E. P. On The Altaic Numerals. In: JAKOBSON, R.; KAWAMOTO, S. **Studies in General and Oriental Linguistics Presented to Shirô Hattori on the Occasion of His Sixtieth Birthday**. Tokyo, JP: TEC, 1970. p. 188-197.
- HASEGAWA, Y. **Japanese: A Linguistic Introduction**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2015.
- HEINRICH, P.; MIYARA, S.; SHIMOJI, M. Introduction: Ryukyuan Languages and Ryukyuan Linguistics. In: HEINRICH, P.; MIYARA, S.; SHIMOJI, M. **Handbook of the Ryukyuan Languages: History Structure and Use (Handbooks of Japanese Language and Linguistics)**. Berlin, DE: Walter de Gruyter, v. 11, 2015. p. 1-12.
- HENSHALL, K. G. **A History of Japan: From Stone Age to Superpower**. 2^a. ed. New York, NY: Palgrave MacMillan, 2004.
- IWASAKI, S. **Japanese: Revised Edition**. Amsterdam, NL: John Benjamins Publishing Company, 2006.
- JANHUNEN, J. The Lost Languages of Koguryō. **Journal of Inner and East Asian Studies**, Seoul, v. 2, n. 2, p. 65-86, December 2005.
- JANHUNEN, J. A. Ainu Ethnic Origins. In: BUGAEVA, A. **Handbook of the Ainu Language**. Berlin, DE: Walter de Gruyter Inc, 2022. p. 57-78.
- JAPANESE GAZETEER. **Administrative Subdivisions of Japan, with Appendix of 47 Prefectural Maps**. Washington, DC: US Department of State. Division of Research for Far East., 1946.
- KAPOVIĆ, M. Indo-European Languages - Introduction. In: KAPOVIĆ, M. **The Indo-European Languages**. 2^a. ed. New York, NY: Routledge, 2017. p. 1-12.
- KERSWILL, P. Social Class. In: LLAMAS, C.; MULLANY, L.; STOCKWELL, P. **The Routledge Companion to Sociolinguistics**. New York, NY: Routledge, 2007. p. 51-61.
- KIM, B. Samguk Sagi. 三國史記, 1145. Disponível em: <<https://db.history.go.kr/item/level.do?itemId=sg&types=o>>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- KIM, S. H. 육진 방언의 종결어미 연구 (Yukjin Bagn'on ui Jonggyeoleomi Yeongu). **어문논집 (Eomun Nunjip)**, Iksan, Jeonbuk, KR, v. 48, p. 93-125, out. 2003.

- KIPARSKY, P. New Perspectives in Historical Linguistics. In: BOWERN, C.; EVANS, B. **The Routledge Handbook of Historical Linguistics**. New York, NY: [s.n.], 2015. p. 64-102.
- KWAK, C. 육진방언의 음성과 음운사 (Yukjin Bang'eon ui Eumseonggwa Eumunseo). **방언학 (Bang'eohag)**, Incheon, KR, v. 16, p. 121-154, dez. 2012.
- LAWRENCE, W. P. Southern Ryukyuan. In: TRANTER, N. **The Languages of Japan and Korea (Routledge Language Family Series)**. Oxon, OX: Routledge, 2012. p. 381-411.
- LEE, K.-M.; RAMSEY, S. R. **A History of the Korean Language**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2011.
- LEE, S.; HASEGAWA, T. Bayesian Phylogenetic Analysis Supports an Agricultural Origin of Japonic Languages. **Proceedings of the Royal Society B**, London, UK, v. 278, p. 3662-3669, May 2011.
- LI, C. N.; THOMPSON, S. A. Subject and Topic: A New Typology of Language. In: LI, C. N. **Subject and Topic**. New York, NY: Academic Press, 1976. p. 457-489.
- LLAMAS, C. Age. In: LLAMAS, C.; MULLANY, L.; STOCKWELL, P. **The Routledge Companion to Sociolinguistics**. New York, NY: Routledge, 2007. p. 69-76.
- LOVELESS, O. **The Okinawan Language**. Ann Arbor, MI: University of Michigan, 1963.
- MARTIN, S. E. Lexical Evidence Relating Korean to Japanese. **Language**, Washington, DC, v. 42, n. 2, p. 185-251, 04-06 1966.
- MATSUMORI, A.; ONISHI, T. Japanese Dialects: Focusing on Tsuruoka and Ei. In: TRANTER, N. **The Languages of Japan and Korea (Routledge Language Family Series)**. New York, NY: Routledge, 2012. p. 313-348.
- MILLER, R. A. The Altaic Numerals and Japanese. **The Journal-Newsletter of the Association of Teachers of Japanese**, Pittsburgh, PA, v. 6, n. 2, p. 14-29, Outubro 1969.
- MIYAKE, M. Historical Sources and Periodization of the Japonic and Koreanic Languages. In: ROBBEETS, M.; SAVELYEV, A. **The Oxford Guide to the Transeurasian Languages**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2020. p. 9-21.
- MIYAKE, M. H. **Old Japanese: A Phonetic Reconstruction**. London, UK: RoutledgeCurzon, 2003.
- MORAVCSIK, E. A. **Introducing Language Typology**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2013.
- NAM, P.-H. Old Korean. In: TRANTER, N. **The Languages of Japan and Korea (Routledge Language Family Series)**. Oxon, UK: Routledge, 2012. p. 41-72.
- NORMAN, J. The Chinese Dialects: Phonology. In: THURGOOD, G.; LAPOLLA, R. J. **The Sino-Tibetan Languages**. London, UK: Routledge, 2003. p. 72-83.
- Ō, Y. N. **Kojiki (古事記・고사기)**. Seul, KR: Jimanji (Jishikeulmandeuneunjishik) Sasangseonjip, 2014.
- PIAO, M. 咸北 六鎮方言의 母音調和 實現 樣相에 대하여 - 세대별 差異를 中心으로 - (Hambuk Yukjin Bang'eon ui Moeum Johwa Silhyeon Yangsang e Daehayeo - Sedaebyeol

- Chai leul Jungsim euro -). **어문연구 (Eomun Yeongu)**, Seoul, KR, v. 47, n. 4, p. 67-87, dez. 2019.
- RAMER, A. M.; SIDWELL, P. The Altaic Debate and the Question of Cognate Numerals. **Wiener Zeitschrift für die Kunde des Morgenlandes**, Vienna, v. 87, p. 153-175, 1997.
- RANKIN, R. L. The Comparative Method. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. D. **The Handbook of Historical Linguistics**. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2003. p. 183-212.
- ROBBEETS, M. If Japanese is Altaic, How Can It Be So Simple? In: LUBOTSKY, A.; SCHAEKEN, J.; WIEDENHOF, J. **Evidence and Counter-Evidence: Essays in Honour of Frederik Kortlandt**. Amsterdam, NL: Rodopi, v. 2, 2008. p. 337-367.
- ROBBEETS, M. The Classification of the Transeurasian Languages. In: ROBBEETS, M.; SAVELYEV, A. **The Oxford Guide to the Transeurasian Languages**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2020. p. 31-39.
- ROBBEETS, M. et al. Triangulation Supports Agricultural Spread of the Transeurasian Languages. **Nature**, London, v. 599, p. 616-621, 10 November 2021.
- ROBBEETS, M.; BISANG, W. When Paradigms Change. In: ROBBEETS, M.; BISANG, W. **Paradigm Change: In The Transeurasian languages and beyond**. Amsterdam, NL: John Benjamins Publishing Co., 2014. p. 1-22.
- SETH, M. J. **A History of Korea: From Antiquity to the Present**. Plymouth, UK: Rowman & Littlefield Publishers, 2011.
- SHIBATANI, M. **The Languages of Japan**. New York, NY: Cambridge University Press, 1990.
- SHIMOJI, M. Northern Ryukyuan. In: TRANTER, N. **The Languages of Japan and Korea**. New York, NY: Routledge, 2012. p. 351-380.
- SOHN, H.-M. **The Korean Language**. New York, NY: Cambridge University Press, 1999.
- SUN, C. **Chinese: A Linguistic Introduction**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006.
- TANAKA DE LIRA, K.; TANAKA DE LIRA, M. De Aomori ao Shuri: Excetos dos Dialectos da Língua Japonesa. **Estudos Japoneses**, São Paulo, v. 36, p. 71-93, 2016.
- TANAKA DE LIRA, M. Classes Adjetivais no Nordeste Asiático: Revendo as Línguas Japonesa e Coreana. **Hon No Mushi**, Manaus, AM, v. 5, p. 50-83, ago. 2020. ISSN 8.
- TANAKA DE LIRA, M. O Nordeste Asiático como Área de Convergência Linguística: a Língua Japonesa em seu Contexto Regional. In: JOKO, A. T., et al. **Diálogo Linguístico: Ocidente e Oriente**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021. p. 315-336.
- TANAKA DE LIRA, M. Formação Linguística do Nordeste Asiático: As Múltiplas Origens das Famílias Coreânica e Japônica. **Hon no Mushi**, Manaus, No Prelo.
- THORPE, M. L. **Ryūkyūan Language History**. Los Angeles: University of Southern California (Dissertation), 1983.
- TŌKEIKYOKU. 統計でみる都道府県のすがた | **Statistical Observations of Prefectures**. Tokyo, JP: Statistics Bureau, Ministry of Internal Affairs and Communications of Japan, 2023.

- UNGER, J. M. When was Korean First Poken in Southeastern Korea? **Journal of Inner and East Asian Studies**, Seoul, v. 2, n. 2, p. 87-107, December 2005.
- UNIVERSITY OF VIRGINIA LIBRARY ELECTRONIC TEXT CENTER. Man'yôshû. **Man'yôshû**, 759. Disponível em: <<http://jti.lib.virginia.edu/japanese/manyoshu/AnoMany.html>>. Acesso em: 11 15 2022.
- VOVIN, A. Koguryô and Paekche: Different Languages or Dialects of Old Korean? **Journal of Inner and East Asian Studies**, Seoul, v. 2, n. 2, p. 107-140, December 2005.
- VOVIN, A. **Koreo-Japonica: A Re-Evaluation of a Common Genetic Origin**. Honolulu, HI: University of Hawai'i Press, 2010.
- VOVIN, A. **A Descriptive and Comparative Grammar of Western Old Japanese (Revised, Updated and Enlarged)**. 2ª. ed. Boston, MA: Brill, v. 1, 2020.
- WADE, N. Finding on Dialects Casts New Light on the Origins of the Japanese People. **The New York Times**, New York, NY, 04 maio 2011. A-16.
- WARDHAUGH, R. **An Introduction to Sociolinguistics**. 5ª. ed. Malden, MA: Blackwell Publishing, 2006.
- WEISS, M. The Comparative Method. In: BOWERN, C.; EVANS, B. **The Routledge Handbook of Historical Linguistics**. New York, NY: [s.n.], 2015. p. 127-145.
- WESTNEY, D. E. The Emulation of Western Organizations in Meiji Japan: the case of the Paris Prefecture of Police and the Keishi-chô. In: KORNICKI, P. **Meiji Japan: Political, Economic and Social History 1868-1912 (Volume III: The Mature Meiji State)**. London, UK: Routledge, 1998. p. 107-137.
- WHITMAN, J. The Relationship between Japanese and Korean. In: TRANTER, N. **The Languages of Japan and Korea (Routledge Language Family Series)**. New York, NY: Routledge, 2012. p. 24-38.
- YANG, C.; YANG, S.; O'GRADY, W. **Jejueo: The Language of Korea's Jeju Island**. Honolulu, HI: University of Hawai'i Press, 2020.
- YEON, J. Korean Dialects: a General Survey. In: TRANTER, N. **The Languages of Japan and Korea (Routledge Language Family Series)**. New York, NY: Routledge, 2012. p. 168-186.
- ZHENGZHANG, S.; ZHENG, W. Wu Dialect. In: SUN, C.; WANG, W. S.-Y.; TSAI, Y. **The Oxford Handbook of Chinese Linguistics**. New York, NY: Oxford University Press, 2015. p. 189-202.

*Recebido em 07 de fevereiro de 2023
Aprovado em 22 de agosto de 2023*

BRAZILIAN SCIENTIFIC PRODUCTION ABOUT JAPAN: PERSPECTIVES FROM THE FIELD OF PSYCHOLOGY

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE O JAPÃO: PERSPECTIVAS NA ÁREA DA PSICOLOGIA

Arthur CAMBUR¹
Igor de ALMEIDA²

Abstract: Japan is highly influential both economically and culturally on a global scale. Despite its cultural influence, economic ties, and the presence of Japanese immigrants in Brazil, Japan appears to receive relatively little attention in Brazilian academia. Brazilian academia has been primarily influenced by European and American academic traditions, which is evident in scientific research across various fields, including psychology. This study aims to quantify and analyse Brazilian research on Japan within psychology. An analysis of 142 publications revealed themes including culture, immigration, psychology and related fields, and others. The study also examined the influence of authors of Japanese descent. Although there are a reasonable number of publications about Japan, this number is relatively low compared to publications on European, Latin American, or U.S. topics.

Keywords: Psychology, Japan-Brazil relationship, Culture, Nikkei, Social Science

Resumo: O Japão é um país muito influente no mundo, tanto econômica quanto culturalmente. Apesar da influência cultural, econômica e da imigração japonesa no Brasil, o Japão parece não atrair tanta atenção dentro da academia brasileira, quando comparado às potências ocidentais. A academia brasileira teve e tem como principais influências as academias europeias e estadunidense. Isso se reflete na produção científica brasileira em diversas áreas, incluindo

1 Graduado em psicologia pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas; arthurcambur@gmail.com; <https://orcid.org/0009-0006-2525-2492>

2 Docente na Kyoto University – Institute for the Future of Human Society (京都大学人と社会の未来研究院); dealmeida.igor.b04@kyoto-u.jp; <https://orcid.org/0000-0003-4599-0442>.

na psicologia. O objetivo deste estudo foi quantificar e analisar a produção brasileira sobre o Japão dentro do campo da psicologia. 142 publicações foram analisadas e classificadas nos temas: cultura, imigração, psicologia e áreas relacionadas, e outros. A influência de autores com ascendência japonesa também foi analisada. Apesar da quantidade razoável de publicações sobre o Japão, o número ainda é baixo comparado a publicações sobre países europeus, latino-americanos ou EUA.

Palavras-chave: Psicologia, Relação Brasil-Japão, Intercultural, Nikkei, Ciências sociais

1. Introduction

Immigration

Brazil and Japan established diplomatic relations in 1895. Although the treaty between the two countries did not mention immigration, both countries were interested in it. Japan, having recently opened to the world, was industrializing, militarizing, and expanding its global influence. Also, it faced an internal population surplus. The government's strategy was to promote emigration and establish Japanese colonies in diverse regions, solving the population surplus issue and expanding its international influence. Conversely, Brazil had recently abolished slavery and become a republic. It was trying to modernize following the United States model, transitioning from slave labour to wage labour, and promoting immigration (YAMAMURA, 2011).

Japanese immigration to Brazil began in 1908. Despite various difficulties, the Japanese immigrants and their descendants adapted to Brazil, with many achieving prominent positions in the country. From the late 1980s, the reverse movement began as Japanese and Japanese descendants living in Brazil sought economic opportunities in Japan, forming a Brazilian community there (SASAKI, 2006). In recent decades, these transnational movements - Japanese communities in Brazil and Brazilian communities in Japan - have been the most studied topic in Japanese studies in Brazil, surpassing other themes such as bilateral relations and studies about Japan and its society. Traditionally, the Brazilian academia is more concerned about themes related to itself and to Western culture, reflecting its European origins and neglecting the other influences that shaped Brazil (PEREIRA, 2003).

Academic production about the Japanese-Brazilian community reflects the social dynamics between the community itself and the broader Brazilian and Japanese societies. The integration and upward social mobility of many members of the Japanese community in Brazil were driven by high levels of education, highly valued within the community (SHIBATA, 2009, 2016), making the community in general highly educated (NINOMIYA, 2008). Historically, the community provided schools for the maintenance of the Japanese language and culture among Japanese descendants. These schools, along with the opportunities to study in Japan and pursue a career in Japanese companies boosted the interest in Japanese culture within the community (MORALES,

2011). Additionally, Japan has invested in Brazil and other Latin American countries to strengthen its economic relationships with those countries (UEHARA, 2008), support the Japanese community in Brazil (JICA, 2020), and promote the community as a “bridge” between Japan and the region (ROJAS, 2022).

Japanese Culture in Brazil

After World War II, Japan began expanding its international influence through rather pacific means, notably by exporting cultural products. Japan exported its cultural products to various regions across the globe, including Brazil, where people have been consuming Japanese pop culture in diverse forms since 1964. In recent decades, Japan intensified its promotion of video games, anime, and manga worldwide through the “Cool Japan” initiative (ISSHIKI & MIYAZAKI, 2016). Today, it is not uncommon to see young Brazilians, regardless of ancestry, carrying a deep interest in Japan and its culture.

Beyond pop culture, Japanese traditional culture also became part of Brazilian life. Japanese religions such as the Japanese Buddhism, the Church of World Messianity, and Perfect Liberty have grown in popularity among Brazilians (TOMITA, 2004; SHOJI, 2002). Japanese martial arts, including sumo, kendo, judo, and aikido are practiced and their philosophies studied in Brazil (GOMES, 2008). Many popular Japanese literature books have been translated into Brazilian Portuguese and reached popularity among literature enthusiasts, to such a degree that contemporary Brazilian literature has influences and depictions of Japan (VEJMEJKA, 2014). Currently, Japanese cuisine is highly appreciated and frequently consumed in Brazil, with restaurants found in every major city (MORI, 2003).

Psychology in Brazil and in Japan

The emergence of Psychology in Brazil, between the late 19th and early 20th centuries, like in many other parts of the world, began intertwined with philosophy and gradually solidified its foundations in medicine, heavily influenced by American and European studies. Between the 1920s and 1960s, psychology also grew in the field of education, with various Brazilian authors being predominantly influenced by Northern American and European educators (SOARES, 2010). However, the establishment of Psychology as a profession, through the creation of regulatory laws, professional entities, and councils, was only consolidated during the Military Dictatorship that lasted from 1964 to 1984 (SILVA, 2017).

Due to the characteristics of this regime, psychologists were heavily influenced by Northern American psychology, focusing on individualized approaches in their practice, having to ignore any social aspects involved in psychological processes that could, even remotely, be related to political views. After democracy was re-established

in Brazil, psychologists directed their attention towards social issues inherent to Brazil, began establishing stronger academic ties with other Latin American countries, and became somehow distant from trends in Northern American psychology (FERREIRA, 2010; SILVA, 2017).

In the late 19th century, psychology was introduced to Japan, drawing upon Western methodologies and practices for research, study, and application, despite the influence of Indian, Buddhist, and Chinese philosophical traditions on Japanese intellectual history (SATO & GRAHAM, 1954). After the Pacific War ended in 1945, Japan was occupied by the United States. In line with prevailing trends observed in various fields, the influence of psychology in Japan was primarily derived from the United States for a significant period, shaping the development and direction of the discipline. (SUZUKI et al, 1995).

In contemporary times, Japanese psychology continues to align closely with theoretical frameworks and practices from the United States and Europe. This alignment is evident in the presence of Japanese psychologists in academic positions worldwide, demonstrating their active engagement in scholarly discourse beyond national boundaries. Furthermore, their research contributions have become increasingly prevalent in international journals and conferences, reflecting the growing recognition and dissemination of Japanese psychological research on a global scale (IMADA & TANAKA-MATSUMI, 2016; HASLAM & KASHIMA, 2010).

Japan has gained international importance in psychology as a counterpoint to Western countries, achieving notable importance in subfields such as cultural psychology (e.g., MARKUS & KITAYAMA, 1991) and primatology (MATSUZAWA & MCGREW, 2008).

The Present Study

Psychology is a crucial field of study as it provides insights into the workings of the human mind, behaviour, and emotions. It is relevant in various areas, including healthcare, education, business, social services, other social sciences, and humanities. In today's globalising world, it is very important to understand other cultures and diversify research in all fields, including psychology.

Previous research has shown a lack of diversity in mainstream psychology, which is predominantly composed of the so called Western, Educated, Industrialized, Rich, and Democratic (WEIRD) samples (HENRICH et al, 2010). However, little is known about local publications in psychology, especially those in languages other than English. To address this gap, the present research aims to identify and classify the main themes regarding Japan in Brazilian psychological scientific publications through a systematic literature review.

2. Method

Searches were conducted in Portuguese within the EBSCO database using the descriptors “*Japão*” (Japan), “*japonês*” (Japanese), “*nipônico*” (nipponic), as well as their gender and plural variations, individually combined with the descriptor “*Psicologia*” (Psychology). The search was conducted in Portuguese to assess how Brazilian researchers approach this theme for a Brazilian audience³. There was no publication time restriction in the search. EBSCO database was selected because of its large scopes and convenient data output. Scielo and Google Scholar databases were also tried, however, since they yielded similar results, EBSCO was used for convenience. All studies that resulted from this search were then processed and analysed (see Figure 1).

A total of 196 studies published between 1977 and 2020 were retrieved on the 30th of October 2021. The same procedure was conducted using the “*Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações*” (Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations or BDTD), which yielded 108 works on the same day. Additionally, searches were conducted using the term “*psicologia*” in four Brazilian journals dedicated to Japanese studies or Oriental studies: *Estudos Japoneses* (USP), *Revista de Estudos Orientais* (USP), *Prajna: Revista de Culturas Orientais* (UEL), and *Hon no Mushi* (UFAM). These searches only yielded one result from *Estudos Japoneses* (USP).

The searches were conducted by both authors, the search terms were chosen to be as broad and inclusive as possible.

The results from the searched databases were grouped. In this step, the following kinds of publications were excluded: duplicates, those without available abstracts, those not in Portuguese, or those published outside of Brazil (e.g., Portugal). After exclusions, a total of 142 publications were analysed (see Figure 1).

The publications were grouped into four categories based on their dominant theme:

Culture (n = 39): Publications focusing on cultural aspects of Japan, including traditional (e.g., religion, martial arts, origami, literature, philosophy) and popular (e.g., *manga*, cosplay, games) culture.

Immigration (n = 33): Publications related to Japanese immigrants in Brazil or Brazilians immigrants in Japan, migration processes and their consequences (e.g., *dekasegi*, immigrant education; prejudice, cultural adaptation).

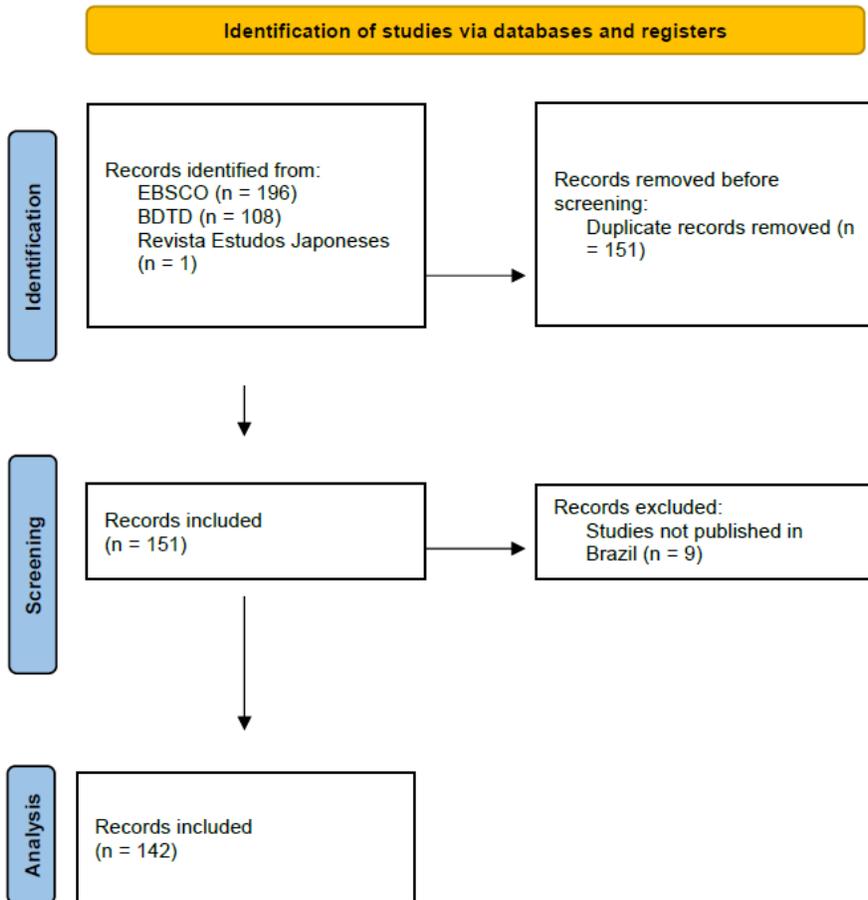
Psychology and Related Fields (n = 35): Publications related to different areas of psychology (e.g., organizational, educational, mental health, social, sport) and fields related to psychology (e.g., nursing, gerontology, physical education).

Other (n = 35): Publications from other fields, whose focus did not fit into the previous categories, but mentioned studies or theories from psychology in their analyses (e.g., tourism, law, arts, translation).

3 It is common practice for Brazilian researchers to publish in English or other languages when they target a global audience.

As a secondary analysis, publications were classified based on whether they had at least one author who is of Japanese descent (Nikkei) or not having Japanese ancestry (non-Nikkei). This classification was based solely on the authors' surnames.

Figure 1.0 –PRISMA diagram (2020) with screening



3. Results

Table 1 shows the distribution of publications in each category and among *Nikkei* and non-*Nikkei* authors. The analysed data does not show a dominant category, suggesting a well-balanced diversity of themes related to Japan in Brazilian psychological publications. However, when considering Japanese ancestry, the proportions vary. Publications authored by *Nikkei* individuals constitute the majority (65%) in the immigration category and represent 25% of the publications in the culture category.

TABLE 1 – Distribution of publications

Category	Nikkei	Non-Nikkei	Total
Culture	10	29	39
Immigration	23	10	33
Psychology and related fields	5	30	35
Other	4	31	35
Total	42	100	142

Publications have been increasing overtime, especially after 2010. Regarding the distribution of categories, the data shows that Culture has been the prevalent topic most of the time (see FIGURE 1).

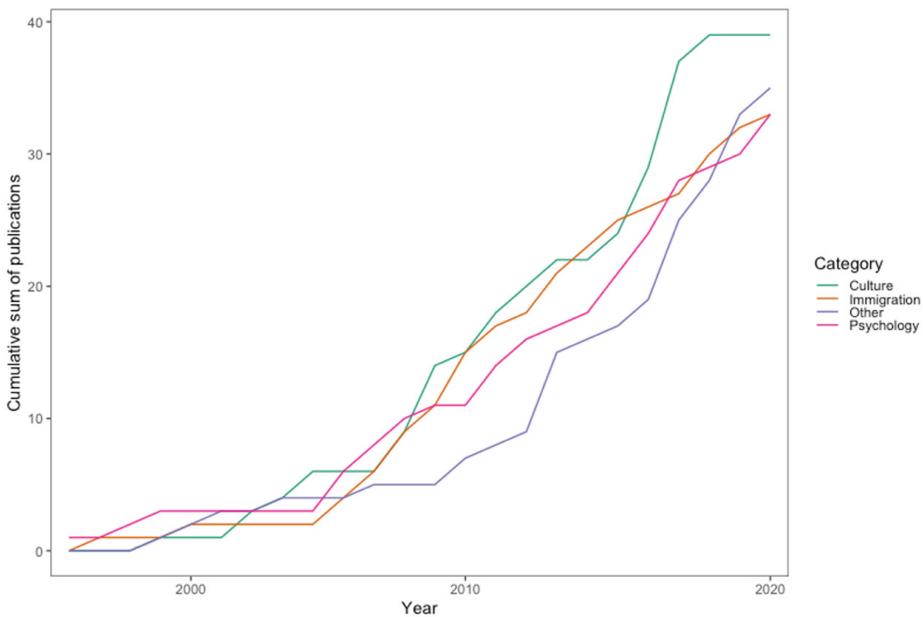


FIGURE 1: Cumulative sum of publications related to Japan in Brazilian psychology from 1977 to 2020.

3.1. Culture

Publications related to Japanese culture were subcategorized into popular (n = 14) and traditional (n = 25). Studies focusing on *manga*, *anime*, *cosplay*, and games, were accounted for in the subcategory popular; while those related to religion and arts in general (e.g. martial arts, origami, and literature) were placed in the subcategory traditional.

Regarding traditional culture, most studies focused on religion (n= 8), followed by martial arts (n= 5) and literature (n= 5). Studies on religion predominantly explored new Japanese religions and their Brazilian followers; while studies about martial arts were focused on karate and other modalities. Studies about literature and popular culture were mostly focused on the analysis of specific works or cultural products.

Out of 39 publications about culture, roughly 25% (n = 10) had Nikkei scholars among the authors.

3.2. Immigration

This category had the highest proportion of Nikkei authors (n = 23) compared to non-Nikkei authors (n = 10), reflecting their intrinsic interest in their own communities. Publications in this category focus both on Brazilians living in Japan, especially those of Japanese descent; and Japanese and their descendants living in Brazil. Despite the Brazilian immigration to Japan taking place from the 1980s (SASAKI, 2006), publications related to this topic in psychology commenced in 2007 and have since grown in number.

3.3. Psychology and related fields

Publications whose central theme was linked to psychology - in its various areas - or other health sciences, and that would not fit in the culture or immigration categories were classified in this category.

Ten publications were related to the subfield of organisational psychology. Most of these studies discussed the implementation of Japanese organisational models and comparison with Western models, as well as their adaptation by Brazilian companies.

Publications related to other subfields of psychology related to various themes were found, such as educational psychology (e.g., teaching methodology, bullying, intellectual disabilities), sport psychology (e.g., personality traits in high performance judoka athletes), mental health (e.g., perception of Japanese nurses regarding psychiatric patients, play activities with the elderly, social withdrawal/*hikikomori*), experimental psychology (e.g. Japanese primatology, Japanese definitions of culture), and geriatric psychology (e.g., caregivers, active aging).

The remaining studies are reviews on Japan and its culture, and psychology or fields related to psychology (see TABLE 2).

TABLE 2 – Review studied relating psychology and themes associated to Japan

Title (in Portuguese)	Authors	Year	Theme
Considerações gerais sobre a Psicologia no Japão	NOVAES, V. P.	1977	Comparison between Japanese and Brazilian psychologies.
Itinerário diagnóstico e terapêutico das famílias e dos pacientes com doenças órfãs	MOURA, R. M.	2013	Comparison of public health policies in Japan, Brazil, European Union and the United States.
O Marco Civil da internet no Brasil: reflexões sobre a psicologia, pornografia infantil e a pedofilia	JUNIOR, L. L. C.; OKABE, M. S.	2015	Analysis of Brazilian Civil Rights Framework for the Internet regarding psychology, pornography and pedophilia (mentions Japanese pornographic comics and animations).
A psique japonesa: grandes temas dos contos de fadas japoneses	PIRES, L. S.	2016	Publication of the Japanese psychologist Kawai Hayao.
Amae: uma emoção para compreender a psique japonesa	ALMEIDA, I.; NAKAO, G.	2020	Cultural and academic importance of the Japanese concept “amae”.

3.4. Other

Publications that did not fit in the aforementioned categories were classified as “Other”. This category includes publications from various fields such as education, language and translation, gerontology, history, law, philosophy, health sciences, business administration, agriculture, geosciences, design, tourism and arts.

In general, most of the studies in this category had no direct relationship with Japan or its culture. Possibly, these studies were identified by the search engines

due to words present in the reference list, a reference to Japan, or an example of some Japanese phenomena. Publications focused on themes related to Japan are listed on TABLE 3.

Table 3 – Publications focused on Japan in the “Other” category

Title	Authors	Field	Theme
Pornografia infantil e internet: uma visão internacional	AZEVEDO, A. M. S.	Law	Legislative comparison on child pornography around the world.
Design de vestuário íntimo: o sutiã sob a abordagem de conforto	KAGIYAMA, W.	Clothing Design	Comparison of the perception of underwear use between Brazilian and Japanese women.
Da contemplação à imersão e subjetividade: estéticas dos museus de arte contemporânea e centros culturais	IGREJA, P. A. P.	Architecture and Design	Semiotic analysis of the contemporary art museums architectures.

Title	Authors	Field	Theme
A mediação semiótica de instrumentos culturais na aprendizagem do conceito de radioatividade no Ensino Médio	GOMES, I. C. P.	Education	Cultural tools in the physics learning process for high school students.
M E D I D A S OROFACIAIS EM NIPOBRASILEIROS APÓS CRESCIMENTO PUBERAL.	SÁ, T. B. F.; CATTONI, D. M.; NEMR, K.	Anthropometry	Comparison of facial measurements of black, white, and Japanese-Brazilian women.
Aspecto motivacional dos alunos de língua japonesa: estudo de turmas básico e intermediário de uma escola de idiomas	ALVARENGA, A. C.;	Education	Motivation of Japanese language students in Brazil.
RELIGIÃO E ARTE COMO PROPAGANDA DE GUERRA JAPONESA NO BRASIL.	OLIVEIRA, A. G. C.	History	Analysis of the Catholic discourse used by Japan as war propaganda.

Title	Authors	Field	Theme
O Som do Silêncio: traduções/adaptações de onomatopeias e mimesis japonesas nos mangás traduzidos para a língua portuguesa	LEITAO, R. G. C.	Language	Analysis of onomatopoeia translations in Japanese comics published in Brazil.
Cooperação entre atores da agricultura familiar: o caso da cooperativa COOP-GRANDE no município de Campo Grande - MS	SILVA, G. G.	Agribusiness Management	Social Capital analysis in a Cooperative founded by Nikkei people.
Crenças e altitudes linguísticas: um estudo comparativo de línguas em contato em duas comunidades do Oeste paranaense	FENNER, A. L.	Language	Study of sociolinguistics in multicultural regions, with one of the analyzed communities was also integrated by Nikkei.
Ideogames: uma proposta metodológica transcultural	TSUTSUMI, H. T.	Education	Development of digital game for Japanese ideograms teaching.

Conclusion

In general, the analysis of Japanese cultural products represents a good part of the Brazilian studies on Japanese culture and presents a tendency to investigate its influences on the consumer public. There is a notable trend towards investigating Japanese popular culture media as a form of soft power, contributing to the dissemination of positive images of Japan in different countries, particularly in Asian countries (IWABUCHI, 2015; OTMAZGIN, 2007). Further research could explore these issues further, analysing the consequences of these products in Brazil.

Some specific works in psychology reference or study phenomena commonly studied in Japan or concepts originating from the country (Hikkikomori, Japanese organizational model, old age, *amae*). We recommend conducting new literature

reviews that focus on these terms individually, to provide a comprehensive overview of such studies in Brazil.

Various publications in the “Psychology and Related Fields” and “Others” categories did not have a direct relationship with Japan, but referenced studies from Japan. This suggests a relative influence of Japanese researchers in international academia.

Although Brazilians of Japanese ancestry comprise only about 1% of the total Brazilian population (Ministry of Foreign Affairs of Japan, 2022), *Nikkei* authors were present in all categories, being the majority in the immigration category. On the one hand, members of the Japanese community receive internal and external incentives to engage in activities related to their community and the relationship between Brazil and Japan, including research (Morales, 2011; JICA, 2020; Rojas, 2022). On the other hand, non-*Nikkei* Brazilian scholars are heavily influenced by scholars from Europe and Northern America, and when they relate to scholars and themes from other regions, it is usually Latin America (PEREIRA, 2003; SILVA, 2017).

From the data analysed, it can be inferred that theoretical and empirical aspects of the professional practice of Japanese psychology are nearly absent in Brazilian literature. There seems to be minimal exchange of information, data, and experiences between the two countries in psychological research. This finding carries significant meaning – there is little to no influence of Japanese psychology in Brazil. The scientific community and the general population in Brazil could greatly benefit from and enrich their perspectives from incorporating Japanese perspectives. This can be further explored in future research and psychological training.

To support this argument, additional searches were conducted similar to the main study presented here. The term “*psicologia*” (psychology) along with the names of several countries and one region was searched on the EBSCO platform. Each of the searched terms had more results than Japan, corroborating to the argument that psychological research in Brazil is still lacking studies related to Japan (see TABLE 4).

Table 4 – Results from searches on the EBSCO platform

Country or Region	Number of results
United States	2.395
Latin America	1.837
Mexico	814
France	657
England	549

As mentioned in the introduction, most of the publication in mainstream psychology is directly related to the so called WEIRD (Western, Educated, Industrialized, Rich, and Demographic) samples (HENRICH et al, 2010). Publications related to other regions are not

as common and are usually either comparisons between a WEIRD culture and a non-WEIRD culture, or researchers simply ignore cultural differences. Consequently, many cultures and their characteristics are overlooked in psychological research, or unrelated cultures become wrongly generalized as non-WEIRD (see KRYS et al, 2022 for a discussion on how Latin Americans were for a long time considered similar to East Asians in terms of self-construal). It is important to foster research about Japan in Brazil, as well as about other countries and cultures. Otherwise, cultural biases, as well as incorrect generalizations about psychological phenomena will persist in the field. In today's interconnected and globalised world, cultural mutual understanding is more critical than. The results of this study aim to encourage scholars to conduct research across diverse cultures.

The present research has a few limitations. Firstly, only academic journals, theses and dissertations were researched. Books, which are a rather common outlet of research in Brazil were left out from the analysis due to the lack of a database containing similar information about this publication modality. Secondly, publications not indexed in the consulted databases were also left out. Thirdly, the analysis presented here are focused on the theme of the studies in the databases; alternatively, the analyses could be focused on the nature, methodological, or temporal aspects of the studies.

Despite these limitations, the authors believe that the consulted databases have enough information to assess the current state of research about Japan in Brazilian psychological research.

Finally, the data presented here can be used by researchers to plan future studies. As shown and discussed above, there is a lack of studies about Japan in Brazil, as well as a lack of studies comparing or analysing the relationship between these two countries. We live in a globalised world where relationships between countries are no longer centred around Europe or the USA. With the internet and other tools currently available, it is possible to increase the number of studies and exchanges between Brazil and Japan. The authors hope that this manuscript can give support to future research.

REFERENCES

- ALMEIDA, Igor de.; NAKAO, Gen. Amai: uma emoção para compreender a psique japonesa. **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 44, p. 39–50, 2020.
- AZEVEDO, Andréia Marques Solter de. **Pornografia infantil e internet : uma visão internacional**. Trabalho de Conclusão de curso (Pós-graduação Lato Sensu) - Programa de Pós-Graduação em Direito Penal e Processual Penal Aplicado à Atividade Profissional, Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD), Brasília, 2011.
- ALVARENGA, Antonio Carlos. **Aspecto motivacional dos alunos de língua japonesa**: estudo de turmas básico e intermediário de uma escola de idiomas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- GOMES, Fábio José Cardias. Quatro histórias e uma epifania: estudos indisciplinados acerca do

- budô japonês. **Dialogia**, São Paulo, V. 7, n. 1, p. 41-62, 2008.
- FENNER, Any Lamb. **Crenças e altitudes linguísticas: um estudo comparativo de línguas em contato em duas comunidades do Oeste paranaense**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- FERREIRA, Maria Cristina. A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. esp., p. 51-64, 2010.
- GOMES, Ivan Carlos Pereira. **A mediação semiótica de instrumentos culturais na aprendizagem do conceito de radioatividade no Ensino Médio**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática, Pró-Reitoria de Pós-graduação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.
- HASLAM, Nick; KASHIMA, Yoshihisa. The rise and rise of social psychology in Asia: A bibliometric analysis. **Asian Journal of Social Psychology**, Hong Kong, v. 13, n. 3, 2010.
- HENRICH, Joseph; HEINE, Steven; NORENZAYAN, Ara. Most people are not WEIRD. **Nature**, Londres, v. 466, n. 29, 2010.
- IGREJA, Paulo Antonio Pereira. **Da contemplação à imersão e subjetividade: estéticas dos museus de arte contemporânea e centros culturais**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- IMADA, Hiroshi; TANAKA-MATSUMI, Junko. Psychology in Japan. **International Journal of Psychology**, Montreal, v. 51, n. 3, 220-231, 2016.
- ISSHIKI, Jaqueline Naomi; MIYAZAKI, Silvio Yoshiro Mizuguchi. Soft power como estratégia de marketing: a manifestação da cultura pop japonesa no Brasil. **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 36, 59-70, 2016.
- IWABUCHI, Koichi. Pop-culture diplomacy in Japan: soft power, nation branding and the question of “international cultural exchange.” **International Journal of Cultural Policy**, Londres, v. 21, n. 4, p. 419–432, 2015.
- JICA. Partnership with Nikkei Communities in Latin America and the Caribbean. **JICA Annual Report 2020**. p. 64, 2020.
- JUNIOR, Leconte de Lisle Coelho; OKABE, Monica Saemi. O Marco Civil da internet no Brasil: reflexões sobre a psicologia, pornografia infantil e a pedofilia. **Rev. Psicol. UNESP**, Assis, v. 14, n. 1, p. 13-25, 2015.
- KAGIYAMA, Waka. **Design de vestuário íntimo: o sutiã sob a abordagem de conforto**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Design, Escola de Engenharia, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- KRYS, Kuba; VIGNOLES, Vivian L., DE ALMEIDA, Igor; UCHIDA, Yukiko. Outside the “Cultural Binary”: Understanding Why Latin American Collectivist Societies Foster Independent Selves. **Perspectives on Psychological Science**, Washington D.C., v. 17, n. 4, p. 1166–1187, 2022.

- LEITAO, Renata Garcia de Carvalho. **O “Som” do Silêncio: traduções/adaptações de onomatopeias e mimésis japonesas nos mangás traduzidos para a língua portuguesa.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa, Departamento de Letras Orientais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- LIMA, André Torres de. **Investigação de traços de personalidade em judocas brasileiros de alto rendimento pertencentes às categorias de base.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Esporte, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- MARKUS, Hazel Rose.; KITAYAMA, Shinobu. Culture and the self: Implications for cognition, emotion, and motivation. **Psychological Review**, Washington, D. C., v. 98, n. 2, p. 224–253, 1991.
- MATSUZAWA, Tetsuro, & MCGREW, William Clement. (2008). Kinji Imanishi and 60 years of Japanese primatology. **Current Biology**, Cambridge, v.18, n. 14, p. R587-R591, 2008.
- MORALES, Leiko Matsubara. O ensino de língua japonesa nas escolas comunitárias no período pós-guerra. **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 31, 81-98, 2011.
- MORI, Koichi. As condições de aceitação da culinária japonesa na cidade de São Paulo-por que os brasileiros começaram a apreciar a culinária japonesa?. **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 23, 7-22, 2003.
- MOURA, Renata de Macedo. **Itinerário diagnóstico e terapêutico das famílias e dos pacientes com doenças órfãs.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência, Departamento de Medicina Preventiva e Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- NINOMIYA, Masato. O tradicional e o moderno na educação dos filhos de imigrantes japoneses. In: SAKURAI, Célia & COELHO, Magna Prates. **Resistência e integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil.** Primeira edição, Rio de Janeiro, IBGE, 2008.
- NOVAES, Vera Parreiras. Considerações gerais sobre a Psicologia no Japão. **Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 177–180, 1977.
- OLIVEIRA, Antonio Genivaldo Cordeiro de. Religião e arte como propaganda de guerra japonesa no Brasil. **Revista de Letras**, Assis, v. 59, n. 2, p. 21-43, 2019.
- OTMAZGIN, Nissim Kadosh. Contesting soft power: Japanese popular culture in East and Southeast Asia. **International Relations of the Asia-Pacific**, Tóquio, v. 8 n. 1, p. 73–101, 2007.
- PEREIRA, Ronan Alves. Estudos Asiáticos no Brasil. In: GUIMARÃES, Lytton Leite. **América Latina, Brasil: a construção de parcerias.** Primeira edição, Brasília: NEASIA/CEAM/UnB, 2003, p. 105-124.
- PIRES, Ludmila da Silva. A psique japonesa: grandes temas dos contos de fadas japoneses. **Junguiana**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 49-51, 2016.
- SÁ, Tassiana Barbeiro Fragoso de; CATTONI, Débora Martins; NEMR, Kátia. Medidas orofaciais em nipobrasileiros após crescimento puberal. **Revista CEFAC**, Campinas, v.

15, n. 2, p. 411-419, 2013.

ROJAS, Isabel Cabaña. Nikkei Diaspora Diplomacy in Latin America: Japan's Reaction to the Asian Power in the Region in the 2010s. **Journal of the Asia-Japan Research Institute of Ritsumeikan University**, Quioto, v.4, p. 36-54, 2022.

SASAKI, Elisa. A imigração para o Japão. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 99–117, agosto, 2006.

SHIBATA, Hiromi. **Da casa de pau-a-pique aos filhos doutores: trajetórias escolares de gerações de descendentes japoneses (dos anos 1950 aos anos 1990)**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, junho, 2009.

SHIBATA, Hiromi. Análise da relação família/escola entre descendentes de japoneses (1950-2000). **Estudos Japoneses**, São Paulo, n. 36, 43-58, 2016.

SHOJI, Rafael. Uma perspectiva analítica para os convertidos ao Budismo japonês no Brasil. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 85-111, 2002.

SILVA, Fabíola Figueiredo da. Psicologia no Contexto da Ditadura Civil-militar e Ressonâncias na Contemporaneidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 37, n. esp., p. 82–90, 2017.

SILVA, Gercina Gonçalves da. **Cooperação entre atores da agricultura familiar: o caso da cooperativa COOP-GRANDE no município de Campo Grande – MS**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

SUZUKI, Yuko(鈴木祐子); HOSHINO, Mayumi (星野真由美); OTA, Keiko (太田恵子), OMI, Yasuhiro(尾見康博); SAKAMOTO, Akira (坂元章); SATO, Tatsuya (佐藤達哉); MIZOGUCHI, Gen (溝口元). Nihon no shinrigakushikenkyuu no genjou to igi (日本の心理学史研究の現状と意義). **Shinrigaku hyoron** (心理学評論), vol. 38, n. 3, p. 396-423, 1995.

SOARES, Antonio Rodrigues. A Psicologia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. esp., p. 8–41, 2010.

TOMITA, Andréa Gomes Santiago (2004). As Novas Religiões Japonesas como instrumento de transmissão de cultura japonesa no Brasil. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, n. 3, p. 88-102, 2004.

UEHARA, Alexandre Ratsuo. O crescimento econômico e os investimentos diretos japoneses no Brasil. **Revista Eletrônica Ponto de Encontro de Ex-Fellow**. São Paulo, Associação Brasileira de Estudos Japoneses, 2008.

YAMAMURA, Roberto Jimmy Hideki. O ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES BRASIL - JAPÃO NO SÉCULO XIX. **Revista Do Programa De Pós-graduação Em História Da UnB**, Brasília, v. 4, n.1, 125-148, 1996.

Recebido em 03 de outubro de 2023

Aprovado em 19 de junho de 2024

HIJIKATA TATSUMI: DUAS ENTREVISTAS SOBRE A DANÇA DAS TREVAS

HIJIKATA TATSUMI: TWO INTERVIEWS ABOUT THE DANCE OF DARKNESS

Daniel ALEIXO¹
Lica HASHIMOTO²

Resumo: Tradução integral direta japonês-português de duas entrevistas com o dançarino Hijikata Tatsumi, ambas precedidas por contextualização historiográfica do próprio. São elas: *arrancando para fora a escuridão da carne...* (1968) e *Um espírito maligno dança sobre o palco em trevas* (1969). Ambas propõem ontologias e metodologias para a dança das trevas, ou butô (*ankoku butō*), incitadas pela dialética errante de Hijikata com Shibusawa Tatsuhiko e Satō Takeru, seus respectivos entrevistadores.

Palavras-chave: butô; Hijikata; Shibusawa; Satō; contracultura; trevas.

Abstract: Full direct Japanese-Portuguese translation of two interviews with dancer Hijikata Tatsumi, both preceded by his own historiographical contextualization. They are: *Plucking out*

-
- 1 Mestrando pelo programa de pós-graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa da Universidade de São Paulo (USP). Linha de pesquisa: Culturas em contatos: inserção e decodificação. Bacharel em Artes Cênicas pela Universidade Estadual de Campinas, tendo realizado intercâmbio pelo programa de Estudos Globais da Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio (TUFS). Integrante do Grupo de Estudos Arte Ásia (geaa.art.br) e do Grupo Kinyōkai. Pesquisador pelo Núcleo Experimental de Butô e dançarino da Fujima Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-8064-5225>; danielrfaileixo@gmail.com.
 - 2 Mestre pelo programa de pós-graduação em Língua, Literatura e Cultura Japonesa e Doutora em Literatura Brasileira pelo programa de pós-graduação em Literatura Brasileira, ambas na Universidade de São Paulo (USP), com especialização em Língua e Cultura Japonesas pela Universidade de Waseda e pelo programa de Treinamento de Professores estrangeiros de Língua Japonesa da Fundação Japão. Atualmente, exerce a função administrativa de Coordenadora do programa de Pós-Graduação e é presidente da Comissão de Acessibilidade da FFLCH-USP; <https://orcid.org/0000-0002-1116-7856>; lica.hashimoto@usp.br.

the darkness of the flesh... (1968) and *An evil spirit dances upon the stage in darkness* (1969). Both propose ontologies and methodologies for the dance of darkness, or butoh (*ankoku butō*), incited by Hijikata's wandering dialectic with Shibusawa Tatsuhiko and Satō Takeru, his respective interviewers.

Keywords: butoh; Hijikata; Shibusawa; Satō; counterculture; darkness.

Contexto: quem foi Hijikata Tatsumi?

Hijikata Tatsumi (1928-1986) foi um dançarino moderno e expressionista, criador da dança das trevas ou butō (*ankoku butō*), concebida no dia 24 de maio de 1959 com a coreografia Cores Proibidas (*Kinjiki*), que foi reencenada no dia 5 de setembro do mesmo ano (HIJIKATA, 2005, p. 381). Trazendo influências da dança expressionista alemã, da dança moderna e da literatura maldita francesa à exemplo dos surrealistas e à própria literatura subversiva de seu tempo³, o butō persiste ainda hoje disposto por diversas atualizações e seguimentos. Seu eixo (po)ético trata do desregramento da estética das danças tradicionais e da subversão das estruturas que condicionam corpos sociais e seus comportamentos (ABEL, 2019, p. 60-61). Está fortemente vinculada a uma atitude de contracultura dos anos 1960-1980 no Japão, dividindo seu tempo com manifestações artísticas como o Teatro Marginal (*angura*) e a Nova Onda Japonesa de Cinema (*nūberu bāgu*). Segundo Eden Peretta (2022, p. 3), o butō trabalha com o entendimento polissêmico do corpo, em suas manifestações de corpo social condicionado (*shintai*), o corpo vazio e poroso para a experiência da dança (*karada*) e o corpo de carne vivificado pela experiência subversiva do butō (*nikutai*), cujo processo de transmutação em movimento permite o mergulho nas trevas, que não é nada mais nada menos do que uma investigação do corpo per si, o aflorar de possibilidades e ilimitabilidades de movimento.

Hijikata nasceu como Yoneyama Kunio no dia 09 de março de 1928 na vila de Asahikawa Izumi, distrito de Minamiakita (atual Hodonochō, Prefeitura Akita). Décimo de onze filhos⁴ de uma família de agricultores em tempo parcial que, além de plantar sazonalmente mediante condições, também tratavam o trigo sarraceno colhido e vendiam soba como produto final sem intermediários em sua própria loja. Em 1945, aos 17 anos, graduou-se na Escola Técnica de Akita em Engenharia Elétrica

3 No que se refere aos malditos franceses: Marquês de Sade, Jean Genet, Conde de Lautréamont, Charles Baudelaire, Arthur Rimbaud (MARENZI, 2019, p. 22-23). Aos surrealistas: Antonin Artaud, Georges Bataille, Nishiwaki Junzaburō e Takiguchi Shūzō. Aos demais escritores japoneses: Iijima Koichi, Yoshioka Minoru, Haniya Yutaka, Mishima Yukio, Miyoshi Toyochirō e Kato Ikuya (MORISHITA, 2004).

4 Árvore genealógica: Yasutarou (avô) e Ito (avó); Yoneyama Ryuzo (pai) e Suga (mãe); Tomiji (tio), Ken (tia) e Yasujirou (tio); Kouji (primo, filho de Tomiji); Yume (sobrinha); Filhos por ordem de nascença: Kiyo (irmã), Fumiko (irmã), Michiko (irmã), Takashi (irmão), Yasuji (irmão), Yasusaburou (irmão), Haru (irmã), Izumi (irmão), Senji (irmão), Kunio, Shinshirou (irmão) (MORISHITA, 2004, p. 20-30).

e se especializou no Departamento de Energia Elétrica, sendo contratado pela empresa Akita Steel, uma fábrica de máquinas automatizadas de peças (HIJIKATA, 2004, p. 380). No entanto, sua vida toma novo rumo quando, no ano seguinte, ingressa na Escola de Dança Moderna de Masamura Katsuko, discípula dos célebres bailarinos Ishii Baku e Eguchi Takaya, onde aprende dança expressionista alemã. Em 1952, mudou-se definitivamente para Tóquio e foi aceito no ano seguinte como bailarino do Laboratório de Dança Ando Mitsuko, onde firma parceria com Ōno Kazuo (Idem, p. 380). Em 1959, após sua entrada na Escola de Dança Tsuda Nobutoshi, passa a ter aulas com o próprio e a desenvolver sua dança das trevas, tendo em parceria nomes como Motofuji Akiko, Wakamatsu Miki entre outros, até adquirir a escola de Tsuda e renomear para Estúdio Amianto em 1962 (Idem, p. 384). Mudou seu nome artístico três vezes: Hijikata Kunio (1954), Hijikata Genet (1957) e, finalmente, Hijikata Tatsumi (1958), que viria a ser sua identidade definitiva vinculada ao butô. Após a concepção e parto da dança das trevas, sua vida nos palcos como dançarino e coreógrafo tornou-se extremamente dinâmica⁵ e agrega a experiência de grupos como Grupo Dança das Trevas (*Ankoku butō ha*), Espelho da Dança Sacrificial (*Hangi Daitokan*) e Pêssegos Brancos (*Hakutobo*). Além da dança, Hijikata se dedicou ao cinema⁶, ao teatro⁷ e à literatura⁸. Decerto, um artista que dançou por várias linguagens. Empenhou-se ativamente em seus projetos até poucos meses antes da sua morte, quando em meio a um ensaio do que viria a ser Kabuki do Nordeste: projeto IV (*Tōhoku Kabuki: Project IV*), passa mal e é levado ao Hospital Universitário Médico Feminino, onde falece dia 21 de janeiro de 1986 devido a cirrose hepática e câncer de fígado no Hospital Universitário. Foi cremado no Templo Chozenji em Usami, cidade de Ito, prefeitura de Shizuoka (Idem, p. 395).

5 Dentre suas obras de dança como coreógrafo e dançarino, podemos destacar: *Cores proibidas* (1959), *O velho e o mar* (1959), *Experiência em Dança* (1960), *São Marquês* (1960), *As três fases de Leda* (1961), *O massagista cego* (1963), *Cerimônia azul* (1964), *Dança Cor de Rosa* (1965), *Tomate: lições introdutórias aos beatos ensinamentos do amor erótico* (1966), *Nota negra* (1966), *Butô Genet* (1967), *Emoção em metafísica* (1967), *Tatsumi Hijikata e os japoneses: Revolta da Carne* (1968), *Tatsumi Hijikata: Espelho da Grande Dança Sacrificial* (1970), *Avalanche de doces* (1971), *Variola* (1972), *Esfera do tubarão* (1972), *Vinte e sete noites para quatro estações* (1973), *Ninho de Vácuo* (1973) entre outras dezenas de performances, coreografias e espetáculos inteiros (HIJIKATA, 2004, p. 382-390).

6 Dentre suas participações como ator em filmes do cinema marginal japonês, podemos destacar: *Pithecanthropus Erectus* (1961), *O horror dos homens malformados* (1969), *Orgias do Edo* (1969), *A maldição da mulher cega* (1970), *O espírito do mal japonês* (1970), *Paisagem de vento* (1976) entre outros filmes. Também participou de ensaios fotográficos de Hosoe Eikō, como *Homem e mulher* (1961) e *Kamaitachi* (1969) (Idem, p. 380-387).

7 Breves participações em peças teatrais dirigidas por Kara Juro e Terayama Shūji (HIJIKATA, 2004, p. 388-389).

8 Possui dois livros: *Bailarina Doente* (1983) publicado de maneira seriada em revista e relançado como obra completa e *Lindo céu azul* (1987), um compilado todos os seus ensaios e manifestos publicado um ano após a sua morte (Idem, p. 393-395).

Entrevista 1: arrancando para fora a escuridão da carne...

Shibusawa Tatsuhiko (1928-1987)⁹ entrevista Hijikata Tatsumi em junho de 1968. A matéria foi publicada originalmente como *Nikutai no yami wo mishiru...* na revista Panorama (*Tenbō*), edição de julho do mesmo ano pela editora Kawade. A tradução aqui presente foi realizada a partir do material extraído de *Hijikata Tatsumi zenshū II*, (p. 9-14):

SHIBUSAWA: Sua dança das trevas pode ser considerada como uma declaração filosófica, não é? É possível ler poesia ou olhar para uma pintura e dizer que aquilo é *butô*. Isso significa que tudo pode no *butô*?

HIJIKATA: Certamente. Afinal, desde os tempos antigos, cerimônias solenes ocorrem apenas com a ajuda da dança. Pinturas também são criadas por seres humanos com o intuito de revelarem a sua “qualidade *butô*” (*butōsei*). De fato, isso pode ser visto por qualquer um. Mas as pessoas se enclausuram em seu próprio e diminuto mundo, no seu próprio gênero particular e não conseguem enxergar. Muitas pessoas estão agora pedindo pelo fim dos gêneros, mas se elas simplesmente aplicassem a ideia de “qualidade *butô*” para tudo, o problema estaria totalmente resolvido.

SHIBUSAWA: É um problema muito básico que todo mundo parece estar se esquecendo.

HIJIKATA: Todos se esquecem e depois chafurdam no uso indiscriminado da palavra “corpo” em suas obras, e eu posso ver os dispositivos de uso do corpo para algumas ações. Quando eu ouço pessoas que se expressam através das palavras falando sobre o “corpo”, penso que não há muito que eu possa fazer por elas. Dançarinos de *butô* devem posicionar seus corpos de modo que ninguém seja capaz de adivinhar o seu próximo movimento.

SHIBUSAWA: O que você quer dizer com “usar o corpo para algumas ações”?

9 Shibusawa Tatsuhiko foi escritor, crítico literário, ensaísta e tradutor de obras francesas para o idioma japonês, das quais podemos citar: Marquês de Sade, André Breton, Jacques Derrida, Leon Trotsky, Rosa de Luxemburgo, Yoshimoto Takaaki, Berthold Brecht entre outros (ONO, 2018, p. 1-30).

HIJKATA: É o que você vê nos happenings¹⁰ ou no Teatro Novo (*Shingeki*)¹¹, onde o corpo é usado como um tipo de dispositivo desencadeante, o que eu acho muito questionável. E, recentemente, temos novamente essas exposições sobre saúde à moda antiga, mostrando fotos de pessoas doentes e partes do corpo. É uma maneira de romantizar a estranheza.

SHIBUSAWA: Por que os aspectos tradicionais da cultura japonesa tendem a ser romantizados quase que imediatamente?

HIJKATA: Olhe para dança tradicional (*nihon buyō*). É uma dança inchada com estofado de seda. Esse tipo de dança está completamente fora do domínio sagrado cujas formas consistem apenas em choros e gritos. Ninguém poderia me ensinar uma dança como essa dentro do domínio sagrado. Quanto aos happenings, eu não os aprecio porque eles carecem de precisão. Os participantes pretendem ser precisos, mas eles não são. Porque não há nenhum terror no que fazem. Meu pai costumava recitar velhas narrativas cantadas (*gidayū*), mas ele era péssimo e batia na minha mãe. Para meus olhos infantis, ele parecia estar medindo o comprimento de cada passo que dava antes de bater nela. Veja, isso era terror de verdade. Com efeito, eu também cumpria o papel de criança nesses acontecimentos, com a vizinhança olhando de longe. Quando minha mãe tentou fugir de casa, os vizinhos comentaram sobre a estampa de seu quimono. Eu cumpri um papel sério em coisas como essa por dez anos.

SHIBUSAWA: Isso parece ter sido um verdadeiro *happening* ...

HIJKATA: Sim, isso realmente foi um *happening*. E por causa dessa experiência que tive, por um longo tempo, eu era incapaz de organizar apresentações de dança. Falar sobre minha infância me faz pensar o que realmente é o mundo de uma criança. Não acho que eu já tenha realizado alguma dança infantil que possa ser classificada como infantil. Mesmo quando se trata de brinquedos, eu fazia coisas como morder a privada. Eu não posso falar nada já que... eu também ficava cortando a água dentro de uma jarra com uma foice, porque eu gostava de olhar para as fissuras que a foice fazia na água. Outra coisa, eu respirava ferozmente, tanto para dentro quanto para fora, fazendo meu

10 *Happening*, ou Acontecimento, é um termo que define uma modalidade artística surgida em meados dos anos 1950, consistindo em ações improvisacionais e espontâneas ou de breve antecipação que buscam o desregramento, a provocação e o desvelamento. Um dos maiores gatilhos discursivos do *happening* é a sua própria categorização como arte ou não.

11 Surgiu na primeira metade dos anos 1900, com artistas da nova geração, como Tsubouchi Shōyō e Osanai Kaoru, que adaptaram dramaturgias europeias tais como William Shakespeare, Molière, Henrik Ibsen, Anton Chekhov, Tennessee Williams entre outros. O Teatro Novo buscou abdicar da pantomima e dos códigos físicos do teatro tradicional japonês em prol do realismo, da psicologização das personagens e da preponderância do texto ao invés da coreografia.

corpo virar um fole. Quaisquer adultos em torno ficavam nervosos olhando para mim. Por que diabos eu era tão frenético? Provavelmente, foi por causa da vida no congelante nordeste do país, onde era tão frio que quando você dobrava um dedo, ele estalava. São o tipo de lugar e coisas que me fizeram quem eu sou.

SHIBUSAWA: Então você acha que há uma ligação fundamental entre a sua dança e sua criação em um clima tão frio?

HIJKATA: Sim, é verdade. Eu tenho esse desejo dentro de mim de esconder o meu corpo em algum lugar muito frio. Então, quando o tempo esfria muito, isso é *butô*. Por exemplo, quando está frio, você esfrega as mãos. Você pode pegar qualquer parte desse processo e tirá-lo da ação. Isso se torna dança.

SHIBUSAWA: Sua intenção parece ser exatamente o oposto do que é feito na dança normalmente. Em vez de estender o corpo levemente e ritmicamente, você está sempre tentando apertá-lo. Será que esse tipo de dança existia antes de você?

HIJKATA: Não que eu saiba. Tomemos, por exemplo, o *desmaio*. Eu acredito em uma harmonia que coloca tais atos na dança final.

SHIBUSAWA: É o que Haniya Yutaka¹² habilmente denominou “meditação no útero” quando se referiu à sua dança. O que me faz lembrar: todos os dançarinos em seu *butô* são homens. As mulheres são, então, muito carnudas e redondas para dançar?

HIJKATA: Vejamos... um dançarino deve ultrapassar o gênero, ser capaz de se correlacionar, por exemplo, com um osso congelado. Para chegar a esse ponto, no entanto, é preciso um trabalho exaustivo, pois sem isso, vamos cair em uma pseudo-escuridão que está na moda. Em parte, essa falha é, sem dúvida, resultado dos tempos em que vivemos, mas é também porque as pessoas têm percepções superficiais de suas próprias vivências. A arte *underground* se transforma em mero modismo não por causa de fatores externos, mas por causa das pessoas que a praticam. Eles criam um deserto em torno de si, depois queixam-se que não há água. Por que não tentar beber dos poços dentro de seus próprios corpos? Eles deveriam colocar uma escada em seus próprios corpos e descer até as profundezas. Eles deveriam arrancar a escuridão de dentro de seus próprios corpos e comê-la. Mas, infelizmente, eles sempre procuram a resolução fora de si.

12 Haniya Yutaka (1909-1997) foi escritor de romances, crítico de arte e ativista político. A frase citada na entrevista é também título de um ensaio acerca da dança *butô* presente em *Haniya Yutaka zenshū* vol. 9. Tóquio: Kodansha, 1999. p. 597-601.

SHIBUSAWA: No entanto, acredito que a arte deve finalmente ir ao subterrâneo e que a arte underground é uma reação ao abstracionismo agora em voga. Abstracionismo é, afinal, o que o próximo Expo Osaka¹³ irá abordar.

HIJIKATA: E todo mundo é conquistado pela Expo.

SHIBUSAWA: Se houver qualquer movimento de arte atual, a Expo é definitivamente sua inimiga. Para o underground sobreviver, acho que ele deve tratar a World Expo como o seu pior inimigo.

HIJIKATA: Isto pode soar como um ataque pessoal, mas as pessoas que participam na Expo estão apenas seguindo a tendência atual. Quando as tendências mudam, elas mudam de direção tão facilmente como virar as folhas de um calendário. Estes produtores idiotas, que aparecem como corretores de imóveis, me dão nojo. Não aguento eles. Não quero ter nada a ver com um grupo tão ofensivo.

SHIBUSAWA: O que você pensa sobre a crítica japonesa ao movimento de arte underground daqui? Os críticos dizem que o movimento no Japão é meia-boca, que o underground real está nos Estados Unidos. No entanto, eles nunca sequer tentam lidar seriamente com você, aquele que fundou o underground japonês.

HIJIKATA: Eu acho que as coisas que são comidas no escuro são mais saborosas. Mesmo agora eu como *manjū*¹⁴ na cama, no escuro. Eu não posso ver como eles se parecem, mas eu sei que são duas vezes melhores. Luz, em geral, às vezes me parece indecente.

SHIBUSAWA: Então você quer dizer que a dança comum é a dança da luz em vez da dança da escuridão. Você começou fazendo balé clássico, e eu ouvi dizer que você era bom. Há alguma conexão entre isso e sua dança?

HIJIKATA: Nem um pouco. Não há nenhuma necessidade de se estudar balé clássico para poder dançar a dança das trevas, mas o balé clássico é certamente melhor do que o que é chamado de dança moderna. Quando eu considero seriamente a formação de um dançarino de butô, penso que o importante são os tipos de movimentos que vêm das articulações sendo deslocadas, em seguida, do andar desconexo, de dois três passos com uma perna que se esforça para alcançar a outra.

13 Expo Osaka 70, ou Exposição Universal de Osaka 1970, foi uma feira mundial de tecnologia realizada entre 15 de março e 13 de setembro de 1970. Tatsumi Hijikata participou de duas performances audiovisuais da Expo: *Nascimento*, no Pavilhão Verde, e *Sacrifício*, no Pavilhão da Pepsi.

14 Doce cozido no vapor muito popular no Japão. São feitos de uma massa de farinha de trigo, farinha de arroz e trigo sarraceno, e que geralmente é recheada com pasta de *azuki*.

SHIBUSAWA: Será que com isso o dançarino, em seguida, torna-se um objeto?

HIJKATA: Certamente. E o objeto exige um espírito, o espírito do dançarino, o que significa que um ser humano é transformado em algo não humano. Mesmo no balé clássico há uma hierarquia: o corpo no meio, Deus acima, e os bonecos abaixo. Por isso, o dançarino de butô que desfila sua humanidade acaba superado por um boneco.

SHIBUSAWA: Sua dança é muitas vezes vista como bizarra e grotesca, não é?

HIJKATA: Eu costumava ouvir muitas histórias que meus irmãos contavam sobre coisas bizarras que tinham visto na cidade de Harbin, na China, algumas das quais eles elaboravam, inventavam e aumentavam. Não eram histórias sobre calças de lantejoulas, mas sobre um lenço que se transformava em um pedaço de carne e coisas assim. Não havia nada de muito excessivo sobre as cenas dessas histórias. Era assustador, como silenciar os gritos de um animal. De qualquer forma, é um treinamento doloroso que enfraquece severamente o cérebro e precisa ser valorizado. Só assim você se torna capaz de se agarrar a algo grotesco e tornar-se um pouco mais macio. Eu gosto dos espetáculos da Shōkonsha¹⁵. Alguns, como a *Bomba humana*¹⁶ são indispensáveis. Eles mostram um mundo único que prova que você não precisa de um grande entretenimento para se divertir. Eu acho que eu sempre fui louco por bens e objetos pessoais. Eu adoro quando um ser humano quase vira uma coisa ou parte de um ser humano se transforma completamente em uma coisa, por exemplo, uma perna artificial, criando uma relação de apego para com ela, fica obcecado por esse tipo de coisa. Minha intuição me diz que o menino lobo era mesmo um menino e um lobo.

SHIBUSAWA: Você não consegue se tornar um animal?

HIJKATA: Eu me torno, mas nesse caso eu não me limito a simplesmente imitar o animal. O que eu quero são os movimentos que um animal mostra a uma criança, não os que mostra a um adulto. Observe um cão, por exemplo. Como ele se move quando brinca com uma criança é totalmente diferente de como ele se move ao brincar com adultos como nós. Para chegar a esse ponto, você tem que se tornar um pedaço maciço de osso.

SHIBUSAWA: Esse é um desejo fundamental para a metamorfose corporal.

HIJKATA: Sim. Além disso, eu sempre tive a experiência de me tornar algo além

15 Uma das tendas de circo em Tóquio conhecidas por exibirem shows de aberrações conhecidos como *Freak Shows*.

16 Hijikata cita esse espetáculo em seu ensaio integral *De ter inveja das veias do cão*, presente em *Hijikata Tatsumi zenshū I*. Tóquio: Editora Kawade, 1998. p. 179.

de mim. Voltando a falar da minha infância novamente, havia um cesto de palha (*izume*) que é usado como um berço para crianças. Somos sentados no berço e deixados no meio de uma plantação de arroz durante o dia todo, de manhã à noite. Não importa o quanto se grite ou o quanto se chore, nunca é possível alcançar os adultos que estão trabalhando. A gente urina e defeca e, claro, fica uma poça na parte inferior do cesto. Chora-se mais e mais até tudo ficar preto e perdemos a consciência. Talvez a sonhemos. Constantemente, alternando entre o sono e a vigília, a gente não sabe mais o que está acontecendo. Então, quando se é tirado do berço, nossas pernas estão com câimbras e não dá pra se mover, e é assim que a gente é colocado na beira da estrada. Eu não tinha mestre, depois de tudo isso, que pudesse me ensinar meus primeiros passos na dança. Minhas influências vieram daquelas experiências da infância, das árvores e das estalactites de gelo que eu via... e do meu pai, claro.

SHIBUSAWA: Mas os jovens que vêm para estudar com você têm experiências diferentes da sua.

HIJIKATA: Sim, pois todos, claro, têm um objetivo um pouco diferente. É por isso que eu acho que a individualidade é importante. A individualidade é o transbordamento para o exterior. Mas todo mundo carrega um corpo, e meu foco está nisso. Eu poderia observar que tal corpo é lamentável ou sobre o formato da cabeça de alguém... eu começo de maneira indireta, e aos poucos, vou mais e mais ao ponto onde quero chegar. Por tocá-los habilmente, espero compartilhar com eles elementos em comum.

SHIBUSAWA: Eu gostaria de saber mais sobre a apresentação que irá ocorrer em junho¹⁷.

HIJIKATA: Nós já estamos ensaiando para essa apresentação. Eu sinto fortemente que já atingi a idade para montar, definitivamente, o “Hijikata Tatsumi por Hijikata Tatsumi”. Mas eu não tenho absolutamente nenhuma intuição ou direcionamento sobre como viver a minha vida. Quer dizer, eu não tenho nenhuma visão quanto a isso.

17 Provavelmente, se refere às coreografias montadas para o *Festival de Butô Ishii Mitsutaka* realizado no dia 13 de junho de 1968 no Ginza Gas Hall, em Tóquio. Hijikata dirigiu e coreografou o corpo de baile em *Fragmento de Ojune, Noiva, Gato* e o solo *Cristo*. Posteriormente, no mesmo ano, nos dias 9 e 10 de outubro, Hijikata dirigiu o que é até hoje considerado um marco da dança ankoku butô, o espetáculo *Hijikata Tatsumi e os japoneses: Revolta da Carne*, no Nippon Seinenkan, em Tóquio. Cenografia: Nakanishi Natsuyuki. Indumentária: Doi Nori. Pôster: Yokō Tadanori (HIJIKATA, 2004, p. 387).

Entrevista 2: Um espírito maligno dança sobre o palco em trevas

Satō Takeru (1942-2002)¹⁸ entrevista Hijikata Tatsumi em janeiro de 1969. A matéria foi publicada originalmente como *Kurayami no butai wo odoru majin* na revista Gráfico Diário (*Mainichi Gurafu*), edição do dia 2 de fevereiro de 1969 pela editora Mainichi Shinbunsha. A tradução aqui presente foi realizada a partir do material extraído de *Hijikata Tatsumi zenshū II*, (p. 15-21):

Visitei a sala de ensaio inúmeras vezes. Nunca o vi ensaiando. Não é que ele não ensaie, mas contagens frias como “Un! Deux! Trois!” ou “Ichi! Ni! San!” não são consideradas como ensaio para o professor Hijikata. Usando um quimono sujo e estufado de inverno (*dotera*), ele se agacha e olha para um único ponto com seus olhos afiados e, por vezes, insanos. No que ele estaria pensando? Algo está se revelando em seu próprio corpo. Com as garras da experiência que partem da sua carne. A “qualidade butô” de seu corpo de carne. É momento de “continuar a contemplar” tudo o que vem do professor. Seus olhos brilham ao ver o cenário desolado do aterro de Yumenoshima¹⁹. Quando ele entra em cena, sua dança é áspera, estática, arriada; ele espera, foge, mira e persegue sua presa. O que ele está tentando com esta dança?

SATŌ: Quando foi que você começou a dançar butô?

HIJIKATA: Antes que eu percebesse, já tinha começado. Eu era uma criança. Houve um tempo em que eu estava absorto brincando com um fole de forja, comparando meu corpo ao do fole, esguichando e cuspidando. Não havia mais nada com que brincar. O próprio cotidiano tem uma “qualidade butô”. Por exemplo, quando eu era criança, era repreendido por meus pais e espancado. Fugir. Ser perseguido. Correr para fora. Para a vizinhança que se atenta, encenar uma criança da qual já se conhece faz parte do butô.

SATŌ: O que butô significa para você, Hijikata?

HIJIKATA: Dentro de um único corpo, os humanos se perdem no momento em que nascem. Deve-se encontrar aquele que se perdeu. É por isso que nego o treinamento sectário do corpo, como se faz na dança ocidental. Normalmente, dizem que devo abrir as pernas suavemente no início, mas deixei que se abrissem rapidamente. Suavizar o olhar adiante. É como descamar cutículas. Há bondade. Nesse sentido, meu butô é um

18 Satō Takeru foi jornalista, membro do comitê editorial e no departamento de assuntos sociais do Jornal Mainichi, onde iniciou carreira nos anos 1960 e permaneceu até o fim da vida. Contribuiu com diversas reportagens realizadas no Japão, na Índia, Tibete, China e publicou dezenas de livros sobre vários aspectos da cultura asiática, com foco no budismo. Em 1976, recebeu o 24º prêmio Kan Kikuchi de Jornalismo e, em 2003, recebeu uma congratulação póstuma, o 3º Prêmio Ishibashi Tanzan de jornalismo (WASEDA, 2016).

19 Em tradução livre, “Ilha dos Sonhos”. Trata-se de um distrito de Tóquio que consiste em uma ilha artificial construída a partir de um aterro sanitário.

tumulto. Por isso, mesmo quando ensino outras pessoas, sempre digo: “Você passou por muitos problemas desde que passou a viver apenas de movimentos comiserados”. Então, adoto o método de contemplar o corpo das pessoas. Um outro butô pode ser desenvolvido simultaneamente e de maneira uniforme como balé clássico e dança espanhola. Isso é domesticante. Em vez disso, o meu butô se faz desgarrado e vadio. É o contrário. Falo coisas terríveis. Uma infinidade de dizeres como “será que você não entende que quando eu digo para fazer, é para não-fazer? O significado de fazer é o não-fazer. Mas não acredite em mim quando eu digo para não-fazer.”

SATŌ: Que treinamento difícil.

HIJIKATA: Não faz sentido dizer se alguém consegue ou não consegue dançar bem butô. Eu entendo que o butô te faz realmente incapaz de dançar em meio a uma situação desesperadora. Quando as pessoas veem essa dança, ficam profundamente comovidas. Assim é o treinamento. Por exemplo, primeiro fique, permaneça estático e pergunte a si mesmo pelo que você está lutando na vida. Diante da escuridão, responder com certo egoísmo irá fazer com que sua dança seja inevitavelmente adiada.

SATŌ: Por que nos perdemos?

HIJIKATA: Ao longo de dezenas de milhares de anos de história, os humanos se encontram perdidos. As crianças, cheias de desejos, vivem apenas de emoções, por isso tentam se encontrar a todo o tempo. Mas à medida em que envelhecem, negligenciam suas próprias marginalidades e se conformam com as promessas feitas aos outros. Quando as faz, fica mais confiante de que não está tão retrógrada assim. É domesticante, não é?

SATŌ: Conte sobre sua infância.

HIJIKATA: Minhas pernas são pequenas demais para o meu corpo. Está frio, não está? Eu cresci no país da neve. Portanto, penso que há uma diferença decisiva entre as pessoas que levantam para caminhar e as que dizem “melhor não” e ficam debaixo do futon, aquecidas, comendo *manjū*.

SATŌ: Te chamavam de preguiçoso.

HIJIKATA: Por conta disso, tive que me empenhar em uma invenção que usufruísse do meu corpo como um todo. Por exemplo, cortar a água dentro da jarra com uma foice e gritar “Pare!”. Quando as crianças ao meu redor disserem “vamos parar a água”, fugirei, pois nunca poderei ser páreo para elas.

SATŌ: Então costumava brincar sozinho.

HIJKATA: Quando eu tinha tempo livre, ia para o *oshiire*²⁰. Era muito confortável. Os seres humanos perdem a capacidade de medir sua própria altura e peso assim que saem do útero. É por isso que não conseguem medir a altura das coisas. Não se trata de centímetros. Certamente, a altura do céu é incalculável. O sexo é quando uma pessoa que se encontra rodeada de coisas que não podem ser medidas, ela anseia se aproximar de algo metrificável e se entrega de uma só vez. Por ser um lugar onde batemos com a cabeça, parece que o armário é o lugar onde a fuga é possível de alguma forma.

SATŌ: Conte sobre a Guerra do Pacífico.

HIJKATA: Sinto que meus irmãos mais velhos foram preparados para morrerem na guerra. Não tenho falado muito sobre isso, mas quando vou trabalhar em outro lugar e volto, sinto como se eu tivesse ido à guerra. E morrido. Minha casa tinha relação com a venda de soba, então haviam muitos pratos. Meus irmãos deveriam estar lá, mas havia apenas uma pilha de pratos. Uma vez, quando criança, desmaiei na frente deles. Naquele momento, senti como se tivesse acabado de avistar algo.

SATŌ: Em quem não se possa confiar?

HIJKATA: Naquele que subestima seu oponente. Vou te contar uma história: quando eu estava na Escola Técnica de Akita, me reunia com meus amigos e estudávamos a noite toda para as provas. Como morávamos no nordeste (*tōhoku*), passávamos metade do tempo estudando e metade do tempo comendo, por isso levávamos muito arroz. Entre eles, tinha um cara que trazia feijão *azuki*. É difícil cozinhá-lo. E, em parte pelo desejo de fugir dos estudos, nós seis estávamos mais preocupados com o *azuki* do que com qualquer outra coisa. Então, alguém reclamou “ahn!”. Isso indicava que havia “algo de errado com *azuki*”. Todo mundo também se atentou a isso até que um cara se prontificou e perguntou “o que foi?”. Um disse “não está bem cozido” no que outro respondeu “está cozido”. Outros sugeriram “devíamos cozinhar”, “vamos ver se ele cresce ou não no cozimento”, e entramos em um embate sobre se o *azuki* iria sobreviver ou não ao processo. Ele é recoberto por uma casquinha que resiste a condições extremas. A fim de satisfazer plenamente nossas próprias esperanças, questionávamos uns aos outros numa atmosfera de “vamos tirar a prova disso juntos”. Então, um cara disse “vai cozinhar sim, é feijão *azuki*”, e eu mal podia me conter ao dizer “pode esperar porque ele vai crescer”. Aquilo já não era mais sobre feijão *azuki*. “Não vai cozinhar”, disse outro, desesperado. Íamos cozinhando e observando, mas eu não estava mais

20 Armário fundos de estilo japonês usado para guardar o colchão dobrável (*shikibuton*); edredons (*akebuton*); cobertores; travesseiros (*makura*), almofadas quadradas para se sentar no tatame (*zabuton*) e todas as outras roupas de cama que uma casa possa ter. Os *oshiire* geralmente são divididos em dois espaços de armazenamento (superior e inferior) com uma prateleira no meio. Suas portas são deslizantes e podem se disfarçar de paredes quando fechadas. (VILLAGEBLOG, 2023)

conseguindo esperar, “quero ver se vai cozinhar, mas não vou aguentar”, responderam “então o que vai fazer?”. Naquele instante, eu disse “Se eu não puder evitar, vou mijar aqui mesmo”. “Você realmente quer fazer isso?”, “você não pode fazer isso”, “você não vai fazer isso. Mas e se fizer?”, até que uma voz descrente desafiou “quero ver você tentar”. Fiquei indignado com aquilo. Em instantes, ocorreu. Até ali, aquele homem de voz desconfiada sempre tinha agido como se fosse imparcial.

SATŌ: Qual é a relação entre butô e sexo?

HIJIKATA: Meu sexo é como mijar sem querer quando se está em apuros, então não é necessariamente humano. No entanto, já me deparei com situações em que esse não é o caso. A feminilidade é muito lasciva. Eu mesmo admito isso, mas na realidade, não é só isso, o feminino é incrível. De qualquer forma, quando o sexo acaba, não há mais cheiro de sexo. É por isso que o sexo envolve um homem e uma mulher com atitudes muito maduras. Não é nada jocoso ou obsceno, é muito solene, sabe. A feminilidade é mestre instintiva do sexo e da atração. Sim, as mulheres são boas nisso, mesmo as que dançam butô. Não é algo obscuro ou sutil, é radical. Não é verdade que existe delicadeza até mesmo em coisas radicais como no sexo?

SATŌ: O que você pensa sobre o corpo japonês?

HIJIKATA: O corpo físico é constantemente violado pelo desenvolvimento da tecnologia. Até o balé da União Soviética, o país dos lenhadores e das estepes, tornou-se mais artificial do que o balé do Ocidente. Contudo, ainda existe um corpo japonês que é difícil de ser violado, um corpo de carne. Alguns exemplos: tem aqueles de pernas arqueadas e joelhos valgos com um espaço entre as pernas. As pessoas na Europa Ocidental envelhecem parcialmente, mas os japoneses envelhecem como um todo. Por quê? O ser humano não se contenta em apenas se perder dentro do seu próprio corpo, ele quer convencer-se de si extrair-se, seja por meio de pensamentos ou desejos. Em momentos como esse, no entanto, penso seriamente que se eu tivesse olhado com mais cuidado para o corpo japonês, algo de surpreendente poderia ter acontecido.

Notas avulsas do entrevistador:

1. “Mesmo aquilo que para nós é nada mais do que gesto cotidiano e banalmente involuntário, para um artista de butô cujo único material é o corpo, tudo é pista para o trabalho criativo. A quantidade sufocante de auto-observações necessárias para isso está além da nossa imaginação, pois temos que objetificar e objetivar nosso próprio corpo, que está repleto de elementos inconscientes. Há algo que nos impressiona no pensamento de quem dança, esse ser que está constantemente olhando para a escuridão” (Ôka Makoto).

2. O professor Hijikata frequentemente usa a palavra “perdido”. “Os humanos se perdem”, “encontrar aquele que se perdeu”. Se procurarmos um entendimento mais próximo dessa palavra, o que nos vem à mente pode ser “alienação”. Ele se refere a alienação como um estado em que o corpo humano foi perturbado por convenções sociais ou por mudanças na natureza?

3. Foi Haniya Yutaka, um escritor, quem se referiu ao butô de Hijikata como “meditação no útero”, como segue: “A Cia Dança das Trevas de Tatsumi Hijikata usa uma chamada forma de meditação no útero em que as mãos e os pés são contraídos como um feto e rolam no chão. Pode-se dizer que os dançarinos representam o paradoxo desvalado do movimento que originalmente deveríamos fazer” (Pêndulo e Crisol). E ao tentar aprender sobre a dança do professor Hijikata, não se pode ignorar a fase de sua infância, Akita, e suas experiências lá. Nasceu em 1928, em Akita, como o décimo filho de uma família de comerciantes de soba. Nove dos onze irmãos morreram na guerra e agora seus pais não estão mais vivos.

4. Ryuzo, pai do professor Hijikata, mudou-se com ele para Tóquio após a morte do irmão. Era alcoólatra e bebia uma garrafa inteira por dia. Um dia, enquanto dormia, gritou para o teto: “estão caindo pergaminhos!”. O professor me contou que enquanto pensava “ele está cada vez mais alcoólatra”, acalmou-o dizendo “vamos verificar juntos se há pergaminhos ou não”, e ao procurar, encontraram um preso no teto. Quando ficou sem dinheiro e não teve escolha a não ser voltar para Akita, virou-se para o professor Hijikata na estação de Ueno e a última coisa que disse antes de desaparecer foi: “você mentiu para mim”. Morreu logo após chegar em Akita. Suga, mãe do professor Hijikata, deu à luz onze filhos. As únicas coisas que me professor sabe sobre sua mãe é que ela tem pressão alta e ficava sentada quieta no canto da lareira. Quando o irmão mais velho do professor foi levado a julgamento por cortar árvores na floresta, sua mãe saltou dos cobertores energicamente e caminhou rapidamente em direção ao tribunal, arrastando suas pernas inchadas devido à pressão sanguínea. Chegou para qualquer um na rua que não fazia ideia do que estava acontecendo e exclamou: “o que você está fazendo?!”.

5. O professor Hijikata quebra várias armadilhas morais, perde-se em seu próprio interior sombrio e o transforma em butô. Aqui está uma série de passagens elogiosas ao professor: “Amo muito os momentos de tensão convulsiva, atormentadora e perigosa que possibilitam a impossibilidade do corpo ao tentar liberar Eros no palco do Sr. Hijikata Tatsumi” (Shibusawa Tatsuhiko). “A dança expressa o próprio significado da pureza que ela impõe ao corpo” (Mishima Yukio). “Você será capaz de sentir a terrível comédia que é preencher todos os vazios do seu corpo. A dança apenas começou. No Japão” (Takiguchi Shūzō). “Além do comportamento cotidiano, a sorte endiabrada de Hijikata exigia outra fisicalidade, remontando a sua infância. A memória da fisicalidade primitiva que esquecemos completamente. Ele faz do corpo do prisioneiro uma indelével mancha de nascença” (Tanemura Suehiro).

Referências bibliográficas

- ABEL, Thiago. Reflexões (Po)éticas na dança Butô. **Ephemera**, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p. 59-70, agosto de 2019.
- HIJKATA, Tatsumi. **Hijikata Tatsumi zenshū**. (2 tomos). Tóquio: Kawade, 2005.
- MARENZI, Samantha. Fundações e Filiações: o legado de Artaud em Hijikata Tatsumi. **Ephemera**, Ouro Preto, v. 2, n. 2, p 21-30, agosto de 2019.
- MORISHITA, Takashi. **Hijikata Tatsumi no buto**: nikutai no shururearisumushintai no ontoroji. Tóquio: Keio University Press, 2004.
- ONO, Robert. A la Maison de Shibusawa: The draconian aspects of Hijikata's butoh. In: BAIRD, Bruce; CANDELÁRIO, Rosemary. **The Routledge Companion to Butoh Performance**. Londres: Routledge, 2018, cap. 6, p. 1-7.
- PERETTA, Eden. Corpos possíveis. **Fundação Japão Série Especial de Ensaios**, São Paulo, n. 2, p. 1-9, março de 2022.
- VILLAGEBLOG. Um Guia Sobre Cômodos Com Tatames, 2023. Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/referencia-site-abnt-artigos/>. Acesso em: 18 de junho de 2023.
- WASEDA UNIVERSITY WEBSITE. **Jushō sakuhin shōsai (dai 3-kai)**. 2016. Disponível em: <<https://abrir.link/qbHER>>. Acesso em: 31 de maio de 2023.

*Recebido em 14 de julho de 2023
Aprovado em 24 de julho de 2023*

INVISIBLE BEINGS: AN OVERVIEW OF PEOPLE WITH DISABILITIES' CIRCUMSTANCES IN JAPAN¹

Beatriz Kaori Miyakoshi Lopes²
Alexandre Ratsuo Uehara³

Abstract: Despite Japan ratifying the Convention on the Rights of Persons with Disabilities in 2014 and the fact that Tokyo will be the first city in the world to host the Paralympic Games more than once, people with disabilities are usually segregated from society and regarded as invisible. This segregation process starts at childhood and lingers throughout these individuals' lives. This work aims to outline an overview of their living conditions, as well as the Japanese legislation and recent events in the country's history.

Keywords: Disability; Japan; Human rights; Minorities; Paralympics.

1. Introduction

With the Paralympic Games on the way to 2021 in Tokyo, the living conditions of people with disabilities are increasingly in the spotlight of both academia and media coverage locally and worldwide. Dr. Etienne Krug, one of the directors of the World Health Organization (WHO), describes the event as such: *“The Paralympics is one of the world’s most prominent events in which people with disabilities demonstrate their tremendous talent and energy...”* yet he notes that

-
- 1 This article is a translation of the previously published article “Seres invisíveis: um panorama sobre a condição de portadores de deficiência no Japão” in the same magazine in no.44, 2020, p. 51-63. This is a revised and up to date version.
 - 2 Master in Japanese Language, Literature and Culture by Universidade de São Paulo (USP); biakaori@alumni.usp.br (ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0701-4187>).
 - 3 Professor at Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM); Doctor in Political Sciences by Universidade de São Paulo (USP); aruehara@usp.br (ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9262-4472>).

“too many people with disabilities do not enjoy even the most basic human right.” (KRUG, 2004).

The rights referred by Krug would be, for example, those of free movement (due to inadequate infrastructure), access to education (as a consequence of conventional schools lacking structure for disabled students; special schools either not existing or being financially inaccessible), and the right to their identity (with victims of massacres and sterilization not being identified). Many disabled people are, however, deprived of these rights.

This article aims to explain their living conditions in Japan, a country undergoing a process of social transformation, due to the increase in visibility and rights for those with disabilities. However, recent events, such as the Sagami-hara tragedy and the Eugenics Law, show that there’s still a long way to go, especially regarding the segregation of the disabled. There is still a longstanding tradition of families hiding members with disabilities and, during their upbringing and the start of their work lives, they usually live separately from Japanese society.

The Paralympics will be a new stage in this transformation process, as the games will be an opportunity to show real people with various kinds of disabilities excelling in their respective sports to billions around the world. Japan already has a history with the Paralympics: the country began its participation in 1964 as host to the Summer Olympics and then also to the Winter Paralympics in 1972 (Sapporo) and 1998 (Nagano). With the 2021 Games, Tokyo will once again host the Paralympics.

2. The Disability Plight

People with disabilities account for 15% of the world population, which is equivalent to approximately one billion people. This minority group is distinctive due to two main factors: 1) being the largest population minority in existence (MAIOR, 2016, p.3) and 2) having diversity as one of its most evident characteristics, unlike other social groups that are visibly homogeneous and have shared needs (CARVALHO, 2012).

Persons with disabilities are defined as *“individuals who have their daily and social experiences substantially and continuously limited due to physical, intellectual, or mental impairments”*, according to Article 2 of the Basic Act for Persons with Disabilities⁴, the first Japanese law regarding this population, in 1970 (CABINET OFFICE, 2011, p.1).

In the past, people with disabilities have been viewed as flawed individuals with fearful conditions who are unable to meet social expectations, such as working or having children. The increasing social movements defending human rights, independent living, and self-determination have subverted this model and introduced new values, such as positive identity, dignity, and pride (HEYER, 2000a).

4 障害者基本法: *Shōgaishakihonhō*.

People with disabilities started to be seen as active members of society and as individuals who are able to exercise their own rights (LO, 2012). And disability itself was now seen as a problem external to its bearer, found “*within society, rather than in individuals who just happen to have impairments*” (FRENCH, 1993, p.16, apud STIBBE, 2004, p.22). The solution then became to adjust the social and physical environments in order to properly meet the disabled population’s needs and rights.

The main types of barriers faced by disabled people are: (i) their needs not being taken into account in public policies; (ii) prejudices and misconceptions that hinder social participation; (iii) insufficient services, especially in the health and rehabilitation sector; (iv) inefficient services coordination; (v) inadequate investment; and (vi) lack of accessibility infrastructure-wise, especially in transportation and communication (WHO, 2011).

The rights of people with disabilities as a theme only achieved international scope thanks to the United Nations (UN), with their inauguration of the International Year of Disabled Persons in 1981 (HEYER, 2000b). But the main change occurred in 2006, with the creation of the Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD): the first comprehensive multilateral treaty on disabilities; in other words, a paradigm shift occurred. Its signatories committed to many responsibilities, such as: to prohibit discrimination, provide rehabilitation and vocational training services, promote jobs in both the public and private sectors, as well as to ensure “reasonable accommodation” in the workplace (UN, 2006, apud LO, 2012).

Japan signed the Convention in 2007, but only ratified it in 2014, becoming the 140th country to do so, after China and South Korea (SHIRASAWA, 2014). The reason for that delay was due to the Japanese government not putting forward sufficiently effective policies in accordance with the Convention. Japan was accepted after establishing the Act for Eliminating Discrimination against Persons with Disabilities⁵ in 2013 and creating an amendment in 2014 to the 1970 Law (NAGASE, 2013).

Even though the first law was created in the ‘70s, progress on disability rights still took decades. Before the 1990s, according to Stibbe (2004), people with disabilities were invisible on television, as well as in society. They sometimes appeared in documentaries and educational programs, but never during prime time.

The introduction of a disabled character first occurred in 1993 with the *dorama*⁶ *Hitotsu Yane no Shita*⁷, in which a side character was a wheelchair user. But, it was only with *Hoshi no Kinka*⁸ – in which the protagonist was a deaf nurse – that disabled characters (mainly hearing impaired) took center stage and became part of popular

5 障害を理由とする差別の解消の推進に関する法律: *Shōgai wo riyū to suru sabetsu no kaishō no suishin ni kansuru hōritsu*.

6 ドラマ: from the English “drama”, it’s a popular term used for Japanese dramas or TV series.

7 ひとつ屋根の下. Official English title: Under One Roof.

8 星の金貨. Official English title: Heavens’ Coin.

culture. Sugimoto (2001, apud STIBBE, 2004) explains that these *doramas* have had a significant impact on Japanese society, introducing concepts such as *bariafuri*⁹ and causing a boom in demand for sign language courses.

Since then, there's been an increase in series that deal with disabilities, including animations, whether in fantastic ways (through transmutation in *Fullmetal Alchemist*¹⁰ or demon contracts in Tezuka's classic *Dororo*¹¹) or in realistic ways (the loss of an arm due to bombing in during World War II in *Kono Sekai no Katasumi ni*¹² or deafness as a congenital condition in *Koe no Katachi*¹³). In all these examples, the disabled are the heroes and the series are not afraid to show the difficulties of their daily lives (O'REILLY, 2018).

Since in Japan people with disabilities usually live in separate environments from the rest of society and are even hidden by their families at times, the only contact most people have with disability is through its fictional representation (STIBBE, 2004). The media then ends up with the role of making society aware of disability.

This invisibility turns even data collection and research into a challenge. Officially, Japan has approximately 7.8 million people with disabilities, or 6% of its total population (CABINET OFFICE, 2015). This amount is significantly lower than other countries; for example, the United Kingdom has 27.2% and Finland, 32.2% (MATSUI, 2009, p.1). There are several reasons for this, such as 1) the desire by the individual or their family members to hide the condition; 2) data collection without frequency and lack of a universal methodology; 3) the absence of an agency responsible for data collection. Until 1973, such endeavors were carried out by means of home visits with questionnaires and interviews, but these were abolished for infringing on the right to citizens' privacy. The new method to collect data then relied on regional hospitals and thus lacked a national scale scope (OKUNO, 1998; HEYER, 2000b; OI, 2009). Therefore, even current data does not necessarily reflect the reality of disability data in Japan.

Japan officially recognizes three types of disability identification: (i) physical disability, (ii) intellectual disability, and (iii) psychological disability. The first type includes cases of physical impairment such as visual and hearing impairment. The second deals with delayed learning, limitations in communication, personal care, and social skills. And the third deals with psychological abnormalities, such as schizophrenia (SUZUKI, 2009; LO, 2012; MAIOR, 2016). The last survey conducted by the government – at the time of this work's publication – was in 2015, and it stated

9 バリアフリー from the English barrier-free.

10 While that's the official English title, the Japanese title differs a bit: 鋼の錬金術師, *Hagane no Renkinjutsushi* (lit. *Steel Alchemist*).

11 どろろ.

12 この世界の片隅に. Official English translation: In This Corner of the World.

13 聲の形 (lit. Shape of a Voice). The Official English translation is A Silent Voice.

that there were 3,937,000 people with physical disabilities (31% of the disabled population), 741,000 people with intellectual disabilities (6%), and 3,201,000 people with psychological disabilities (which accounts for 25%) (CABINET OFFICE, 2015).

In order for a person with disability to be legally recognized as such, he or she must carry an identification document, as well as a disability guide, which lists the name, type, and severity of the condition. It is not obligatory to carry the document at all times, but that is what makes it possible to receive economic benefits¹⁴ and discounts on social and medical services. Only individuals with this document are counted for disability quotas. Activist groups heavily criticize this choice due to the stigma and shame attached to this type of identification (HEYER, 2000a).

In Japan, there is also a deep stigma against those who are unable to work (ADAMS, 2016). Employment is a key symbol of – particularly male – status and the inability to be able to perform this role invokes a sense of failure, especially for disabled men (TAKAGI, 2016). Disabled women, however, face even more vulnerability than men. For them, the opportunity for independence may be virtually non-existent. They are less likely to marry, and in the case of women who acquired a disability after marriage, there is a greater likelihood of divorce (GILL; CAROL, 1996 apud LEE, 1998).

There is a sense of shame in having “abnormal” relatives, and it is considered the duty of the family – mainly women – to not only care for, but even hide them from society (STEVENS, 2007 apud TAKAGI, 2016).

This stigma is evident in the Sagami-hara tragedy in 2016, the largest mass extermination in Japan since World War II. The attack happened at the *Tsukui Yamayuri En*¹⁵ clinic in Kanagawa, which specializes in caring for patients with mental disabilities. 19 people were killed and 26 were injured there. The perpetrator of the massacre was a former employee, Satoshi Uematsu, who defended the act “*in the name of Japan and world peace*” (HERNON, 2017, p.1), claiming that disabled people should disappear.

Unlike in the West, the police doesn't usually reveal the victims' identities to the media. This decision was intended to focus on protecting the victims' families. This action intensified the debate regarding the existing prejudice against people with disabilities. According to Suzanne Kamata (HERNON, 2017, p.1), “*Not showing their names and faces is like denying their humanity. The incident did not receive the same level of attention as other tragedies, there were no hashtags on Twitter, and the subject died quickly.*” The lack of information about the victims hinders the development of empathy towards them (ADAMS, 2016; HA; SIEG, 2016; HERNON, 2017).

14 These economic benefits include: tax reduction and exemption from some taxes, subsidies when purchasing mechanical or electronic aid items, and discounts on public transportation. Adults with severe conditions who receive an annual salary of less than 3.4 million yen (the equivalent of \$34,000) can receive 26,800 yen per month. Families with disabled children are entitled to 33,000 to 50,000 yen per month depending on the degree of the disability, and an additional 14,000 yen if the children require constant care (HEYER, 2000b; PENKETH, 2015).

15 津久井井やまゆり園

Another issue that has been majorly discussed and criticized is the Eugenics Protection Act¹⁶ of 1948, which legally authorized the sterilization – with or without consent – of those with disabilities and hereditary mental illnesses to “*prevent the birth of inferior offspring (...), protect the life and health of the mother (...), improve the quality of the nation*” (HURST, 2018, p.2). Even individuals who consented to the procedure often did so under threat from doctors and family members. This law lasted for nearly five decades, and was only repealed in 1996 (HURST, 2018; McCURRY, 2018).

The Eugenics Protection Act still generates repercussions to this day. Between 1948 and 1996, approximately 25,000 people were sterilized, of which 16,500 underwent forced sterilization. Concerning the latter, 70% of the procedures involved women, with the youngest patients being only 10 years old at the time of her sterilization (HURST, 2018).

In 2016, the UN Committee on the Elimination of Discrimination against Women (CEDAW) called on the Japanese government to adopt “*measures aimed at providing access to legalized remedies, compensation, and rehabilitation services to all victims of forced sterilization*” (McCURRY, 2018, p.2). But, it was not until 2018 that discussions about compensation began. The victims are the ones leading the lawsuit and they argue that the The Eugenics Protection Act is both unconstitutional and that it infringed on their bodily autonomy rights. The victims seek compensation of 11 million yen, the equivalent of \$100,000 (ASAHI SHIMBUN, 2018a). The government showed interest in talking with the victims, but claimed that it had no plans to provide compensation for all of them since it had no legal responsibility to do so (McCURRY, 2018; ASAHI SHIMBUN, 2018a).

Other countries that have carried out similar procedures, such as Germany and Sweden, have publicly apologized to the victims and provided them with financial compensation, while the Japanese government has not compensated any victims to date¹⁷ (McCURRY, 2018; ASAHI SHIMBUN, 2018a). Recently, there have been signs of possible evolution. There are plans to conduct fact-finding missions in conjunction with local authorities, which could be a possible precedent for public apologies (HURST, 2018).

For Hurst (2018), although forced sterilizations were abolished in 1996, the discriminatory attitudes that existed behind the law are still present in today’s Japanese society. Nowadays, Japan has a sophisticated Welfare State, with good rehabilitation institutions aimed at disabled people, but that comes at the expense of equality and integration since these institutions are separate from the rest of society. And despite improvements in infrastructure with the creation of “barrier-free” areas in the past decades, people with disabilities are systematically treated as invisible by Japanese society (OTAKE, 2006).

16 優生保護法: *Yūsei Hogo Hō*.

17 At the time of this article’s publication (in 2020).

The institutionalization of people with disabilities is still a common tradition in Japan. Children with disabilities usually study in special schools¹⁸, each dedicated exclusively to a specific type of disability. Upon graduation, these young adults either live in rehabilitation centers (public or private)¹⁹, work in remote warehouses²⁰ or in welfare factories for the physically disabled²¹. The isolation and segregation from mainstream society that start during their childhood remain throughout their lives (ADAMS, 2016).

In 2006, the Fundamental Law of Education²² led to education reform in Japan (VISLIE, 2003 apud MITHOUT, 2016). This reform had as its principle the idea of “education for all”. That meant that schools would have an obligation to meet the demands of all children, regardless of particularities in abilities, knowledge of the Japanese language, as well as ethnic, social, or family background. According to Mithout (2016), this is was provided financial relief to parents since special schools are expensive due to their low student-teacher ratio (of up to six students per teacher).

However, this reform’s success varied heavily depending on the disability type. Children with visual and hearing impairments continued to encounter major obstacles in taking entrance exams to non-special schools, while the physically disabled struggled with lack of accessibility in school grounds. On the other hand, autistic children and children with developmental disabilities in general had higher rates of success fitting in (MITHOUT, 2016). Increasing the amount of students with “invisible disabilities” in mainstream schools may increase their social recognition, but it is not a fix-all solution, as children with other types of disabilities continue to have limited – or complete lack of – access to these schools (DISABLED WORLD, 2010; HEYER, 2000a).

The attitudes of teachers, school administrators, other children, and even family members are also barriers to these children’s inclusion in mainstream education (WHO, 2011). The tradition of hiding disabled children, bullying, abuse and authorities’ lack of attention or attitude are obstacles that haven’t been solved. Segregation in childhood becomes one of the biggest obstacles to their future. Children with disabilities grow up in a bubble, unprepared to deal with the real world and, in most cases, this bubble permanently limits their chances of entering society. When they reach adulthood, they tend to live either with their parents, in institutions or in group homes, which makes it difficult or even impossible for them to adjust to Japanese social norms and long working hours (KUDO, 2010).

18 養護学校: *Yōgo gakkō*.

19 These centers not only don’t protect worker’s rights but they also pay wages under 30,000 yen per month, which makes it impossible for a person with disability to live independently (OTAKE, 2006).

20 授産施設: *Jusan shisetsu*.

21 身体障害者福祉工場: *Shintaishōgaisha fukushi kōjō*.

22 教育基本法: *Kyōiku kihonhō*.

The quota system introduced with the Promotion of the Employment of Persons with Disabilities Law²³ in 1960 aimed to ease the work inclusion issue by establishing that at least 2.2% of total vacancies in the private sector²⁴ and 2.5% in the public sector had to be filled by people with disabilities (INAGAKI, 2018). In case of non-compliance, a fine of 50,000 yen (\$454) must be paid. The law also requires the employer to create “reasonable accommodations” so that workers don’t face undeserved hardships (YES, 2018; ASAHI SHIMBUN, 2018b; LO, 2012).

However, the quotas were never filled. The increase in employability only occurred after the names of companies that did not fill the quota were published. The media criticism and pressure from public opinion forced these companies to change their behavior. For Mori and Sakamoto (2018), social norms appear to be one of the main factors in encouraging the employability of disabled people, even when no fines are paid.

The Japanese quota system is one of the most complex in the world, but reliability in the system is shaken after learning that even the government, a body that should be an example to society as well as responsible for regulating and punishing the private sector, has manipulated data to appear more inclusive than it actually is (SHIMAMOTO and MURAKOSHI, 2018; SIRIPALA, 2018; YES, 2018).

The lack of a national institution focused on people with disabilities with no ties to the government hampers both social mobilization and data collection, plus its verification. The soft law characteristic of most Japanese laws is yet another challenge due to its lack of punitive character. There is a legal tradition of providing only the “duty to compromise”, born from the fear that mandatory laws would threaten Japanese society’s harmony (PECKITT, 2016; NAKAGAWA, 2010). Kristof (1996) argues that such “harmony” is acquired by excluding all those who do not fit in. This exclusion means that people with disabilities are often discouraged from getting married, working, or even going out for leisure purposes (such as going to movie theaters and restaurants). In other words, they’re discouraged from living in society as citizens.

Conclusion

A transformation is taking place in Japan due to the increased awareness of rights for people with disabilities coupled with the creation and implementation of laws as tools for social change (HEYER, 2000b), especially with the Paralympic Games on the way. However, there are still stigmas based on prejudiced conceptions, as well as a lack of interest and proactivity by the government, to which activist groups and victims publicly demand change.

23 障害者の雇用の促進等に関する法律: *Shōgai-sha no koyō no sokushin-tō ni kansuru hōritsu*. At first, this law only included people with physical disabilities. In 1987, people with mental disabilities were included, although their employment was not yet mandatory.

24 This applied to companies that had at least 45 workers (INAGAKI, 2018).

The Paralympics offer not only an opportunity to bring to reality a topic that for many is abstract or unknown, but they are also a way to test the host country's infrastructure. Both in China and Russia, after their respective Paralympic Games, there was significantly more awareness and discussion about disabled people's conditions. Nowadays, 200 Russian cities use Sochi as a model. The same occurred with Barcelona back in 1992 and is now one of the most accessible cities in Europe (CRAVEN, 2016).

Craven (2016) emphasizes the importance of the Paralympics' role in empowering individuals through social inclusion. For Blauwet (2005), there is no doubt that the passion shown in Paralympic athletes' effort and ability will translate into awareness and advocacy for endeavors in other areas, such as study and work.

However, Marshall (1998, apud STIBBE, 2002) points out that there is a difference in treatment between disabled people who overcome their barriers with sports and "ordinary" disabled people. Athletes' narratives focus on the individual's ability to overcome their individual tragedy. Society appears to not have a role. Van Der Veere (2020) points out that this is problematic because these stories individualize disability, rather than dealing with the social problems that people with disabilities face in their everyday lives. It becomes important to "*appreciate people with all kinds of disabilities, regardless of whether or not they can ski down a mountain*" (MARSHALL, 1998, apud STIBBE, 2002, p.15).

Therefore, even if society may view Paralympians in a positive light, there can still be a lack of understanding – and a negative view – of disability in general. The Paralympic Games can help shed visibility and increase acceptance of those with disabilities, but they are only a part of the process. Society, government and the private sector must not forget their roles' importance in this topic. In Japan, people with disabilities are still relegated to the condition of invisible beings even as Tokyo prepares to host the Paralympic Games for a second time.

REFERENCES

- ADAMS, Rachel. **Why has Japan's massacre of disabled people gone unnoticed?** The Independent, 2016. Available at: <https://www.independent.co.uk/voices/japan-disability-rights-massacre-tsukui-yamayuriena-gone-unnoticed-a7217661.html> Accessed 2 Sep. 2018.
- ASAHI SHIMBUN. **Defend eugenics program with the Constitution, court tells state.** Tokyo, 2018a. Available at: <http://www.asahi.com/ajw/articles/AJ201806140059.html> Accessed 8 Oct. 2018.
- _____. **Ministries may have skirted disability hiring for many years.** Tokyo, 2018b. Available at: <http://www.asahi.com/ajw/articles/AJ201808180031.html> Accessed 19 Mar. 2019.
- BLAUWET, Cheri. **Promoting the Health and Human Rights of Individuals with a Disability**

through the Paralympic Movement. Bonn: International Paralympic Committee, 2005. Available at: https://www.sportanddev.org/sites/default/files/downloads/62_the_paralympics_promoting_health_and_human_rights_through_sport.pdf Accessed 13 Aug. 2020.

BRASOR, Philip. **Accommodating disabilities, but only within reason.** Tokyo: Japan Times, 2016. Available at: <https://www.japantimes.co.jp/news/2016/04/16/national/media-national/accommodating-disabilities-within-reason/> Accessed 4 Sep. 2018.

CABINET OFFICE. **Annual Report on Government Measures for Persons with Disabilities (Summary).** 2015. Available at: <https://www8.cao.go.jp/shougai/english/annualreport/2015/index-pdf.html> Accessed 11 Aug. 2020.

_____. **The Basic Law for Persons with Disabilities.** 2011. Available at: <https://www8.cao.go.jp/shougai/english/law/no84.html> Accessed 11 Aug. 2020.

CARVALHO, Lucio; ALMEIDA, Patricia. Direitos Humanos e Pessoas com Deficiência: da exclusão à inclusão. Da proteção à promoção. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n.12, 2012. Available at: <https://www.inclusive.org.br/arquivos/30688> Accessed 22 Aug. 2020.

CRAVEN, Philip. The Paralympic Games and the Promotion of the Rights of Persons with Disabilities. **UN Chronicle**, v.LIII, n.2, 2016. Available at: <https://unchronicle.un.org/article/paralympic-games-and-promotion-rights-persons-disabilities> Accessed 12 Aug. 2020.

DISABLED WORLD. **Disability in Japan.** 2010. Available at: <https://www.disabled-world.com/news/asia/japan.php> Accessed 18 Oct. 2018.

FRENCH, Sally. Disability, impairment, or something in between?. In: SWAIN, John; FINKELSTEIN, Vic; FRENCH, Sally; OLIVER, Mike (eds). **Disabling Barriers – Enabling Environments.** Londres: Sage, 1993, p.17-25.

HA, Kwiyeon; SIEG, Linda. **Japan confronts disability stigma after silence over murder victims' names.** Reuters, 2016. Available at: <https://www.reuters.com/article/us-japan-disabled-idUSKCN11M0AM> Accessed 15 Oct. 2018.

HASEGAWA, Tamako. **Reasonable Accommodation for Persons with Disabilities in Japan.** Japan Labor Review, v12, n.1, 2015.

HERNON, Matthew. **Why is Japan still biased against people with disabilities.** Tokyo Weekender, 2017. Available at: <https://www.tokyoweekender.com/2017/02/why-is-japan-still-biased-against-people-with-disabilities/> Accessed 22 Sept. 2018.

HEYER, Katharina. Between equality and difference: the politics of disability in Japan. **Contemporary Japan**, v.1, p.105-133, 2000.

HEYER, Katharina. From special needs to equal rights: Japanese disability law. **Asian-Pacific Law & Policy Journal**, 2000. Available at: http://blog.hawaii.edu/aplpj/files/2011/11/APLPJ_01.1_heyser.pdf Accessed 16 June 2020.

HURST, Daniel. **‘They stole my life away’: women forcibly sterilised by Japan speak out.**

- The Guardian, 2018. Available at: <https://www.theguardian.com/world/2018/apr/04/they-stole-my-life-away-women-forcibly-sterilised-by-japan-speak-out> Accessed 27 Feb. 2020.
- INAGAKI, Kana. **Japan companies in ‘hiring war’ to hit disability targets.** Financial Times, 2018. Available at: <https://www.ft.com/content/44cac7dc-3be5-11e8-bcc8-cebcb81f1f90> Accessed 19 Jan. 2020.
- ITAYAMA, Kenji. Outlook on Changes in the Social Welfare System in Japan: Key Points of Its Basic Structural Reform. **Asia and Pacific Journal on Disability**, v.2, 1999. Available at: <https://www.dinf.ne.jp/doc/english/asia/resource/z00ap/004/z00ap00411.html> Accessed 15 Mar. 2020.
- KATSUI, Hisayo. **Mainstreaming Disability Issues in Japanese and Finnish Development Policies and Practices.** Helsinki University: Institute of Development Studies, 2008. Available at: https://www.sylff.org/wp-content/uploads/2008/12/mainstreaming_katsui_hisayo.pdf Accessed 21 Apr. 2020.
- KRISTOF, Nicholas. **Outcast Status Worsens Pain of Japan’s Disabled.** The New York Times, 1996. Available at: <https://www.nytimes.com/1996/04/07/world/outcast-status-worsens-pain-of-japan-s-disabled.html> Accessed 14 Aug. 2020.
- KRUG, Etienne. **International paralympic symposium on disability rights.** World Health Organization, 17 September 2004. Available at: https://www.who.int/violence_injury_prevention/media/17_09_2004_speech/en/ Accessed 22 Aug. 2020.
- KUDO, Tokai. Japan’s Employment Rate of Persons with Disabilities and Outcome of Employment Quota System. **Japan Labor Review**, v.7, n.2, 2010. Available at: https://www.jil.go.jp/english/JLR/documents/2010/JLR26_kudo.pdf Accessed 14 Aug. 2020.
- LEE, Jennifer; WHITE, Shirley. **Economic Sufficiency of Women with Disability.** Asia and Pacific Journal on Disability, v.3, 1998. Available at: <https://www.dinf.ne.jp/doc/english/asia/resource/z00ap/003/z00ap00305.html> Accessed 20 Jul. 2020.
- LO, Vai Io. Promotion of the employment of persons with disabilities in Japan, the United States, and China: carrot, stick or both? **Arizona Journal of International & Comparative Law**, v.29, n.3, p.557-602, 2012.
- MACKAY, Duncan. **Major initiative launched to help Japanese athletes prepare for Tokyo 2020 Paralympics.** Inside the games, 2015. Available at: <https://www.insidethegames.biz/articles/1028374/major-initiative-launched-to-help-japanese-athletes-prepare-for-tokyo-2020-paralympics> Accessed 15 Aug. 2020.
- MAIOR, Izabel. **História, conceitos e tipos de deficiência.** Gov. SP, 2016. Available at: <http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto1.pdf> Accessed 10 Feb. 2020.
- MATSUI, Akihiko. **Disability and Economy in Japan.** University of Tokyo, 2009. Available at: <http://www.rease.e.u-tokyo.ac.jp/read/en/archive/dp/f09/f0911.pdf> Accessed 17 May 2020.
- McCURRY, Justin. **Japanese woman sues government over forced sterilisation.** The

- Guardian, 2018. Available at: <https://www.theguardian.com/world/2018/jan/30/japanese-woman-sues-government-forced-sterilisation> Accessed 22 Jun. 2020.
- MITHOUT, Anne-Lise. Children with disabilities in the Japanese school system: a path toward social integration? **Contemporary Japan**, v.28, p.165-184, 2016.
- MORI, Yuko; SAKAMOTO, Norihito. Economic consequences of employment quota system for disabled people: Evidence from a regression discontinuity design in Japan. **Journal of The Japanese and International Economies**, v.28, 2018. Available at: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0889158317300035> Accessed 11 Aug. 2020.
- NAGASE, Osamu. Challenges of the Harmonization and Ratification of Convention on the Rights of Persons with Disabilities by Japan. **Journal of Policy and Practice in Intellectual Disabilities**, v.10, n2, p.93-95, 2013.
- NAKAGAWA, Jun; BLANCK, Peter. **Future of Disability Law in Japan: Employment and Accommodation**. Loyola Marymount University and Loyola Law School, 2010. Available at: <https://digitalcommons.lmu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1662&context=ilr> Accessed 14 Apr. 2020.
- OI, Tatsuo. Statistics on disabled People in Japan. **Aino Journal**, v.8, p.3-10, 2009.
- OKUNO, Eiko. Disability Statistics in Japan. **Asia and Pacific Journal on Disability**, v.3, 1998. Available at: <https://www.dinf.ne.jp/doc/english/asia/resource/z00ap/003/z00ap00309.html> Accessed 16 June 2020.
- O'REILLY, Sean. "Disarmed": Disability, Trauma, and Emasculation in Contemporary Japanese Cinema. **Arts**, v.7, art.10, 2018.
- OTAKE, Tomoko. **Is 'disability' still a dirty word in Japan?** Japan Times, The. 2006. Available at: <https://www.japantimes.co.jp/life/2006/08/27/to-be-sorted/is-disability-still-a-dirty-word-in-japan/#.UyFLy-eSyzc> Accessed 10 Nov. 2019.
- PECKITT, Michael. **Disability in Japan – A year in review: 2016**. Accessible Japan, 2016. Available at: <https://www.accessible-japan.com/disability-japan-year-in-review-2016/> Accessed 14 Apr. 2020.
- PENKETH, Anne; CONNOLLY, Kate; KIRCHGAESSNER, Stephanie, McDONALD, Henry; McCURRY, Justin; CROUCH, David; WALKER, Shaun; SMITH, David; O'HARA, Mary e BAWDEN, Anna. **Which are the best countries in the world to live in if you are unemployed or disabled?** The Guardian, 2015. Available at: <https://www.theguardian.com/politics/2015/apr/15/which-best-countries-live-unemployed-disabled-benefits> Accessed 21 Apr. 2020.
- RAJNES, David. Permanent Disability Social Insurance Programs in Japan. **Social Security Bulletin**, v.70, n.1, 2010.
- SHIRASAWA, Mayumi. **The Long Road to Disability Rights in Japan**. Nippon.com, 2014. Available at: <https://www.nippon.com/en/currents/d00133/the-long-road-to-disability-rights-in-japan.html> Accessed 10 Mar. 2020.
- SIM, Walter. **Inflated number of staff with disabilities at Japan ministries**. The Straits Times,

2018. Available at: <https://www.straitstimes.com/asia/east-asia/inflated-number-of-staff-with-disabilities-at-japan-ministries> Accessed 19 May 2020.
- SIRIPALA, Thinsaka. **Japan's Government Investigated for Cheating Disability Hiring Quotas**. The Diplomat, 2018. Available at: <https://thediplomat.com/2018/08/japans-government-investigated-for-cheating-disability-hiring-quotas/> Accessed 17 Jul. 2020
- STIBBE, Arran. Attitudes to Women with Disabilities in Japan: The Influence of Television Drama. **Asia and Pacific Journal on Disability**, v.5, 2002. Available at: <https://www.dinf.ne.jp/doc/english/asia/resource/z00ap/vol5no2/attitudes.html> Accessed 9 Mar. 2019.
- STIBBE, Arran. Disability, gender and power in Japanese television drama. **Japan Forum**, v.16, p.21-36. Available at: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0955580032000189311> Accessed 20 Mar. 2020.
- SUGIMOTO, Kiyoe. **Byūtifuru raifu wa bariafurī de**. Sanseiken Forum 49, 2001. Available at: www.sanseiken.com/forum/40/49-otoko.html Accessed 3 Mar. 2000.
- SUZUKI, Tsunehiko. Disability Evaluation in Japan. **The Korean Academy of Medical Sciences**, v. 24, p. 227-231, 2009.
- TACHIBANA, Toshiaki; WATANABE, Kanji. Attitudes of Japanese Adults toward Persons with Intellectual Disability: Relationship between Attitudes and Demographic Variables. **Education and Training in Developmental Disabilities**, v.39, p.109-126, 2004.
- TAGAKI, Masakuni. **Narratives of Ambivalent Meanings of Acquired Physical Disability in Japan**. SAGE Open, 2016. Available at: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2158244016666310> Accessed 24 June 2020.
- TAKAHASHI, Koji. The Future of the Japanese-style Employment System: Continued Long-term Employment and the Challenges It Faces. **Japan Labor Issues**. 4-5. v.2, n.6, 2018.
- VAN DER VEERE, Anoma. The Tokyo Paralympic Superhero: Manga and Narratives of Disability in Japan. **The Asia-Pacific Journal**, v.18, n.5, 2020. Available at: <https://apjif.org/-Anoma-van-der-Veere/5373/article.pdf> Accessed 16 Aug. 2020.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World Report on Disability**: Summary. Geneva, p.8-10, 2011. Available at: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/44575> Accessed 14 Mar. 2020.

*Recebido em 31 de março de 2023
Aprovado em 22 de dezembro de 2023*

CENTRO DE ESTUDOS JAPONESES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Av. Prof. Lineu Prestes, 159 - Cid. Universitária - CEP 05508-000
Tel.: (011) 3091-2426/2423 - São Paulo - SP - Brasil

REVISTA *ESTUDOS JAPONESES* No. 48 - NORMAS DE PUBLICAÇÃO

1. Trabalhos para publicação

Serão publicados artigos de perfil acadêmico que tratem de temas relativos à Língua, Literatura e Cultura Japonesa, abordados à luz de metodologias científicas. Há também a possibilidade de submissão de resenhas, traduções e entrevistas, entretanto, serão publicadas, após aprovadas, em proporção menor em relação aos artigos.

2. Idiomas

A revista *Estudos Japoneses* publica artigos em português, inglês, francês, espanhol e japonês.

3. Extensão dos Textos

Todo artigo deve ter no máximo 30.000 caracteres (= aproximadamente 20 páginas digitadas em espaço 1,5).

4. Formatação do texto

a) *layout* da página e espaçamento: tamanho A4, fonte Times New Roman 12, margem 2,5 cm e espaçamento 1,5.

b) título e identificação: o título deve estar em negrito, em caixa alta e alinhado à esquerda da margem. Recomenda-se que ele não ultrapasse duas linhas. Os artigos devem ser submetidos sem qualquer identificação.

c) resumo e palavras-chave: um obrigatoriamente em português, acompanhado de cinco palavras-chave, e outro em inglês, acompanhado por cinco palavras-chave no mesmo idioma. O resumo não deve exceder dez linhas, em cada versão. Deve deixar espaço de duas linhas entre o nome e o resumo em português, e uma linha entre as

palavras-chave em português e o resumo em inglês. Não deve saltar linha entre os resumos e palavras-chave.

d) subtítulos: os subtítulos devem estar destacados em negrito e ter numeração sequencial a partir de 1 (um), seguida por ponto.

e) citações: devem aparecer no corpo do texto, indicando o sobrenome do autor, a data da publicação e a(s) página(s) citada(s), entre parênteses. No caso de diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano, o dado diferencial será uma letra após a data (por ex.: SILVEIRA, 2011a; 2011b).

As obras citadas no corpo do texto devem constar obrigatoriamente da bibliografia no final do artigo, com dados bibliográficos completos, como segue:

e.1) no caso de livros: SOBRENOME, Prenome do Autor (por extenso). Título do Livro: subtítulo (sem negrito). Edição. Local de publicação (cidade): editora, ano de publicação. Série, número da série, se houver.

Ex.: SILVEIRA, Alberto. Língua Japonesa: traduções. 1ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1920.

e.2) no caso de artigos de revistas: SOBRENOME, Prenome do Autor (por extenso). Título do Artigo. Título do Periódico, Local de Publicação (cidade), volume, número, páginas inicial-final, mês e ano.

Ex.: SAVIANI, Demerval. A Universidade e a Problemática da Educação e Cultura. Educação Brasileira, Brasília, v.1, n.3, p. 35-58, maio/agosto, 1979.

e.3) no caso de artigos de coletâneas: SOBRENOME, Prenome do Autor (por extenso). Título do Artigo. In: SOBRENOME, Nome do organizador. Título da Coletânea. Edição. Local de Publicação: Editora, Data. Capítulo, página do capítulo.

Ex.: CUNHA, Alves. Ações para deter o desmatamento. In: GOUVEIA, Cristine (org.). Ecologia Mundial. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Crescer, 1999. Capítulo 13, p. 179-185.

Nos demais casos não especificados, a padronização deve seguir as Normas da ABNT. A descon sideração das normas implicará devolução dos artigos.

f) termos e nomes japoneses: a romanização dos termos japoneses deve seguir as regras do Sistema Hepburn. As vogais longas devem ser indicadas por meio do acento circunflexo (ex. â, ô, û). Serão aceitos, ainda, artigos que empregam o macrôn no lugar do acento circunflexo para vogais longas de nomes japoneses. Para maior clareza, uma apóstrofe deve ser empregada para grafar a separação das sílabas nas palavras do tipo shin'yô ou Man'yôshû. Os *kanji* podem ser utilizados desde que acompanhados por sua correspondente em letras romanas e os nomes próprios devem seguir a sequência

sobrenome e nome, conforme o sistema japonês. Ex.: 万葉集 (Man'yôshû); Natsume Sôseki.

g) ilustrações: devem ser colocadas no corpo do texto e acrescidas de citação da fonte, caso não sejam originais do trabalho. As ilustrações devem ser utilizadas quando indispensáveis para o entendimento do texto, pedindo-se que fotos, mapas, gráficos ou tabelas tenham boa resolução visual, de forma a permitir uma reprodução de qualidade.

5. Envio de artigos para apreciação

Os artigos devem ser apresentados no formato de arquivo de Word, indicado pelo título do artigo, sem qualquer identificação.

Esses artigos devem ser submetidos no sistema, no *link*:

<https://www.revistas.usp.br/ej/about/submissions>

6. Ressalvas

Ao Conselho Editorial reserva-se o direito de não permitir a publicação dos textos enviados, bem como o de solicitar aos autores possíveis alterações. Todo material encaminhado para publicação deve ser inédito ou sua tradução do japonês para o português, com a anuência do autor sobre a publicação, e seguir rigorosamente as normas de publicação e seu conteúdo será de exclusiva responsabilidade do(s) autor (es).

A partir de 2020, somente serão aceitos artigos submetidos de autor ou, em caso de coautoria, que pelo menos um dos autores tenha titulação acadêmica de doutor.

7. Identificador ORCID

Caso aceito, o artigo somente será publicado mediante fornecimento do autor do seu identificador ORCID.

8. Formato de publicação

A revista *Estudos Japoneses* será publicada somente no formato digital.

氷の歌とてよめる

月のすむ空には雲もなかりけり

うつりし水はこほりへだてゝ

道因法師（藤原敦頼1090 - ?）

『千載集』 冬歌441

Kôrino utatote yomeru

Tsukino sumu soraniwa kumomo nakarikeri

utsurishi mizuwa kôri hedatete

Poema do Gelo

No céu hibernal por inteiro iluminado, sem traços de nuvens

Lua no espelho d'água ora pelo gelo apartado

Monge Dôin (Fujiwara no Atsuyori, 1090 - ?)

Senzaishû, Poemas de Inverno, 441